

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA (PPGLIN)**

**ROSIENE AGUIAR SANTOS**

**A MEMÓRIA DISCURSIVA DA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA NAS  
MÍDIAS DIGITAIS: DOS ARQUIVOS SUBTERRÂNEOS AO ACONTECIMENTO**

**VITÓRIA DA CONQUISTA – BA**

**2023**

**ROSIENE AGUIAR SANTOS**

**A MEMÓRIA DISCURSIVA DA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA NAS  
MÍDIAS DIGITAIS: DOS ARQUIVOS SUBTERRÂNEOS AO ACONTECIMENTO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), como requisito obrigatório para obtenção do título de Doutora em Linguística.

Área de Concentração: Linguística.

Linha de Pesquisa: Texto, Sentido e Discurso.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Gerenice Ribeiro de Oliveira Cortes.

Coorientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria da Conceição Fonseca-Silva.

**VITÓRIA DA CONQUISTA – BA**

**2023**

S233m	<p>Aguiar-Santos, Rosiene. A memória discursiva da Ditadura Civil-Militar brasileira nas mídias digitais: dos arquivos subterrâneos ao acontecimento. / Rosiene Aguiar Santos; orientadora: Gerenice Ribeiro de Oliveira Cortes; coorientadora: Maria da Conceição Fonseca-Silva – Vitória da Conquista, 2023. 264f.</p> <p>Tese (doutorado – Programa de Pós-Graduação em Linguística) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2023. Inclui referência F. 252 – 264.</p> <p>1. Discurso militarista-ditatorial. 2. Discurso midiático digital. 3. Nova Direita. 4. Memória discursiva. 5. Acontecimento enunciativo-discursivo. I. Cortes, Gerenice Ribeiro de Oliveira (orientadora). II. Fonseca-Silva, Maria da Conceição. III. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Linguística. T. IV</p> <p style="text-align: right;">CDD: 340 410</p>
-------	--

Catalogação na fonte: *Chrystina Nery* — *CRB 5/810*  
UESB – *Campus* Vitória da Conquista – BA

**Título em inglês:** The discursive memory of the Brazilian Civil-Military dictatorship in digital media: from underground archives to the Event.

**Palavras-chave em inglês:** Militarist-dictatorial discourse. Digital media discourse. New right. Discursive memory. Enunciative-discursive event.

**Área de concentração:** Linguística

**Titulação:** Doutora em Linguística

**Banca examinadora:** Prof.<sup>a</sup> Dra. Gerenice Ribeiro de Oliveira Cortes (presidente - orientadora); Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria da Conceição Fonseca-Silva (Coorientadora); Prof.<sup>a</sup> Dra. Edvania Gomes da Silva; Prof.<sup>a</sup> Dra. Joseane Silva Bittencourt; Prof.<sup>a</sup> Dra. Solange Mittmann; Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Cleci Venturini

**Data da defesa:** 18 de dezembro de 2023

**Programa de Pós-Graduação:** Programa de Pós-Graduação em Linguística.

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-8121-6537>

Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/7369906305450306>

ROSIENE AGUIAR SANTOS

**A MEMÓRIA DISCURSIVA DA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA NAS  
MÍDIAS DIGITAIS: DOS ARQUIVOS SUBTERRÂNEOS AO ACONTECIMENTO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de Doutor em Linguística.

Data da aprovação: 18 de dezembro de 2023.

**Banca Examinadora:**

<p>Profa. Dra. Gerenice Ribeiro de Oliveira Cortes Instituição: UESB – Presidente-Orientadora</p>	<p>Ass.: <u></u></p>
<p>Profa. Dra. Maria da Conceição Fonseca-Silva Instituição: UESB – Coorientadora</p>	<p>Ass.: <u></u></p>
<p>Profa. Dra. Edvania Gomes da Silva Instituição: UESB – Membro Titular</p>	<p>Ass.: <u></u></p>
<p>Profa. Dra. Joseane Silva Bittencourt Instituição: UESB – Membro Titular</p>	<p>Ass.: <u></u></p>
<p>Profa. Dra. Solange Mittmann Instituição: UFRGS – Membro Titular</p>	<p>Ass.: <u></u></p> <p>Documento assinado digitalmente gov.br SOLANGE MITTMANN Data: 19/12/2023 08:03:37-0300 Verifique em <a href="https://validar.itl.gov.br">https://validar.itl.gov.br</a></p>
<p>Profa. Dra. Maria Cleci Venturini Instituição: UNICENTRO – Membro Titular</p>	<p>Ass.: <u></u></p>

À minha família.

## AGRADECIMENTOS

Nem nos meus mais ambiciosos sonhos referentes à minha formação acadêmica, eu me imaginei chegar à defesa de uma Tese de Doutorado. Foi, realmente, um presente vindo do Universo, de Deus, da minha admirada Universidade e do meu excelente Programa de Pós-Graduação. Por isso, tamanha a gratidão, que nenhuma palavra será suficiente para expressá-la nesta seção.

Eu agradeço de modo mais que especial à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, à minha amada Uesb. Sou grata ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin), pela oportunidade de realização da minha formação em nível de mestrado e de doutorado. Agradeço ao PPGLin por me acolher e me fazer orgulhosa de ser formada por este programa, que está entre os melhores de todo o país. Esse mérito é graças ao trabalho de toda sua equipe, a qual agradeço de modo muito especial à sua coordenação, na pessoa da vice-coordenadora, *Professora Dr.<sup>a</sup> Vera Pacheco*. Agradeço também a todos os professores e a todos funcionários do PPGLin.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)<sup>1</sup>, pelo apoio e financiamento das atividades do PPGLin e de minha pesquisa, por meio da bolsa que recebi durante o doutorado. Todo o investimento na minha educação e a minha subsistência nesses últimos anos foram graças a esta bolsa.

À minha orientadora, *Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Gerenice Ribeiro de Oliveira Cortes*. Eu não consigo nem mensurar como devo agradecê-la. Às vezes me sinto ingrata por isso, por não conseguir dizer em palavras o quanto agradeço por tudo aquilo que ela fez por mim ao longo desses anos de pós-graduação. Gerenice, você é parte de cada letra desta Tese, de cada sentido interpretado nestas análises. Agradeço por cada cobrança, cada auxílio, cada gesto de segurar na mão que você por tantas vezes fez por mim e por meus colegas nesse mundo da pesquisa. Eu posso viver por anos e anos e nunca conseguirei te agradecer, totalmente, por tudo que fez por mim até aqui. Longe de ter sido uma orientanda fácil, pois tive meus desafios, dificuldades e adversidades que te fizeram trabalhar muito mais do que deveria para me orientar e, por isso, eu sinto muito. Vou levar para sempre tudo o que realizou em minha formação nesse tempo em que fui orientada por você. Admiro sua inteligência, sagacidade, responsabilidade, dedicação, cuidado,

---

<sup>1</sup> Conforme Portaria CAPES nº 206, de 4 de setembro de 2018, “O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001”.

gentileza, preocupação, afeto, amizade, carinho, amor. Nada que eu fale ou faça será suficiente para te agradecer por ter ficado ao meu lado ao longo desse período da minha pós-graduação.

À minha coorientadora e coordenadora do PPGLin, *Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria da Conceição Fonseca-Silva*. A professora Conceição é uma inspiração na vida de qualquer pessoa que a conheça e veja toda sua dedicação e amor pelo que faz. Não seria diferente comigo. Admiro sua coragem, garra, vontade e o tamanho interesse em realizar sempre o melhor naquilo que faz. A professora Conceição acreditou que eu pudesse contribuir mais um pouco na pesquisa científica por meio do doutorado, nada que eu diga será suficiente para agradecê-la por isso. Lembro que se não fosse pelo seu interesse, sua confiança e visão, eu jamais estaria vivendo este momento. Serei grata por todos os dias de minha vida.

Aos membros da banca de qualificação, *Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Solange Mittmann, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Edvania Gomes da Silva, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria da Conceição Fonseca-Silva*, por aceitarem avaliar o trabalho, e pelas mais que valiosas contribuições que fizeram para a construção desta versão final que me permitiram concluir este estudo.

Aos membros da banca de defesa, *Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Cleci Venturini, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Solange Mittmann, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Joseane Silva Bittencourt, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Edvania Gomes da Silva e Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria da Conceição Fonseca-Silva* pela gentileza de aceitarem avaliar este trabalho e pelas inestimáveis melhorias que lhe foram dadas.

Aos meus colegas da pós-graduação, em especial *Nayane de Macedo e Quelle Taísa Chagas*, pela troca de experiências, as conversas edificantes, as tantas reflexões e a construção de uma sólida amizade surgida por meio da pesquisa acadêmica. Agradeço aos colegas de projeto temático, *Lucinéia, Paula, Aline, Tom, Monik, Victor, Kenia e Patrícia*, pelo companheirismo desses anos de estudos.

Aos meus colegas da graduação em Jornalismo na Uesb, nas pessoas de *Jerônimo Borges e Gabriela Nascimento*, agradeço a todos os demais, pela admiração que sempre demonstraram por mim. Acreditavam mais em mim do que eu mesma. A todos os professores do curso, em nome do professor *Dr. Marcus Assis Lima* e da professora *Dr.<sup>a</sup> Élica Paiva*, por me apoiarem, entenderem quais eram minhas prioridades e torcerem para que eu conseguisse chegar até aqui.

A todos os meus colegas da Assessoria de Comunicação da Câmara Municipal de Vitória da Conquista, pela convivência tão fraterna e de admiração mútua e aprendizado singular em minha vida, nos meses em que atuei nessa instituição. Aos meus colegas professores, funcionários e alunos do Centro Municipal de Educação Professor Paulo Freire –

CAIC, da rede municipal de ensino de Vitória da Conquista, por me apoiarem e se orgulharem de mim nessa trajetória.

À minha família. Mãe *Márcia*, pai *Val*, sogra *Erlene*, em especial, meu esposo, *Brener Rocha*, por todo amor, dedicação, carinho e compreensão ao longo da escrita deste trabalho. E agradeço também às minhas gatinhas *Oncinha* e *Pantinha*, pela companhia quentinha de todos os estudos.

Aos meus amigos, em nome da minha melhor amiga *Thamyres Caires*, por torcerem e confiarem em mim. Agradeço, especialmente, ao meu melhor amigo *Lucas Ramos Ruas*, pelo incansável apoio e admiração que sempre dedicou a mim. Sem ele, certamente, eu jamais estaria alcançando esta conquista, pois foi quem mais me motivou a retornar à academia e acreditar no meu potencial.

Por fim, sou grata a Deus e ao Universo pela dádiva da vida e do meu respirar. “Que darei eu ao Senhor, por todos os benefícios que me tem feito?” (Salmos 116:12).

*Nada denunciava, naquele janeiro de 2013, que o ano seria tão decisivo para o futuro do Brasil. Tudo bem que se tratava do Ano da Serpente no horóscopo chinês, que costuma ser indicativo de tempos instáveis. A Revolução Russa, em 1917, se deu num Ano da Serpente. A quebra da Bolsa de Nova York, que arrasou a economia mundial em 1929, também. A queda do Muro de Berlim, em 1989, ocorreu sob o mesmo signo, assim como o ataque às Torres Gêmeas, em Nova York, em 2001. Uma das definições do Ano da Serpente, retirada de um portal de astrologia, diz que, embora tudo possa parecer fresco e calmo à superfície, esse período é sempre imprevisível.*

Consuelo Dieguez

## RESUMO

O Brasil vivenciou uma Ditadura Civil-Militar de 1964 a 1985, um período marcado por perseguição, tortura e autoritarismo. Em 1988, uma nova Constituição foi promulgada no país para restabelecer a democracia e romper, definitivamente, com a barbárie da ditadura. Não obstante, o discurso de apologia ao militarismo-ditatorial ainda funcionava de forma restrita, com efeitos de silenciamento da ditadura. Todavia, com o advento da *internet*, esse discurso passa a circular amplamente nas mídias digitais. Neste estudo, objetivamos analisar o funcionamento do discurso de apologia à ditadura no período de redemocratização brasileira – que circulou primeiramente na imprensa convencional – e, em especial, analisar os efeitos discursivos da reinscrição desses arquivos nas mídias digitais. O trabalho respalda-se teoricamente na Análise de Discurso de filiação pecheuxtiana, além de contribuições das ciências sociais e dos estudos do discurso digital. O *corpus* foi composto por excertos de pronunciamentos, reportagens, entrevistas escritas e em vídeo que discursivizam sobre o período do regime militar no Brasil – publicados primeiramente na mídia impressa e televisiva e republicados na mídia digital. Os resultados apontam que a memória discursiva do militarismo ditatorial continuou a funcionar no período da redemocratização brasileira, nos arquivos subterrâneos da mídia jornalística convencional, com efeitos de silenciamento do autoritarismo e de apologia ao regime militar. Entretanto, a republicação dos arquivos na mídia digital instaura o acontecimento enunciativo-discursivo e produz a circulação-confronto de sentidos nas redes. Isto é, os discursos (re)nascem no digital com a republicação nos dispositivos próprios da *internet* e afetam a produção de sentidos, sobretudo pelas especificidades da circulação, e faz funcionar a metaforização dos sentidos. Ademais, nessa conjuntura, temos a ascensão da “nova” direita política, que funciona em regime de aliança com o discurso militarista-ditatorial. Assim, a memória do discurso da Ditadura Civil-Militar se atualiza no digital e produz efeitos discursivos e sociais determinantes. Embora a disputa, já existente, entre duas posições-sujeito seja mantida – uma de apologia à Ditadura Civil-Militar e outra posição-sujeito de defesa à democracia – a circulação desses arquivos na mídia digital interpela os indivíduos internautas em sujeitos defensores da ideologia da extrema-direita política, com ataques agressivos à democracia, com efeitos nas decisões políticas do país, gerando a perturbação na memória da democracia brasileira, então em processo de (re)construção.

**PALAVRAS-CHAVE**

Discurso militarista-ditatorial. Discurso midiático digital. Nova direita. Memória discursiva.

Acontecimento enunciativo-discursivo.

## ABSTRACT

Brazil experienced a Civil-Military Dictatorship from 1964 to 1985, a period marked by persecution, torture and authoritarianism. In 1988, a new Constitution was promulgated in the country to reestablish democracy and definitively break with the barbarism of the dictatorship. Nevertheless, the discourse of apology for military dictatorship still functioned in a restricted way, with the effects of silencing the dictatorship. However, with the advent of the *internet*, this discourse begins to circulate widely in digital media. In this study, we aimed to analyze the functioning of the discourse of apology for the dictatorship in the period of Brazilian redemocratization – which was first circulated in the conventional press – and to analyze the discursive effects of the (re)inscription of these files in digital media. The work is theoretically supported by the Discourse Analysis of Pecheuxian affiliation, in addition to contributions from the social sciences and studies of digital discourse. The *corpus* consisted of excerpts of pronouncements, reports, written and video interviews that discuss the period of military regime in Brazil – published in print and television media and republished in digital media. The results show that the discursive memory of dictatorial militarism continued to function during the period of Brazilian re-democratization, in the underground archives of the conventional journalistic media, with the effects of silencing authoritarianism and supporting the military regime. However, the republication of files in digital media establishes the enunciative-discursive event and produces the circulation-confrontation of meanings in the networks. That is, discourses are (re)born in digital with republication in the internet's own devices, and affect the production of meanings, especially due to the specificities of circulation, and making the metaphorization of the senses work. In addition, in this context, there is the rise of the “new” political right, which works in alliance with the militarist-dictatorial discourse. Thus, the memory of the discourse of the Civil-Military Dictatorship is updated in the digital and produces decisive discursive and social effects. Although the already existing dispute between two subject positions is maintained – one of apology for the Civil-Military Dictatorship and another subject position of defense of democracy – the circulation of these files in the digital media challenges internet users in subjects who defends the ideology of the political extreme right, with aggressive attacks on democracy, with effects on the country's political decisions and generating disturbance in the memory of Brazilian democracy, which was in the process of (re)construction.

**KEYWORDS**

Militarist-dictatorial discourse. Digital media discourse. New right. Discursive memory.

Enunciative-discursive event.

## RÉSUMÉ

Le Brésil a connu une Dictature Civilo-Militaire de 1964 à 1985, période marquée par la persécution, la torture et l'autoritarisme. En 1988, une nouvelle Constitution a été promulguée pour rétablir la démocratie et rompre définitivement avec la barbarie de la dictature. Néanmoins, le discours d'apologie de la dictature militaire fonctionne encore de manière restreinte, ce qui a pour effet de faire taire la dictature. Cependant, avec l'avènement d'*Internet*, ce discours a commencé à circuler largement dans les médias numériques. Dans cette étude, nous visons à analyser le fonctionnement du discours d'apologie de la dictature pendant la période de re-démocratisation brésilienne - qui a d'abord circulé dans la presse traditionnelle - et, en particulier, à analyser les effets discursifs de la réinscription de ces archives dans ces médias. Le travail est théoriquement basé sur l'analyse du discours pecheuxtienne, ainsi que sur des apports des sciences sociales et des études du discours numérique. Le corpus est constitué d'extraits de discours, de rapports, d'interviews écrites et vidéo portant sur la période du régime militaire au Brésil - publiés dans la presse écrite et télévisée et republiés dans les médias numériques. Les résultats montrent que la mémoire discursive du militarisme dictatorial a continué à fonctionner pendant la période de redémocratisation du Brésil, dans les archives souterraines des médias numérique. Le travail est théoriquement basé sur l'analyse du discours d'affiliation pecheuxtienne, ainsi que sur des contributions des sciences sociales et des études du discours numérique. Le corpus est constitué d'extraits de déclarations, de reportages, d'entretiens écrits et vidéo portant sur la période du régime militaire au Brésil - publiés dans la presse écrite et la télévision et republiés dans les médias numériques. Les résultats montrent que la mémoire discursive du militarisme dictatorial a continué à fonctionner pendant la période de redémocratisation du Brésil, dans les archives souterraines des médias journalistiques conventionnels, ce qui a eu pour effet de faire taire l'autoritarisme et de soutenir le régime militaire. Cependant, la republication des archives dans les médias numériques établit l'événement énonciatif-discursif et produit la circulation-confrontation des significations dans les réseaux. En d'autres termes, les discours (re)naissent dans le monde numérique avec la republication sur les dispositifs propres à *Internet*, affectant la production de significations, surtout en raison des spécificités de la circulation, et faisant fonctionner la métaphorisation des significations. En outre, dans ce cadre, nous assistons à la montée de la "nouvelle" droite politique, qui s'allie au discours militaro-dictatorial. De cette manière, la mémoire du discours de la dictature civile et militaire est actualisée dans les médias numériques et produit des effets discursifs et sociaux décisifs. Bien que le conflit existant entre deux positions de sujet soit

maintenu - l'une en défense de la Dictature Civilo-Militaire et l'autre en défense de la démocratie - la circulation de ces fichiers dans les médias numériques transforme les internautes en défenseurs de l'idéologie de l'extrême droite politique, avec des attaques agressives contre la démocratie, ayant un effet sur les décisions politiques du pays et générant une perturbation dans la mémoire de la démocratie brésilienne, qui est alors en cours de (re)construction.

### **MOTS CLÉS**

Discours militaro-dictatorial. Discours des médias numériques. Nouvelle droite. Mémoire discursive. Événement énonciatif-discursif.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Estrutura do terceiro capítulo analítico – Bloco I.....	73
<b>Figura 2</b> - Estrutura do quarto capítulo analítico – Bloco II.....	75
<b>Figura 3</b> - A movimentação dos arquivos no processo discursivo .....	91
<b>Figura 4</b> - Recorte da entrevista original de Jair Bolsonaro ao NYT .....	93
<b>Figura 5</b> - A movimentação do arquivo do NYT na mídia.....	104
<b>Figura 6</b> - Reportagem republicada no site do The New York Times.....	106
<b>Figura 7</b> - Replicação da entrevista no Portal Uol.....	106
<b>Figura 8</b> - Post no Facebook sobre a entrevista.....	107
<b>Figura 9</b> - Post no X-Twitter sobre a entrevista .....	107
<b>Figura 10</b> - Post no X-Twitter sobre a entrevista .....	108
<b>Figura 11</b> - Post no X-Twitter sobre a entrevista .....	108
<b>Figura 12</b> - Captura de tela do site do The New York Times.....	110
<b>Figura 13</b> - Comentário do Facebook no post da SD6 sobre a entrevista .....	111
<b>Figura 14</b> - Entrevista do jornal Estado de Minas com Jair Bolsonaro (1998) .....	135
<b>Figura 15</b> - Republicação da entrevista com Jair Bolsonaro, em formato digital (2018).....	142
<b>Figura 16</b> - A movimentação do arquivo do Estado de Minas .....	142
<b>Figura 17</b> - Dados da publicação .....	145
<b>Figura 18</b> - Captura de tela de comentários sobre a entrevista.....	147
<b>Figura 19</b> - Captura de tela de comentário sobre a entrevista .....	147
<b>Figura 20</b> - Captura de tela de comentário sobre a entrevista .....	147
<b>Figura 21</b> - Captura de tela de comentários sobre a entrevista.....	148
<b>Figura 22</b> - Captura de tela de comentário sobre a entrevista .....	148
<b>Figura 23</b> - Reportagem infográfica no site de O Estado de São Paulo .....	162
<b>Figura 24</b> - Captura de tela da reportagem de O Estado de São Paulo.....	165
<b>Figura 25</b> - Captura de tela da íntegra do pronunciamento no site da Câmara .....	165
<b>Figura 26</b> - Diferença do acesso ao discurso quando subterrâneo/emerso .....	166
<b>Figura 27</b> - Compartilhamento da reportagem no Facebook de O Estado de São Paulo .....	167
<b>Figura 28</b> - Trecho inicial de reportagem da Revista Época .....	184
<b>Figura 29</b> - Captura de tela do trecho inicial da reportagem do site Poder360 .....	185
<b>Figura 30</b> - Captura de tela com tuítes de Jair Bolsonaro coletadas no site Poder360.....	185
<b>Figura 31</b> - Captura de tela com comentários no tuíte de Jair Bolsonaro.....	196
<b>Figura 32</b> - Captura de tela com comentários no tuíte de Jair Bolsonaro.....	196

<b>Figura 33</b> - Captura de tela com comentários no tuíte de Jair Bolsonaro.....	197
<b>Figura 34</b> - Fotograma da entrevista em vídeo .....	203
<b>Figura 35</b> - Colagem com os dados do canal que republicou a entrevista .....	206
<b>Figura 36</b> - Comentário constitutivo da SD24.....	225
<b>Figura 37</b> - Comentário constitutivo da SD25.....	225
<b>Figura 38</b> - Comentário constitutivo da SD26.....	226
<b>Figura 39</b> - Comentário constitutivo da SD27.....	226
<b>Figura 40</b> - Fotograma do vídeo com entrevista do deputado Jair Bolsonaro.....	233
<b>Figura 41</b> - Dados do vídeo com a segunda entrevista ao Câmera Aberta.....	237
<b>Figura 42</b> - Captura de tela do comentários constitutivo da SD30.....	241
<b>Figura 43</b> - Captura de tela do comentários constitutivo da SD31 .....	241
<b>Figura 44</b> - Captura de tela do comentários constitutivo da SD32.....	242
<b>Figura 45</b> - Captura de tela do comentários constitutivo da SD32.....	243
<b>Figura 46</b> - Captura de tela do comentários constitutivo da SD34.....	244
<b>Figura 47</b> - A movimentação dos arquivos do Câmera Aberta na mídia .....	247

**LISTA DE QUADROS**

<b>Quadro 1</b> - Capítulos, blocos e recortes de SDs.....	75
<b>Quadro 2</b> - Transcrição do bloco de comentários que compõem a SD11 .....	149
<b>Quadro 3</b> - Transcrição do comentário que compõe a SD12 .....	153
<b>Quadro 4</b> - Transcrição do comentário que compõe a SD13 .....	153
<b>Quadro 5</b> - Transcrição dos comentários que compõem a SD14.....	154
<b>Quadro 6</b> - Transcrição do comentário que compõe a SD15 .....	156
<b>Quadro 7</b> - Transcrição do trecho timestamp 11:06.....	227
<b>Quadro 8</b> - Transcrição do trecho timestamp 17:45.....	227
<b>Quadro 9</b> - Transcrição do trecho timestamp 18:45.....	228
<b>Quadro 10</b> - Transcrição da íntegra do comentário da SD14.....	228
<b>Quadro 11</b> - Transcrição das sequências discursivas 30 a 32 .....	240
<b>Quadro 12</b> - Transcrição das sequências discursivas 33 e 34 .....	242

**LISTA DE SIGLAS**

ABRALIN	Associação Brasileira de Linguística
AD	Análise de Discurso
AI	Ato Institucional
AIE	Aparelho Ideológico do Estado
ACM	Antônio Carlos Magalhães
ASCOM	Assessoria de Comunicação
a.C	Antes de Cristo
BA	Bahia
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAIC	Centro de Atenção Integral à Criança
CF	Constituição Federal
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNV	Comissão Nacional da Verdade
CP	Condições de Produção
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
EM	Estado de Minas
d.C	Depois de Cristo
EUA	Estados Unidos da América
FA	Forças Armadas
FD	Formação Discursiva
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FI	Formação Ideológica
IPC	Índice de Percepção de Corrupção
JB	Jair Bolsonaro
JK	Juscelino Kubitschek
MT	Mato Grosso
NYT	Jornal The New York Times
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PFL	Partido da Frente Liberal
PIB	Produto Interno Bruto

PPGLin	Programa de Pós-Graduação em Linguística
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SD	Sequência Discursiva
TV	Televisão
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNICENTRO	Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná
UOL	Universo Online

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>21</b>
<b>1.1 Democracia: um processo em contínua construção.....</b>	<b>24</b>
<b>1.2 A persistente ameaça do militarismo à democracia brasileira.....</b>	<b>33</b>
<b>2 PERCURSOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA .....</b>	<b>47</b>
<b>2.1 Aportes teóricos da Análise de Discurso.....</b>	<b>47</b>
<i>2.1.1 A pluralidade nas concepções de Memória .....</i>	<i>54</i>
<i>2.1.2 Interdiscurso e Memória Discursiva.....</i>	<i>56</i>
<i>2.1.3 A noção de acontecimento no discurso.....</i>	<i>60</i>
<b>2.2 Percursos metodológicos para uma análise discursiva .....</b>	<b>65</b>
<i>2.2.1 Entre a montagem do arquivo e a constituição do corpus discursivo .....</i>	<i>69</i>
<b>3 O DISCURSO DE APOLOGIA À DITADURA CIVIL-MILITAR: DOS ARQUIVOS SUBTERRÂNEOS DA MÍDIA IMPRESSA AO ACONTECIMENTO.....</b>	<b>77</b>
<b>3.1 As condições de produção do discurso: constituição, formulação e circulação .....</b>	<b>78</b>
<i>3.1.1 O ciberespaço e o funcionamento do discurso digital.....</i>	<i>83</i>
<b>3.2 A memória da Ditadura Civil-Militar sob o jogo de forças da/em rede digital: efeitos de contradição em tempos de democracia.....</b>	<b>92</b>
<i>3.2.1 A prefiguração do acontecimento e a emergência da nova direita no Brasil: efeitos discursivos da mídia digital .....</i>	<i>117</i>
<b>3.3 A ideologia militarista no pós-ditadura: de furtiva e despercebida no jornal à exposta e bradada na rede social.....</b>	<b>134</b>
<b>3.4 A rememoração/comemoração da Ditadura Civil-Militar brasileira: efeitos de apologia ao militarismo e desdém à democracia.....</b>	<b>161</b>
<b>4 DA TELA DA TV AO YOUTUBE: A MEMÓRIA DA DITADURA CIVIL-MILITAR INSCRITA EM ARQUIVOS SUBTERRÂNEOS AUDIOVISUAIS .....</b>	<b>200</b>
<b>4.1 O discurso de apologia à Ditadura Civil-Militar: dos arquivos subterrâneos da TV às mídias digitais .....</b>	<b>200</b>
<i>4.1.1 O YouTube como difusor político das discursividades subterrâneas .....</i>	<i>217</i>
<b>4.2 A repetibilidade do discurso de apologia à ditadura sob o jogo de força da memória .....</b>	<b>232</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES (NÃO) FINAIS .....</b>	<b>248</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>252</b>

## 1 INTRODUÇÃO

*O passado não é livre. Nenhuma sociedade o deixa à mercê da própria sorte. Ele é regido, gerido, preservado, explicado, contado, comemorado ou odiado. Quer seja celebrado ou ocultado, permanece uma questão fundamental do presente.*

**Régine Robin**

Nos últimos dez anos, o Brasil testemunhou um fervoroso comportamento de manifestações populares, tanto nas ruas como nas plataformas *online*. Iniciadas a partir dos protestos das *Jornadas de Junho de 2013* e intensificadas no período das eleições de 2014, as mobilizações, sobretudo da nova direita política brasileira, cresceram significativamente. Os manifestantes iam às ruas e às redes sociais clamar por uma intervenção das Forças Armadas (FA) e pelo retorno do regime militar no país, nos mesmos moldes da Ditadura-Civil Militar que perdurou no Brasil entre 1964 e 1985. Protestavam, por meio da repetibilidade do enunciado *Intervenção Militar Já*, inscrito em cartazes, faixas e *posts* na *internet*, acreditando que uma intervenção resolveria as crises econômica e social que estavam em ebulição no país.

Nessa conjuntura, após mais de trinta anos desde o último processo de luta e mobilizações populares pela restauração da democracia no Brasil, testemunhamos um fortalecimento de movimentos retrógrados e antidemocráticos. Esses movimentos não só ocuparam as ruas, mas também foram originados e ganharam uma presença dominante nos espaços midiáticos da *internet*. Afinal, a partir da segunda década do século XXI, a *internet* instaurou mudanças em todas as relações sociais, tendo assim a capacidade de reorganizar a sociedade, a cultura e até mesmo a própria história.

Essas observações foram apontadas em pesquisa anterior (Aguiar-Santos, 2020)<sup>2</sup>. E de acordo com os resultados desse estudo, um dos efeitos do discurso de aclamação pela intervenção militar, materializado nas manifestações dessa década, especialmente nas plataformas digitais, foi a ascensão ao Poder Executivo Federal de Jair Messias Bolsonaro. Nessas plataformas, ainda de acordo com a referida pesquisa, funcionaram efeitos de militância digital em prol desse candidato, por uma articulação de certa ascensão de militares no comando do país, uma vez que tanto o presidente quanto seu vice estavam estritamente ligados às Forças Armadas. Embora tenha sido democraticamente eleito em 2018, Jair Bolsonaro manteve uma abordagem de governança ao longo de seu mandato (2019-2022) associada à ala militar. Além

---

<sup>2</sup> Dissertação de mestrado de minha autoria, defendida no Programa de Pós-Graduação em Linguística – PPGLin, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, sob a orientação da professora Dr.<sup>a</sup> Gerenice Ribeiro de Oliveira Cortes.

disso, o ex-presidente conservou os principais cargos ministeriais nas mãos de membros das Forças Armadas. Conforme observado por Goldstein (2019), governar dessa maneira representa um perigo ao regime democrático brasileiro.

Considerando as limitações e objetivos delineados para o trabalho anteriormente mencionado, que consistiu em uma pesquisa de mestrado (Aguilar-Santos, 2020), observamos a necessidade de um aprofundamento investigativo acerca de algumas questões não abordadas nesse estudo, a exemplo do funcionamento da memória discursiva de apologia à ditadura de 1964 e ao militarismo durante o período de redemocratização do país, após 1985.

Todavia, é importante observar que o regime democrático no Brasil nunca foi um processo contínuo e ininterrupto. A democracia tem enfrentado diversas problemáticas que a colocam em um constante processo de instabilidade. Isso se confirma, por exemplo, pela presença de profundas desigualdades sociais na estrutura da nação brasileira. Essas desigualdades, por si só, representam um obstáculo significativo à consolidação de um regime baseado nos princípios democráticos, que deve proporcionar igualdade de oportunidades aos cidadãos e promover a tão almejada justiça social.

Assim, o país tem vivenciado um processo de crises e inconsistência democrática. É importante notar que essas crises não são novas ou exclusivamente contemporâneas. A insegurança na democracia tem acompanhado esse modelo de governo de maneira intrínseca ao longo do tempo, e nos momentos específicos nos quais se permitiu que a democracia estivesse em vigor.

Nesse contexto de uma democracia em construção, a memória de governos arbitrários, como do último regime militar no Brasil, entra em conflito e trava uma disputa acirrada com a memória da democracia. Esse movimento ganha força com a atualização dessas memórias em plataformas digitais do ambiente midiático da *internet*. O encontro entre o que já foi dito e a novidade do virtual movimentam os sentidos em disputa nos discursos e, ainda, produzem novos sentidos.

Com a expansão do uso da *internet* e das redes sociais, a democracia brasileira passa a sofrer ataques de maneira intensificada e coordenada, enquanto o discurso de apologia à Ditadura Civil-Militar nas mídias digitais avança progressivamente. Por essa razão, algumas inquietações nos motivaram a investigar o funcionamento dessa disputa de memórias, e do discurso militarista-ditatorial, em um período anterior ao seu ponto de efervescência em 2013, buscando aprofundar a compreensão sobre seu impacto no país e os efeitos discursivos que emergem nesse cenário.

À vista disso, a pesquisa que resultou nesta Tese de Doutorado, conduzida com base na Análise de Discurso (AD), preconizada pelo filósofo e linguista Michel Pêcheux, buscou examinar esses movimentos de sentido. Com essa finalidade, apresentamos, neste estudo, uma análise de duas matrizes parafrásticas, focadas no funcionamento da memória da ditadura e na memória da democracia. Em cada uma dessas matrizes, traçamos um trajeto de sentidos. Trajetos esses, ancorados na disputa que insurge desde o período do regime militar entre duas formações discursivas (FD) dominantes, e em suas respectivas memórias, as quais denominamos de formação discursiva militarista-ditatorial e formação discursiva democrática.

Com base nos dois enfoques estabelecidos, observaremos esse funcionamento discursivo, com os efeitos de sentido e as determinações ideológicas dessas formações discursivas, ao longo do trajeto delineado pelas análises. Nesse contexto, concentramos nossos gestos de interpretação analítica na atualização das enunciações e da memória discursiva, observando os efeitos do interdiscurso no intradiscurso, para verificar a possibilidade de um acontecimento nesse processo discursivo, levando em conta o discurso inscrito nas materialidades das mídias convencionais e a sua reinscrição, anos depois, nas mídias digitais<sup>3</sup>.

Cabe ressaltar a relevância deste estudo e seu impacto social, tendo em vista o cenário de ataques à democracia brasileira na segunda metade da década de 2010 e início da década de 2020, e o aumento gradual de manifestações em apologia ao discurso militarista-ditatorial, discursivizado como uma solução para lidar com as crises que afetam ou podem vir a afetar o país. Este estudo lança luz sobre as ameaças que desafiam os fundamentos democráticos do Brasil, ao realizar uma análise discursiva das dinâmicas e fatores que contribuíram e ainda contribuem para o enfraquecimento da democracia. Além disso, busca discutir e questionar os riscos que essas tendências antidemocráticas representam para a sociedade. Pretende contribuir com os debates sobre a democracia, como um sistema que promove princípios como liberdade, justiça e inclusão, enquanto se opõe, de forma inequívoca, a processos de autoritarismo que ameaçam o ideal de estabilidade democrática almejado para nossa sociedade.

Assim, devido ao agravamento da instabilidade democrática que tem afetado o país nos tempos recentes – intensificada pelo discurso midiático da *internet* – conforme referido anteriormente<sup>4</sup>, torna-se essencial empreender uma exploração aprofundada do conceito de

---

<sup>3</sup> O *corpus* de análise da pesquisa que resultou esta tese foi constituído de arquivos discursivos que circularam em mídias convencionais nas décadas passadas, como jornais impressos e programas regionais de televisão, e que foram, mais tarde, retomados e publicados em espaços da *internet*, como o *YouTube*, o *Facebook* e *sites* institucionais. Na seção metodológica 2.2.1 *Entre a montagem do arquivo e a constituição do corpus discursivo* isso será detalhadamente apresentado.

<sup>4</sup> Ao longo deste trabalho, teceremos discussões mais substanciais acerca das consequências desse cenário.

democracia. Isso nos permitirá uma percepção mais abrangente desse processo, especialmente após os ataques à soberania e à sustentabilidade desse sistema político-governamental no Brasil<sup>5</sup>.

### **1.1 Democracia: um processo em contínua construção**

O dito “Todo o poder emana do povo” é uma garantia presente na Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 1988 (CF88). Essa constituição marcou o retorno do país a um governo democrático após o período do regime militar (1964-1985). O exercício do poder assegurado ao povo pela Carta Magna ocorre por meio da eleição de representantes por voto direto e secreto, com igual valor para todos os cidadãos. Essa abordagem possibilita que a população exerça sua soberania por meio de escolhas eleitorais, resultando na eleição dos candidatos mais votados pela maioria<sup>6</sup>.

Todavia, como referido anteriormente, a democracia brasileira é um modelo político em desenvolvimento, e o país tem enfrentado desafios significativos para consolidar esse sistema de governo após o regime ditatorial. Exemplos desses desafios incluem a corrupção, a desigualdade social, a violência e a exclusão política de grupos minoritários. Além disso, o crescimento de uma intensa polarização política e a crise na representatividade dos eleitos em relação aos eleitores têm gerado instabilidade e questionamentos sobre a eficácia da democracia no Brasil.

Conforme indicado na literatura sobre o assunto, a democracia é um conceito complexo com uma ampla diversidade de interpretações. Para compreender sua origem e estruturação, é fundamental conhecer as determinações históricas que deram forma a esse processo. Nesse bojo, compreender as características e perspectivas desse sistema de governo é essencial.

A origem da democracia está associada à Antiguidade europeia. Esse sistema político de governo surgiu na Grécia Antiga, particularmente em Atenas, no século V a.C. As investigações sobre o surgimento da democracia têm sido conduzidas com base em escritos de historiadores antigos, como Heródoto (484 – 425 a.C.) e Tucídides (460 – 395 a.C.), bem como

---

<sup>5</sup> Em 8 de janeiro de 2023, as sedes dos três poderes institucionais do país foram atacadas em Brasília. Uma ação coordenada que, de acordo com analistas desse episódio, tratou-se do estopim de quatro anos de ataques à democracia brasileira, em referência ao governo de Jair Bolsonaro (PL) no Brasil (2019-2022). Os ataques foram uma resposta contrária do grupo de apoiadores do ex-presidente, e candidato derrotado para reeleição, à posse do presidente Lula, realizada uma semana antes (1º de janeiro de 2023). Lula foi eleito pela terceira vez para assumir o comando do país em outubro de 2022.

<sup>6</sup> O voto é também obrigatório para os maiores de dezoito anos e facultativo para os analfabetos, maiores de setenta anos e os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

por meio das obras dos filósofos Platão e Aristóteles, notadamente *A República e Política*, respectivamente (Reis, 2018).

Analisando a etimologia da palavra, observamos que o termo grego “*demokratía*”, formado pela neologia entre “*demos*” – que significa povo – e “*kratos*” – que significa poder – é encontrado nas obras desses filósofos e historiadores antigos para descrever a *demokratía* como um sistema de governo conduzido pelo demos, ou seja, pelo povo. Na perspectiva grega, isso se referiria ao conjunto de cidadãos livres. Além disso, a *demokratía* pode ainda ser compreendida como um governo liderado pelos pobres, uma vez que esses cidadãos livres incluíam comerciantes, marinheiros, camponeses, trabalhadores rurais, artesãos, entre outros indivíduos que não possuíam riquezas substanciais.

Nesse contexto, ressalta-se que “o cidadão é aquele que tem uma parte legal na autoridade deliberativa e na autoridade judiciária” (Aristóteles, 2010, p. 54). Esses cidadãos se reuniam em assembleias para deliberar sobre questões políticas. Contudo, é importante destacar que não era concedido o direito ao voto, nem à participação nessas assembleias a estrangeiros, escravos e mulheres (Reis, 2018)<sup>7</sup>.

Muitos pensadores dedicaram-se a refletir sobre o sistema de governo democrático, e o filósofo Platão é um deles. Platão contestou a ideia de democracia e adotou uma postura crítica em relação a esse regime político. Baseando-se na corrente intelectualista socrática, Platão, em sua obra *A República*, analisa a política a partir de uma perspectiva distinta da democracia ateniense, não a enxergando como algo comum e corriqueiro, mas sim como algo que requer uma base cognitiva e epistemológica (Oliveira, 2014).

No contexto de *A República*, Platão explora a natureza da justiça e da virtude na construção de uma sociedade justa. Ele argumenta que a democracia é uma forma inferior de governo, em que a opinião da maioria muitas vezes prevalece sobre a razão e a virtude. Assim, as reflexões de Platão sobre a democracia indicam sua visão crítica em relação a essa forma de governo, destacando suas preocupações com a primazia da opinião e a possibilidade de desvio do ideal de justiça e virtude em uma sociedade.

---

<sup>7</sup> Nas cidades-estados da Grécia Antiga, os cidadãos com participação direta nas decisões, sejam legislativas, políticas ou jurídicas, proporcionavam a sustentação da estrutura democrática. Nessa perspectiva, Atenas foi a cidade em que se consolidou a democracia a partir do governo de Clístenes, aristocrata e progressista que liderou uma revolução contra o último tirano de Atenas, Iságoras, e iniciou as reformas que permitiram a implementação da democracia nessa cidade-estado. É de Clístenes a ideia de isonomia, um dos pilares da democracia moderna, cujo princípio é a igualdade dos cidadãos perante a lei. Além da isonomia, a concepção de democracia grega requer alguns outros valores, quais sejam, a isegoria e a isocracia, que equivalem, respectivamente, a igualdade no falar, isto é, o mesmo direito à expressão por qualquer cidadão, e a igualdade no poder, a mesma oportunidade de participação nas instituições democráticas e em suas decisões políticas (Reis, 2018).

Aristóteles, reconhecido como o pioneiro da ciência política, dedicou-se a discutir diversas formas de governo em sua obra, incluindo a democracia em sua multiplicidade de concepções (Reginaldo, 2004). O filósofo argumenta, em *A Política*, que a democracia poderia ser uma forma virtuosa de governo, desde que seja bem regulamentada e que os cidadãos estejam dispostos a compartilhar o poder de maneira equitativa. Todavia, assim como Platão, embora de maneira mais otimista, Aristóteles também considerava a democracia como uma forma inferior de governo e suscetível à corrupção, embora não a considerasse injusta ou ruim, como considerava a tirania e a oligarquia<sup>8</sup>.

De acordo com o pensamento de Aristóteles, a democracia era a forma de governo em que a maioria dos cidadãos deveria exercer o poder político. No entanto, Aristóteles argumentava que a maioria nem sempre seria capaz de tomar as melhores decisões para o bem comum da sociedade, já que as escolhas, frequentemente, eram influenciadas por interesses particulares em vez de interesses coletivos. Ele enfatizava que o ponto forte da democracia estava na participação cidadã e na alternância de poder. Ainda assim, Aristóteles alertava que a democracia só poderia se sustentar e perdurar se houvesse uma colaboração entre as elites ricas e a população em geral, indicando que este sistema só existiria enquanto fosse conveniente para as elites, isto é, “a democracia só pode subsistir e conservar se houver o concurso dos ricos e populares” (Reginaldo, 2004, p. 262).

Portanto, Aristóteles ofereceu uma visão mais matizada sobre a democracia, reconhecendo suas virtudes, mas também suas limitações e desafios, especialmente, relacionados à influência de interesses particulares e à necessidade de uma colaboração equilibrada entre diferentes segmentos da sociedade para sua manutenção. Em síntese, a visão de Aristóteles sobre o conceito de democracia é crítica, porém não inteiramente negativa. O filósofo reconhece as limitações inerentes a esse sistema de governo, ao mesmo tempo em que enxerga seu potencial na promoção da virtude cívica e da justiça social. No entanto, destaca que esse potencial só pode ser alcançado se a democracia for bem regulamentada e se os cidadãos estiverem dispostos a exercer o poder de maneira alternada, sábia e responsável.

Ainda na Antiguidade, é importante mencionar as estruturas estabelecidas na República Romana, que perdurou aproximadamente de 509 a.C. até 27 a.C. e apresentava certos princípios em seu sistema político que tinham características democráticas. O poder político era exercido por meio de uma combinação de instituições e procedimentos, que incluíam a eleição de

---

<sup>8</sup> Outras formas de governo na Grécia Antiga discutidas pelo filósofo ao longo de sua obra. Sendo a tirania uma forma ilegítima e autoritária de governar e a oligarquia uma forma de governo degenerada da aristocracia, um governo feito pelos ricos (Reginaldo, 2004).

magistrados, a participação de um Senado e a realização de assembleias. A maioria dos cidadãos romanos, principalmente homens adultos e livres, tinha o direito de participar dessas instituições e votar em diversas questões políticas (Holland, 2010).

No entanto, de forma similar à Grécia Antiga, a participação política estava restrita a uma parcela reduzida da população, excluindo mulheres, escravos, estrangeiros e muitos outros não considerados como cidadãos. Além disso, mesmo entre os cidadãos, havia diferentes graus de participação e influência política, inspirados pela riqueza, posição social e alianças políticas. Portanto, embora a República Romana tenha apresentado características democráticas, também continha elementos de oligarquia, com o poder concentrado nas mãos de uma elite aristocrática. Com o passar do tempo, as tensões entre a participação democrática e o poder oligárquico resultaram em uma série de conflitos e mudanças políticas, que culminaram no estabelecimento do Império Romano em 27 a.C., quando Augusto se tornou o primeiro imperador de Roma (Holland, 2010).

Com o estabelecimento do Império Romano, houve mudanças no sistema político e a participação popular na tomada de decisões diminuiu consideravelmente. O poder passou a ser centralizado no imperador e em suas instituições administrativas, marcando a transição para uma forma de governo autocrática (Holland, 2010).

Com o término da Antiguidade e o início do Período Medieval, os princípios da democracia como forma de governo foram substituídos por modelos de poder baseados na monarquia e no feudalismo, com uma estrutura hierárquica forte e a concentração da autoridade na nobreza e na Igreja Católica (Le Goff, 2005). Somente durante a Era Moderna, é que surgem novas ideias e movimentos reivindicando alguns dos princípios da democracia como práticas político-governamentais, como na República de Florença na Itália, ainda no século XII (Bruni, 2016).

Durante a transição da Era Moderna para a Contemporânea, a ideia de igualdade e participação política se tornou uma demanda popular. Com a ruptura causada pela Revolução Francesa com o Antigo Regime monárquico, no século XVIII, a disseminação dos ideais revolucionários de liberdade, igualdade e fraternidade foi crucial para o surgimento de diferentes sistemas de poder, como a República Francesa estabelecida durante o período revolucionário (1792), considerada um passo significativo em direção à democracia moderna (Furet, 1989).

No contexto da transição entre eras, é essencial considerar o impacto das Revoluções Liberais e sua relevância para as democracias modernas. Essas revoluções constituíram um conjunto de movimentos e eventos que se desdobraram principalmente nos séculos XVIII e

XIX, provocando uma transformação profunda nos âmbitos político, social e econômico ao redor do mundo. Buscando estabelecer princípios de liberdade individual, igualdade perante a lei, direitos civis e uma participação política mais abrangente, as Revoluções Liberais foram fortemente influenciadas pelas ideias iluministas. Seu propósito era contrapor os sistemas monárquicos absolutistas e os regimes autoritários até então predominantes.

Hobsbawm (2013) investiga a interconexão das revoluções que ocorreram no período abordado entre 1789 e 1848, além de como elas influenciaram o desenvolvimento político, social e econômico da época. O autor analisa ainda as transformações que se desdobraram na Europa e no mundo durante essa fase, destacando a emergência do nacionalismo, as alterações nas estruturas de classe e as lutas por democracia e direitos humanos.

Nesse contexto, as Revoluções Liberais, que seguiram os ideais da Revolução Francesa (1789-1799) e foram antecipadas pela Revolução Americana (1775-1783/Estados Unidos), marcaram o fim das estruturas do Antigo Regime, incluindo a mudança da classe dominante para a burguesia, o surgimento das monarquias constitucionais como novas instituições e a conquista da independência por diversos territórios. No século XVIII, o pensamento liberal enfatizava o progresso baseado na liberdade individual e coletiva, em oposição à autoridade absoluta do poder monárquico ou religioso. Esse movimento, de acordo com Hobsbawm (2013), promoveu um conjunto de liberdades e garantias apoiadas na Razão, em contraposição à Tradição, e se fundamentou no Direito Natural em detrimento dos privilégios de classe.

As Revoluções Liberais desempenharam um papel crucial na configuração das democracias modernas e na disseminação dos valores democráticos e liberais, que ainda são prestigiados nos dias de hoje. Também introduziram princípios essenciais, como igualdade perante a lei, direitos individuais, liberdade de expressão e participação política abrangente, os quais constituíram os alicerces das futuras democracias. Além disso, contribuíram para restringir os poderes arbitrários e absolutistas dos monarcas e governantes, substituindo tais sistemas por governos baseados na separação de competências governamentais e na responsabilidade perante os cidadãos. Muitas dessas revoluções resultaram na criação de instituições democráticas, como parlamentos e sistemas eleitorais, que possibilitavam a participação ativa dos cidadãos nas decisões governamentais, a exemplo dos Estados Unidos. Portanto, as Revoluções Liberais impulsionaram os valores democráticos, restringindo o poder do governo e estabelecendo sistemas políticos que colocaram ênfase na participação cidadã e na salvaguarda dos direitos individuais.

Considerando abordagens mais contemporâneas sobre a concepção de democracia, é relevante explorar as análises propostas por pensadores como Robert Dahl (2012) e Jacques

Rancière (2014), os quais têm pontos de convergência e divergência em relação a esse assunto. Embora ambos concordem acerca da trajetória desse sistema, que consideram contínua e essencial, suas perspectivas divergem quando se trata da representação política e do envolvimento da população na construção da democracia.

Em *A Democracia e seus Críticos*, Dahl (2012) discute sobre as características essenciais do regime democrático, incluindo a igualdade política, a participação e a competição. Sendo um dos principais teóricos sobre a democracia moderna, o autor argumenta que esse sistema é a forma mais legítima e eficaz de governar, no entanto, ela também manifesta desafios e limitações. O cientista político preconiza uma teoria em que a democracia é tida como um sistema que deve garantir a igualdade de participação política, a inclusão de todas as vozes na tomada de decisões e a transparência das instituições (Dahl, 2012).

Dahl (2012) sustenta que neste sistema é essencial que haja competição política e que ocorra a representação institucional do povo para o exercício do poder. Isso seria necessário porque, de acordo com o autor, é impossível que todos os cidadãos participem diretamente das decisões políticas, especialmente em sociedades complexas e massificadas. Apesar disso, o teórico salienta que a representação deve ser baseada em eleições livres e justas, com um sistema de partidos políticos que representem as diversas visões e interesses da sociedade. A representação precisa também ser acompanhada por outras formas de participação cidadã, como o acesso à informação, a possibilidade de se manifestar com críticas e protestos, a participação em grupos de pressão e a utilização de instrumentos de democracia direta, como referendos e plebiscitos. A combinação de representação institucional com outras formas de participação cidadã é fundamental para garantir uma democracia saudável e efetiva (Dahl, 2012).

Rancière (2014), filósofo francês contemporâneo conhecido por suas análises políticas e reflexões sobre arte e educação, adota uma perspectiva crítica em relação à democracia. O autor propõe uma concepção profundamente igualitária na política. Em sua obra *O Ódio à Democracia*, Rancière (2014) sustenta que a democracia é um sistema político fundamentado na igualdade, no entanto, ele argumenta que esse modelo não é algo finalizado e perfeito. Em vez disso, a democracia é tida pelo autor como um processo contínuo de luta pela igualdade, que implica na constante redefinição do significado de igualdade e liberdade. Conforme Rancière, a democracia é um regime que deve viabilizar a participação de todos na vida política, independentemente de sua posição social, econômica ou cultural.

Rancière também destaca a presença e a importância da dissensão na democracia. Segundo o teórico, a política democrática não se baseia em uma harmonia predefinida entre diferentes interesses e visões de mundo, mas sim em uma tensão contínua entre diversas formas

de subjetividade e as forças de poder que buscam restringi-las (Rancière, 2014). Para o pesquisador, a democracia é caracterizada como uma prática de resistência e contestação, não apenas no âmbito político, mas em todas as esferas da vida, demandando a participação ativa dos cidadãos na esfera pública. Nesse contexto, a divergência de Rancière em relação a Dahl (2012) reside na discordância do filósofo em relação à visão do cientista político de que todos podem ser igualmente representados por uma instituição ou poder constituído. Rancière acredita que a participação política deve ir além das estruturas formais, englobando também aqueles tradicionalmente excluídos do processo político (Rancière, 2014).

Rancière também investiga, em seus estudos, a crise do sistema democrático na contemporaneidade e critica as abordagens políticas convencionais que, em sua visão, minam a credibilidade da democracia como um sistema eficaz (Rancière, 2014). O autor reverbera que as críticas existentes à democracia se baseiam em premissas equivocadas sobre a natureza desse sistema e que muitas vezes são usadas para justificar regimes autoritários e antidemocráticos. O teórico argumenta ainda que a democracia é um processo de constante emancipação, que deve ser construído e reinventado continuamente. Portanto, Rancière propõe uma reflexão sobre as potencialidades de uma política democrática radical, que leve em consideração as necessidades das classes subalternas e questione as estruturas de poder que perpetuam a desigualdade social (Rancière, 2014).

Ao longo do curso da história, o conceito de democracia foi sendo ressignificado de acordo com diversas realidades políticas e sociais. Nesse contexto, é relevante destacar uma perspectiva compartilhada por Dahl em outra de suas obras, intitulada *Sobre a democracia*. De acordo com o cientista político, a “democracia tem significados diferentes para diferentes povos, em diferentes épocas e lugares” (Dahl, 2001, p. 13). Isso implica que as alternativas mencionadas pelo autor devem ser consideradas ao comparar as manifestações de democracia em diferentes contextos temporais e espaciais. Em síntese, cada período ou local teve e/ou possui sua própria compreensão de democracia.

Embora tenha havido e haja diferentes perspectivas de democracia, conforme evidenciado pelas concepções apresentadas, esse sistema permanece enfrentando desafios novos e em curso à medida que a sociedade passa por mudanças. Contudo, é um modelo de governo amplamente valorizado e apoiado como o mais adequado para atender aos interesses coletivos, tanto por acadêmicos estudiosos do assunto quanto por ativistas, políticos e pela grande maioria das pessoas. Decerto, esse modelo de governo pretende garantir a participação ativa dos cidadãos, proteger os direitos civis e individuais, promover a igualdade de oportunidades e assegurar a alternância pacífica de poder. Ainda que existam perspectivas

contrárias à sua eficácia, além de alternativas propostas ao sistema democrático, a democracia é amplamente vista como um valor fundamental em grande parte das sociedades ocidentais. Ela está enraizada em várias constituições ao redor do mundo.

A democracia moderna, portanto, é um arranjo político no qual o poder é exercido através da participação dos cidadãos. Isso pode se manifestar de diferentes maneiras, como na democracia representativa, em que os cidadãos elegem representantes para tomar decisões políticas que reflitam seus interesses e opiniões, e na democracia participativa, na qual os cidadãos têm voz direta por meio de plebiscitos, referendos, conselhos e audiências públicas. Essas formas de democracia não são mutuamente exclusivas e podem coexistir, como é observado no cenário político brasileiro desde a promulgação da Constituição de 1988, conforme mencionado anteriormente. No entanto, é imperativo assegurar que a participação dos cidadãos nos processos políticos seja igualitária e justa. O diálogo sobre o significado e a prática da democracia deve ser constante e deve se adaptar à medida que a sociedade também se modifica.

Diante das reflexões apontadas acerca da democracia, é válido frisar a teoria desenvolvida por Haggard & Kaufman (2016) denominada de *Síndrome da Democracia Fraca*. Nessa tese, os teóricos apontam que em muitos países as instituições democráticas podem estar teoricamente em funcionamento, mas na prática, totalmente fragilizadas. O que pode indicar uma vulnerabilidade da democracia. Essa síndrome, de acordo com os autores, pode levar a uma crise de governança e confiança pública nas instituições democráticas, além de enfraquecer a capacidade do Estado de atender às necessidades dos cidadãos.

De acordo com Haggard & Kaufman (2016), um sintoma de fragilidade democrática é a emergência de cenários de retrocesso autoritário. Tal situação é resultada da interseção de diversos fatores. A exemplo da má governança e corrupção que contribuem para a decadência das instituições democráticas. Além disso, a destruição dos direitos civis e políticos, como a liberdade de expressão e de imprensa, juntamente com o desrespeito aos direitos humanos também desempenham um papel importante na decadência democrática.

A tentativa de fraudes eleitorais, manipulações políticas, o crescimento do populismo e do autoritarismo, bem como a polarização ideológica também desafiam a estabilidade democrática. O histórico de pretorianismo, caracterizado pela incapacidade dos governos democráticos em controlar as forças militares, é outro fator apontado pelos autores. Além disso, o desempenho econômico insatisfatório e a ocorrência de crises financeiras recorrentes podem minar a confiança nas instituições democráticas. Todas essas questões contribuem para o enfraquecimento do sistema democrático. Desse modo, Haggard & Kaufman (2016) ressaltam

a importância de abordar e enfrentar esses desafios a fim de preservar a integridade das democracias.

Na conjuntura recente do Brasil, diversos desses elementos, mencionados pelos autores em sua teoria, estiveram no centro do cenário político-econômico do país. Um destaque importante foi o ressurgimento do forte apelo ao militarismo, conforme observado em pesquisa anterior (Aguiar-Santos, 2020). Nesse contexto, as características identificadas por Haggard & Kaufman (2016), como a fragilidade democrática devido a retrocessos autoritários, corrupção, desrespeito aos direitos civis e aos direitos humanos, entre outros fatores, também foram relevantes no recente panorama nacional.

Ainda nessa esteira, de acordo com a Transparência Internacional, que publica anualmente relatório com o Índice de Percepção de Corrupção (IPC, 2022), o Brasil enfrenta desafios relacionados à governança, com casos de corrupção que abalam a confiança nas instituições democráticas. Além disso, os conflitos em torno dos direitos civis, da liberdade de expressão e do uso das forças militares também contribuem para um ambiente político polarizado e fragilizado em nosso país. “A polarização, por sua vez, tem repercussões nas adesões ideológicas dos eleitores. A polarização amplia a diferenciação e distanciamento entre campos e a maior homogeneização interna de cada campo (Rennó, 2022, p. 16). A polarização, aliás, é uma característica marcante de nossa atual conjuntura, gerando tensões e dificultando a busca por consensos.

A pesquisa anterior (Aguiar-Santos, 2020) destaca a influência do apelo ao militarismo na sociedade brasileira, apontando para uma dinâmica política que tem ressoado com as preocupações de retrocesso democrático e autoritarismo, também mencionadas por Haggard & Kaufman (2016) acerca da fragilização da democracia. Em suma, a conjuntura recente do Brasil ilustra muitos dos elementos discutidos pelos autores, corroborando a importância de compreender e enfrentar esses desafios para garantir a manutenção e fortalecimento das instituições democráticas brasileiras.

É possível pensar que após a experiência de uma ditadura, como a ocorrida no Brasil entre 1964 e 1985, a democracia seja percebida como um anseio coletivo, em que os valores democráticos sejam os mais razoáveis e estimados para uma coexistência plena em sociedade. Entretanto, regimes ditatoriais, autoritários ou totalitários têm uma tendência histórica a emergir e recuar, principalmente, quando associados ao militarismo. Nota-se que no Brasil, a partir da Proclamação da República, em 1889, episódios desse tipo tornaram-se recorrentes.

Ao longo da história nacional, os militares têm desempenhado um papel ativo nas questões políticas nacionais. Essa participação manifestou-se de diversas maneiras, incluindo

intervenções armadas, nomeações de militares para cargos influentes, seja por razões de confiança ou expertise técnica, e até mesmo por meio de eleições diretas. Para compreender melhor esse contexto, é essencial examinarmos a trajetória do militarismo no Brasil.

## 1.2 A persistente ameaça do militarismo à democracia brasileira

Com forte inspiração portuguesa acerca do protagonismo dos militares nos lugares de poder, o território brasileiro, ao escapar da dominação europeia, não se esquivou de garantir benefícios e privilégios para a classe militar e, posteriormente, a qualquer sinal de insatisfação dessa classe em relação a esses proveitos, garantia ela mesma tais regalias, por meio de suas próprias condutas. Acerca desse aspecto, Silva Neto (2019) assegura que

[...] o campo militar se apresentou desde o império como local de intensos debates e posicionamentos; ora reformistas, ora defendendo a manutenção do *status quo*. Na complexificação histórica deste processo, o período conhecido como Primeira República, compreendido entre 1889 e 1930, teve uma participação preponderante dos militares. Primeiro porque foram eles quem garantiram a derrocada do Império, assumindo o comando do Brasil em 1889 e nos três anos subsequentes; também porque foram os militares que em 1930, depois de mais de 30 anos de governos civis, retomaram o poder (Silva Neto, 2019, p. 21).

A começar pela Proclamação da República, em 1889<sup>9</sup>, muitas outras intervenções militares ocorreram no Brasil, a exemplo dos movimentos tenentistas, que aconteceram em pelo menos dois momentos históricos no país. O primeiro momento calhou exatamente com o tenentismo republicano, que possibilitou o fim do Império. O segundo movimento tenentista ocorreu entre os anos 1922 e 1930 e suscitou uma série de revoltas iniciadas por oficiais de baixa e média patentes do Exército, insatisfeitos com o governo da então vigente República Oligárquica, o que alçou os ideais para a consolidação da Revolução/Golpe de 1930<sup>10</sup>, início da Era Vargas.

<sup>9</sup> A ascensão do Marechal Deodoro da Fonseca à presidência da imediata República em 1889 é entendida por muitos historiadores como um golpe de estado dado pelos militares.

<sup>10</sup> Movimento liderado pelos estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul que depôs Washington Luís da presidência e impediu que o eleito, Júlio Prestes, fosse empossado, alegando haver fraude nas eleições. Getúlio Vargas assumiu o governo provisório, mas, com demasiados poderes, permaneceu governando por decretos. Sem participação popular, denomina-se o episódio também de golpe de estado.

Importa aludir que no ínterim da República do Café com Leite<sup>11</sup>, houve o movimento denominado *Hermismo*, quando o Brasil foi governado durante quatro anos pelo militar Hermes da Fonseca. No entanto, ao contrário do que aconteceu a partir de 1889, Hermes não deu um golpe de estado como seu tio Deodoro<sup>12</sup>, mas sim foi eleito ao derrotar Rui Barbosa, no âmbito da política das candidaturas sustentadas pelos estados de Minas Gerais e São Paulo, que alternavam entre seus representantes os mandatários do país.

No decorrer da Era Vargas, os militares também se mantiveram em cena, ora colaborando com o presidente, ora como oposição. Conforme Silva Neto (2019), militares do movimento tenentista que apoiaram o golpe de estado de 1930 tornaram-se opositores após o governo se atentar somente aos “trabalhadores das grandes cidades. [...] para os militares, Vargas preferiu aderir a uma agenda populista, ao invés de manter o Brasil num caminho de ordem e desenvolvimento alicerçado em sólidos princípios nacionais” (Silva Neto, 2019, p. 35). Por conta dessa efervescência, muitos historiadores sustentam que a morte por suicídio de Getúlio Vargas, em 1954, pressionado por diversos setores políticos do país, principalmente pela ala militar, adiou em dez anos o golpe de estado que já estava sendo gestado pelas Forças Armadas desde aquele momento.

Posteriormente, com a eleição, em 1955, e o governo de Juscelino Kubitschek e João Goulart como presidente e vice-presidente, respectivamente, um ano após o suicídio de Getúlio Vargas, as atividades militares prosseguiram. Dentro das Forças Armadas havia alas mais conservadoras, descontentes com o modelo de governo implementado desde a era Vargas, tramando maneiras de impedir a posse dos eleitos. No entanto, essa não era uma aspiração compartilhada por todas as facções das Forças Armadas. Uma dessas partes estava inclinada a apoiar a manutenção da legalidade e a continuidade do processo democrático. Esse grupo acreditava que o Exército deveria respeitar a autoridade estabelecida legalmente no país, o que possibilitou a garantia dos resultados eleitorais (Silva Neto, 2019).

Entretanto, em 1964, os militares firmaram seu domínio no poder de forma definitiva, deixando a condição de apenas atores coadjuvantes nas decisões políticas para assumirem o papel de protagonistas com um controle institucional soberano e autoritário em relação ao

---

<sup>11</sup> República Oligárquica e República do Café com Leite são termos que equivalem ao mesmo período da república brasileira, quando as oligarquias agrárias e da pecuária bovina dos estados de São Paulo e Minas Gerais alternavam representantes como presidentes do Brasil.

<sup>12</sup> Hermes era sobrinho do Marechal Deodoro da Fonseca, primeiro presidente do Brasil após o golpe militar de 1889. Foi eleito, mesmo sendo gaúcho, durante a República Oligárquica, deixando os paulistanos insatisfeitos com a volta de um militar ao poder. Isso acabou enfraquecendo as relações das elites mineiras e paulistas, e a própria continuidade desta política de alternância. Hermes fez jus a sua formação militar e fez um governo de imposições, trocando grupos políticos que ameaçavam a soberania das elites agrárias em vários estados do país.

Brasil. A intervenção militar das Forças Armadas no governo de João Goulart, então presidente<sup>13</sup>, foi justificada com o objetivo de evitar a iminente suposta implantação de um sistema de produção comunista no Brasil. Os militares e as instâncias que apoiaram a quebra da ordem democrática naquela época alegavam que tal sistema resultaria em uma ditadura de orientação esquerdista no país (Indursky, 2013). Consequentemente, durante um período de 21 anos, as Forças Armadas atuaram de forma autoritária para assegurar sua supremacia, instaurando uma ditadura de natureza civil-militar que perdurou até 1985. Somente nesse ano, foi possível garantir a transferência do poder executivo para um líder civil, embora de maneira indireta<sup>14</sup>.

É necessário pontuar que o discurso anticomunista funcionou vigorosamente nos momentos que antecederam a instauração do regime militar, considerando a conjuntura da Guerra Fria e o apoio dos Estados Unidos na efetivação da deposição de João Goulart. O fato de o presidente anunciar reformas de base, para diminuir a concentração de renda e de terra no país, fez ligar o alerta dos setores mais conservadores do Brasil, indicando a possibilidade de as políticas defendidas por João Goulart serem comunistas e, diante disso, era preciso impedi-lo. No entanto, historiadores indicam que uma imposição do comunismo no país não fazia parte dos ideais das esquerdas brasileiras daquele período (Sá Motta, 2019).

Multidões de civis apoiaram o golpe militar de 1964. Passeatas, marchas com participação de partidos políticos, líderes empresariais, religiosos e entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) se engajaram pela causa. Segundo estudiosos do regime militar, isso confirma que o golpe teve a efetiva participação da sociedade civil (Brito, 2018). A instauração do novo sistema teve clamor e apoio do povo.

Durante o período militar, houve a difusão do autoritarismo e o cerceamento dos direitos civis de muitos grupos e indivíduos da sociedade brasileira, principalmente aqueles que iam de encontro ao regime, como seus opositores políticos (Souza; Dias, 2018). A partir de sua implementação, a Ditadura Civil-Militar brasileira foi marcada pela violência para combater aqueles que resistiam ao regime, a exemplo de prisões arbitrárias, torturas, estupros e

---

<sup>13</sup> O golpe civil-militar de 1964 foi orquestrado por militares, bem como por interesses empresariais, estadunidenses e civis, contrários às políticas reformistas do então presidente João Goulart, popularmente Jango, que havia sido eleito vice-presidente novamente (1960), e já tinha assumido o governo diante da renúncia de seu antecessor Jânio Quadros.

<sup>14</sup> Tancredo Neves foi escolhido pelo colégio eleitoral como o primeiro presidente civil desde o golpe de 1964, ele era tido como um articulador entre as Forças Armadas e a oposição, no entanto, teve complicações de saúde e alguns erros médicos em seu tratamento, na véspera da posse presidencial foi internado, mas não resistiu e morreu, o que fez com que o vice José Sarney assumisse o mandato em definitivo, pois já estava governando interinamente desde o internamento do presidente eleito.

assassinatos, crimes cometidos por integrantes das forças militares e policiais, principalmente nas grandes cidades e nas capitais do país (Souza; Dias, 2018).

Nos primeiros anos do regime, direitos políticos foram suprimidos e uma censura rigorosa foi imposta aos meios de comunicação, assim como à expressão cultural, literária e artística da população. Uma das principais ferramentas utilizadas pelos militares para manter seu poder autoritário foi a promulgação dos atos institucionais, que funcionavam como uma espécie de constituição oficial do regime, totalizando dezessete atos ao todo. Dentre eles, se destaca o Ato Institucional nº 5 (AI-5), emitido em 13 de dezembro de 1968. O AI-5 é considerado o decreto mais rígido desse período ditatorial, pois resultou no fechamento do Congresso Nacional, permitiu a cassação de mandatos eletivos e nomeou interventores para estados e municípios, transferindo exclusivas atribuições legislativas aos presidentes/ditadores durante o regime militar.

Conforme argumenta o historiador Reis Filho (2014), surgiu um consenso em torno da concepção de que a última ditadura no Brasil teve a duração de 21 anos e foi encerrada com a eleição indireta de Tancredo Neves em 1985. Esse entendimento se baseia na ideia de que a eleição de um civil para o cargo presidencial, em vez de generais militares, marcou o término do período ditatorial de caráter majoritariamente militar. No entanto, o historiador questiona essa demarcação temporal, pois, segundo sua análise, a partir da revogação dos atos institucionais em 1979, iniciou-se um período de transição em direção à democracia, que culminou com a aprovação da nova Constituição em 1988.

Reis Filho (2014) argumenta que entre 1979 e 1988 não existia mais uma ditadura, porém, tampouco havia uma plena democracia no país. O autor apresenta essas reflexões para destacar como a classe política e a sociedade brasileira influenciaram a percepção de que o fim da ditadura coincidiu com a eleição de um civil, para assim delinear o regime autoritário como exclusivo das presidências militares.

Alguns historiadores compartilham de uma perspectiva semelhante à apresentada por Reis Filho (2014), argumentando que o regime militar brasileiro foi considerado uma ditadura somente durante a vigência do Ato Institucional nº 5, promulgado em 1968 pelo então presidente Artur Costa e Silva, e revogado em 1978 durante o governo de Ernesto Geisel. A revogação do AI-5 marcou o início do processo de abertura política que conduziu à transição democrática.

Essa mesma linha historiográfica também argumenta que a ditadura não foi exclusivamente militar, mas sim uma construção histórica complexa, que envolveu a participação e conivência de diversos setores da sociedade, como a imprensa. Assim, a ditadura

não pode ser dissociada da participação civil, tanto no momento do golpe quanto ao longo de sua vigência. Para Reis Filho (2014), “a ditadura no Brasil, até pelo longo período que durou, foi uma construção histórica. Impossível compreendê-la sem trazer à tona suas bases políticas e sociais - múltiplas e diferenciadas” (Reis Filho, 2014, p. 128). Essa visão historiográfica ressalta a complexidade da ditadura brasileira, enfatizando a participação de diversos atores e fatores na sua configuração e desdobramento ao longo do tempo.

Além disso, Reis Filho (2014) aponta que a construção da memória em torno da ditadura buscou uma reconciliação nacional que obscurecesse as bases sociais que sustentaram o regime autoritário. Personalidades notoriamente ligadas ao ideal democrático nos momentos finais da ditadura, como Ulysses Guimarães, Juscelino Kubitschek e até mesmo José Sarney<sup>15</sup>, bem como instituições como a OAB e a CNBB, que haviam apoiado os militares durante a destituição do presidente João Goulart, não desejavam mais ser lembrados como participantes desse movimento quando o regime começou a se desintegrar.

A partir da década de 1970, o apoio à Ditadura Civil-Militar começou a se enfraquecer, evidenciando uma contradição na sociedade entre apoio e oposição ao regime ditatorial. Isso ocorreu porque

[...] parcelas ponderáveis preparavam-se para entrar alegremente no banquete do ‘milagre econômico’. Simpatizavam com a luta pelas liberdades democráticas, mas havia limites que não tinham condições de transpor nem desejavam fazê-lo. ‘Caminhavam’ com Geraldo Vandré, mas também gostavam de passear de ‘Calhambeque’ com Roberto Carlos. Apreciavam o teatro e a poesia da pobreza e do engajamento, mas começavam a se embalar nas novelas da TV Globo. Revoltavam-se contra a repressão, mas eram atraídos pelas oportunidades do novo ciclo de prosperidade (Reis Filho, 2014, p. 64-65).

---

<sup>15</sup> Ulysses Guimarães se tornou uma personalidade histórica de referência em relação ao restabelecimento da democracia após o regime militar, mesmo depois de ter sido um dos apoiadores do golpe em 1964. Arrependido, se tornou forte opositor da ditadura. Atuou como o presidente da Assembleia Nacional Constituinte de 1987–1988 que elaborou a nova constituição democrática do país. Vítima de um acidente de helicóptero em 1992, Ulysses Guimarães jamais teve seu corpo encontrado. Juscelino Kubitschek (JK), diante do golpe de 1964, se comprometeu politicamente em apoiar Castelo Branco a terminar o mandato do deposto João Goulart, acreditando que poderia retornar ao poder nas próximas eleições. No entanto, em junho do mesmo ano, teve os seus direitos políticos cassados e as eleições, que pretendia ganhar, foram canceladas pelo presidente militar. Foi exilado, perseguido e tornou-se forte opositor do regime. Em 2013, a Comissão Municipal da Verdade de São Paulo - SP levantou a hipótese de que o acidente automobilístico que provocou a morte do ex-presidente JK em 1976, foi, na verdade, um assassinato forjado pelos militares. José Sarney apoiou todos os presidentes militares durante a ditadura, foi o primeiro civil a governar o país após o regime. Foi eleito indiretamente como vice-presidente de Tancredo Neves, morto antes de tomar posse, e assumiu o comando do país no lugar dele, sendo oposição aos ditadores somente poucos meses antes disso. Sarney está vivo e tem 93 anos de idade em 2023.

Reis Filho (2014) argumenta que a designação “ditadura militar” é atribuída devido ao fato de que líderes e instituições, que anteriormente toleraram e apoiaram a ascensão ao poder e a consolidação do novo sistema de governo feito pelos militares, passaram para a oposição, posteriormente. Assim, ao chamar o período de “ditadura militar”, tentam escapar da responsabilidade e se desvincular das relações iniciais que tiveram com o regime. Portanto, o autor considera mais apropriado referir-se ao período simplesmente como “ditadura”, embora outros historiadores adeptos a essa visão, a exemplo de Magalhães; Dias & Santos (2022) usem a denominação “Ditadura Civil-Militar” para abordar o regime, a qual também optamos por usar neste estudo.

A decisão pela utilização da denominação “Ditadura Civil-Militar” no decorrer deste trabalho, para se referir ao período do regime militar, se faz relevante devido à concordância com essa corrente historiográfica, adotada por Reis Filho (2014) e por Magalhães; Dias & Santos (2022), que partem da perspectiva de apreço às operações da memória, isto é, diante de como os militares governaram e como suas ações naquele período afetaram os grupos da sociedade que apoiaram o golpe em 1964, são necessárias e impostas algumas reflexões mais aprofundadas acerca da memória histórica de nosso país. Nesse sentido, é preciso que os termos *civil-militar* se refiram não apenas para identificar o golpe inicial realizado pelas Forças Armadas com apoio popular, em 31 de março de 1964, mas também a ditadura de 21 anos que perdurou posteriormente.

É necessário reforçar que Reis Filho (2014) não rejeita a premissa de que os militares estiveram no comando das decisões nacionais durante toda a vigência do regime ditatorial. No entanto, ele critica a ideia de ignorar a participação civil, empresarial, religiosa e midiática que desempenhou um papel fundamental na consolidação da ditadura por tanto tempo. O autor acrescenta que negar essa participação equivale a ocultar das memórias nacionais o envolvimento de indivíduos e organizações de diversos setores da sociedade que ainda têm destaque nacional até os dias atuais. Compreender essa discussão é fundamental para perceber que o processo de redemocratização no Brasil após a ditadura de 1964 não foi um caminho linear e claro. Isso contribuiu, principalmente, para que o discurso militarista-ditatorial continuasse a influenciar o cenário mesmo durante a transição entre os dois regimes de governo e persistisse após a consolidação da democracia sob nova constituição.

As discussões propostas por Reis Filho (2014) têm como objetivo um alerta para a defesa democrática em nosso tempo, pois segundo o autor, “não há como se libertar da ditadura sem pensar nela” (Reis Filho, 2014, p. 171). Essa afirmação se refere às críticas direcionadas à visão historiográfica que limitou a responsabilidade do período de governo militar a uma

decisão unicamente tomada pelas Forças Armadas. Reis Filho sugere e reforça que essa perspectiva foi imposta para eximir a sociedade civil de sua participação e aceitação do regime autoritário.

Cabe ainda esclarecer que há uma perspectiva historiográfica, referente à duração do regime militar, que aponta a ditadura como ocorrida durante todo o período em que os presidentes foram eleitos indiretamente e possuíam alguma patente nas Forças Armadas, compreendendo os anos de 1964 até 1985. Carlos Fico (2015), que não concorda que o regime se deu apenas sob a vigência do AI-5, argumenta que desde os primeiros anos do regime, medidas autoritárias foram adotadas, como cassações, exonerações e prisões, e não só apenas na vigência de dez anos do quinto ato institucional (1968-1978). Durante todo o período de 1964 a 1985, os militares controlaram a política do país, inclusive decidindo quando e de que forma o poder seria transferido aos civis. Segundo essa visão, houve um golpe civil-militar e uma ditadura somente militar. Independentemente das divergências nas abordagens historiográficas, em qualquer perspectiva científica, assegura-se que o Brasil passou por um incontestável período ditatorial.

Após o fim da Ditadura Civil-Militar, o Brasil iniciou um processo de redemocratização que visava restaurar as liberdades civis, os direitos políticos e as instituições democráticas que haviam sido suprimidos durante os anos de regime autoritário. Esse período de transição foi marcado por desafios políticos, sociais e econômicos complexos, uma vez que a sociedade buscava consolidar uma democracia estável e participativa. No entanto, a redemocratização também enfrentou desafios para se estabelecer uma cultura democrática e a superação de resquícios autoritários. A sociedade brasileira teve que lidar com questões relacionadas à impunidade de crimes cometidos durante o regime militar, à reparação das vítimas de abusos e à reconciliação nacional.

Todavia, no decorrer da segunda metade da década de 1980, a consolidação da democracia aparentava ser teoricamente inquestionável tanto pelas instituições quanto por boa parte da sociedade. No entanto, no processo até chegar a esse cenário, a redemocratização do Brasil ocorreu de forma gradual, assemelhando-se à própria ditadura que, apesar de ter sido estabelecida com a alegação de uma intervenção militar rápida para evitar uma suposta ditadura comunista, acabou perdurando por mais de duas décadas.

A morosidade nesse processo de retomada da democracia efetuou-se porque, no interior da própria instituição militar, havia os mais moderados e aqueles militares chamados de linha-dura de comando, a exemplo do presidente Geisel, que deu início à retomada democrática, mas soube andar pelos dois caminhos. Sobre isso, Kinzo (2001) sintetiza:

Geisel foi bem-sucedido ao lidar com ambos os problemas, jogando nas duas direções ao mesmo tempo: de um lado, puniu com a cassação do mandato alguns dos parlamentares de postura oposicionista mais aguerrida, alterou leis eleitorais e procedimentos legislativos para controlar a oposição, apaziguando assim os militares da linha-dura, ao mesmo tempo em que reafirmava seu controle sobre a oposição democrática; de outro lado, reagiu à radicalização dos militares da linha dura, demitindo o comandante das Forças Armadas de São Paulo após a morte por tortura de um jornalista e de um trabalhador metalúrgico, nas dependências dos órgãos de repressão (Kinzo, 2001, p. 5).

A retomada da democracia pode ser observada em três momentos distintos: o primeiro de 1974 a 1982, quando toda a dinâmica de transição ainda estava no comando dos militares e se tentava uma reforma interna no regime. Após 1982, ainda sob o comando militar, civis também começaram a assumir algum protagonismo político, culminando com a eleição indireta de um deles, Tancredo Neves, em 1985. E em 1989, os militares, em tese, se ausentaram do comando político do país.

No primeiro momento, Geisel anunciou o projeto de distensão do regime de forma “gradual e segura”, e algumas medidas começaram a ser tomadas para que isso ocorresse. A diminuição da censura à imprensa foi uma delas, assim como o retorno das eleições legislativas, que acabou culminando em uma notável quantidade de eleitos de oposição aos militares, já apontando o desgaste do regime.

Prosseguindo o traçar das linhas cronológicas acerca da redemocratização, destacamos que em 1979, o último presidente oriundo das Forças Armadas foi João Batista Figueiredo. O general assumiu o poder em meio às greves sindicalistas e sem contar com a legislação de repressão aos opositores do regime, os atos institucionais, entre eles o AI-5. Mesmo assim, houve o fechamento dos sindicatos e a prisão dos metalúrgicos que, ao serem soltos, se tornaram uma espécie de heróis dessa categoria de trabalhadores.

Em 1979, também foi promulgada a Lei da Anistia, que perdoava os crimes dos ditadores e dos opositores da ditadura, permitindo o retorno à vida pública, ainda que de forma limitada, de políticos exilados e de ativistas, artistas e intelectuais de esquerda extraditados pelo regime militar. Além disso, houve ainda a promulgação da Lei de Segurança Nacional, que soltou presos políticos, mesmo não anistiados. Nesse momento também foi aprovada a lei que pôs fim ao bipartidarismo, permitindo a criação de novos partidos políticos. Os governadores dos estados puderam ser eleitos diretamente pelo povo já nas eleições de 1982, e não mais eram nomeados pela ditadura. Uma das evidências do enfraquecimento do poderio militar nessas

eleições foi que a maioria dos candidatos eleitos para o cargo de governador era de oposição ao regime, mostrando a contrariedade da população à ditadura no país.

Além das lutas sindicais enfrentadas pelo presidente Figueiredo em seu mandato, também está a batalha política pelas *Diretas Já*, que exigia, em 1985, a realização das eleições presidenciais com votação popular, e não pela escolha do colégio eleitoral indiretamente. A emenda *Dante de Oliveira*<sup>16</sup> que buscava a instituição das eleições diretas foi posta em votação no Congresso, mas foi derrotada e as eleições ainda se deram de modo indireto naquele ano. Tancredo Neves, presidente, e José Sarney, vice-presidente, ainda que de oposição, tinham boas relações políticas com os militares. Sarney ainda mais, e assim foi empossado, devido à doença e morte de Tancredo.

A nova ordem estabelecida após o fim do período ditatorial não cessou rigidamente as relações estabelecidas entre os setores políticos com as Forças Armadas. A maior parte da sociedade brasileira buscou se apegar aos valores da democracia, negando, inclusive, a colaboração e apoio ao período ditatorial dados por determinados grupos e instituições no início do regime, e até mesmo demonstrando indiferença aos militares, como já discutimos.

Nos governos civis, as principais questões a serem resolvidas estavam voltadas à economia. A crise econômica que já vinha desde o enfraquecimento da ditadura foi crucial para muitos episódios importantes no cenário político durante a redemocratização. A população que havia sentido os efeitos do “milagre econômico”<sup>17</sup> ocorrido no regime militar, nesse momento começa a sentir os impactos negativos diante do aumento da inflação e da desvalorização do poder de compra. O presidente José Sarney foi quem primeiramente enfrentou tais crises. Empossado sem uma sólida legitimidade, já que não teve o respaldo da população através do voto para presidente, e ainda sem um plano de governo consolidado, tendo sido eleito indiretamente para ser vice e não o mandatário principal, Sarney teve sua administração dificultada, sofrendo pressões de vários setores sociais.

Todavia, o grande marco da fase inicial da redemocratização foi a elaboração e promulgação da nova Constituição Brasileira. A Assembleia Constituinte iniciou-se em 1987 e foi construída de forma amplamente democrática, com a sociedade acompanhando cada passo

---

<sup>16</sup> A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 05/1983, popularmente conhecida como “Emenda Dante de Oliveira”, foi apresentada pelo ex-deputado federal Dante de Oliveira (PMDB-MT) com o objetivo de restabelecer as eleições diretas para presidente da República no Brasil. Mesmo com amplo apoio popular, a Proposta de Emenda Constitucional foi rejeitada pela Câmara dos Deputados em 25 de abril de 1984.

<sup>17</sup> O termo se refere ao crescimento econômico ocorrido no Brasil entre os anos de 1968 e 1973, tendo seu pico no Governo de Emílio Médici (1969-1974). Houve aceleração do crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), aumento da industrialização e índices baixos na inflação. Todavia, camuflada pela prosperidade estava a corrupção, a concentração de renda e a exploração da mão de obra da classe trabalhadora.

dado por meio da cobertura da imprensa, além da participação de grupos organizados durante todo o processo. O produto desta assembleia apresentou as garantias necessárias para a consolidação da democracia. A sociedade começa a ter o direito de participar diretamente das decisões por meio de plebiscitos, referendos, projetos de lei de iniciativa popular, e foi desconcentrado o poder do Executivo através do fortalecimento dos poderes Legislativo e Judiciário.

Os avanços nos direitos civis também foram muitos, assim como em relação aos grupos sociais historicamente excluídos do processo de garantia dos direitos básicos, como crianças, mulheres e negros, que pela nova legislação democrática eram deliberadas punições àqueles que os discriminassem. Entretanto, alguns fatores permaneceram sem grandes alterações na nova constituição, a exemplo da reforma agrária e da ala militar. Legalmente, pela Constituição Federal de 1988, as Forças Armadas podem intervir no Estado em meio a uma possível crise institucional e/ou política, caso haja uma solicitação de um dos chefes dos três poderes.

Nesse sentido, a elaboração da nova legislação para o Brasil teve como principal objetivo restabelecer a democracia e, ao menos em tese, tornar ilegal qualquer investida militar em tom de intervenção. No entanto, conforme Zaverucha (2003), foi estabelecida a ideia de que nossa democracia estaria firmemente decretada e o controle civil democrático sobre as forças militares teria sido retomado definitivamente. Desse modo, os militares estariam confinados às instalações militares e não teriam uma participação substancial na vida política do país. Todavia, esse conceito foi forjado, segundo o autor, e com a aprovação de alguns integrantes da comunidade acadêmica, de figuras políticas e de influentes veículos de imprensa.

Acontece que o fato de a nova constituição comportar três capítulos específicos<sup>18</sup> para tratar das Forças Armadas e das suas atribuições converteu-se em propícias vitórias para o militarismo, uma vez que houve a preservação da instituição militar como mantenedora da lei e da ordem, em caso de conflitos internos no país. O que diferencia o estado democrático brasileiro das demais democracias liberais mundo afora, pois em nossa constituição se associou “questões de segurança externa com questões de segurança pública, ou seja, tornaram a militarização algo constitucionalmente válido [...] sendo [os militares] uma importante fonte de poder na política brasileira” (Zaverucha, 1999, p. 2-3, inserção nossa).

No ano seguinte à promulgação da nova constituição, em 1989, a primeira eleição direta ocorreu no país após o fim do regime militar. Fernando Collor foi eleito, sendo excêntrico

---

<sup>18</sup> No Título V da Constituição Federal de 1988, intitulado *Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas*, estão dispostos três capítulos que versam sobre a questão militar, quais sejam, o Capítulo I *Do Estado da Defesa e do Estado de Sítio*, o Capítulo II *Das Forças Armadas* e o Capítulo III *Da Segurança Pública*.

aos militares, mas “bem melhor” opção que seu principal adversário naquelas eleições, Luís Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT). O presidente eleito assumiu o governo e junto com ele vieram as demandas relacionadas às crises social e econômica, já difundidas no país. Denúncias graves de corrupção durante seu mandato levaram multidões às ruas para protestarem e pedirem seu *impeachment*, que ocorreu em 1992, com o Congresso Nacional efetivando o impedimento na busca de uma solução imediata para o fim de toda a crise institucional que estava ocorrendo no país. Mesmo com o *impeachment* do primeiro presidente democraticamente eleito após a ditadura, as Forças Armadas permaneceram respeitando a Constituição, afinal, naquele momento, a “conjuntura internacional [...] não abria muitas possibilidades para se intervir numa situação que poderia ser resolvida democraticamente” (Silva Neto, 2019, p. 47).

O vice-presidente Itamar Franco substituiu Fernando Collor após sua deposição, mas não foi capaz de conter imediatamente o avanço do caos, principalmente econômico, instaurado no Brasil. Tanto é que foi antecipado para abril de 1993, um plebiscito previsto na Constituição para ser realizado somente em setembro do mesmo ano. Esse plebiscito objetivava deixar a população decidir se o Brasil continuaria com o regime de governo presidencialista ou se seria parlamentarista e, ainda, se continuaria como república ou retornaria à monarquia. Houve muita abstenção nesse pleito, mesmo o voto sendo obrigatório, todavia, a maioria da população foi a favor da manutenção do regime republicano e presidencialista.

Num segundo momento do mandato de Itamar Franco, como grande símbolo de seu governo está a estabilização da economia, devido à implementação do Plano Real. Colocado em prática entre os anos de 1993 e 1994, esse plano econômico mudou mais uma vez<sup>19</sup> a moeda nacional e obteve êxito ao barrar a hiperinflação que se arrastava no país, após os fracassados planos anteriores. Fernando Henrique Cardoso (FHC) foi quem arquitetou o Plano Real, como Ministro da Fazenda do governo. Como consequência política do sucesso de seu planejamento econômico, FHC foi lançado como candidato à presidência pela situação, nas eleições de 1994. Com o sucesso do Plano Real, no que concerne à estabilidade inflacionária, a população legitimou o candidato do governo para o cargo mais importante do país naquelas eleições e o reelegeu em primeiro turno quatro anos depois (1998). Ainda assim, devido às crises financeiras

---

<sup>19</sup> Outras mudanças na moeda nacional já haviam sido realizadas, na tentativa de estabilizar a crise financeira que se arrastava no país, até então, todas sem êxito. A história da moeda brasileira inclui o Real Império (1883-1888); o Real República (1889-1942); o Cruzeiro (1942-1967); o Cruzeiro Novo (1967-1970), Cruzeiro, novamente, (1970-1986); o Cruzado (1986-1989); o Cruzado Novo (1989-1990), e mais uma vez o Cruzeiro (1990-1993); o Cruzeiro Real (1993-1994) e por fim, até os dias atuais, o Real (1994-presente).

externas concomitantes mundo afora, que também impactavam o Brasil, as crises econômica e social nacionais não se encerraram, e o presidente teve a sua popularidade ameaçada.

Ao fim do Governo FHC, uma nova agenda política foi alçada no comando do país. Em 2002, Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, é eleito presidente. Lula disputava as eleições presidenciais desde a primeira possibilidade pós-ditadura, em 1989, até então, sem sucesso. Reeleito em 2006, esteve na presidência até 2010, quando passou o comando à sua sucessora, a também petista Dilma Rousseff, que governou por um mandato e meio, de 2011 até sofrer um processo de *impeachment*<sup>20</sup> em 2016.

Os governos de Lula e Dilma não promoveram nenhuma reforma estrutural de Estado, e as Forças Armadas também se mantiveram, relativamente, intramuros dos quartéis, atuando conforme as premissas constitucionais e subordinadas aos presidentes eleitos pelo povo. Cabe salientar uma notável ruptura em relação às comemorações oficiais do aniversário do regime militar, nas datas de 31 de março, interrompidas sob a ordem da presidenta Dilma já no seu primeiro mandato. Como também a instauração da Comissão Nacional da Verdade (CNV), em 2012, instituída para abrir os arquivos secretos da ditadura e produzir um relatório referente às investigações acerca das violações dos direitos humanos ocorridos durante o período ditatorial, O que gerou alguns ruídos em relação ao ego dos militares saudosistas do regime. Nesse contexto, no entanto, o funcionamento das instituições democráticas continuava ocorrendo conforme estabelecia a Constituição.

Contudo, no decorrer desses últimos anos, devido à ampliação do acesso às novas plataformas digitais da *internet*, houve significativa retomada do protagonismo das Forças Armadas e de seus simpatizantes em espaços sociais e democráticos. Um exemplo disso é o retorno das celebrações nos quartéis, nas redes e nas ruas à data de 31 de março de 1964<sup>21</sup>, que haviam sido proibidas por ordem da presidência.

Assim, conforme já apontado, nos últimos anos, a democracia brasileira tem experimentado crescentes e coordenados ataques e tem sido profusamente fragilizada. Nesse cenário, a mídia digital da *internet* vem sendo usada, amplamente, como um aparelho de propaganda para circulação de discursos determinados por ideologias antidemocráticas. Nessa ótica, Pereira, P. & Cortes (2022) asseguram que “a mídia digital é, pois, tanto o instrumento,

---

<sup>20</sup> O *impeachment* da presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, é também considerado e referido na literatura como um golpe de estado. Em concordância com essa perspectiva, neste trabalho, haverá, em algumas ocasiões, a utilização do termo golpe para se referir a esse determinado processo.

<sup>21</sup> Em nossas análises no terceiro capítulo, precisamente na seção 3.4 *A rememoração/comemoração da Ditadura Civil-Militar brasileira: efeitos de apologia ao militarismo e desdém à democracia*, mostraremos o funcionamento discursivo dessas celebrações e os efeitos dessa memória nas rememorações/comemorações da data de 31/03/1964.

o aparelho ideológico, como também o espaço de circulação dos discursos [...]” (Pereira, P. & Cortes, 2022, p. 8508).

Dessa forma, a partir das considerações apresentadas e com base na Análise de Discurso, fundada por Michel Pêcheux (1969; 1975; 1985)<sup>22</sup>, levantamos as seguintes questões, a fim de nortear este estudo<sup>23</sup>: **como funcionou o discurso da/sobre a Ditadura Civil-Militar no período de redemocratização brasileira, pós-ditadura? Que efeitos discursivos são instaurados a partir da republicação dos arquivos subterrâneos que materializam o discurso da/sobre a Ditadura Civil-Militar – oriundos da mídia convencional – em circulação nas redes digitais e sociais? A republicação desses arquivos e sua circulação nas redes configura-se como acontecimento?** Caso esse processo se configure como acontecimento – enunciativo e/ou discursivo – como o espaço da memória da Ditadura Civil-Militar de 1964 é convocado e como essa memória se (re)organiza nas mídias digitais? Que efeitos discursivos e posições-sujeito são instaurados pela circulação-confronto de formulações sobre a Ditadura Civil-Militar e sobre a democracia, no espaço das mídias digitais, tendo em vista as condições de produção do discurso digital e o jogo de forças da memória, as determinações das formações ideológicas e das formações discursivas?

Nossas *hipóteses* consistem em: *i)* o funcionamento e circulação do discurso da/sobre a Ditadura Civil-Militar no período de redemocratização brasileira se deu, em um primeiro momento, na mídia jornalística convencional, a exemplo da mídia televisiva e/ou impressa, constituindo um conjunto de arquivos subterrâneos (Pêcheux, 2014), com restrição de acesso e circulação, tendo em vista as condições de produção e circulação dos discursos da/na época. Todavia, a republicação desses arquivos nas redes digitais e sociais pode instaurar tanto o acontecimento enunciativo, quanto o discursivo; em se tratando de materialidades (re)publicadas em espaços nativos ou próprios da *internet* (Paveau, 2021; Gallo, 2011) – a exemplo da plataforma *YouTube* – novos gestos de interpretação são produzidos nesse novo espaço específico da mídia digital e, assim, ainda que as materialidades sejam as mesmas, originadas em espaços não-digitais, esse novo modo de funcionamento/circulação dos discursos próprios da rede instaura o acontecimento discursivo, considerando os novos gestos de interpretação possibilitados mediante as condições de produção próprias do digital. Pois como afirma Orlandi (2013), os sentidos não são indiferentes à matéria significante; “a matéria

<sup>22</sup> No segundo capítulo discorreremos acerca da teoria e das suas especificidades analíticas.

<sup>23</sup> Esta pesquisa filia-se ao projeto temático *Discursividades da rede midiática digital e relações de territorialidade virtual*, desenvolvido sob a coordenação da professora Dra. Gerenice Ribeiro de Oliveira Cortes, no Programa de Pós-Graduação em Linguística – PPGLin, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB.

significante (...) *afeta* os gestos de interpretação, *dá uma forma a ele*” (Orlandi, 2013, p. 5, grifos da autora); *ii*) o acontecimento discursivo atualiza a memória da Ditadura Civil-Militar com efeitos de fortalecimento da direita política no país – que já estava em efervescência e ascensão nas mídias digitais naquela conjuntura – e faz funcionar a metaforização dos sentidos pela circulação-confronto, sob o jogo de forças das memórias em disputa; essas memórias se reorganizam e trabalham o acontecimento nas redes, tensionando as relações dos internautas com as FDs da Ditadura Civil-Militar, da democracia e da mídia digital, sob as determinações da ideologia direitista.

Nosso *objetivo geral* é analisar o funcionamento do discurso de apologia à Ditadura Civil Militar – a partir da republicação nas mídias digitais – inscrito em materialidades oriundas dos arquivos subterrâneos, publicados anteriormente na mídia convencional, no período da redemocratização brasileira. Como objetivos específicos, propomos: *i*) analisar as condições de produção e de circulação dos discursos, a partir da conjuntura histórica da republicação das materialidades nas mídias digitais; *ii*) analisar o modo pelo qual funcionam a atualização e (re)organização da memória da Ditadura Civil-Militar e a memória da democracia nos espaços das mídias digitais e os efeitos discursivos produzidos; *iii*) identificar as formações ideológicas e as formações discursivas que trabalham as discursividades no processo de configuração do acontecimento; *iv*) analisar o processo de interpelação ideológica dos sujeitos e a determinação dos efeitos de sentido, sob o jogo de relações com as formações ideológicas e formações discursivas que funcionam na configuração do acontecimento; *vi*) analisar o funcionamento do apagamento e silenciamento de sentidos instaurados nesse processo discursivo, como também os movimentos de confrontos e resistência.

Tendo em vista essas considerações e todo o contexto apresentado nessas seções iniciais, apresentaremos, no próximo capítulo, os pressupostos teórico-metodológicos que respaldam este estudo.

## 2 PERCURSOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA

*Os conceitos são como os humanos: eles evoluem, modificam-se e tomam, às vezes, novos caminhos que os conduzem a novas existências.*

Marie-Anne Paveau

Neste capítulo, apresentaremos os aportes teóricos da Análise de Discurso de filiação pecheuxtiana, disciplina na qual nos ancoramos para tecer nossos gestos de interpretação, bem como, o percurso metodológico adotado no processo de construção do arquivo e do *corpus* discursivo.

Isso posto, iniciaremos as discussões acerca das principais noções da Análise de Discurso que mobilizamos em nossos procedimentos analíticos.

### 2.1 Aportes teóricos da Análise de Discurso

A Análise de Discurso (AD) emerge primeiramente na França no final da década de 1960 e é desenvolvida pelo filósofo Michel Pêcheux e por colaboradores de seu grupo de pesquisa. Posteriormente, no Brasil, a AD recebe novas configurações, a partir das contribuições realizadas por Eni Orlandi e outros pesquisadores brasileiros.

A AD se constitui pela articulação de três regiões do saber, quais sejam: o *Materialismo Histórico-Dialético* desenvolvido por Karl Marx, com a teoria das formações sociais e a noção de *ideologia* postulada pelo marxista Lois Althusser; da *Linguística* de Ferdinand Saussure, visto que é na *língua* que ocorre a materialização do discurso; e da *Teoria do Discurso*, pela determinação histórica dos sentidos. Além disso, todos esses elementos sofrem o atravessamento de uma teoria da *subjetividade* de natureza psicanalítica, a partir da noção de *inconsciente*, advinda da psicanálise freudiana reformulada por Jacques Lacan.

Essa articulação consiste na mobilização, em Análise de Discurso, de noções desenvolvidas, primordialmente, nesses outros campos do conhecimento, no entanto, essas noções sofrem deslocamentos teóricos, isto é, são ressignificadas e reformuladas nos moldes da teoria discursiva pecheuxtiana (Leandro Ferreira, 2003), considerando os entremeios dos aportes teóricos originais de cada um desses conceitos que são movidos para a AD. Um trabalho de confluência entre essas distintas correntes epistêmicas. Entremeios são espaços habitados simultaneamente, estabelecidos por relações contraditórias entre teorias (Orlandi, 2002a).

Dessa maneira, a AD se consolida como uma disciplina de interpretação nos entremeios desses saberes, uma vez que na perspectiva discursiva não há sentidos sem interpretação. Nesse campo de estudos são possibilitadas novas maneiras de ler, no intuito de questionar as evidências de sentido materializadas na língua em distintos e imensuráveis suportes, por meio dos gestos de interpretação analítica.

A leitura, conforme Léon & Pêcheux (2011), não se trata de uma simples tomada de uma informação sugerida na materialidade a ser lida, pois o sentido só existirá, seja numa palavra, numa frase, ou num texto etc., em referência a outros elementos como estes que constituírem seu contexto. Sendo assim, o procedimento de leitura analítica consiste num “batimento” entre descrição e interpretação das materialidades significantes (Pêcheux, 1990, p. 54).

Nesse sentido, a AD propõe uma leitura que vai além da superfície linguística dos textos, com o objetivo de compreender a relação da linguagem com a historicidade, com a exterioridade que se inscreve nos dizeres, com a ideologia. Em síntese, a teoria discursiva de vertente pecheuxtiana trata das questões que envolvem a manifestação da linguagem, considerando a sua relação com a história e com a ideologia e, desse modo, o analista precisa olhar para a exterioridade e colocar o objeto discursivo estudado em relação a outros já-ditos na história, mas que são retomados por meio da memória.

A língua em Análise de Discurso não é concebida como um sistema fechado e homogêneo, mas é constituída nas relações estabelecidas entre a história e os sujeitos, já inscritos em lugares sociais, sendo admitido aqui seu aspecto ideológico, isto é, necessitam ser consideradas as relações sociais decorrentes do modo de produção dominante que são materializadas pela língua, pois é preciso compreender a língua fazendo sentido e, por isso, ela está suscetível aos equívocos, aos deslizos, às falhas.

Na AD, a língua é tomada em sua forma material, em seu uso social, lugar em que será realizado todo o processo discursivo, onde os sentidos serão manifestados como efeitos. Não é um código, ou um sistema autônomo, mas é “passível de perturbações, rupturas e mal-entendidos” (Leandro Ferreira, 2003, p. 197). Pêcheux assegura que toda descrição está “intrinsecamente exposta ao equívoco da língua: todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (Pêcheux, 1995, p. 53). Quanto ao equívoco, não se trata de um “desacerto” na língua, mas de um deslizamento de sentido. Gadet e Pêcheux (2004) consideram que o equívoco aparece precisamente “[...] como ponto em que o impossível (linguístico) vem

aliar-se à contradição (histórica); o ponto em que a língua atinge a história [...]” (Gadet; Pêcheux, 2004, p. 64), portanto, o equívoco é próprio e constitutivo da língua.

Nessa perspectiva, os sentidos não são tomados pela transparência do significante, em sua literalidade, mas irão sofrer as determinações ideológicas, que se configuram no processo sócio-histórico. É nesse aspecto que a AD se relaciona com os postulados marxistas, especificamente no que corresponde ao conceito de ideologia, visto que este é um elemento essencial para o entendimento da relação da luta de classes e questões que envolvem o político.

Cabe salientar que Pêcheux realiza um deslocamento do conceito de ideologia, tal qual ele é concebido no Materialismo Histórico-Dialético ortodoxo. Isso é feito a partir da leitura de Althusser (1999) acerca dos Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE), em que a ideologia é tida além da dimensão da ilusão, de um sistema de ideias, de representações ou falseamento da verdade, mas entendida numa instância material, pois “[...] todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes” (Pêcheux, 1995, p. 92).

Conforme Pêcheux,

[...] É a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados. Diremos que o caráter material do sentido – mascarado por sua evidência transparente para o sujeito – consiste na sua dependência constitutiva daquilo que chamamos “o todo complexo das formações ideológicas” (Pêcheux, 1997, p. 159-160). [sic]

O mecanismo ideológico permite o efeito da evidência dos sentidos como sendo naturais e transparentes e a impressão de que aquilo que é dito se origina no sujeito, entretanto, nos processos discursivos, o sujeito não se constitui como a origem do discurso e dos sentidos. De acordo com Pêcheux & Fuchs (1997),

[...] A modalidade particular do funcionamento da instância ideológica quanto à reprodução das condições de produção consiste no que se convencionou chamar de *interpelação*, ou assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico, de tal modo que cada um seja *conduzido*, sem se dar conta e tendo a impressão de está exercendo a sua livre vontade, a *ocupar o seu lugar* em uma ou outra das duas classes sociais antagonistas do modo de produção [...]. (Pêcheux; Fuchs, 1997, p. 165-166, grifos dos autores).

Os indivíduos ao serem interpelados pela ideologia se tornam sujeitos no discurso. Essa configuração do sujeito é determinante para a produção dos sentidos no processo discursivo.

Além disso, sujeito e sentido são constituídos de modo concomitante, sendo que essa relação leva à definição do discurso como o efeito de sentido entre os interlocutores (Pêcheux, 1995), com a língua funcionando como a materialidade do discurso e estando sujeita a falhas e a equívocos, o que permite que os sentidos (sempre) sofram deslizamentos.

Nessa ótica, não é o sujeito quem determina os sentidos, nem os sentidos são estabelecidos previamente, dados como prontos, mas sim, o funcionamento ideológico fornecerá as posições de sentido que serão ocupadas pelos sujeitos do discurso, em condições histórico-sociais determinadas e “a questão da constituição do sentido junta-se à da constituição do sujeito” (Pêcheux, 1995, p. 152-153).

Nesse aspecto, Orlandi (1996) presume que o

[...] sujeito é pensado discursivamente como posição entre outras. Não é uma forma de subjetividade mas um lugar que ocupa para ser sujeito do que diz. Acontece que o modo pelo qual ele se constitui sujeito não lhe é acessível, ele não tem acesso direto à exterioridade que o constitui (Orlandi, 1996, p. 12).  
[sic]

Pêcheux postula que a Análise de Discurso não pode acatar a “concepção do sujeito cognitivo epistêmico, ‘mestre em seu domínio’ e estratégico em seus atos [...] ela supõe a divisão do sujeito como marca de sua inscrição no campo do simbólico” (Pêcheux, 2011, p. 230).

A ideologia, portanto, resulta de práticas concretas dos indivíduos, práticas determinadas pela história e por condições de produção específicas, um processo imaginário, mas que se materializa nas práticas sociais, que reproduz na linguagem as relações de produção, contradição e subordinação que já existem no sistema capitalista e na história. Desse modo, na AD, a ideologia passa a ser concebida como Formação Ideológica (FI). Nas palavras de Pêcheux, a “instância ideológica em sua materialidade existe sob a forma de formações ideológicas” (Pêcheux, 1995, p. 146).

À vista disso, as FI serão determinantes no processo de constituição dos sujeitos e dos sentidos, pois, segundo Pêcheux (1995), as FI abrigam as Formações Discursivas (FD), que correspondem ao funcionamento da ideologia no discurso. O autor executa um deslocamento da noção de formação discursiva cunhada por Michel Foucault e a reformula, a partir da perspectiva marxista. Desse modo, Pêcheux conceitua FD da seguinte forma:

Chamaremos, então, formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada,

determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito [...]. Toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao “todo complexo com o dominante” das formações discursivas intrincado no complexo das formações ideológicas [...]. Diremos, nessas condições, que o próprio de toda formação discursiva é dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso, que determina essa formação discursiva como tal, objetividade material essa que reside no fato de que “algo fala” (*ça parle*) sempre “antes em outro lugar e independente”, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas (Pêcheux, 1995, p. 160-162).

Logo, são as FDs que determinam o que pode e deve ser dito em uma dada conjuntura e representam na linguagem as formações ideológicas que lhes são correspondentes (Pêcheux, 1995). No entanto, sua natureza não é estável, pois uma mesma FD pode ser afetada por outras FDs simultaneamente, numa relação de heterogeneidade, de dispersão. Nesse sentido, uma mesma palavra ou expressão pode ter significados diferentes a depender da formação discursiva à qual estiver subordinada. Pêcheux assegura que as palavras não têm um sentido em si mesmas, não têm uma relação direta com a literalidade, mas “*mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam [...]* elas adquirem seu sentido em referência a essas posições (Pêcheux, 1995, p. 146, grifos do autor).

Assim, uma materialidade a ser lida receberá seus sentidos a partir das relações estabelecidas entre os sujeitos e a forma-sujeito de cada FD. Pêcheux (1995) reflete sobre a noção de forma-sujeito a partir de Althusser, e postula que no interior de uma formação discursiva, a forma-sujeito seria o sujeito histórico que organiza essa FD. Todavia, conforme Indursky (2013), quando um de seus saberes é contestado, ela pode se segmentar “em diferentes posições-sujeito, mas, ao mesmo tempo, funciona como filtro para o que nela não pode ser dito, assegurando, assim, a unidade imaginária do sujeito e de seu domínio de saber” (Indursky, 2013, p. 96). A “‘forma-sujeito’, de fato, é a forma das práticas sociais” (Pêcheux, 1995, p. 150). Essas relações dos sujeitos com as FDs, segundo Pêcheux, podem se dar com a identificação, a contraidentificação ou a desidentificação, e assim temos, portanto, posições-sujeitos diversas no discurso.

Segundo Pêcheux (1995), a identificação se configura como a primeira modalidade de assujeitamento, e

consiste numa superposição (um recobrimento) *entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal*, de modo que a “tomada de posição” do sujeito realiza seu assujeitamento sob a forma do “*livremente consentido*”: essa superposição caracteriza o discurso do “bom sujeito” que reflete espontaneamente o Sujeito (em outros termos: o interdiscurso determina a

formação discursiva com a qual o sujeito, em seu discurso, se identifica, sendo que o sujeito sofre cegamente essa determinação, isto é, ele realiza seus efeitos “em plena liberdade” (Pêcheux, 1995, p. 215).

Nesse aspecto, haveria uma relação pressuposta entre o sujeito que enuncia com o sujeito universal da ideologia, o que permitiria, de acordo com Pêcheux (1995), a identificação desse sujeito, sem qualquer dúvida quanto à posição assumida no interior de uma formação ideológica.

Todavia, há também o funcionamento do *mau sujeito*, conforme Pêcheux (1995), a segunda modalidade de relações dos sujeitos com as FDs, isto é, a contraidentificação entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal.

A segunda modalidade caracteriza o discurso do “mau sujeito”, o discurso no qual o sujeito da enunciação “se volta” contra o sujeito o *sujeito universal* por meio de uma “tomada de posição” que consiste, desta vez, em separação (*distanciamento*, dúvida, questionamento, contestação, revolta... com respeito ao que o sujeito universal lhe “dá a pensar”: luta contra a evidência ideológica, sobre o terreno dessa evidência, evidência afetada pela negação, revertida a seu próprio terreno (Pêcheux, 1995, p. 215).

A contraidentificação não se trata, portanto, de uma discordância, mas sim de um deslocamento discursivo em relação aos sentidos de um discurso reproduzido na memória de uma FD dominante. Não necessariamente, haverá uma ruptura entre o sujeito da enunciação e a forma-sujeito de determinada formação discursiva, mas se produz espaços de saber não dominantes no interior dessa FD, interligados a outras. Ainda que a contraidentificação não exerça o livre consentimento (Pêcheux, 1995) presente na primeira modalidade de assujeitamento, ela não suspende totalmente as evidências da ideologia dominante.

Já a desidentificação é proposta por Pêcheux (1995) como a terceira modalidade subjetiva do discurso, e seria uma forma de desconstruir e romper com a dominância da ideologia presente numa FD. A desidentificação seria uma espécie de interpelação reversa da ideologia, de um deslocamento radical com os saberes de uma dada formação discursiva (Pêcheux, 1995). Diferentemente do que ocorre na primeira e na segunda modalidades de subjetividade discursiva, o sujeito, ao se relacionar com a forma-sujeito de uma FD dominante, produz um movimento de desidentificação, podendo romper definitivamente com esta formação discursiva e se identificar com outra FD e sua respectiva forma-sujeito. Ainda assim, o sujeito não se torna livre ao se desidentificar de uma FD, pois, a ideologia continua interpelando o indivíduo em sujeito do discurso, no entanto, contra si mesma, sustentando um

novo funcionamento discursivo, com um deslocamento de saberes e sentidos, que reconfiguram as fronteiras dessa nova FD em que se instaura (Pêcheux, 1995).

Nessa perspectiva, o sujeito pode movimentar-se de uma FD para outra, considerando a heterogeneidade das formações discursivas, ou assumir posições diferentes, ainda que no interior de uma mesma FD (Courtine, 2014). Dessa maneira, o sujeito do discurso se constitui como uma posição entre outras (Orlandi, 1996), nas relações estabelecidas com as formações discursivas e, desse modo, os sentidos sempre podem ser outros, pois o mesmo indivíduo pode assumir diferentes posições-sujeito no discurso e os sentidos jamais serão óbvios ou transparentes, mas serão resultados da inscrição e filiação a uma dada formação discursiva.

As formações discursivas são constituídas no interior do interdiscurso<sup>24</sup>, que, por sua vez, se refere ao conjunto das FDs em sua dispersão, mas que uma delas é dominante num discurso. Portanto, em AD, o sujeito não é onipotente, dono do seu dizer, mas sim historicamente determinado, interpelado pela ideologia de uma formação discursiva predominante e a sua adesão ou resistência a um discurso se dá por meio da forma como esse sujeito se relaciona com a ideologia. No entanto, o sujeito discursivo é também atravessado pelo inconsciente e, por isso, não se dá conta do trabalho da ideologia, mas tem a ilusão de ser a origem do que diz e de ter controle sobre o sentido que produz ao falar (Pêcheux, 1995).

Dessa forma, os sentidos não estão na evidência das materialidades, na literalidade dos significantes, mas sim na opacidade da língua que materializa o discurso. E, conforme postula Pêcheux (1995), reafirmamos que os sentidos sempre podem ser outros, pois assim como os sujeitos, estão em constante movimento.

Como as discussões acerca dos conceitos de memória e acontecimento discursivo são essenciais para o presente estudo, faremos uma abordagem mais ampla com algumas considerações em relação ao conceito de memória, em algumas das suas concepções epistemológicas. Dessa forma, a seguir, discorreremos acerca do interdiscurso, da memória discursiva e da atualização da memória no intradiscurso, processo que instaura o acontecimento discursivo.

---

<sup>24</sup> Dada a relevância dos conceitos de *Interdiscurso* e *Memória* para este estudo, retomaremos as discussões acerca dessas noções em seção própria.

### 2.1.1 A pluralidade nas concepções de Memória

Os estudos sobre o conceito de memória são abundantemente produzidos em diferentes campos do saber e são também distintas as concepções que cada área atribui à essa noção. Uma vez que a memória possui múltiplas categorias pelas quais pode ser analisada, seja nos enfoques filosóficos, nos psicológicos ou neurocientíficos, até nos socioculturais e discursivos, como propomos neste estudo.

Ao revisitar a mitologia grega, nos deparamos com a deusa *Mnemósine*, mãe das Musas<sup>25</sup>, que representava a memória e era incumbida de operar os instrumentos do esquecimento e da lembrança. Para os gregos, a memória se constituía como um dom divinal e a deusa *Mnemósine*, juntamente com suas filhas, permitia que os artistas e poetas regressassem ao passado para lembrarem-no à coletividade, por intermédio da sua arte. É também da Grécia que parte a raiz etimológica do termo memória, que vem de *mnemis* e seria o equivalente ao resgate do passado daquilo vinculado ao espírito, isto é, a conservação de uma lembrança, a memória então seria ligada ao ato da idealização, do raciocínio (Cantarino; Pereira, 2017).

Foi também na Grécia que os primeiros filósofos refletiram acerca desse conceito que desde então, tem sido recorrente em aspectos que vão desde à filosofia, à ciência da informação, das perspectivas biológicas e cognitivas da memória, às práticas e representações sociais em que ela opera, recebendo, claro, suas ressignificações e entrecruzamentos em cada um desses determinados campos epistêmicos. Como ocorre na Análise de Discurso, pela noção postulada por Courtine (2014) quanto à memória discursiva, desenvolvida pelo autor a partir de uma releitura de Foucault e das reflexões de Pêcheux acerca do interdiscurso, dos quais trataremos posteriormente.

Platão foi quem primeiro discorreu acerca da memória, no entanto, o filósofo associava memória à imaginação, sem considerar a distância temporal, versando sobre a conservação de sensações – que seria a retenção – e a reminiscência – a recordação – termos que também foram utilizados posteriormente por Aristóteles que, por sua vez, reflete um caráter estritamente físico acerca da memória e não desconsidera a passagem do tempo para tratar desta matéria: “A memória tem por objeto o passado”<sup>26</sup> (Aristóteles, 1962, p. 44).

Aristóteles atribui à memória, a função de ser a fonte de rememoração e de transmissão do conhecimento entre as pessoas e entre as gerações. O filósofo elaborou o que é considerado como o texto fundador acerca das discussões sobre memória, a saber, *De memória e de*

<sup>25</sup> As musas viviam num templo denominado museu e protegiam as Artes e a História.

<sup>26</sup> No idioma original: “*la memoria tiene por objeto el pasado*”.

*reminiscência*. No entanto, ele não reduz a concepção de memória apenas a uma modalidade de conhecimento, pois a memória é, para o filósofo, um processo mental particular, autônomo, ainda que seja uma operação no âmbito cognitivo e orgânico (Cantarino; Pereira, 2017).

O discípulo de Platão distingue, portanto, a lembrança da recordação, sendo aquela uma condição passiva que não requer um esforço para ser produzida, enquanto esta necessitará de um impulso voluntário para conduzir aquilo que é buscado na mente para ser recordado. E nesse sentido, a distinção entre lembrar e recordar, para Aristóteles, está no envolvimento e esforço realizados para se constituir a memória, sendo a recordação, o ato que efetivamente produz a memória, isto é, recordar liga-se ao passado de forma consciente.

Plotino, também filósofo grego, busca refutar Aristóteles negando que a memória seja vinculada somente aos aspectos físicos. Em contrapartida, considera que a memória deve ser associada a uma concepção mística, em que se determinava que a localização da memória estaria na alma e não no corpo, e que o corpo seria inclusive um obstáculo no que corresponde à retenção das imagens a serem memorizadas. Agostinho de Hipona e Tomás de Aquino corroboraram com essa reflexão de memória atribuída à alma para a conservação dos homens, mas não exatamente da mesma forma que Plotino, dadas as circunstâncias de sua filosofia ligada à doutrina dogmática católica e à fé cristã (Cantarino; Pereira, 2017).

Como já afirmamos, os pensadores e cientistas que tratam dos vários conceitos de memória não se limitaram a estudá-la apenas nos termos psicológicos, mas também a partir dos aspectos coletivos e sociais que a envolvem. Na esteira da ciência histórica, Le Goff (1990) discorre acerca da concepção da memória social e assegura que a memória nessa perspectiva estaria atrelada a um campo de propriedades psíquicas, responsável pelas atualizações que fazemos de nossas impressões ou informações passadas.

Em suas obras, Le Goff discute a importância da memória como fundamental para a compreensão da história e da identidade cultural de um povo. Para o historiador, a memória é essencial quanto à construção de identidades, seja a identidade pessoal ou coletiva, pois é por meio da memória que ocorre a transmissão de informações, valores e tradições de geração a geração. A memória, em sua concepção, é uma construção social e cultural, moldada por fatores como a linguagem, a experiência individual e coletiva e as mudanças históricas e políticas (Le Goff, 1990).

A distinção entre memória e história, também postulada por Le Goff (1990), considera a memória como uma recordação subjetiva e afetiva do passado, enquanto a história se fundamenta na sua reconstrução científica e crítica e se baseia em evidências documentais.

Todavia, o autor acrescenta que a memória influencia a história, e tanto uma quanto a outra são imprescindíveis para compreender o passado.

Assim, a concepção de memória vai se diversificando de acordo com as diferentes matrizes de conhecimento que a empregam. Dessa maneira, decorrem as discussões que envolvem a memória além dos seus aspectos cognitivos, mas coletivos, que exploram o conceito a partir de considerações que abarcam a esfera social, como ocorre nos estudos sobre o discurso.

A seguir, discutiremos interdiscurso e memória conforme postula a teoria discursiva pecheuxtiana.

### ***2.1.2 Interdiscurso e Memória Discursiva***

Na Análise de Discurso Pecheuxtiana, a questão da memória sempre esteve no cerne das discussões da teoria, embora referida com outras denominações, a exemplo de repetição, pré-construído e interdiscurso (Indursky, 2011), noções essas formuladas por Pêcheux e apresentadas em *Semântica e Discurso* (Pêcheux, 1995). De acordo com Indursky, todas elas “remetem, de uma forma ou de outra, à noção de *memória*” (Indursky, 2011, p. 68), isto é, elas são funcionamentos do discurso que materializam a memória.

Conforme a teoria discursiva, os discursos sempre se repetem e por se repetirem são produzidos novos discursos. Na proposição de Pêcheux e Fuchs (1997), o sentido é constituído pelas relações de paráfrase mantidas no interior de uma formação discursiva. Isso significa que diferentes expressões se relacionam parafrasticamente retomando umas às outras, o que implica na repetição de determinados sentidos. Considera-se ainda que a formação discursiva determina o que pode e deve ser dito (Pêcheux, 1995) em seu interior, possibilitando, então, que nesse processo de retomada sejam impostos limites nessa repetibilidade, pois nem todos os sentidos podem ser reproduzidos numa formação discursiva (Indursky, 2011).

Nessa esteira do conceito de repetição discursiva, é que se compreende a noção de pré-construído. De acordo com Pêcheux (1995), os pré-construídos remetem a uma construção anterior, exterior, independente, isto é, “algo fala, sempre antes, em outro lugar” (Pêcheux, 1995, p. 149). É pelo funcionamento dos pré-construídos, e dos discursos transversos, que se manifesta o interdiscurso. Desse modo, qualquer elemento que compõe o discurso produzido antes e em outro lugar, num contexto distinto e de forma independente, é considerado um pré-construído.

Quanto ao discurso transverso, que também manifesta o interdiscurso, este corresponde a um “discurso que atravessa e põe em conexão elementos discursivos constituídos pelo interdiscurso enquanto pré-construídos, que fornecem a matéria prima na qual o sujeito se constitui como ‘sujeito falante’” (Pêcheux 1995, p. 167).

Conforme Pêcheux (1995), o interdiscurso é considerado como a exterioridade específica de uma dada formação discursiva, além de ser determinante em relação ao modo como os sentidos são formulados pelos sujeitos em suas posições ocupadas no discurso. Cabe sinalizar que o interdiscurso é essencial para a percepção do funcionamento de determinados efeitos de sentido nos discursos que circulam socialmente, é nele que as formações discursivas se articulam às outras noções teóricas da Análise de Discurso, como sujeito, sentido, ideologia, inconsciente etc.

Desse modo, Pêcheux (1995) conceitua o interdiscurso como “o todo complexo com dominante, o lugar do já-dito, do contraditório, daquilo que fala sempre antes, em outro lugar e independentemente” (Pêcheux 1995, p. 162). Nas palavras de Maldidier, “[...] o interdiscurso designa o espaço discursivo e ideológico no qual se desdobram as formações discursivas em função de relações de dominação, subordinação, contradição” (Maldidier, 2017, p. 51). Desse modo, o interdiscurso é considerado como a exterioridade específica de uma dada FD, além de ser determinante em relação ao modo como os sentidos são formulados pelos sujeitos em suas posições ocupadas no discurso. Interdiscurso é, para Orlandi (2003), constituído de todos os saberes já ditos.

Assim, assegura Indursky (2011), quando ainda não se tinha formulada a noção de memória discursiva, ela era trabalhada sob a perspectiva dessas outras noções da teoria pecheuxtiana. Por intermédio das retomadas, repetições, pelo funcionamento dos pré-construídos e discursos transversos que, por sua vez, permitem a manifestação do interdiscurso. O que se depreende é que a teoria foi preparada, portanto, para o surgimento da concepção de memória discursiva, postulada por Courtine (2014).

Após realizar uma releitura de *Arqueologia do Saber* de Foucault (2008), Courtine (2014) acrescenta à teoria discursiva pecheuxtiana a noção de memória. O autor considera que “toda produção discursiva que se efetua nas condições determinadas de uma conjuntura movimenta – *faz circular* – formulações anteriores, já enunciadas [...]” (Courtine, 2014, p. 104, grifos do autor). Courtine questiona como o trabalho de uma memória coletiva, e não psicológica, individual, cognitiva, inserida numa FD, permite “a lembrança, a repetição, a refutação, mas também o esquecimento destes elementos de saber que são os enunciados” (Courtine, 2014, p. 106).

Para o autor, a memória discursiva “[...] diz respeito à *existência histórica do enunciado* no interior de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos [...]” (Courtine, 2014 p. 105-106 grifos do autor). Desse modo, a memória corresponde então aos enunciados existentes no interior de uma formação discursiva, da qual recebem seus sentidos e são repetidos, mas também é no âmbito das FDs que alguns sentidos passam a não ser mais autorizados, isto é, são refutados. Além do funcionamento no qual os sentidos, sob novas conjunturas, não podem mais ser ditos, lembrados, desse modo, são esquecidos em determinada formação discursiva. E por último, ainda é possível que sentidos que não eram antes autorizados por uma FD passem a ser, havendo mudanças conjunturais (Indursky, 2011).

Courtine distingue que os enunciados “existem no *tempo longo da memória*” enquanto as formulações “são tomadas no *tempo curto da atualidade de uma enunciação*” (Courtine, 2014, p. 106, grifos do autor). Esse processo é o que o autor denomina de relação entre o interdiscurso e o intradiscurso, representada quando “uma formulação-origem retorna na atualidade de uma ‘conjuntura discursiva’” (Courtine, 2014, p. 106), produzindo o que designa como efeito de memória. Nesse quadro teórico, o intradiscurso é definido como o lugar da textualização do discurso, o tempo curto no qual se atualiza uma memória por meio das formulações discursivas, é o lugar da enunciação do sujeito (Courtine, 2014).

De acordo com Courtine (2014), são dois eixos: o eixo vertical da constituição do dizer, o interdiscurso, que compreende todos os já ditos e esquecidos; e o eixo horizontal da formulação, o intradiscurso, lugar em que ocorre a textualização do dizer. Quando se efetiva um dizer, seja ele qual for, há um cruzamento entre esses dois eixos, no processo da constituição do eixo vertical com a formulação do eixo horizontal e, dessa forma, é a constituição que determina a formulação.

Para Pêcheux (1999), a memória discursiva se constitui pelos saberes específicos de uma dada FD e se manifesta como um jogo de forças, passível de tensões, contradições e deslocamentos dos pré-construídos, e isso ocorre por meio das metáforas, paráfrases e polissemias, os quais são os efeitos de memória. Conforme o autor,

[...] a memória seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (Pêcheux, 1999, p. 52). [sic]

Os efeitos de memória se dão no intradiscurso, mas se tratam do momento em que há uma atualização de um já-dito em uma nova formulação enunciada, e, por isso, não é possível interpretar uma atualidade sem a sua memória (Indursky, 2011).

Pêcheux propõe que a memória discursiva “deve ser entendida [...] nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador [...]” (Pêcheux, 1999, pp. 49-51). Dessa forma, a memória não é um reservatório, mas um espaço de movimentações, de “divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos (Pêcheux, 1999, p. 56).

Devido à mobilidade da memória discursiva, ela também “é feita de esquecimentos, de silêncios. De sentidos não ditos, de sentidos a não dizer, de silêncios e de silenciamentos” (Orlandi, 2007a, p. 59). Orlandi classifica o silêncio de duas maneiras distintas, quais sejam, a primeira é a do silêncio fundante, que designa que todo processo de significação se relaciona necessariamente com o silêncio. A segunda maneira é a da política do silêncio, ou silenciamento.

Nessa esteira, todo dizer que é sempre produzido numa posição-sujeito, inevitavelmente, silenciará outros dizeres. Esse tipo de silenciamento, para a autora, pode ser constitutivo e local. O silêncio constitutivo é, conforme Orlandi, o apagamento de um dizer, isto é, o que não é dito é excluído, “[...] por aí se apagam os sentidos que se quer evitar [...]” (Orlandi, 2007a, p. 73). Já o silêncio local é a interdição do dizer, cujo exemplo mais comum é a censura. Para Orlandi (2007a), o silenciamento é o efeito de apagamento de sentidos já ditos da memória de um dado discurso e funciona tanto pela censura, quanto pela negação ou pelo esquecimento e é constitutivo de significados.

Indursky estabelece uma diferenciação entre as noções de interdiscurso e memória discursiva, para que as duas concepções não sejam assemelhadas, pois,

[...] entendemos que tanto *memória discursiva* como *interdiscurso* dizem respeito à memória social, mas não se confundem. Há diferenças importantes entre as duas noções. A *memória discursiva* é regionalizada, circunscrita a uma FD e, por essa razão, é *esburacada, lacunar*. Já o *interdiscurso* abarca a *memória discursiva referente ao complexo de todas as FD*. Ou seja, a memória que o interdiscurso compreende é uma memória ampla, totalizante e, por conseguinte, *saturada* (Indursky, 2011, p. 87-88, grifos da autora).

A movimentação da memória produz novas discursividades, instaura os equívocos e a deriva, o que permite que os sentidos sejam outros. Assim, a memória, numa perspectiva

discursiva, é o lugar da retomada de discursos anteriores, composta por forças opostas que tanto lutam para regularizar sentidos já ditos, como também visam desregular os implícitos (Pêcheux, 1999), produzindo embates entre estabilização e perturbação, como ocorre diante de um acontecimento discursivo, que quando irrompe na atualidade sempre pode deslocar espaços da memória e produzir outros efeitos no discurso, pois o acontecimento discursivo rompe com a ordem do repetível e instaura um novo sentido (Indursky, 2003).

### **2.1.3 A noção de acontecimento no discurso**

Ao introduzir a noção de memória discursiva na Análise de Discurso, Courtine (2014) também discorre sobre o acontecimento discursivo. Segundo o autor, um acontecimento se dá numa reunião do Partido Comunista francês, realizada aos 10 de junho de 1976, em Lyon na França, diante de uma coletividade de cristãos fundamentalistas que retomam, em forma de protesto, uma condenação ao comunismo bradada pelo Papa Pio XI, qual seja, “*O comunismo é intrinsecamente perverso*” (Courtine, 2014, p. 103, grifos do autor).

Nesse cenário, afirma o autor, “O acontecimento discursivo da reunião pode começar” (Courtine, 2014, p. 103). Segundo Courtine, naquela situação “a memória irrompe na atualidade do acontecimento” (Courtine, 2014, p. 103). Há nesse episódio, portanto, aquilo que Pêcheux define como acontecimento discursivo: um “ponto de encontro de uma atualidade e de uma memória” (Pêcheux, 1990, p. 17).

A noção de acontecimento discursivo é, portanto, notadamente relevante para nossos gestos de interpretação e está estritamente ligada à memória discursiva. Isso porque, ao defini-lo, Pêcheux (1990) propõe “entrecruzar os caminhos do acontecimento, da estrutura e da tensão entre descrição e interpretação” (Pêcheux, 1990, p. 17). Esse entrecruzamento acarreta a ocorrência do acontecimento discursivo como consequência de um acontecimento histórico (Le Goff, 1990), o que estabelece uma ruptura com a estabilidade anterior.

Por acontecimento histórico, entende-se, com base em Le Goff (1990), um fato relevante ocorrido no mundo que pode ser recordado e narrado pela ciência histórica devido à sua importância social. Conforme o autor, estes acontecimentos são selecionados pelo historiador para figurar na história, o que impede que se exista a concepção de verdade histórica e sim, verdades. Este fato pode então gerar diversas discursividades, mesmo que tais discursividades não sejam configuradas somente a partir desse dado acontecimento, pois pela incompletude do discurso, uma discursividade sempre estará atrelada a outra anterior. Nesse aspecto, de acordo com Dela-Silva (2011), o “olhar discursivo compreende que o acontecimento histórico,

enquanto acontecimento da ordem da realidade, das práticas humanas, pode ser discursivizado de diferentes formas e produzir efeitos de sentido diversos” (Dela-Silva, 2011, p. 290).

Nessas relações entre o acontecimento histórico e o acontecimento discursivo, constitutivas de determinações significativas, é importante esclarecer que, na Análise de Discurso, o interesse não repousa no acontecimento empírico e sim no momento em que o acontecimento histórico é inserido no interdiscurso, o que pode instaurar o acontecimento discursivo pela ruptura dos sentidos já estáveis discursivamente, como também pela manifestação de novas discursividades permitindo então múltiplas redes de sentidos.

Conforme Cazarin & Rasia (2014, p. 195) “o acontecimento discursivo é que permite a inscrição do acontecimento histórico no interdiscurso”. Nessa perspectiva, um discurso é trabalhado em sua atualidade e no espaço de memória convocada por ele. Quando um discurso recorta uma memória em determinado ponto, dá-se um acontecimento discursivo e, por meio de um gesto de interpretação, produz-se um efeito que insere tal memória numa atualidade.

Desse modo, o acontecimento discursivo estabelece o funcionamento das metáforas discursivas, pois inaugura uma “nova discursividade, produz efeitos metafóricos que afetam a história, a sociedade e os sujeitos em muitas e variadas dimensões: política, cultural, moral” (Orlandi, 2002b, p. 52) etc., exatamente, consequências parecidas, senão iguais, às que têm sido sentidas pela sociedade brasileira nesses últimos anos, pela prefiguração e instauração do que acreditamos ser um acontecimento<sup>27</sup>. Nessa esteira, de acordo com Pêcheux (1995), os sentidos só existem nas relações de metáfora, “realizadas em efeitos de substituição, paráfrases, formações de sinônimos [...]” (Pêcheux, 1995, p. 240).

O trabalho da memória discursiva na ocorrência do acontecimento permite, portanto, a metáfora, que corresponde à reinscrição dos já-ditos em novas formulações. Com a metáfora discursiva, os sentidos se repetem e, nesse processo de repetibilidade, tanto pode haver uma regularização quanto a desregulação dos sentidos (Pêcheux, 1999). O efeito metafórico de regularização dos sentidos consiste na repetição de um dito, isto é, quando uma memória é reinscrita numa nova materialidade discursiva, e esse processo instaura os efeitos de paráfrase.

Todavia, quando a metáfora discursiva estabelece que haja a possibilidade de desregulação dos já-ditos, a reinscrição de uma memória numa formulação decorre em um outro efeito metafórico, que “[...] funciona quando há uma substituição contextual [...]” (Pêcheux, 1997, p. 96), provocando um deslizamento de sentido na materialidade, o que Orlandi (2003) define como polissemia.

---

<sup>27</sup> Discutiremos com mais atenção acerca disso em nossas análises.

Desse modo, a paráfrase corresponde a um efeito de estabilização dos sentidos, já a polissemia instaura a mudança, rompendo com os dizeres já estabilizados na memória, instaurando, inclusive, novos dizeres (Orlandi, 2003).

Dela-Silva (2011) assegura que o acontecimento discursivo

[...] pressupõe, assim, a relação entre dizeres que, ao se cruzarem, tendem a promover rupturas, ainda que um novo dizer, por princípio, seja formulado a partir das possibilidades que este dizer encerra. A análise dos efeitos de ruptura, ao se pensar o acontecimento discursivo, é realizada por Zoppi-Fontana (1997, 1999), em trabalhos que buscam compreender os acontecimentos discursivos que possibilitam o surgimento de novos espaços de significação para o sujeito, dentre outros trabalhos desenvolvidos sob a perspectiva enunciativa e discursiva dos estudos da linguagem (Dela-Silva, 2011, p. 294).

Considerando as concepções teóricas de Zoppi-Fontana acerca do que pode se configurar como um acontecimento discursivo, abordadas por Dela-Silva na citação anterior, quais sejam, “a emergência de um enunciado ou de uma posição enunciativa novos que reconfiguram o discurso, e através deste participam do processo de produção do real histórico (Zoppi-Fontana, 1997, p. 51), compreende-se que, em nosso estudo, **a emergência de um novo espaço** para a republicação de antigas materialidades discursivas, sendo este novo espaço as redes sociais da *internet*, pode se efetivar na emergência de uma nova posição enunciativa que vai reconfigurar o discurso inscrito nessas materialidades, “produzindo um deslocamento/movimento dos processos de identificação a partir de mudanças nas condições de produção do discurso” (Zoppi-Fontana, 2003, p. 264).

Como mudam as condições de produção do discurso que analisamos, tendo em vista a mudança nos processos de sua inscrição e circulação nas ferramentas próprias da *internet*, bem como das distintas configurações de sentido em suas discursividades, convém destacar o que pontua Zoppi-Fontana (2003) acerca disso. A autora assegura que, a partir de mudanças nas condições de produção do discurso, como ocorre no caso do nosso *corpus* analítico, os acontecimentos discursivos “desestabilizam as redes de enunciados e reacomodam os processos de filiação às posições de sujeito no interdiscurso, afetando a significação ([...] provocando a ruptura/movimentação desses momentos de estabilização)” (Zoppi-Fontana, 2003, p. 265).

Destacamos ainda o conceito de acontecimento enunciativo, discutido por Indursky (2008), a partir da relação com a noção de acontecimento discursivo. Para a autora, o acontecimento discursivo sempre irá estabelecer uma ruptura com uma formação discursiva historicamente instituída, provoca ainda a desidentificação com a forma-sujeito que organiza

os saberes permitidos por essa FD dominante e instaura saberes de uma outra formação discursiva, reordenando os sentidos no espaço da memória. Todavia, Indursky (2008) assevera que nem todo deslizamento de sentidos gera ruptura no discurso e nem sempre ocorre a desidentificação com a forma-sujeito de uma FD. Nas palavras da autora, “nem todos os sentidos que deslizam provocam ruptura com os sentidos já instituídos [...]” (Indursky, 2008, p. 23) e, desse modo, não instauram uma nova formação discursiva. Com esse raciocínio, Indursky vai formular a noção de acontecimento enunciativo.

O acontecimento enunciativo, na perspectiva de Indursky (2008), se trata da ocorrência de um movimento de contraidentificação com alguns dos saberes de uma dada formação discursiva. Nesse caso, “o sujeito do discurso [...] surge como um *mau sujeito*: aquele que se permite questionar tais saberes” (Indursky, 2008, p. 25, grifos da autora). O efeito que se provoca no interior da formação discursiva, neste caso, não é da ordem da ruptura, mas sim de uma tensa relação com deslocamento e distanciamento com alguns dos saberes da forma-sujeito daquela FD, permitindo que ela se fragmente.

Esse é o trabalho da heterogeneidade das formações discursivas, pois nelas, “não há lugar apenas para a reprodução dos mesmos sentidos. O sentido diferente, discordante, tem aí seu lugar garantido de inscrição” (Indursky, 2008, p. 25). Instaura-se, nesta concepção, uma posição-sujeito diferente no interior de uma formação discursiva, que apenas se contraidentifica com alguns dos seus saberes, mas ainda identificada com a mesma forma-sujeito da posição discursiva dominante daquela FD. O surgimento dessa nova posição-sujeito no interior da FD instaura um acontecimento, “mas este acontecimento não é da mesma natureza de um acontecimento discursivo [...]. Neste caso, entendo que se trata de um *acontecimento enunciativo* no interior de uma formação discursiva (Indursky, 2008, p. 27, grifos da autora).

Neste trabalho, defendemos que a republicação de materialidades nas redes sociais, advindas de arquivos subterrâneos, anteriormente publicadas em mídias convencionais, produz efeitos de atualização no discurso e na memória de apologia à Ditadura Civil-Militar, visto que põe em circulação-confronto uma metaforização do discurso, pela circulação massiva, replicação, compartilhamentos e muitos outros movimentos próprios do funcionamento peculiar das redes digitais e sociais. Essa movimentação dos sentidos em/nas redes produzirá o acontecimento enunciativo e o acontecimento discursivo, como veremos adiante, em nossos gestos analíticos<sup>28</sup>.

---

<sup>28</sup> No início do Capítulo III, discutiremos a noção de condições de produção do discurso, com foco central no modo peculiar de funcionamento do discurso digital; neste mesmo capítulo, discorreremos também sobre a noção de *internet* como acontecimento discursivo e enunciativo de Gallo (2011).

Definimos como arquivos subterrâneos, ao promover um deslocamento teórico da noção de clivagens subterrâneas postulada por Pêcheux (2014), as quais, para o autor, fornecem maneiras contraditórias e distintas de ler o arquivo, quanto aos seus conflitos explícitos de leitura, pois o recorta, o divide e determina sua interpretação. Também contemplamos a perspectiva de Pequeno (2015), que assegura a ideia de que nossa “capacidade de produzir gestos de interpretação para tecnologias advém da teoria materialista, pela noção de arquivo, pelo caminho que percorre por meio das clivagens subterrâneas para produzir encontros, e leituras” (Pequeno, 2015, p. 57).

Nesse sentido, consideramos os arquivos publicados anteriormente na mídia convencional, momento anterior à era digital, como arquivos em clivagens subterrâneas (Pêcheux, 2014). Entendemos que esses arquivos podem ser denominados como *subterrâneos*, por conta de sua circulação, pois, naquela época, essa circulação era restrita a um público bem menor do que o de hoje, quando essas mesmos arquivos se inscrevem nas plataformas da *internet*, e quando são consideradas as especificidades e amplitude da mídia digital. Nessa esteira, Bocchese (2019) elucida que “as clivagens subterrâneas estão estreitamente ligadas ao arquivo, é por meio das clivagens subterrâneas que o arquivo produz um tipo de acesso e de circulação operando, produzindo/reproduzindo modos de leitura/interpretação” (Bocchese, 2019, p. 162).

Observamos que essa republicação produz efeitos de paráfrase de sentidos subordinados à formação discursiva da Ditadura Civil-Militar, mas também, permite a polissemia, pela instauração de novas configurações de sentido, ressignificações e rupturas, tendo em vista as possibilidades de tomada de posições em especificidades próprias da *internet*, na qual esse discurso e essa memória se atualizam, a exemplo dos gestos de interpretação produzidos nos comentários dos leitores, nos compartilhamentos, nas reações etc. Ademais, como iremos demonstrar, essa visibilidade e acesso propiciados pela republicação desses arquivos nas mídias digitais, antes subterrâneos, funcionaram como uma forma de interpelação ideológica da corrente da nova direita brasileira e produziu efeitos determinantes na política do país.

A seguir, apresentaremos o trajeto metodológico adotado para este estudo.

## 2.2 Percursos metodológicos para uma análise discursiva

A pesquisa fundamentada nos pressupostos teóricos da Análise de Discurso segue uma metodologia singular e específica. Nessa ótica, uma mesma materialidade pode ser analisada sob diferentes recortes teórico-metodológicos (Orlandi, 2003). Dessa forma, as categorias analíticas da disciplina tomam as características das variáveis da pesquisa e, assim, essas noções teóricas aplicadas ao procedimento de análise são os conceitos operacionais que mobilizaremos para os gestos de interpretação das materialidades que formam o *corpus* deste estudo. A saber: *discurso; acontecimento enunciativo e discursivo; formações ideológicas, formações discursivas e posições-sujeito; interdiscurso e memória discursiva; formações imaginárias; metáfora discursiva, paráfrase e polissemia*, além das noções de *silenciamento e apagamento*. Ademais, também nos esteamos nas contribuições da história, das ciências sociais, das ciências políticas e nos aportes teóricos do discurso digital.

Na ótica da AD, não é o critério empírico que estabelece a metodologia quanto à construção do *corpus* de análise, mas sim os critérios teóricos (Orlandi, 2003). Outrossim, teoria e análise são processos inseparáveis na Análise de Discurso, dessa forma “não há um modelo metodológico apriorístico e universal que dê conta de qualquer discurso” (Mariani, 1996, p. 59). Assim sendo, é necessário construir um dispositivo para acessar um dado objeto discursivo, e logo depois, ao continuar o procedimento analítico, passar da superfície linguístico-textual, do objeto simbólico e empírico às discursividades, à produção dos sentidos inscritos nos suportes materiais, que serão responsáveis por permitir que o analista tenha acesso ao discurso. E, finalmente, o analista irá trabalhar no objeto discursivo, produzindo sua análise a partir dos efeitos da língua na ideologia e da materialização da ideologia na língua (Orlandi, 2003).

A construção desse dispositivo de análise é um processo complexo, pois o arquivo jamais é dado *a priori*, é preciso que o analista ao se deparar com um texto o tenha como uma unidade linguística, entretanto, nos moldes da AD, esta unidade não é fechada em si mesma, com começo e final definidos, e nem construída por um autor, pois sua constituição vem de discursos anteriores que se repetem, se contrapõem, afinal, o que se analisa é o funcionamento do discurso materializado num texto, ou numa imagem, num vídeo, numa fala, num pronunciamento etc., e suas condições históricas de produção e de interpretação, numa relação com a ideologia e com o inconsciente. Logo, o analista “precisa desvendar aquilo que é imposto como evidência” (Mittmann, 2005, p. 1) nos processos discursivos, que trazem seus sentidos na opacidade e não na transparência dos significantes.

Isso posto, é preciso entender como o arquivo é concebido na Análise de Discurso. De acordo com Pêcheux (2014, p. 59), arquivo é um “[...] campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão [...]”, e é a partir do arquivo que se constrói o *corpus* com as sequências discursivas (SDs), para ser realizada a leitura interpretativa de um objeto. A propósito desse aspecto, Guilhaumou & Maldidier (2016) postulam que o arquivo na prática da AD não reflete de modo pacífico uma realidade institucional de uma determinada circunstância interpretativa, todavia, ele é organizado no interior do seu campo social e não se trata apenas de “um simples documento do qual são retirados os referentes; ele permite uma leitura que revela dispositivos, configurações significantes” (Guilhaumou; Maldidier, 2016, p. 116).

Nessa corrente de estudo, a infinidade de arquivos sobre uma questão pode ser um empecilho para o analista. Por isso, é indispensável que haja o entendimento de como proceder diante da multiplicidade de dispositivos textuais, imagéticos, audiovisuais etc. que materializam redes de sentidos a serem analisados e que estão sempre postos em dispersão (Mittmann, 2005). Diante desse impasse em relação à quantidade de documentos existente no arquivo, é interessante para este estudo o que afirma Mittmann (2005), quando esclarece que não “há uma passagem natural da dispersão do arquivo à seleção de textos de nosso *corpus* empírico e deste à organização das sequências discursivas que formam nosso *corpus* discursivo. As passagens somente se dão pelo retorno constante à teoria” (Mittmann, 2005, p. 158).

Neste trabalho, em que o arquivo é constituído a partir dos ambientes midiáticos da *internet*, essa diversidade na construção do dispositivo analítico, diante da pluralidade de materialidades significantes, é ainda mais considerável, por isso, conforme assegura Orlandi (2003), o recorte do *corpus* já se configura como análise e, nisso, o processo metodológico e o analítico são atrelados, propiciando que haja um diálogo entre esses dois eixos.

Um dos principais passos na construção metodológica do *corpus* discursivo é o processo de recortar para constituir o dispositivo analítico. Apenas pela escolha de quais recortes fazer, o analista já inicia seu gesto de leitura, pois os princípios que norteiam essa escolha variam a depender do tipo de discurso, das condições de sua produção, bem como do objetivo quanto à análise (Orlandi, 1984). O recorte é uma noção da Análise de Discurso que se refere ao gesto de determinar uma unidade discursiva para tecer os gestos de interpretação filiados à teoria, por “[...] unidade discursiva entendemos fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação [...] um recorte é um fragmento da situação discursiva” (Orlandi, 1984, p. 14).

Quando recortamos essas unidades, formamos um conjunto de sequências discursivas e as relacionamos umas com as outras. Essas relações são observadas mediante um dispositivo

de leitura denominado de trajeto temático, ferramenta teórico-metodológica formulada por Guilhaumou & Maldidier (2014). Vejamos:

A noção de tema [...] supõe a distinção entre um “horizonte de expectativa” - o conjunto de possibilidades atestadas em uma situação histórica dada - e o acontecimento discursivo que realiza uma dessas possibilidades, inscrito o tema em posição referencial [...] A análise de um trajeto temático remete ao conhecimento de tradições retóricas, de formas de escrita, de usos da linguagem, mas sobretudo, interessa pelo novo no interior da repetição. Esse tipo de análise não se restringe aos limites da escrita, de um gênero, de uma série: ela reconstrói os caminhos daquilo que produz o acontecimento na linguagem (Guilhaumou; Maldidier, 2014, p. 172-173).

Os autores postulam que o trajeto temático equivale a um conjunto de configurações textuais que, de um acontecimento a outro, articula os temas e opera o que é novo no que é repetido. A partir da mobilização desta noção, podemos constituir o recorte de unidades discursivas para esta pesquisa, pois, tais fragmentos não se apresentam em si mesmos, mas são estabelecidos por enunciados postos em jogo e das relações efetivadas entre eles.

Nessa perspectiva, o arquivo compreende um apanhado diverso de materialidades que para ser analisado requer um recorte histórico e, a partir da possibilidade de um acontecimento discursivo, é que alguns funcionamentos desse arquivo são concretizados. O trajeto temático permite, pois, que seja analisada a emergência dos acontecimentos discursivos na dispersão do arquivo, é o que articula os temas em um agrupamento de textos e instala o “novo no interior da repetição” (Guilhaumou; Maldidier, 2014, p. 173).

A partir dessas relações estabelecidas, mediante a articulação e o agrupamento das materialidades significantes determinadas pelo trajeto temático, é que se identifica no discurso uma formação discursiva dominante e são dadas as suas fronteiras, pelo menos explicitamente. Isso porque, posteriormente, durante as análises, os resultados obtidos podem mostrar a fragilidade dessas fronteiras, por meio do funcionamento de posições divergentes no interior de uma mesma formação discursiva, assim como podem ser observadas outras formações discursivas que funcionam concomitantemente, como assegura Pêcheux (1995), e essas relações são notadas por meio de uma rede de memória, com metáforas, paráfrases, polissemias, efeitos de sentido, deslizamentos (Pêcheux, 1995).

Assim como o arquivo, o *corpus* em AD também não é dado *a priori*, mas é construído a partir de um processo que envolve as noções teóricas da disciplina, que em contrapartida determinam o processo metodológico, e nesse batimento dá-se a construção do objeto discursivo a ser analisado. Existe nesse processo uma “tensão constante entre análise e teoria,

significado, do lado da teoria, retorno e ruptura, do lado da análise, o batimento entre descrição e interpretação” (Orlandi, 2005a, p. 43). Nessa perspectiva, Léon & Pêcheux (2011) asseguram que

[...] um corpus é um sistema diversificado, estratificado, disjunto, laminado, internamente contraditório, e não um reservatório homogêneo de informações ou justaposição de homogeneidades contrastadas. Em suma, um corpus de arquivo textual não é um banco de dados (Léon; Pêcheux, 2011, p. 165).

Desse modo, construir o *corpus* empírico e o discursivo é um percurso de vai e vem, uma estruturação em que podem aparecer dispersões e muitos fios soltos a serem atados, pois, nesse trajeto “[...] as idas e vindas se fazem necessárias em virtude dos conflitos, confrontos, sobreposições que ocorrem durante o próprio gesto de leitura e releitura do arquivo” (Mittmann, 2005, p. 4).

Nessa perspectiva discursivo-metodológica, ainda cabe assinalar a importância da noção de regularidade discursiva, que se instaura pela repetibilidade das formulações do discurso. Segundo Fernandes & Vinhas (2019, p. 142), “[...] a regularidade do processo discursivo é compreendida a partir das condições de produção que configuram o conjunto de SDs do corpus a ser analisado [...]”. E ainda, segundo as autoras, a regularidade diz respeito à “[...] relatividade da estrutura como sendo mais ou menos estável [...]”. Dessa forma, a regularidade de um discurso pode seguir certa direção por “[...] determinações ideológicas, mas que podem se transformar, mudar de orientação conforme o interdiscurso [...]” (Fernandes; Vinhas, 2019, p. 142-143). Em outras palavras, a regularidade discursiva é um processo móvel e dinâmico, como o próprio discurso.

Nesse percurso metodológico não linear é que vai ser construído o *corpus* discursivo, definido por Courtine (2014) como um conjunto de sequências discursivas estruturadas a partir da relação com as condições de produção do discurso. Nesse sentido, os métodos na Análise de Discurso são próprios e seguem características peculiares que devem ser bem observadas e colocadas em prática pelo pesquisador na construção da sua análise.

Para a realização desta investigação, dispomos de alguns dos critérios supracitados para constituir o *corpus* analítico, sendo um deles o de recorte, neste caso o temporal, já que, para estruturar as materialidades de análise deste trabalho, foi necessário efetuar um retorno ao momento de transição entre o fim do regime militar e o processo de redemocratização do país, especificamente, tomando como ponto de partida a primeira eleição, ainda que indireta, de um civil à Presidência da República, em 1985.

Feito este recorte temporal, mobilizamos a noção de trajeto temático, proposta por Guilhaumou & Mالدidier (2014), para realizar a procura por materialidades significantes que estabeleciam regularidade discursiva com o discurso ditatorial, que naquele período da redemocratização circulavam na mídia convencional e mais adiante voltam a circular, ao serem reinscritas nos espaços midiáticos virtuais da atualidade, quais sejam, a *internet* e seus dispositivos, como *sites*, *blogs* e redes sociais. Com atenção especial para o momento de tramitação do processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, quando é iniciada uma escalada desse discurso militarista-ditatorial no Brasil nesses ambientes digitais.

A seguir, elucidaremos o modo pelo qual realizamos o agrupamento e organização do conjunto de materialidades coletadas para a análise.

### **2.2.1 Entre a montagem do arquivo e a constituição do corpus discursivo**

Diante da dispersão dos arquivos (Mittmann, 2005) que se espalham pelo ciberespaço, para formular o *corpus* deste estudo e tecer a leitura interpretativa dessas discursividades, nos concentramos nas materialidades com a inscrição da memória militarista-ditatorial que ganharam repercussão nos espaços digitais, por meio de (re)publicações de *frames* de vídeos, excertos de textos linguísticos e imagéticos, seja dos usuários/internautas ou de instituições jornalísticas. Tais publicações, no entanto, circulavam, em sua maioria, nas redes sociais mais utilizadas/acessadas atualmente, *YouTube*, *Facebook*, *Twitter* (agora *X*<sup>29</sup>), *WhatsApp* etc. Dessa forma, ao tomar conhecimento desses arquivos, por sua ampla circulação e divulgação, realizamos uma pesquisa na rede, em busca da coleta dos originais que materializavam esse discurso. Como ferramenta de busca, as mídias digitais permitem a pesquisa por meio de descritores como palavras-chave e *hashtags*, por exemplo, além de outros mecanismos presentes no meio digital da *internet* e na mídia específica que se esteja realizando a busca, como filtros de datas, de nomes e de conteúdo.

A partir da reunião dessas materialidades, foi constituído nosso *corpus* empírico e, posteriormente, foi construído o *corpus* discursivo. As sequências discursivas foram, *a priori*, compostas por discursos que se materializavam em documentos de pronunciamentos políticos; materialidades textuais e imagéticas capturadas em *sites* e redes sociais; reportagens

---

<sup>29</sup> O *Twitter* representa uma das redes sociais de maior relevância em todo o mundo. Sua criação data de março de 2006, nos Estados Unidos. Em 2022, a empresa foi adquirida pelo magnata bilionário Elon Musk. Algum tempo após a compra, Musk optou por alterar o nome legal da *Twitter Inc* para *X Corp*. Neste trabalho, vamos ainda denominá-la de *Twitter*, no entanto, acrescentando sua nova alcunha como uma espécie de prefixo, a saber *X-Twitter*. Disponível em: <https://canaltech.com.br/empresa/twitter/> Acesso em: 14 set. 2023.

jornalísticas e entrevistas publicadas em jornais impressos; transcrições de falas em vídeos, como entrevistas na TV; comentários de internautas nas redes sociais; além de outras, pois, cabe salientar, que no processo de coleta das discursividades digitais, há condições que fogem do controle do analista e do que se determina previamente, uma vez que esses ambientes virtuais têm características voláteis, além de constantes e instáveis alterações de disponibilidade e de acessibilidade dos arquivos.

A partir do agrupamento desses arquivos, construímos as matrizes parafrásticas com as sequências discursivas, organizadas por sua regularidade de sentidos de acordo com o trajeto temático (Guilhaumou; Maldidier, 2016). Dentro dessas matrizes, formulamos blocos de análise, subdivididos por recortes de SDs que foram coletadas em um mesmo espaço digital, isto é, numa mesma publicação, seja a postagem principal ou os comentários inscritos nesse *post*.

Desse modo, os *sites* acessados para a realização da coleta de materialidades foram: as páginas *a)* do jornal estadunidense *The New York Times*; *b)* do portal de notícias Uol; *c)* do jornal *Estado de Minas*; *d)* da rede social *Facebook*; *e)* da plataforma de vídeos *YouTube*; *f)* da rede social *X-Twitter*; *g)* da Câmara Federal dos Deputados; *h)* do jornal *O Estado de São Paulo*; *i)* da *Revista Época*; e *j)* do jornal digital *Poder360*.

Para organização dessas materialidades, efetuamos a divisão em dois grandes blocos. O primeiro bloco, doravante **Bloco I**, que analisamos no terceiro capítulo desta tese, é formado por quatro recortes de materialidades veiculadas na mídia convencional de forma impressa, nas décadas de 1990, 2000 e 2010, retomadas na *internet* após 2016, e por materialidades escritas e inscritas, somente e diretamente, na mídia digital, em 2019.

As publicações que fazem parte do Bloco I foram coletadas no *site The New York Times*, no portal de notícias Uol e na rede social *X-Twitter*, formando o primeiro recorte de SDs desse bloco; para formar o segundo recorte de SDs, foram coletadas materialidades no *site* do jornal *O Estado de Minas* e no perfil oficial desse mesmo jornal no *Facebook*; coletamos, ainda, materialidades na página institucional da Câmara dos Deputados, após haver a disponibilização desse arquivo pelo *site* e perfil oficial no *Facebook* do jornal *O Estado de São Paulo*, configurando nosso terceiro recorte de SDs; e, por fim, coletamos materialidades nos *sites* da *Revista Época*, do jornal online *Poder360* e da rede social *X-Twitter*, para formar o quarto recorte analítico de SDs, que fecham o Bloco 1.

Esses quatro recortes de sequências discursivas ainda são subdivididos de acordo com o trajeto de sentidos que instauram, a saber, ora o acontecimento enunciativo, ora o discursivo

(Gallo, 2011)<sup>30</sup>. No primeiro trajeto temático, do acontecimento enunciativo, consideramos apenas a inscrição na *internet* da materialidade original proveniente dos arquivos subterrâneos, figurando então uma nova textualidade; enquanto no segundo trajeto, consideramos como acontecimento discursivo, quando são geradas novas discursividades pelos efeitos dessa republicação digital, ou ainda, como será observado no quarto recorte, pela publicação de materialidades originais na/da mídia digital.

Na matriz parafrástica de sequências discursivas que inscrevem o funcionamento do acontecimento enunciativo na *internet*, as materialidades que analisamos são republicadas nos espaços digitais e têm, portanto, uma nova textualidade. No entanto, sua memória e discursividade são repetidas, do mesmo modo de quando foram publicadas em sua primeira formulação na mídia convencional. Todavia, no trajeto de sentidos que instaura o acontecimento discursivo, não há somente o transporte do discurso para a *internet*, uma vez que as republicações bem como as publicações originais desse ambiente produzem, além de uma nova textualidade, novas discursividades, pois a disponibilização desse discurso e sua circulação na *internet* já se configuram como novos gestos de interpretação, com outras posições discursivas, permitidas apenas pelas ferramentas das plataformas digitais, que também são constitutivas de sentidos o que, de acordo com Gallo (2011), constitui o acontecimento discursivo na *internet*.

O **Recorte 1**, composto pelas SDs 1-9 retiradas do jornal *The New York Times*, é constituído por uma entrevista de Jair Bolsonaro concedida ao veículo em 1993, essa parte do recorte é analisada a partir do trajeto de sentidos que instaura o acontecimento enunciativo. Em 2018, essa entrevista foi discursivizada novamente pelo portal de notícias Uol, que a republicou e indicou que houve a digitalização dessa entrevista pelo próprio *site* do jornal *The New York Times*, além disso, usuários do *X-Twitter* a replicaram em diversos perfis da rede. Essas novas materialidades integram a análise desse recorte pelo funcionamento do acontecimento discursivo.

No **Recorte 2**, composto pelas SDs 10-15 extraídas do jornal *O Estado de Minas*, materializa-se uma entrevista também de Jair Bolsonaro concedida em 1998. Sua análise é realizada pelo trajeto de sentidos do acontecimento enunciativo. Em 2018, o jornal republica essa entrevista em seu *site* e em sua página do *Facebook*, o que permite novas discursividades pela circulação dessa materialidade na mídia digital e instaura o acontecimento discursivo.

---

<sup>30</sup> Na seção 3.1.1 *A internet como acontecimento*, apresentaremos detalhadamente a concepção da autora acerca de como a *internet* é propulsora de acontecimentos enunciativos/discursivos (Gallo, 2011).

No **Recorte 3**, constituído de excertos de pronunciamentos parlamentares no plenário da Câmara dos Deputados, está o pronunciamento do deputado Alberto Fraga, constitutivo da SD16, e o pronunciamento do deputado Coriolano Salles, SD17, ambos em 31 de março de 2004; além do pronunciamento do então deputado Jair Bolsonaro, realizado em 31 de março de 2010, SD18. Há ainda a inserção de trechos de uma reportagem infográfica, publicada em 31 de março de 2019, pelo jornal *O Estado de São Paulo* em seu *site* e perfil oficial no *Facebook*, para explicitar o modo como foi alcançado este arquivo subterrâneo. Nas SDs deste terceiro recorte, a análise tem enfoque na noção de rememoração/comemoração ao golpe civil-militar de 1964, com funcionamento dos acontecimentos enunciativo e discursivo, conforme os mesmos aspectos apontados nos dois recortes anteriores.

No **Recorte 4**, apresentamos duas reportagens realizadas já na mídia digital em 2019. Assim como no terceiro recorte, essas reportagens também têm enfoque no conceito operacional de rememoração/comemoração do golpe-civil militar em 31 de março. As reportagens são da revista *Época online* (SD19) e do *site Poder360* (SD20). Há ainda, na organização deste recorte, uma publicação no *X-Twitter* (SD21) feita pelo então presidente Jair Bolsonaro e republicada na referida reportagem do *Poder360*. Neste recorte, as materialidades também são todas escritas, no entanto, não foram impressas, pois já são contemporâneas e não mais oriundas dos espaços da mídia convencional de décadas passadas, isto é, subterrâneas<sup>31</sup>. Isso ocorre, por traçarmos um trajeto de análise diferente das demais sequências discursivas constitutivas do Bloco 1, pois todas as materialidades analisadas que constituem as sequências discursivas do quarto recorte são publicações próprias da *internet*.

Os *sites* que veiculam as materialidades do quarto recorte não têm versões impressas, mas apenas digitais<sup>32</sup>, isto é, elas não foram formuladas em outros espaços midiáticos convencionais do passado para depois serem transferidas para o meio digital<sup>33</sup>, mas sim, foram inscritas, somente, nesses ambientes virtuais na conjuntura recente. No entanto, também inscrevem o discurso de rememoração/comemoração do golpe civil-militar que instaurou o

---

<sup>31</sup> Embora as materialidades deste recorte não sejam subterrâneas, o discurso é. E, como em todas as outras materialidades do *corpus* deste estudo, esse discurso emerge pelas circunstâncias da mídia digital e sob as condições de produção do contexto sociopolítico que estamos inseridos hoje.

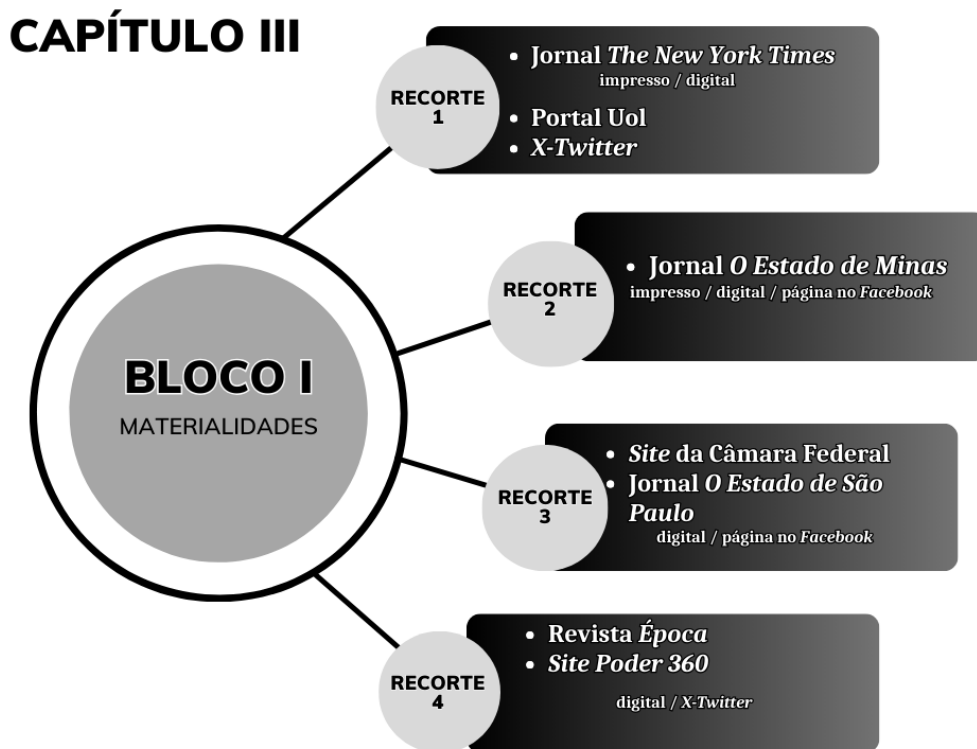
<sup>32</sup> No caso da *Revista Época*, além de ter sido extinta sua versão impressa, o *Grupo Globo*, ao qual ela pertencia, também deixou de publicar sua versão *online* em 2021. Atualmente, a revista é somente uma seção semanal do jornal *O Globo online*, e está disponível apenas para assinantes.

<sup>33</sup> Como as demais materialidades que são analisadas nesta tese.

regime ditatorial no país, assim como as materialidades analisadas nos três recortes anteriores a este<sup>34</sup>.

No esquema a seguir, podemos visualizar a estruturação deste capítulo que abre nossos gestos de interpretação.

**Figura 1 - Estrutura do terceiro capítulo analítico – Bloco I**



Fonte: Esquema elaborado pela autora (2023).

<sup>34</sup> O enfoque deste estudo, como temos afirmado ao longo da tese, está em reler arquivos *hoje* (Pêcheux, 2014) que inscrevem discursos constituídos e formulados *ontem*, nas décadas de transição do regime ditatorial para o democrático. Dessa forma, 5 dos 6 recortes de sequências discursivas analisadas são de materialidades decorrentes de formulações da mídia convencional de até 30 anos atrás, e que só mais recentemente foram republicados nos espaços digitais. Somente o **Recorte 4** é constituído de materialidades que se formularam, somente, na mídia digital em 2019, isto é, primeiramente já na *internet*, mas essas materialidades inscrevem o mesmo discurso de apologia à Ditadura Civil-Militar que tomamos como objeto da pesquisa que resultou esta tese. Essa particularidade do quarto recorte é devida às circunstâncias sócio-históricas e sociopolíticas desse período recente em nosso país, a exemplo da ascensão política da nova direita e da eleição de Jair Bolsonaro à presidência, que discutiremos no momento da análise. Portanto, em decorrência dos recortes 3 e 4 acionarem as noções de rememoração/comemoração do discurso, que mobiliza a memória da Ditadura Civil-Militar brasileira, os apresentamos sequencialmente e ainda por suas características similares de enunciação, pois apresentam materialidades escritas. Claro, que os três primeiros recortes foram impressos, enquanto o quarto, não, uma vez que a mídia impressa hoje tem alcance, consideravelmente, reduzido em comparação com a relevância que tinha na década em que as materialidades que compõem os demais recortes do Bloco I foram formuladas.

No quarto capítulo, apresentamos o **Bloco II**, com mais dois recortes de sequências discursivas. Neste bloco, todas as materialidades analisadas são originadas em espaços subterrâneos da mídia convencional e inscrevem o discurso formulado no período da redemocratização do país. Destacamos que nesse bloco analítico, as materialidades são audiovisuais, e não impressas e escritas como as analisadas no primeiro bloco do terceiro capítulo; do mesmo modo como procedemos no Bloco I, subdividimos os recortes em sequências discursivas que apresentam o funcionamento do acontecimento enunciativo e, posteriormente, as sequências discursivas que materializam o funcionamento do acontecimento discursivo, por meio dos comentários que são desdobramentos discursivos dessas materialidades.

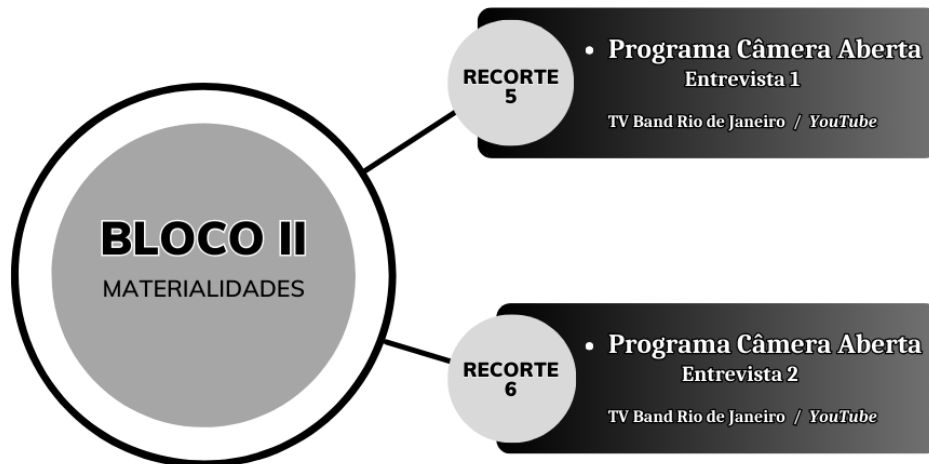
No **Recorte 5**, apresentamos as SDs de 22 a 27. Na primeira parte da análise, estão as SDs 22 e 23, compostas por trechos transcritos de uma entrevista do então deputado federal Jair Bolsonaro ao programa *Câmera Aberta* da TV Band Rio. Essa materialidade foi republicada em canal do *YouTube* pertencente a um apoiador do político, em 2017. Analisamos ainda as SDs de 24 a 27, constituídas por quatro comentários subscritos ao referido vídeo. Sustentamos a análise sob a perspectiva de entendermos a republicação inscrita na *internet* do mesmo modo que originalmente como uma nova textualização, que instaura o acontecimento enunciativo, e as novas discursividades geradas pelas particularidades dessa retomada e reinscrição da materialidade na *internet*, a exemplo dos comentários, como um acontecimento discursivo.

No **Recorte 6**, fechamos o quarto capítulo deste estudo e, também, nossos gestos analíticos, apresentando uma análise de uma segunda entrevista do então deputado Jair Bolsonaro ao mesmo programa de TV, o *Câmera Aberta*, também feita em 1998, poucas semanas após a primeira (Recorte 5), constituindo as SDs 28 e 29. Essas SDs materializam trechos transcritos da republicação, ocorrida em 2016, desta entrevista, em canal do *YouTube* pertencente a outro dos apoiadores do político. Dessa republicação, também foram extraídas as SDs de 30 a 34, constituídas de comentários subscritos ao vídeo, isto é, desdobramentos discursivos da materialidade analisada.

Assim como fizemos para demonstrar a organização estrutural do capítulo anterior, apresentamos no esquema, a seguir, a configuração do quarto capítulo analítico.

Figura 2 - Estrutura do quarto capítulo analítico – Bloco II

## CAPÍTULO IV



Fonte: Esquema elaborado pela autora (2023).

Apresentamos no quadro, a seguir, a fim de melhor visualizarmos esta estruturação das SDs, a organização dessas materialidades. Dessa forma, nesse conjunto de recortes de SDs, que integram o Bloco I e o Bloco II, vamos mostrar como se configura o acontecimento enunciativo-discursivo<sup>35</sup>.

**Quadro 1 - Capítulos, blocos e recortes de SDs**

CAPÍTULO III	Recorte 1	Recorte 2	Recorte 3	Recorte 4
BLOCO I	SDs 1-9	SDs 10-15	SDs 16-18	SDs 19-21
CAPÍTULO IV	Recorte 5		Recorte 6	
BLOCO II	SDs 22-27		SDs 28-34	

Fonte: Esquema elaborado pela autora (2023).

Este é, então, o arquivo desta pesquisa, resultado de um processo de construção que não se dá de imediato, mas sim, por meio de investigação, leitura, procura, organização e constituição. No mais, apenas é dado um efeito de delimitação ao arquivo, ou como postulam Guilhaumou & Malidier (2016), um *estado de corpus*, pois no decorrer da análise há possibilidades de mudança que podem permitir novas interpretações. Esse efeito de delimitação será sempre efêmero, passageiro, em virtude das condições de produção e de circulação dos

<sup>35</sup> Entendemos como um acontecimento enunciativo-discursivo, com base em Gallo (2011). Em nossas análises discorreremos melhor acerca desse funcionamento.

discursos. Por sua vez, a seleção das materialidades de análise já se configura em gestos de interpretação, conforme Orlandi (2003). Além disso, cabe ressaltar que “o processo de análise se dá no batimento do dispositivo teórico e do dispositivo analítico, sendo o segundo, por sua vez, intrinsecamente determinado pela posição do sujeito analista” (Oliari; Gallo, 2015, np).

Em relação à organização estrutural, esta tese está dividida em seis capítulos. O primeiro é constituído pela *Introdução*; neste segundo capítulo, apresentamos os *Percursos teórico-metodológicos da pesquisa*, no qual discutimos os conceitos da Análise de Discurso e apresentamos a montagem do arquivo, constituição dos recortes e do *corpus* discursivo. No terceiro capítulo estão os primeiros quatro recortes analíticos de materialidades. No quarto capítulo estão as últimas seções analíticas, com mais dois recortes de sequências discursivas. Finalmente, no quinto capítulo serão apresentadas as *Considerações (Não) Finais* sobre o estudo e, em seguida, apresentaremos as *Referências* utilizadas durante a pesquisa.

Com base nas discussões apresentadas, iniciaremos, a seguir, o nosso percurso analítico, com nossos primeiros gestos de interpretação.

### 3 O DISCURSO DE APOLOGIA À DITADURA CIVIL-MILITAR: DOS ARQUIVOS SUBTERRÂNEOS DA MÍDIA IMPRESSA AO ACONTECIMENTO

*O novo se situa em outra parte, no retorno ao arquivo.*

Jacques Guilhaumou & Denise Maldidier

Neste trabalho, pretendemos mostrar o funcionamento do discurso militarista-ditatorial no período de redemocratização brasileira. Todavia, para isso, é necessário recapitular que as materialidades analisadas foram, primeiramente, formuladas em espaços da mídia convencional; a primeira parte deste capítulo<sup>36</sup>, em especial, na mídia impressa no passado (1993/2004/2010), e retornaram para os espaços da mídia digital da contemporaneidade, sendo novamente textualizadas e discursivizadas, agora sob as condições de produção/circulação da *internet* e sob a conjuntura sociopolítica da emergência da extrema-direita no Brasil.

Entendemos que o marco inicial de reinscrição dos arquivos subterrâneos na mídia digital foi em 2016, a partir do voto do então deputado Jair Bolsonaro no processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. Esse voto foi marcado por uma homenagem ao torturador da ex-presidenta durante a ditadura, Carlos Alberto Brilhante Ustra. Essa atitude, ao invés de ser punida, projetou o parlamentar como político de oposição em cenário nacional nos anos subsequentes (2017-2018), sendo cogitado para a Presidência da República, principalmente nos espaços virtuais da *internet*. Essa ascensão culminou na sua efetivação como candidato ao Executivo e na sua eleição como presidente em 2018, com a posse em 2019. Esse processo possibilitou a amplificação da visibilidade do discurso militarista, uma vez que essas materialidades retornaram aos espaços virtuais, nos quais o anunciado pré-candidato se destacava politicamente<sup>37</sup>.

Neste primeiro bloco serão analisados quatro recortes de sequências discursivas. Cada recorte se constitui por uma materialidade jornalística ou institucional – entrevistas, pronunciamentos, reportagens – que se desdobrou em novas discursividades, após ser retomada da mídia impressa para o espaço discursivo digital.

Optamos por essa perspectiva organizacional-analítica, no intuito de mostrar de modo particular, em cada uma dessas materialidades, como esses discursos são retomados e como eles significam, ora com os mesmos saberes, ora com outros. Como assegura Pêcheux, esses

---

<sup>36</sup> Lembrando que no Recorte 4, as materialidades analisadas já são formulações próprias da mídia digital.

<sup>37</sup> Essencialmente, todas as materialidades que compõem o *corpus* desta pesquisa foram republicadas na *internet* a partir da votação do *impeachment* de Dilma Rousseff, em 17 de abril de 2016.

discursos “remetem ao mesmo ‘fato’, mas não constroem as mesmas significações” (Pêcheux, 1990, p. 20).

Em muitos casos, as formulações e os sentidos se repetem em diferentes materialidades, não somente neste bloco/capítulo, mas também em outros recortes/bloco/capítulo. Na verdade, esse é mesmo o funcionamento do discurso, pois “repetições fazem discurso” (Courtine; Marandin, 2016, p. 28), e é no processo de repetibilidade que se dá a movimentação dos sentidos, sob a tensão da paráfrase e da polissemia. Essa replicação dos sentidos, no passado e no presente, é que norteia nossos gestos de interpretação e, também, nos mostra que as especificidades da mídia digital, em suas condições de produção/circulação, interferem na produção de sentidos no funcionamento discursivo.

Por isso, faz-se necessário, tecermos uma breve discussão acerca das condições de produção do discurso em pauta, com foco central no discurso digital.

### **3.1 As condições de produção do discurso: constituição, formulação e circulação**

Todo discurso se configura a partir de condições de produção (CP) específicas, que são estabelecidas por meio das relações de sentido e das relações de força que funcionam em determinado processo discursivo (Pêcheux, 1997). Conforme Pêcheux (1997), as relações de sentido constituem um mecanismo capaz de colocar o discurso em relação a outros sentidos anteriores, assim como a dizeres futuros, num processo sempre amplo e contínuo.

As relações de forças, no processo discursivo, referem-se à natureza dos lugares em que os interlocutores são sustentados na estrutura social e são inscritos ideologicamente na luta de classes (Pêcheux, 2011). Conforme Pêcheux (2011), a língua não escapa desse fenômeno social que, pelo modo de produção capitalista, reparte os indivíduos, dispendo-os em lugares estabelecidos socioeconomicamente. Todavia, interessa à AD as projeções imaginárias dos sujeitos e de seus lugares, ou seja, as imagens projetadas, pois esse imaginário afeta a produção dos sentidos e os posicionamentos dos sujeitos.

Assim, tanto as relações de sentido como as de força funcionam a partir das formações imaginárias que, por sua vez, tem no mecanismo imaginário a representação discursiva do lugar que os indivíduos ocupam nas relações sociológicas e que são projetadas como imagem para o discurso (Pêcheux, 2011). Nessa esteira, Pêcheux identifica no discurso não a presença física de indivíduos humanos isolados, mas sim a representação deles em posições específicas dentro da estrutura de uma formação social.

Essa representação é construída por meio de diversas formações imaginárias, são as projeções das imagens dos sujeitos e de suas posições, atribuídas entre os interlocutores. Em outras palavras, diz respeito às imagens projetadas do próprio lugar e do lugar do outro, proporcionando uma antecipação imaginária. Dessa forma, as relações nesse intrincado jogo de representações não são predeterminadas, mas, ao contrário, desenvolvem-se ao longo do processo discursivo e sofrem efeitos da historicidade.

Diante disso, Orlandi (2003) defende que é possível passar das situações empíricas para as posições-sujeito por meio das projeções imaginárias, “não são os sujeitos físicos nem os seus lugares empíricos como tal, isto é, como estão inscritos na sociedade, [...] que funcionam no discurso, mas suas imagens que resultam de projeções” (Orlandi, 2003, p. 40). Dessa forma, as imagens projetadas desses lugares vão definir as posições a serem ocupadas no discurso.

O mecanismo de antecipação imaginária, segundo Orlandi (2003), corresponde à capacidade do sujeito discursivo colocar-se no lugar de seu interlocutor, para regular a sequência argumentativa, a fim de direcionar os efeitos que seus dizeres terão sobre ele, pois, as relações estabelecidas nesses lugares também determinam os dizeres dos sujeitos, isto é, “[...] se o sujeito fala a partir do lugar de professor, suas palavras significam de modo diferente do que se falasse do lugar de aluno [...]” (Orlandi, 2003, p. 39).

A respeito das condições de produção do discurso, Pêcheux postula, ainda, o seguinte:

Chamaremos essas condições, condições de produção do discurso, o conjunto da descrição das propriedades relativas ao destinador, ao destinatário e ao referente, sob condição de dar imediatamente certo número de precisões [...] sobre o termo produção [...] (Produção remetendo a efeito e condições pelas quais esse efeito é produzido ou não produzido) (Pêcheux, 2011, p. 214-2015).

Nessa perspectiva, as condições de produção integram uma conjuntura que pode afetar e determinar efeitos na produção de sentidos no discurso. Não se trata das características da materialidade linguística ou imagética da sequência discursiva, mas sim das condições históricas que cercam e moldam a sua produção. Na AD, a noção de condições de produção regula a relação entre a materialidade linguística de uma sequência discursiva e o contexto histórico de sua produção. Isto é, as CP estabelecem como a AD aborda e interpreta essa relação entre a língua e o contexto histórico no qual ela foi materializada.

Conforme Courtine (2016),

A noção de condições de produção do discurso [...] funda, assim, os procedimentos de constituição de *corpus* discursivos (conjunto de sequências

discursivas dominadas por um determinado estado, suficientemente homogêneo e estável, das condições de produção do discurso) (Courtine, 2016, p. 20).

No entanto, a noção de condições de produção enfrentou críticas por considerar as determinações históricas de um processo discursivo como circunstâncias pontuais de sua enunciação. De acordo com Courtine,

Esta noção, no entanto, frequentemente é conhecida como uma *definição sincrônica* ou tende a ser confundida com o que os linguistas denominam “situação de enunciação”. Ela também pode ser também o lugar de *confusão* entre as determinações de ordem psicológica (as representações subjetivas de uma situação de comunicação ligadas ao aspecto “vivido” ou “evento” de um “ato de discurso” em presença dos locutores) e as determinações propriamente históricas que presidem à produção como *efeitos* dos discursos enunciados pelos sujeitos; resumidamente, uma inversão imaginária do real histórico (Courtine, 2016, p. 20).

Essa perspectiva fundamenta-se, segundo Courtine (2016), na concepção psicologizante que a noção de CP transmite, uma vez que as primeiras tentativas de sua definição estão enraizadas em uma abordagem de psicologia social. Nessa perspectiva, as determinações históricas do discurso tornam-se meras circunstâncias específicas da enunciação. Num sentido mais abrangente, as condições de produção englobam o contexto sócio-histórico e o aspecto ideológico de um determinado discurso.

Desse modo, o autor apresenta uma proposta para o tratamento das condições de produção do discurso, especialmente para a constituição de um *corpus* discursivo, ao reivindicar, para isso, a noção de formação discursiva, mas apresentando distinção entre os dois níveis que a descreve, o da ordem da formulação e o da ordem do enunciado. No nível da formulação, o autor propõe a concepção de “*condições de produção da sequência discursiva da referência*”. No nível do enunciado, “*as condições de formação da FD de referência*” (Courtine, 2016, p. 25, grifos do autor).

Courtine chama de enunciado “os elementos do saber próprios a uma FD. Nós concebemos o enunciado como uma forma, ou um esquema geral, que governa a “repetibilidade” no seio de uma *rede* de formulações” (Courtine, 2016, p. 23). O autor associa a definição de enunciado à dimensão vertical ou interdiscursiva de uma rede de formulações. A referência dos elementos do conhecimento se estabiliza nessas redes, é aí que são moldados, segundo o autor, os objetos do discurso na forma de pré-construídos.

Quanto à concepção de formulação, o autor a articula à dimensão horizontal do discurso, uma dimensão intradiscursiva, isto é, “contemporânea à apropriação por um sujeito enunciador” (Courtine, 2016, p. 24).

Denominamos por [e] uma *formulação*, isto é, uma sequência linguística (de dimensão sintagmática inferior, igual ou superior a uma frase) que é uma reformulação possível de [E] no seio de uma rede de formulações e que vem marcar a presença de [E] no intradiscorso de uma sequência discursiva dominada por uma FD na qual [E] é um elemento do saber (Courtine, 2016, p. 24)<sup>38</sup>.

Retomando a proposta de Courtine (2016) em relação à reformulação da noção de condições de produção, o autor compreende que é necessário, primeiramente, admitir as determinações específicas no nível da formulação, sob a perspectiva das *condições de produção da sequência discursiva da referência*, o que consiste em

escolher uma sequência discursiva – enquanto manifestação da realização de um intradiscorso - como ponto de referência a partir do qual o conjunto de elementos do corpus receberá sua organização; relacionar esta sequência discursiva a um sujeito e a uma situação de enunciação determinada; mostrar como o sujeito da enunciação e circunstâncias enunciativas são atribuíveis (referenciáveis) aos lugares dentro dos aparelhos ideológicos de uma determinada conjuntura histórica (Courtine, 2016, p. 25).

Em seguida, Courtine afirma que é preciso ainda pensar as determinações específicas ao nível do enunciado, no que corresponde às *condições de formação da FD de referência*, e articulá-las às primeiras, considerando ainda que esse “processo discursivo está sujeito a condições específicas [...] Deve-se, assim, caracterizar as condições interdiscursivas que dominam o processo discursivo de formação/reprodução/transformação dos enunciados dentro das FD de referência” (Courtine, 2016, p. 25).

Nessa perspectiva, o autor estabelece que

Articular as condições de produção e as condições de formação em um corpus discursivo dado consistirá de fato em corresponder à sequência discursiva de referência um *domínio de memória*, ou seja, um conjunto de sequências discursivas que pré-existem à enunciação da sequência discursiva de referência no seio de um processo; é a partir do domínio da memória que será caracterizada a formação dos enunciados e que serão analisados os efeitos que produz, dentro de um processo discursivo, a enunciação de uma sequência discursiva determinada (efeitos de recordação, de redefinição, de transformação, mas também efeitos de esquecimento, de ruptura, de negação do já-dito). Acrescentemos que o domínio da memória consiste em uma

---

<sup>38</sup> [E] equivale a enunciado.

“pluralidade contraditória” de sequências discursivas, em que algumas são dominadas pela FD de referência, enquanto que dependente de FD contraditoriamente ligadas a esta última por relações de antagonismo, escoramento, aliança, recuperação... etc... (Courtine, 2016, p. 26, grifos do autor). [*sic*]

Desse modo, para Courtine (2016), articular as condições de produção e as condições de formação em um *corpus* discursivo significa relacionar o contexto mais amplo com as regras e normas específicas que governam a produção discursiva em uma sociedade. Isso implica considerar um domínio de memória, que é uma pluralidade contraditória de sequências discursivas. O autor salienta que o domínio da memória inclui sequências que são dominadas pela FD de referência (as regras específicas que influenciam o discurso em questão) e, ao mesmo tempo, sequências dependentes de FD contraditoriamente ligadas a esta última por relações de antagonismo, escoramento, aliança, recuperação, entre outros. Isso sugere que o discurso está sempre em diálogo com outras formas de discurso na sociedade, muitas vezes em relações complexas e contraditórias.

Sendo assim, é possível, de acordo com as reformulações de Courtine (2016), representar adequadamente a inter-relação entre interdiscurso e intradiscurso, enunciado e formulação, bem como o sujeito do saber de uma formação discursiva (FD) e o sujeito enunciador.

Orlandi (2003) assegura que os sujeitos e a situação estão incluídos nestas determinações, sendo que a situação pode ser compreendida em seu sentido estrito – o contexto imediato da enunciação, isto é, as circunstâncias enunciativas – e no sentido lato – o contexto sócio-histórico em que a formulação estiver inserida, considerando as determinações ideológicas, isso porque, conforme a autora, a constituição do discurso precede a sua formulação.

Para Orlandi (2005b), os processos de construção dos discursos envolvem três momentos igualmente relevantes, quais sejam: o da constituição, o da formulação e o da circulação (Orlandi (2005b)). É preciso, ainda conforme a autora, compreender o contexto amplo histórico-ideológico da constituição do discurso, que porventura será necessário para o procedimento analítico de sua formulação, para que sejam trabalhadas também as condições de produção imediatas das circunstâncias de sua enunciação quando esses discursos circularem novamente.

A propósito do que já foi sinalizado nas discussões anteriores, as condições de produção referentes à constituição do discurso que aqui analisamos em seu sentido amplo, visando a compreensão das relações de sentidos no discurso, envolvem o processo sócio-histórico que

abrange o militarismo e a Ditadura Civil-Militar no Brasil, como também o processo de redemocratização do país, que teve seu início no ano de 1985. Nessa conjuntura, temos os sentidos já ditos no interdiscurso – filiados à FD da Ditadura Civil-Militar – onde se dá a constituição dos discursos, no eixo vertical.

Com base em Courtine (2016), podemos dizer que temos um domínio de memória do discurso da Ditadura Civil-Militar. Retomando a citação do autor, vimos que a partir do domínio de memória, se caracteriza a formação dos enunciados, cujos efeitos podem ser observados e analisados, pois “[...] os efeitos que produz, dentro de um processo discursivo, a enunciação de uma sequência discursiva determinada (efeitos de recordação, de redefinição, de transformação, mas também efeitos de esquecimento, de ruptura, de negação do já-dito)” (Courtine, 2016, p. 26). São esses efeitos que buscamos em nossas análises. E, como veremos adiante, a emergência da nova direita e sua ascensão potencializada pela mídia digital são elementos da “pluralidade contraditória” nesse domínio de memória, pois se filiam à FD militarista-ditatorial, por relações de aliança. Vejamos, novamente, o que diz Courtine:

o domínio da memória consiste em uma “pluralidade contraditória” de sequências discursivas, em que algumas são dominadas pela FD de referência, enquanto que dependente de FD contraditoriamente ligadas a esta última por relações de antagonismo, escoramento, aliança, recuperação... etc... (Courtine, 2016, p. 26). [sic]

Ademais, na conjuntura das condições de produção e funcionamento do discurso digital, sobretudo o seu modo próprio de circulação das discursividades, veremos essa pluralidade contraditória do domínio de memória em funcionamento, dadas as relações de antagonismo, aliança e recuperação dos sentidos, mediante as relações entre as FDs “contraditoriamente ligadas” à FD militarista-ditatorial.

A seguir, discutiremos as condições de produção do discurso em funcionamento nos ambientes digitais e redes sociais, de onde construímos o nosso arquivo, espaço que materializa os discursos que analisamos neste estudo.

### ***3.1.1 O ciberespaço e o funcionamento do discurso digital***

Sobre a definição de ciberespaço, discorre Lévy

O ciberespaço (que também chamarei de “rede”) é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo

específica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo” (Lévy, 1999, p. 15).

Conforme assegura Mittmann (2008), na ótica discursiva, o ciberespaço abrange não apenas o armazenamento e circulação dos discursos, mas sua produção, formas de organização, de articulação e recepção.

O mundo é, portanto, constantemente afetado pela tecnologia. O discurso como materialidade da língua também é afetado por essas mudanças. Segundo assinala Dias (2016), neste mundo digitalizado em que estamos dispostos, as novas maneiras de utilizar a linguagem movem os confrontos já existentes empiricamente para o digital, alterando as condições de produção, criando uma outra forma material para os discursos.

No que se refere às mudanças tecnológicas, elas são efetuadas de forma contínua e acelerada e abarcam os espaços diversos da sociedade. Conforme Fisher (2023),

A tecnologia das redes sociais exerce uma força de atração tão poderosa na nossa psicologia e na nossa identidade, e é tão predominante na nossa vida, que transforma o jeito como pensamos, como nos comportamos e como nos relacionamos uns com os outros. O efeito, multiplicado por bilhões de usuários, tem sido a transformação da própria sociedade (Fisher, 2023, p. 24).

Essas transformações se sobressaem, em particular, nos momentos de transição dos sistemas econômicos. Afinal, é intrínseco ao sistema de produção capitalista, por exemplo, a utilização da tecnologia como marcadora das relações de poder, e sobretudo de controle, entre os que detém os meios de produção e aqueles que oferecem sua mão de obra em troca do salário.

Silva Sobrinho (2011) ressalta que a informática é um dos produtos advindos dessas transformações técnicas e tecnológicas, que “dialeticamente produziram efeitos sobre todas as esferas sociais” (Silva Sobrinho, 2011, p. 24). O conceito atual de informática descreve um conjunto de ciências referentes à coleta, ao armazenamento, ao processamento e à transmissão de informações nos espaços digitais. Proveniente de uma amálgama entre *informação* e *automática*, refere-se ao trato das informações de forma automatizada por intermédio de algum dispositivo eletrônico e sistema operacional (Kozak, 2002), a exemplo do computador ou do *smartphone*.

Atualmente, a *internet* tem influência em praticamente todas as relações pessoais, profissionais e coletivas estabelecidas socialmente, a *Web* diminuiu as distâncias geográficas e eliminou as fronteiras físicas existentes no que se refere aos indivíduos que estão inseridos nesses ambientes.

Decerto, com os artifícios surgidos a partir dessas transformações, as relações em sociedade e a vida cotidiana dos indivíduos foram afetadas. Não seria diferente, portanto, quanto à constituição dos discursos e dos sentidos. Isso porque as condições de produção inerentes ao digital afetam os sentidos que circulam no ciberespaço, a exemplo da instabilidade dos suportes que dispõem o discurso, da velocidade com que os sentidos circulam nesse ambiente e das interações síncronas e assíncronas na interlocução dos sujeitos.

Neste estudo, estamos considerando os aspectos tecnológicos dos ambientes digitais, ancorados na noção de tecnodiscursos, postulada por Paveau (2021)<sup>39</sup>, aspectos que, de acordo com a autora, também geram discursividades, efeitos de sentido, posições-sujeito e processos ideológicos que só funcionam pela particularidade do digital. Destacamos, então, que as mudanças na tecnologia da comunicação, a partir do processo de informatização, oportunizaram descobertas e ressignificações culturais que, além de aumentarem possibilidades diversas na vida das pessoas, viabilizaram facilidades nas interrelações e permitiram transformações, até então impensáveis e até mesmo tidas como impossíveis.

Nesse cenário, a *internet* deve ser compreendida e considerada sob a perspectiva histórica, mas também em suas especificidades tecnológicas, o que envolve a constituição do sujeito e dos sentidos, as condições de produção, de articulação e de circulação dos discursos. Logo, não se trata de um mero depósito de materialidades, mas deve “ser observada em seus inconstantes e descontínuos movimentos [...]” (Mittmann, 2011, p. 124).

Grigoletto (2015) considera a *internet* também como instituição

que arquiva um número infinito de variados documentos [...]. E, ao produzir este trabalho “institucional” de ser uma depositária de milhões de informações – das mais diversas, heterogêneas e contraditórias possíveis – funciona como reguladora, ao mesmo tempo em que é regulada pelas relações de poder que atravessam a sociedade (Grigoletto, 2015, p. 34).

Nessa concepção, a *internet* é concebida como um novo lugar de funcionamentos discursivos na sociedade (Cavalcanti, 2015, p. 1). Este ambiente existente na esfera virtual constitui-se como um espaço de diferentes manifestações discursivas devido às disputas territoriais de sentido, uma vez que “é do ponto de vista da discursividade que temos de considerar as questões relativas ao território e territorialidade, mesmo no ciberespaço” (Cortes, 2015, p. 3).

---

<sup>39</sup> Em seguida, nos nossos gestos analíticos, discorreremos acerca da visão da autora em relação ao discurso digital e a observação dos aspectos tecnológicos no processo de interpretação das materialidades da *internet*.

Desse modo, o ciberespaço é um lugar de conflitos de interesse que se atrelam às peculiaridades do sistema de produção capitalista, determinante para a produção dos sentidos no discurso. Por esse ângulo, “no ciberespaço, os indivíduos são conectados não somente às redes digitais, mas também às redes discursivas, sendo interpelados pelas distintas ideologias e ocupam posições-sujeito diversas nas tramas discursivas das mídias virtuais” (Aguilar-Santos, 2020, p. 25).

Para Dias (2019), os discursos, ao serem reinscritos e circularem nesses espaços digitais se constituem sócio-historicamente por determinações do digital e, nisso, é dado o processo de automatização do discurso, esse processo é definido pela autora como “práticas sociais, políticas, teóricas e discursivas dos sujeitos. Práticas de leitura” (Dias, 2019, p. 203), pois essas práticas necessitam não apenas das máquinas, dispositivos, algoritmos, ou seja, das ferramentas da informática, mas de uma relação concreta com a vida humana.

Nessa direção, os sujeitos que estão inseridos nessa ferramenta tecnológica sofrem os efeitos do sistema capitalista também no digital, que segrega, divide e alimenta as desigualdades, permitindo que esses ambientes se constituam como arenas de embates discursivos (Cortes, 2015). Assim, o processo de constituição, formulação e circulação dos sentidos é também afetado por essas condições de produção específicas da *internet*. Nessa lógica, Oliveira & Cortes (2020) salientam que nos ambientes virtuais, o “sujeito além de ser interpelado pela memória e pela ideologia, também já é afetado pelo lugar que ocupa na conjuntura social, como também pelas mídias digitais (Oliveira; Cortes, 2020, p. 86).

Na produção dos discursos inscritos em materialidades digitais, uma gama de elementos é constitutiva de sentidos, que Cortes denomina de “multimodalidade de linguagens bastante acentuada” (Cortes, 2015, p. 32), a exemplo da convergência entre o que é linguístico, imagético, audiovisual, sonoro, as redes de *links*, bem como as singularidades dos lugares em que se materializam os discursos, que permitem funcionamentos específicos do ambiente digital a serem interpretados, pois ainda que tais modalidades já existam de modo convencional, em sua forma “verbal, visual, sonora” (Cortes, 2015, p. 32) ao se inscreverem nos suportes digitais, adquirem características próprias existentes somente na *internet*.

Conforme Cortes, as “novidades constitutivas do discurso eletrônico trazem a inscrição da memória de outros discursos, de outros dizeres e saberes, do já-dito” (Cortes, 2015, p. 33), e, ainda, “[...] a novidade não tira a opacidade do acontecimento” (Pêcheux, 1990, p. 20); ou seja, “o novo (ciber)espaço de funcionamento e circulação do discurso não tira a opacidade da linguagem” (Cortes, 2022, p. 62). Desse modo, é necessário entender os funcionamentos adquiridos pela formulação e principalmente pela circulação dos discursos no digital, pois

nestes eixos é que as particularidades da *internet* se sobrepõem na produção dos sentidos, articulando-se com as redes de memória já existentes no interdiscurso.

A partir do funcionamento dessas relações de poder, que se conflituam pela tomada de posições dos sujeitos no discurso, decorridas das formações ideológicas e das formações discursivas dominantes no discurso midiático e digital, os sentidos são regularizados, mas também sofrem deslizamentos, rupturas e deslocamentos. Conforme aponta Grigoletto (2011), no espaço digital, os discursos são afetados a ponto de os sentidos sofrerem diferentes efeitos de deriva, pois, o “espaço virtual constitui-se assim num espaço simbólico, marcado por contradições, por silenciamentos, por múltiplas vozes (algumas anônimas, outras não) que se (con)fundem numa trama de sentidos” (Grigoletto, 2011, p. 53).

A propósito dessas relações de disputa, de força e de sentidos situadas no ciberespaço, são estabelecidas conexões entre os indivíduos que participam desses ambientes por meio de redes de contato, que propiciam vinculações sociáveis ainda que em ambientes totalmente virtuais, isso acontece por meio das redes sociais. Essas redes de sociabilidade na *internet* são *sites* criados por grandes corporações midiáticas da informática que visam a inserção de pessoas nesses espaços, compartilhando sua vida pessoal ou profissional e criando conexões umas com as outras, mesmo que não tenham qualquer relação empírica fora dali, e atualmente, as plataformas de redes sociais “têm sido vitrines discursivas diante da facilidade de circulação das suas materialidades” (Aguiar-Santos, 2020, p. 25).

As redes sociais, numa perspectiva discursiva, permitem relações de sentido pela constituição dos sujeitos, a partir do momento que os indivíduos se apropriam e participam desses espaços virtuais, pois são instauradas identificações bem como contra-identificações e desidentificações com as formações ideológicas e discursivas em funcionamento nessas redes. As redes sociais mais conhecidas e utilizadas, atualmente, ao considerar as circunstâncias mundiais, são o *Facebook*, o *Instagram*, o *X-Twitter*, o *WhatsApp*, a plataforma de vídeos *YouTube*, os recentes *TikTok*, *Kwai*, *Threads* etc., cada uma delas traz suas peculiaridades, o que afeta a produção e a circulação dos sentidos no discurso que nelas é materializado, assim como o processo de constituição das posições discursivas assumidas pelos sujeitos. De acordo com Dias & Couto (2011), “as redes sociais assumem papel preponderante no que diz respeito à divulgação do conhecimento e aos modos de subjetivação e individuação do sujeito” (Dias & Couto, 2011, p. 633).

Paveau (2022) caracteriza as particularidades dos discursos vinculados ao mundo digital considerando as seguintes questões

1. a composição: a matéria do discurso online é a combinação do linguageiro e do técnico, mas também do escrito, do som, da imagem fixa, animada ou composta, ainda, de modo sincrético;
2. a deslinearização: a hipertextualidade implica que os tecnodiscursos incluam as vias de acesso a outros discursos, numa espécie de labirinto discursivo;
3. a ampliação: as funções conversacionais da web e as ferramentas de escrita colaborativa simultânea desenvolvem os conteúdos tanto quanto os próprios enunciadores;
4. a relacionalidade: na web, todas as produções discursivas estão relacionadas entre si e com as máquinas, e só existem a partir da subjetividade do internauta;
5. a investigabilidade: os tecnodiscursos estão inscritos na memória da rede e podem ser pesquisados e redocumentados, seus metadados são internos, pois se inscrevem no código;
6. a imprevisibilidade: os enunciados digitais nativos são tratados tanto pelos algoritmos como pelos internautas de modo imprevisível para seus produtores (Paveau, 2022, p. 20-21).

Nessa ótica de considerar as determinações tecnológicas na produção dos sentidos, Paveau (2022) postula que as máquinas, como os computadores, *tablets*, *smartphones* e suas ferramentas, praticamente já partes de nosso corpo, são elementos constitutivos do processo discursivo, como uma extensão da própria condição existencial dos nossos dias. É preciso, portanto, dar importância a todos eles no procedimento teórico-analítico da AD, sem dissociar esses elementos de sua constituição, além das particularidades desses discursos materializados no digital, que são também partes constitutivas de suas condições de produção.

Por tudo isso, a observância dos aspectos específicos do virtual, como identifica Paveau (2022), é fundamental para romper com a transparência dos sentidos e compreender o ciberespaço como um lugar em que as discursividades se contrapõem, a partir da divergência de interesses geradores de conflitos que causam disputas de território na *internet*. Nesse bojo, deve-se considerar que

A influência do aparato técnico na produção e compreensão desses tecnodiscursos é ponto principal para repensar algumas características próprias desses ambientes, como a clicabilidade, e como esses traços particulares (linguageiros e técnicos) impactam grande parte das análises até então feitas, segundo a autora, o que ela chama de análises logocêntricas, em que a internet é usada *para* corpus, não *como* corpus. Essa distinção destaca e critica a prática corrente de retirada de enunciados do seu contexto nativo digital; diante disso, a autora [Paveau] propõe **não mais considerar a máquina como um componente externo à linguagem**, como feito nas tradicionais abordagens logo e antropocêntricas, **mas sob uma perspectiva ecológica, a qual integra produções linguageiras a determinações técnicas** (Fernandes, 2020, p. 3, grifos nossos).

Nessa perspectiva, cabe considerar ainda que todo discurso que chega à *internet* já funciona no interdiscurso, pois, Pêcheux (1997), ao discorrer sobre as relações de sentidos, afirma que todo discurso se conjuga a discursos prévios. Afinal, o discurso é uma construção humana e, embora novas ferramentas como a inteligência artificial já estejam assumindo algumas das nossas funções, a linguagem ainda é inerente à humanidade, como também é a língua, juntamente à produção e interpretação dos sentidos que ela instaura, enquanto materialidade da ideologia e do discurso. Somente a partir desse primeiro funcionamento, o discurso poderá se estabelecer em quaisquer outros suportes, dispositivos, aparelhos, plataformas, interfaces, ferramentas.

Como o discurso não se constitui por si só, os sentidos necessariamente trazem traços anteriores e exteriores, por meio de já-ditos, pré-construídos, que se conectam entre si. Esse mecanismo pode se realizar na *internet* a partir de formulações retomadas de outros suportes, a exemplo da mídia convencional como é apresentado neste trabalho e que, por isso, esses discursos não se originaram ali, mas que, pelas especificidades dos espaços digitais, recebem novas maneiras de significar. Essa retomada pode afetar a memória discursiva e produzir efeitos no discurso.

O trabalho da memória discursiva nos ambientes digitais da *internet* encontra lugar no eixo da circulação dos sentidos e, principalmente, nos processos de retomada e de repetibilidade dos significantes. Indursky (2015) assegura que o papel da mídia é claro quanto à produção do processo discursivo voltado para a repetibilidade. Conforme a autora, na mídia “só há espaço para os saberes referentes à Formação Discursiva Dominante, os quais são repetidos à exaustão, até produzirem um *efeito de verdade*. Outras tomadas de posição são excluídas, produzindo-se *gestos de silenciamento* em torno de outros possíveis sentidos” (Indursky, 2015, p. 15, grifos da autora).

Orlandi, em meados da década de 1990, propôs a noção de memória metálica. O conceito foi estabelecido pela autora no intuito de compreender como a tecnologia faz funcionar a linguagem, quando ocorre a informatização dos arquivos para o computador. Orlandi define a memória metálica como aquela que lineariza “o interdiscurso, reduzindo o saber discursivo a um pacote de informações” (Orlandi, 2007b, p. 15-16). Nesse sentido, a memória metálica não falha é ilimitada em sua extensão, num efeito de completude, produzindo sempre o mesmo, pois é uma memória horizontal, em que não há retornos nem desregulações, não há nessa memória espaço para o esquecimento, nem para a historicidade e para a constituição do discurso.

Dias (2016), a partir da noção de memória metálica, postula a noção de memória digital, e, para a autora, a memória digital escapa à estrutura da completude proporcionada pelo

computador, e se inscreve já no funcionamento da conectividade digital, pelo trabalho do interdiscurso. Em suas palavras, “a memória digital não é uma reatualização técnica da memória, ou seja, uma expansão horizontal dos enunciados, mas uma atualização discursiva pelo trabalho do interdiscurso, considerando o **acontecimento do digital**” (Dias, 2016, p. 12, grifo nosso). Nessa mesma esteira, Paveau (2021), ao revisitar a noção de memória metálica de Orlandi, acrescenta que pelo processo da conectividade que o digital proporciona, pode-se “pensar que, on-line, a memória metálica seria re-subjetivada pelos procedimentos de redocumentarização que introduzem, ao mesmo tempo, a reflexividade e a historicidade” (Paveau, 2021, p. 276).

Com bases nessas considerações, entendemos que, no discurso que analisamos neste estudo, a memória metálica (Orlandi, 2007b) inscrita nas materialidades que compõem nosso *corpus* se reconfigura pela inserção da conectividade nessas materialidades, quando os arquivos subterrâneos são transportados para a *internet*. A partir disso, há uma nova historicização desse discurso, sob o viés do digital e da conjuntura sociopolítica da atualidade, que integra as novas condições de circulação no discurso, constituído no interdiscurso e formulado, primeiramente, na mídia convencional.

Como nos afirma Paveau (2021), a memória metálica (Orlandi, 2007b), que se inscreve nesse discurso em análise, é re-subjetivada, pois ele se redocumentariza em novas materialidades digitais, sendo inseridas, nesse processo, atualizações discursivas, conforme aponta Dias (2016), pelas condições e funcionalidade dos espaços próprios da *internet* (Gallo, 2011), atualizando, também, a memória discursiva da Ditadura Civil-Militar (Indursky, 2019).

É pertinente destacar que os processos de circulação de discursos ocorridos nos espaços digitais também podem produzir efeitos de desregulação dos sentidos e podem provocar equívocos e rupturas dos saberes já cristalizados pela memória, bem como sedimentar e estabilizar já-ditos. Conforme afirma Mittmann, “a circulação antes limitada a redes menores, a pequenas comunidades, hoje é potencializada” (Mittmann 2011, p. 120). Nesse processo de potencialização da circulação dos sentidos, é que pode se configurar novas redes de significações, permitindo, por exemplo, o funcionamento da resistência.

No *corpus* de análise deste estudo, a formulação dos discursos e sobretudo a circulação se diferem quando tomados em sua materialidade impressa ou veiculada na TV e quando materializados na mídia digital. Enquanto na mídia convencional, isto é, no jornal impresso ou no programa televisivo, o discurso circulou de forma mais restrita e lenta, na mídia digital o discurso sofre efeitos da materialidade da língua digital, a exemplo dos vários recursos midiáticos, como os *emoticons*, além dos efeitos de imediatividade que se acentuam na

circulação e que funcionam instantaneamente. Isso permite os movimentos das posições-sujeito filiadas a diferentes FDs e acelera os embates discursivos.

Dadas essas considerações, o processo de circulação dos discursos no ciberespaço é fundamentalmente importante para o trabalho da memória, quanto ao funcionamento do jogo de forças que se instaura nas/em redes digitais. Ao se inscrever no discurso digital, o leitor produz sentidos e faz acontecer a movimentação desses sentidos e sujeitos de forma intensa, considerando a fluidez da mídia digital e, por isso, as redes de discursividades também são potencializadas, no jogo que funciona entre a (des)estabilização, a regularização dos já-ditos e os confrontos e rupturas que podem instaurar a resistência discursiva.

No seguinte esquema, mostramos como entendemos a movimentação desses arquivos e materialidades nesse processo discursivo. Vejamos:

**Figura 3 - A movimentação dos arquivos no processo discursivo**



Fonte: Esquema elaborado pela autora (2023).

A ordem estabelecida, a partir do funcionamento das tecnologias digitais, pelo novo modo de circulação das discursividades, até então subterrâneas, é um fator determinante de interpretação das nossas análises. E, nessa mesma conjuntura, a direita política estava em plena ascensão nas mídias digitais, fato que fomentou e impulsionou uma massiva (re)publicação de arquivos com discursos de apologia à Ditadura Civil-Militar.

A partir dos pressupostos apresentados, passemos aos nossos movimentos de análise, com o primeiro bloco de materialidades (**Bloco I**); iniciaremos esse percurso, apresentando o

trajeto de sentidos que retoma a memória da Ditadura Civil-Militar brasileira, quando o país buscava a consolidação da democracia, a saber, início da década de 1990.

### **3.2 A memória da Ditadura Civil-Militar sob o jogo de forças da/em rede digital: efeitos de contradição em tempos de democracia**

#### *Recorte Analítico 1*

No processo de redemocratização do Brasil, precisamente, nos dez primeiros anos da nova Constituição, promulgada em 1988<sup>40</sup>, o Brasil vivia momentos de euforia e celebração pela conquista da democracia. Desse modo, para apresentar o primeiro recorte de materialidades analisadas, adotamos o critério temporal, isto é, iniciamos o procedimento de interpretação com a materialidade mais antiga de nosso *corpus*. Nesta seção, a publicação jornalística que constitui este *Recorte Analítico 1* é datada de 1993, trinta anos atrás.

Nessa época, o país já se consolidava como um estado democrático, afinal, há quase dez anos, a gestão do país havia sido entregue aos civis pelos militares. Mesmo assim, políticos, parlamentares e a imprensa discursivizavam o regime militar com efeitos saudosistas, como poderemos observar nas SDs que integram a primeira parte deste recorte.

Dando início aos nossos gestos de interpretação, passaremos a analisar as primeiras sequências discursivas de nosso *corpus*, que se compõem de materialidades oriundas de arquivo subterrâneo da mídia impressa datada de 1993, a saber, uma entrevista feita pelo jornal estadunidense *The New York Times* (NYT) com o então deputado federal, Jair Bolsonaro.

O intuito dessa reportagem no *The New York Times* era de repercutir um pronunciamento feito pelo referido parlamentar no Congresso Nacional, poucas semanas antes. Embora este veículo jornalístico seja, internacionalmente, reconhecido como o maior jornal do mundo, os efeitos de euforia pela retomada do regime democrático no Brasil não permitiram que o funcionamento discursivo de ameaça à democracia, que é discursivizado pelo deputado nessa entrevista, fosse percebido pela população e pela imprensa brasileiras. Como também, não houve preocupação em compreender esses efeitos por parte das instâncias responsáveis, apesar dos sentidos de alerta discursivizados pela reportagem, em relação ao perigo dessas ameaças. Desse modo, objetivamos analisar o discurso de apologia à Ditadura Civil-Militar brasileira inscrito nessa referida entrevista.

---

<sup>40</sup> O que aqui corresponde à década de 1990.

Vejamos a materialidade discursiva digitalizada para o *site* do jornal na figura 4.

**Figura 4** - Recorte da entrevista original de Jair Bolsonaro ao NYT



Fonte: *The New York Times Online* (2020)<sup>41</sup>.

Essa materialidade foi dividida em três sequências discursivas, construídas a partir de excertos da entrevista citada, após disponibilizada no *site* do NYT e traduzida de modo automático pelo navegador de acesso<sup>42</sup>. No entanto, a reportagem completa é dividida em três partes. Focaremos nossa análise apenas na parte inicial da entrevista, que se baseia nas declarações dadas a respeito da ditadura, pelo parlamentar Jair Bolsonaro no Congresso Nacional, e que são repercutidas pelo NYT, por meio do jornalista.

Iniciando pelo título da reportagem, que discursiviza a intenção primordial do deputado, ex-militar e, naquela circunstância, político, de compactuar com o regime ditatorial: “**Jair**

<sup>41</sup> Disponível em: <https://www.nytimes.com/1993/07/25/weekinreview/conversations-jair-bolsonaro-soldier-turned-politician-wants-give-brazil-back.html> Acesso em: 03 jun. 2021.

<sup>42</sup> A tradução da reportagem também foi disponibilizada pelo portal de notícias e conteúdo digital Uol, inclusive para apresentar as citações que contextualizam as três partes da entrevista, coletamos diretamente no portal, já traduzidas. Mais adiante apresentaremos essa republicação do Uol como materialidade de análise.

**Bolsonaro: Um soldado que virou político quer devolver o Brasil ao mando militar**<sup>43</sup>. É nessa parte introdutória que são materializadas as três SDs que analisamos em nossos gestos de interpretação dessa entrevista. Todavia, é importante descrever o conjunto da publicação.

A segunda metade da reportagem foi intitulada pelo jornal como *O modelo de Fujimori*. Nesse trecho, é apresentado um possível modelo autoritário que Jair Bolsonaro acreditava ser o ideal para o Brasil.

Diante do impasse no Congresso no ano passado, Fujimori, um civil, ordenou ao Exército do Peru que fechasse o Congresso do país e seus tribunais. Um ano depois, Fujimori governa apenas uma Câmara no Congresso, obediente. “Eu simpatizo com Fujimori”, continuou o congressista brasileiro. A Fujimorização é a saída para o Brasil. Estou fazendo essas advertências porque a população é a favor da cirurgia política, continuou Bolsonaro, envolveria o fechamento do Congresso por um período de tempo definido e permitiria que o presidente do Brasil governasse por decreto (Broke, 1993, *online*) [sic]

Na parte final da reportagem, o NYT esclarece como se constitui a campanha política de Bolsonaro, focada efetivamente em militares e policiais.

Sua campanha não se limita ao Congresso. Ele também circula de cidade em cidade, levando sua receita de mudança autoritária para públicos que são ostensivamente compostos por reservistas e aposentados militares. “Eu só viajo para cidades militares”, disse ele. “Não estamos conspirando, porque não há agentes ativos presentes.” Defensores da democracia suspeitam que há algo mais sinistro acontecendo fora da vista do público. Essas viagens são anunciadas como simples esforços para lançar as candidaturas de um bloco de candidatos militares de reserva de 12 Estados nas eleições do próximo ano para o Congresso [...] (Broke, 1993, *online*).

Feita essa apresentação da materialidade discursiva coletada para este recorte analítico, iniciemos nossa interpretação do discurso que nela se inscreve. Passemos à análise de três sequências discursivas que foram segmentadas da primeira parte da entrevista. Num segundo momento, analisaremos as discursividades geradas pela republicação na mídia digital, qual seja, no portal Uol e redes sociais *Facebook* e *X-Twitter*.

### *Sequências Discursivas de 1 a 3*

#### SD1

---

<sup>43</sup> Em inglês: “*Jair Bolsonaro; A Soldier Turned Politician Wants To Give Brazil Back to Army Rule.*”

Conversas / Jair Bolsonaro: Um soldado que virou político quer devolver o Brasil ao mando militar

APLICANDO à política a ousadia que já demonstrou como paraquedista do exército, o deputado Jair Bolsonaro mergulhou em território desconhecido algumas semanas atrás, quando subiu ao pódio da Câmara dos Deputados do Brasil e pediu o fechamento do Congresso. “Sou a favor de uma ditadura”, bradou em um discurso que abalou um país que só saiu do regime militar em 1985. “Nunca resolveremos problemas nacionais sérios com essa democracia irresponsável” (Broke, 1993, *online*).

## SD2

Falando mais tarde em seu escritório, um cubículo decorado com memorabilia militar e uma grande bandeira brasileira, o magro congressista do Rio de Janeiro disse que estava preparado para a reação que se seguiu: o maior jornal do Rio, Globo, publicou cartuns de primeira página satirizando-o como um militar-dinossauro chutado, e o presidente da Câmara dos Deputados, Inocêncio de Oliveira, exigiu que a Câmara o cassasse do mandato. Mas duas semanas depois aconteceu algo ainda mais interessante: o presidente da Câmara deu uma guinada abrupta e se reconciliou publicamente com Bolsonaro. Estudioso da opinião pública, o líder do Congresso aparentemente vinha lendo as colunas de cartas dos jornais brasileiros (Broke, 1993, *online*).

## SD3

“Onde quer que eu vá, as pessoas me abraçam e me tratam como um herói nacional”, afirmou Bolsonaro. “As pessoas nas ruas estão pedindo a volta dos militares. Eles perguntam: ‘Quando você volta?’” Recebeu, disse, centenas de telegramas e telefonemas de apoio, e daí tira uma lição que obviamente aprecia. “O povo vê a possibilidade da disciplina militar tirar o país da lama” (Broke, 1993, *online*).

A reportagem veiculada no *The New York Times*, em julho de 1993, efetivamente, é um arquivo subterrâneo da mídia convencional. Não estava acessível à população brasileira na época, tanto por ser divulgada num jornal impresso, como por este jornal ser veiculado fora do país, nos Estados Unidos da América, e publicado em língua inglesa.

O *lead*<sup>44</sup> da matéria (SD1) descreve uma ocorrência na qual o entrevistado e deputado Jair Bolsonaro teria pedido o fechamento do Congresso em um pronunciamento na Câmara, há algumas semanas: **“Jair Bolsonaro mergulhou em território desconhecido algumas semanas atrás, quando subiu ao pódio da Câmara dos Deputados do Brasil e pediu o fechamento do Congresso”** (SD1). Nesse pronunciamento, o deputado afirmou ser favorável à ditadura e contra a democracia: **“Sou a favor de uma ditadura”** (SD1). A memória da

<sup>44</sup> Termo, do inglês, usado para se referir ao primeiro parágrafo que resume uma reportagem.

Ditadura Civil-Militar de 1964 foi atualizada nas falas do deputado durante esse pronunciamento, e produziu efeitos parafrásticos, pela repetição dos sentidos favoráveis ao regime militar e que desdenham da democracia. Dessa forma, interpelado pela ideologia militarista-ditatorial, o enunciador ocupou uma posição-sujeito de militar defensor da ditadura, uma posição autorizada pela forma-sujeito da formação discursiva militarista-ditatorial.

Os efeitos de sentido que a afirmação do deputado instaura, em pleno pronunciamento na Câmara, são marcadores de uma contradição discursiva. Nessa esteira, convém para essa análise a interpretação dada por Indursky (2019), ao tratar do discurso de ódio destinado a fazer funcionar o mal-estar na política e cultura brasileiras, atualmente. Segundo a autora, “tais sentidos soam como um eco distorcido de 1964, pois produzem o que não deve ser dito em uma democracia, embora mesmo assim sejam formulados” (Indursky, 2019, p. 32).

No discurso materializado na SD1, esses sentidos de contradição são instaurados nos dizeres do deputado, uma vez que os efeitos de memória de um saudosismo da Ditadura Civil-Militar se inscrevem nas formulações enunciadas por ele, como em: **“Nunca resolveremos problemas nacionais sérios com essa democracia irresponsável”** (SD1), permitindo o funcionamento de um discurso antagônico à democracia, principalmente durante a retomada do estado democrático no país (1993). Esse sentido de contradição se manifesta devido ao parlamentar ter sido eleito numa democracia, estar inserido num regime democrático, e ainda assim defender que a democracia não sirva para o país, ao se identificar com os saberes da FD militarista-ditatorial. Por outro lado, ocorre uma disputa de sentidos entre a FD militarista-ditatorial e a FD democrática, num conflito que se materializa nas posições-sujeito ocupadas pelos dois indivíduos que manifestam esse discurso, o parlamentar e o jornalista.

Nas menções do repórter, os ditos **“um país que só saiu do regime militar em 1985”** (SD1) instauram sentidos de alerta. O que permite observar um jogo de forças na SD1, em que duas posições-sujeito antagônicas são ocupadas: o deputado e o repórter se constituem como sujeitos filiados a distintas formações discursivas, sendo que o parlamentar se identifica com os efeitos da ideologia ditatorial e se posiciona discursivamente a favor da Ditadura Civil-Militar ocorrida no Brasil, enquanto o jornalista não se identifica com os saberes dessa FD ditatorial e assume uma posição-sujeito de denúncia e de alerta, em relação à ditadura e em conformidade com a recente saída do país do regime militar.

O jornal *The New York Times* dá continuidade ao contexto da reportagem descrevendo o local em que Jair Bolsonaro foi entrevistado, como podemos verificar nas formulações que constituem a SD2. A memória do militarismo funciona com força nesse enunciado. Embora deputado, o entrevistado foi membro das Forças Armadas antes do ingresso na política e, desse

modo, ocupa uma posição-sujeito filiada à formação discursiva militarista com sentidos de apoio à ditadura. Ao descrever o escritório do parlamentar, essa memória é fortemente denunciada, até mesmo pela decoração do ambiente em que o parlamentar recebe o jornalista para a entrevista: **“um cubículo decorado com memorabilia militar e uma grande bandeira brasileira”** (SD2). Os termos em destaque, inscritos nas formulações discursivizadas pelo repórter ao tratar do deputado, e do ambiente em que ele trabalha, instauram um funcionamento discursivo filiado aos saberes da formação discursiva militarista-ditatorial e confirmam a posição-sujeito de adesão e defesa do discurso ditatorial ocupada por Jair Bolsonaro.

Sobre o pronunciamento no Congresso feito pelo deputado, as formulações inscritas na SD2 indicam que funcionaram nessa fala do parlamentar, sentidos antidemocráticos, e que esses sentidos estavam sendo rechaçados pela imprensa brasileira e pelo Congresso, mas não pela população. Temos, portanto, nessa sequência discursiva (SD2), formulações com o funcionamento de uma posição-sujeito de porta-voz<sup>45</sup> da nação brasileira: **“o maior jornal do Rio, Globo, publicou cartuns de primeira página satirizando-o como um militar-dinossauro chutado”** (SD2) **“e o presidente da Câmara dos Deputados, Inocêncio de Oliveira, exigiu que a Câmara o cassasse do mandato”** (SD2). Apesar dessas manifestações de *O Globo* e do chefe do Poder Legislativo, uma punição ao deputado pelos ataques à democracia não se efetivou naquele contexto. A impunidade é discursivizada, nessa mesma SD, com sentidos de estranheza pelo *The New York Times*. Segundo o discurso formulado nessa materialidade, não ocorreu qualquer punição porque a Câmara não agiu para defender a democracia **“o presidente da Câmara deu uma guinada abrupta e se reconciliou publicamente com Bolsonaro”** (SD2).

Ora, tais dizeres, infelizmente, poderiam ser abertamente enunciados, caso fossem formulados na conjuntura social do estado de exceção, imposto pela ditadura nas décadas de 1960 e 1970, entretanto, esse discurso se materializou nas palavras de um deputado, na plenária de uma instituição democrática, o Congresso Nacional, e em um período de transição para o estado democrático, na década de 1990. Essas falas, portanto, estariam na ordem do que Indursky (2019) denominou como *impensável e impossível* de se dizer numa democracia. Como assimilar, então, que se diga e se releve, em um regime democrático, um discurso que somente era autorizado a produzir sentidos durante uma ditadura? A justificativa encontrada pelo veículo de imprensa é que estaria o presidente da Câmara em contato com as colunas de cartas dos

---

<sup>45</sup> Nas análises do Capítulo IV essa posição-sujeito de porta-voz é novamente ocupada. Trataremos, então, de discorrer mais acerca do seu funcionamento.

jornais brasileiros, que deveriam estar chegando às redações em apoio ao deputado. Nesse contexto, o deputado não estava só, mas tinha suporte popular.

Na SD3, a posição-sujeito de porta-voz do povo ocupada pelo entrevistado é reforçada. Na provável justificativa apresentada pelo NYT, para a não punição da discursivização de sentidos antidemocráticos feita pelo deputado no Congresso Nacional, seria em resposta ao apelo da população brasileira que apoiava Jair Bolsonaro naquilo que ele defendia. Na entrevista ele diz: **“as pessoas me abraçam e me tratam como um herói nacional”, afirmou Bolsonaro [...] ‘estão pedindo a volta dos militares. Eles perguntam: ‘Quando você volta?’”** (SD3).

Nesses ditos se inscrevem os sentidos de que parte da população brasileira, que algum tempo antes disso lutava pelo fim da ditadura, naquele momento da entrevista, já na democracia, assume um novo posicionamento discursivo, que anseia pelo retorno do regime militar. Esse efeito de sentido funciona pela ocupação da posição de porta-voz do povo pelo entrevistado, acreditando ter essa legitimidade pelo cargo de deputado que ocupa. Desse modo, são produzidas sentidos, por meio dos dizeres do parlamentar, de que não só os apoiadores/eleitores dele que concordam com ele em relação a ser contrário à democracia, mas sim, toda a população. A justificativa para esse funcionamento discursivo é dada pelo deputado com a formulação: **“O povo vê a possibilidade da disciplina militar tirar o país da lama”** (SD3).

O retorno dos militares é discursivizado nessa formulação com uma possível solução para retomar o crescimento do país. Nesses ditos, funciona uma memória de que a ditadura foi de bonança para a nação brasileira, com sentidos de que o regime militar trouxe avanços econômicos ao Brasil, e ainda que tenha havido excessos, como torturas e mortes, os sentidos de prosperidade na economia deveriam ser capazes de relativizar todas essas questões.

Esse sentido de progresso econômico no período ditatorial é fortemente instaurado na formação discursiva militarista-ditatorial e mostra que o lucro e a acumulação de riquezas, pré-construídos do discurso capitalista, estão em prioridade diante da dignidade humana que uma ditadura silencia por meio de perseguição, tortura e morte. “Um perigo disfarçado com crescimento econômico, mas que ao mesmo tempo escondia seus mortos, sua censura e seus exílios” (Silva; Azevedo, 2019, p. 5). Há de fato um efeito de banalização dessas adversidades em relação às questões econômicas, ainda que pontuais, nesse trajeto de sentido.

No que se refere à Ditadura Civil-Militar o perigo foi fomentador do enfraquecimento da democracia. O embate crescente atualmente é no entorno de que, neste período, o povo brasileiro experienciou tempos de grande “segurança pública” e “milagre econômico”. A ameaça comunista retrocedia

forçosamente, no entanto por detrás do “progresso” distintos olhares e vivências experimentavam outras pessoas, que indo contra os ideais pautados em autoritarismos e fomentados por “revolucionários” foram submetidas à torturas físicas e/ou de ordem psicológicas. Humilhações que transcorrem até o presente momento nas feridas abertas e não cicatrizadas da nação brasileira. Longe de ter sido um momento estável, foi sim, de instabilidade propagada pelos que golpeavam um plano de direitos (Silva; Azevedo, 2019, p. 5).

A historiografia acerca do período militar no Brasil aponta que o desenvolvimento econômico durante a ditadura não foi efetivo, como se discursiviza na formação discursiva militarista-ditatorial. Embora as condições de vida de parte da população tenham sido melhoradas, havia grande desigualdade social e corrupção, que eram camufladas e escondidas pela ditadura. A partir do momento em que não foi mais possível esconder e camuflar essas circunstâncias, desencadeou-se uma crise econômica e a ditadura perdeu sua força.

Nas SDs analisadas, o discurso de apologia e defesa do militarismo-ditatorial e contrário à democracia funciona de forma categórica na reportagem materializada no jornal NYT. Esse funcionamento ocorre sob as determinações da memória da Ditadura Civil-Militar, que não identifica esse período da história brasileira como uma época de injustiças, perseguições e mortes, mas sim, como um momento de bonança para a população e de prosperidade econômica. Nas posições-sujeito ocupadas pelo parlamentar entrevistado e pelo jornalista acontece um jogo de forças, em que de um lado os sentidos de defesa da ditadura se inscrevem nas falas do deputado, e do outro, eles são desestabilizados pelos efeitos de alerta e perigo em relação à democracia, que é ameaçada, sentidos instaurados nos dizeres do repórter.

Esse jogo de forças pelas posições-sujeito antagônicas desse discurso manifesta ainda que parte da população brasileira considerava positivo o retorno dos militares, enquanto parte da imprensa e do poder legislativo rechaçavam esse discurso. Há, portanto, a mobilização de efeitos de contradição nesse jogo discursivo.

Portanto, são dois efeitos de sentido que se repetem nessa reportagem em 1993, mas que estão em disputa desde o regime militar nas décadas de 1960 a 1980. Na FD militarista-ditatorial, o regime militar é discursivizado como uma revolução que salvou o Brasil de uma ditadura comunista, que avançou economicamente a nação e que acabou com a corrupção. Na FD democrática, o regime militar é significado como uma ditadura, que se utilizou do terror de estado como instrumento de perseguição aos opositores e que afundou a economia e a moralidade do país. Essa disputa de sentidos, que se sucede desde à Ditadura Civil-Militar, está em constante funcionamento na grande mídia, nos jornais, na TV e na política, e se mantém em funcionamento após a sua inscrição na *internet*.

Todavia, a ampliação do acesso às novas plataformas digitais da *internet* mudou a forma com que esse discurso é recebido pela sociedade brasileira de nosso tempo. De acordo com Indursky (2019), agora surge para esse discurso uma nova FD, com saberes próprios que: “excluem, denigrem, distorcem, desqualificam e negam o outro, na tentativa de aniquilá-lo” (Indursky, 2019, p. 32). A circulação e potencialização da interpelação ideológica que esses discursos atingiram após serem inscritos nos ambientes digitais é significativamente superior a como isso ocorreu antes de sua emergência nas ferramentas específicas da mídia digital. Acreditamos que essa modificação social prefigurou o que estamos considerando como um acontecimento enunciativo-discursivo (Gallo, 2011).

Nesse aspecto, entendemos que a partir das relações estabelecidas pela emergência da nova direita no país – e no mundo – e propagada na *internet*, ampliou-se os espaços de retomada do discurso militarista-ditatorial e, em seguida, esses discursos encontraram terreno fértil para sua rápida divulgação e, ainda mais veloz, circulação. O que, conseqüentemente, provocou um estremecimento e trouxe perturbações à memória social da democracia que estava em processo de reconstrução e de estabelecimento. Todavia, além de agitações nessa memória, também houve modificações estruturantes na formação social brasileira atual, com desdobramentos pela ascensão direitista na sociedade ao longo desses últimos anos. Espaços, como os da *internet*, começaram a ser utilizados no país, principalmente pela nova direita (Cortes, 2022a), em prol da divulgação de ideais que fizeram, posteriormente, eclodir o ovo da serpente<sup>46</sup> antidemocrática.

Isso se confirma ao observarmos os efeitos que se sobressaíram ao discurso e se instauraram no funcionamento social do país<sup>47</sup>. Ainda que a popularização dos jornais impressos, do rádio e da TV seja contemporânea ao momento em que o discurso que analisamos foi formulado nessas referidas mídias, em contrapartida, o impacto que têm as redes sociais e demais mecanismos da *internet* em nosso tempo é singular, extraordinário. Nestes dias, a utilização da *internet*, em suas distintas ferramentas, é notadamente naturalizada, ainda que se persista a exclusão digital, as demandas surgidas e até mesmo impostas, que nos obrigam a utilizar a *internet* e seus funcionamentos, são maiores do que a “necessidade” de se ler jornal, de se ouvir rádio ou de se ver TV, a pensar na época em que a entrevista que analisamos neste

---

<sup>46</sup> A expressão “Ovo da Serpente” é originada na mitologia grega. Conta-se que a deusa Atena deu origem a uma serpente a partir de um ovo. Atualmente, essa expressão é utilizada para descrever uma situação ou problema que, à primeira vista, pode parecer algo inofensivo, mas que tem o potencial de se tornar perigoso e acarretar conseqüências significativas. A popularização do termo ocorreu por meio do filme “O Ovo da Serpente”, dirigido por Ingmar Bergman, o qual retrata a ascensão do nazismo na Alemanha pré-Segunda Guerra Mundial.

<sup>47</sup> Na subseção seguinte trataremos disso.

recorte foi feita e publicada<sup>48</sup>. O discurso que circulava nesses dispositivos da mídia convencional não alcançavam os indivíduos que hoje são alcançados pelo mesmo discurso, que agora é materializado e circula na *internet*.

Havia, portanto, efeitos de sobreamento que obscureciam, escondiam e negligenciavam o discurso de apologia à ditadura. Esses efeitos de camuflagem, em relação ao conjunto de arquivos subterrâneos inscritos na mídia convencional, se dão quando o país ainda comemorava o retorno da democracia (1993). Desse modo, os efeitos de ameaça ao estado democrático e de defesa à ditadura não foram sequer rechaçados significativamente e punidos, talvez sequer tenham sido ouvidos, mas, pelo contrário, ganharam força ao longo dos anos seguintes. Hoje, trinta anos depois, continuam a produzir efeitos, fazendo com que a democracia brasileira seja ainda constantemente ameaçada, e com vigor, devido à utilização da mídia digital.

Além disso, na época em que a entrevista foi realizada, a participação do leitor era feita mediante a demanda, o esforço e a logística de se escrever cartas e enviá-las para as redações dos jornais, ficando à mercê do tempo que essa tarefa levava; por outro lado, nos ambientes da *internet*, o internauta passa a ser um produtor de múltiplas e instantâneas discursividades. Ele se situa num espaço em que outros indivíduos vão compactuar ou refutar seus posicionamentos, graças à circulação potencializada na rede digital.

Diante da imediaticidade que a *internet* dispõe, essas discursividades instauram os mais distintos sentidos, também imediatamente, numa circulação potente e que amplifica sobremaneira a interpelação ideológica do discurso militarista-ditatorial, bem como de efeitos de resistência a esses sentidos, pois, conforme Pêcheux (1995), um sentido sempre pode tornar-se outro sentido. Nas próximas materialidades deste recorte, poderemos observar e analisar como isso de fato se efetiva na prática do discurso. Por isso, cabe pontuar os pressupostos teóricos que nos fizeram pensar a instauração do acontecimento enunciativo-discursivo (Gallo, 2011) no objeto de estudo deste trabalho.

Ao discorrer sobre o modo de funcionamento da rede digital em relação às materialidades que circulam em seu espaço, Gallo (2011) afirma que a *internet* também é “instância propulsora de ‘acontecimentos enunciativos/discursivos’, ou seja, nesse espaço, o encontro de sentidos heterogêneos tem produzido novas textualidades, novos efeitos de sentido e novas discursividades” (Gallo, 2011, p. 255).

---

<sup>48</sup> Não havia necessidade ou imposição de se consumir a mídia tradicional, pelo contrário, havia também exclusão.

Gallo (2011) ressalta que quando uma discursividade vem de fora para a *internet* são produzidos os acontecimentos enunciativos, isso “acontece porque essa discursividade, uma vez transposta para a rede, adquire uma outra temporalidade, uma outra memória e um outro fato latente. Em uma palavra, uma outra textualidade, na qual os sentidos se deslocam” (Gallo, 2011, p. 256). Na perspectiva da autora, isso quer dizer que, embora os espaços discursivos da *internet* tenham uma textualidade própria e sejam capazes de simular discursos de fora dela, sua discursividade é determinada fora da rede e depois transportada para dentro da *internet*. “Nesse caso, esses espaços constituem acontecimentos enunciativos, e não acontecimentos discursivos” (Gallo, 2011, p. 269).

Para que a *internet* possa produzir acontecimentos discursivos, Gallo corrobora com Indursky (2008) e afirma que além de haver uma nova textualidade nesse espaço, deve também existir uma discursividade nova, “mas em uma memória própria da internet” (Gallo, 2011, p. 268). Isso significa que, para a autora, os acontecimentos discursivos ocorrem na *internet* quando o espaço discursivo é próprio dela, e quando é ali instaurada uma nova discursividade. Gallo, portanto, considera que para que a *internet* produza acontecimentos discursivos é necessário que haja gestos de interpretação produzidos propriamente na/da *internet*, “na medida em que textualiza de uma forma própria e particular e, ao mesmo tempo, produz um gesto de interpretação também particular” (Gallo, 2011, p. 264). Desse modo,

[...] há uma nova discursividade que se funda no acontecimento discursivo em geral e, no acontecimento discursivo relativo à internet, em particular, (tendo, como exemplo, o *blog* aqui apresentado), que não se sustenta na memória institucional [...], mas em uma memória própria da internet, que acumula. (Gallo, 2011, p. 268).

A autora acrescenta que esse funcionamento se dá apenas em espaços específicos da *internet*, como exemplo de sua análise, Gallo apresenta republicações de materialidades em um *blog*.

Neste trabalho, estamos analisando materialidades republicadas em *sites* jornalísticos e institucionais e nas redes sociais, como vemos neste recorte, o qual é composto por sequências discursivas coletadas no *site* do *The New York Times*. Esses espaços, portanto, onde ocorre a republicação, são considerados próprios da *internet*, pois permitem a inscrição de discursos advindos de arquivos subterrâneos, antes publicados somente nas mídias convencionais. Em alguns casos, a formulação de fato é a mesma, como ocorre nesta análise, uma vez que a

primeira publicação do jornal impresso é transportada na íntegra para o jornal digital<sup>49</sup>. Entretanto, a circulação se diferencia sobremaneira, a partir da republicação e funcionamento dos discursos na mídia digital, pois esse novo modo de funcionar permite gestos de interpretação próprios dessa mídia, a exemplo da corpografia digital (Dias, 2016), além de outros recursos específicos da *Web*.

Na concepção de Dias (2016), a corpografia trata-se da “textualização do corpo na letra, na tela, pelo afeto, produzindo uma escrita (e um corpo) afetada pelo digital” (Dias, 2016, p. 12-13), essa inscrição do corpo nas formas materiais das redes digitais concretiza-se por suas ferramentas próprias, a exemplo dos *links*, ícones, imagens, letras, *hashtags*<sup>50</sup> etc., todos esses elementos operam como redes de configurações significantes, produzindo sentidos e posicionamentos ideológicos que são postos em circulação de forma veloz e, em sua transparência, acessáveis, permitindo a estabilização de discursos, mas também produzindo equívocos, perturbações e rupturas.

A partir das reflexões de Gallo (2011), entendemos que os espaços da *internet* podem instaurar tanto o acontecimento enunciativo quanto o acontecimento discursivo. Dessa maneira, podemos afirmar que quando os discursos de apologia à ditadura militarista-ditatorial, advindos de outros espaços discursivos de fora da *internet* – como a mídia convencional –, se suas discursividades foram determinadas anteriormente fora da rede e, embora tenham migrado para a *Web*, esses discursos foram somente transportados de seus respectivos veículos para uma modalidade digital, como os *sites* institucionais, mas não constituíram discursividades novas, afinal suas discursividades já haviam sido determinadas fora da *internet*, e somente se repetem nela, estaremos diante de um acontecimento enunciativo, pois os enunciados foram originados fora da *internet* e para ela foram transportados (Gallo, 2011).

No entanto, se essa republicação instaurar novos gestos de interpretação – com efeitos parafrásticos ou polissêmicos – a exemplo da inscrição daquela materialidade e não de outra, no meio digital, ou dos comentários dos internautas nessas postagens, essa retomada do discurso nos espaços da mídia digital de dentro da *internet* – como as redes sociais – com textualidade diferente na ordem da formulação e circulação e discursividade nova próprias da *internet*, teremos o acontecimento discursivo (Gallo, 2011). Vemos em várias das materialidades de

---

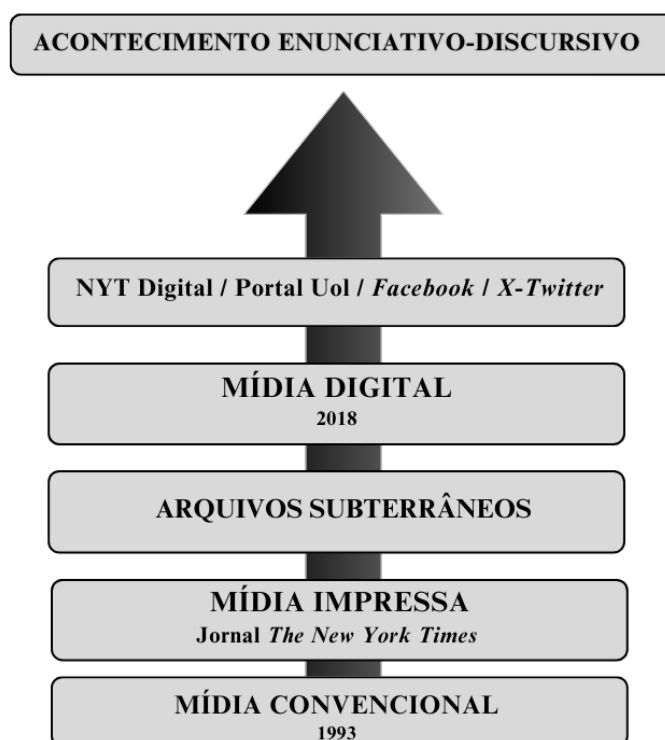
<sup>49</sup> Ou a exemplo dos vídeos republicados no *YouTube*, os quais serão a composição de nosso próximo bloco analítico, no quarto capítulo.

<sup>50</sup> Ferramenta utilizada na *internet*, principalmente nas redes sociais mais populares, para reunir num só espaço o mesmo assunto. Uma palavra, ou um conjunto de palavras unidas, ao receber previamente o símbolo da cerquilha (#), transforma-se num *link* que direciona o usuário que clica a esse conjunto de palavras reunidas no mesmo espaço.

nosso *corpus* esses dois funcionamentos ocorrerem concomitantemente, produzindo acontecimentos enunciativos-discursivos.

Dessa maneira, a republicação dos arquivos subterrâneos nas mídias digitais tanto permite o retorno parafrástico dos sentidos já construídos nas formulações, como também abre possibilidades para novos gestos de interpretação, devido aos novos recursos próprios da rede, específicos desses ambientes da tecnologia digital. Nesta análise, esse movimento acontece do modo que está demonstrado no esquema a seguir.

**Figura 5 - A movimentação do arquivo do NYT na mídia**



Fonte: Esquema elaborado pela autora (2023).

Nesse sentido, convém discutir melhor essa constatação que observamos neste estudo, pois, em se tratando do nosso *corpus*, alguns arquivos, embora não tenham sua textualidade constituída na ordem “própria da *internet*”, como estabelece Gallo (2011), os dispositivos que os veiculam nessa republicação, na ordem da formulação, e sobretudo na ordem da circulação, são espaços “nativos” (Paveau, 2021) da *internet*, quais sejam, as redes sociais e demais plataformas digitais existentes somente a partir do surgimento dessa nova tecnologia.

Tendo em vista essa perspectiva, realiza-se um deslocamento em relação aos espaços primeiros que esses discursos se materializaram (a mídia convencional) e eles, os discursos, foram, por sua vez, republicados em espaços próprios da tecnologia digital (*sites* e redes sociais), já sob o atravessamento das determinações da mídia virtual. Além disso, se estabelece

ainda uma inquietação em relação ao caminho democrático que o país trilhava desde o fim do regime militar, agitando a memória da democracia nos ambientes digitais da *internet*.

Diante disso, o discurso materializado nesses arquivos republicados vai receber configurações de sentido somente permitidas pelas especificidades desses ambientes digitais e produzir distintos efeitos discursivos, mas sobretudo efeitos sociais, políticos e institucionais, com outros sentidos, que não têm semelhanças com nenhum outro processo de formulação anterior. As discursividades instauradas nessa nova formulação, no âmbito da novidade da tecnologia, irão circular e fazer funcionar sentidos que não funcionariam nem funcionaram em nenhuma outra materialidade de fora da *internet*. Nesse entendimento, uma memória própria da *internet* é mobilizada, produzindo o acontecimento discursivo.

Para verificar esse funcionamento particular do discurso na mídia digital, passemos às próximas sequências discursivas que encerram a análise do Recorte 1. Essas SDs foram coletadas a partir dos desdobramentos discursivos que a entrevista materializada no *The New York Times* obteve após ser retomada na *internet*, no entanto, agora sob as condições de produção do discurso digital e, desse modo, esses desdobramentos do discurso funcionam de modo particular pelas especificidades que o ambiente virtual proporciona.

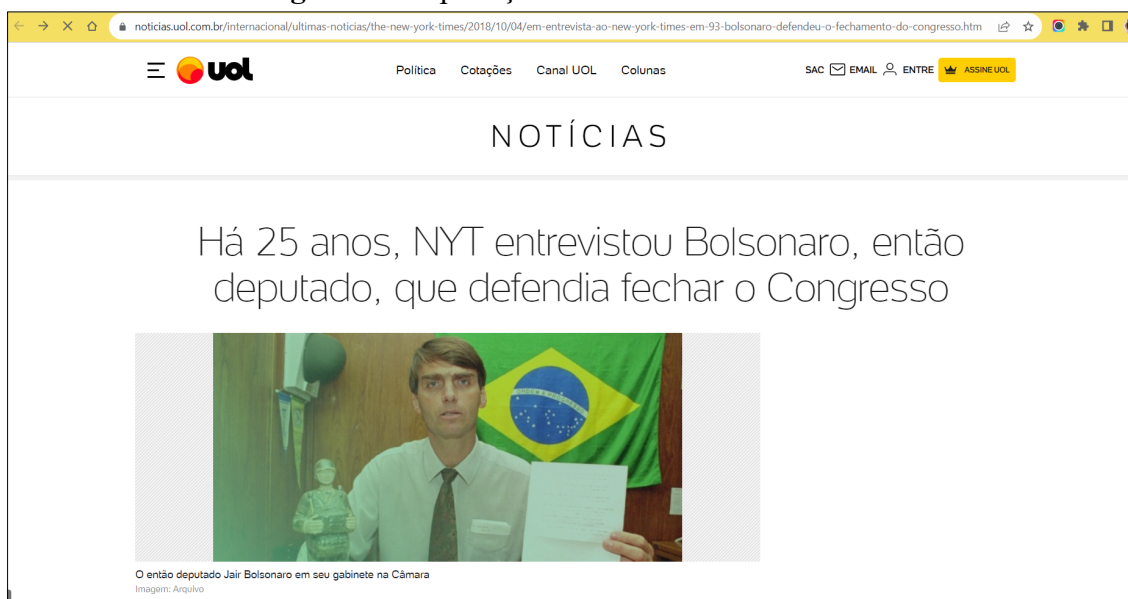
*Sequências Discursivas de 4 a 9*

SD4

**Figura 6 - Reportagem republicada no site do *The New York Times***

Fonte: *The New Times Online* (2018)<sup>51</sup>.

SD5

**Figura 7 - Replicação da entrevista no Portal Uol**

Fonte: Uol (2018)<sup>52</sup>.

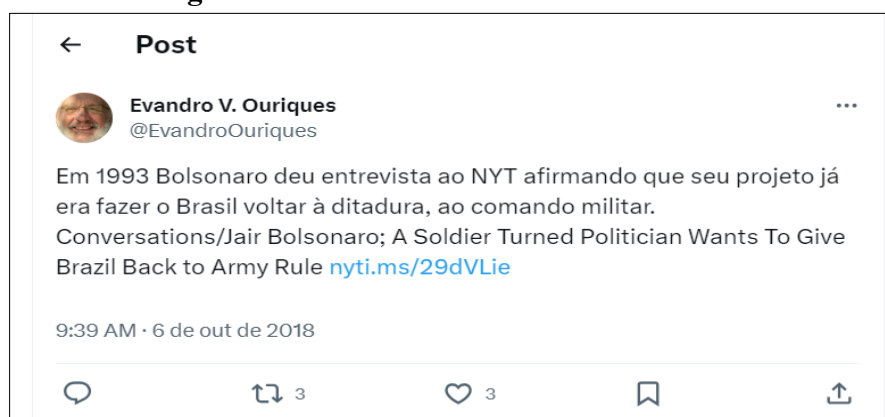
<sup>51</sup> Disponível em: <https://www.nytimes.com/1993/07/25/weekinreview/conversations-jair-bolsonaro-soldier-turned-politician-wants-give-brazil-back.html> Acesso em: 30 jun. 2021.

<sup>52</sup> Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/> Acesso em: 31 jul. 2023.

SD6

**Figura 8 - Post no Facebook sobre a entrevista**Fonte: Facebook (2018)<sup>53</sup>.

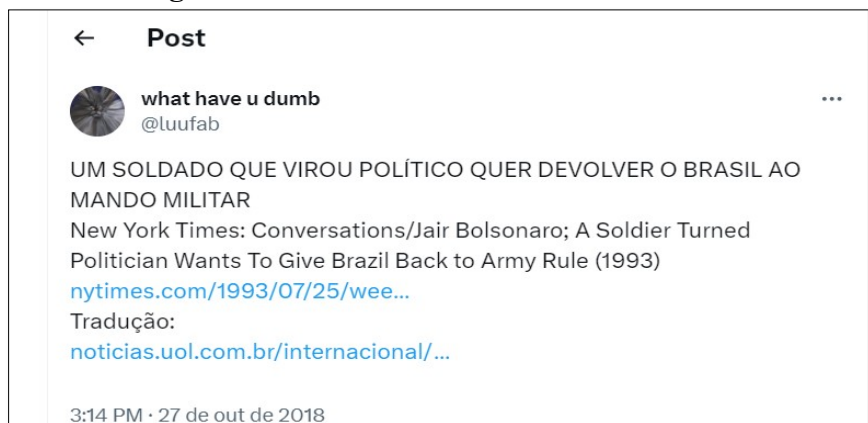
SD7

**Figura 9 - Post no X-Twitter sobre a entrevista**Fonte: X-Twitter (2018)<sup>54</sup>.

<sup>53</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/fabio.almeida.rr> Acesso em: 31 jul. 2023.

<sup>54</sup> Disponível em: <https://twitter.com/EvandroOuriques/status/1048553453319065601> Acesso em: 20 jul. 2023.

SD8

**Figura 10 - Post no X-Twitter sobre a entrevista**Fonte: X-Twitter (2018)<sup>55</sup>.

SD9

**Figura 11 - Post no X-Twitter sobre a entrevista**Fonte: X-Twitter (2018)<sup>56</sup>.

Todas essas SDs (4-9) são desdobramentos discursivos já de nosso tempo, acerca da primeira publicação da entrevista de Jair Bolsonaro ao *The New York Times*, em 1993. Nos ancoramos em Paveau (2021) e consideramos o discurso materializado nessa reportagem, uma vez transportado da mídia convencional para a digital, como um tecnodiscurso. Ao ser transportado de uma mídia para a outra, mesmo que não tenha nascido na mídia digital, mas por utilizar dos seus aparatos técnicos, nascidos e provenientes do meio digital, como suportes de sua materialização, (re)formulação e circulação, esse discurso se reconfigura como um tecnodiscurso. Como Paveau, também não desconsideramos a importância e o trabalho da tecnologia na constituição e condições de produção dos sentidos e muito menos podemos desconsiderar a tecnologia e deixar de repensar e de ressignificar questões teórico-metodológicas para a análise desse discurso. A autora, inclusive, conclama para que, se preciso

<sup>55</sup> Disponível em: <https://twitter.com/luufab/status/1056247890081910784> Acesso em: 20 jul. 2023.

<sup>56</sup> Disponível em: <https://twitter.com/CelinaMartins11/status/1043994407379324928> Acesso em: 20 jul. 2023.

for, possa-se “inventar novos conceitos, ferramentas e limites para dar conta do funcionamento dos discursos nativos da internet” (Paveau, 2017, p. 8).

A disseminação da materialidade objeto deste recorte analítico na mídia digital, sob diferentes modalidades, é efetivada pela replicação dessa reportagem em distintos ambientes virtuais, mesmo após vinte e cinco anos de sua impressão no NYT, utilizando-se agora das várias ferramentas e peculiaridades da rede. Ao ser discursivizada nos ambientes da *internet*, essa mesma entrevista tanto repete os sentidos que foram instaurados em sua formulação anterior, quanto adquire novas discursividades, proporcionadas pelo digital. A entrevista se movimenta na história pelo ferramenta da tecnologia e retoma em espaços da mídia digital, sob outras configurações técnicas e discursivas de nosso tempo, reproduzindo o mesmo discurso, mas também instaurando outras discursividades com novos efeitos discursivos e outras posições-sujeito, a exemplo do que vimos no enunciado “**Golpista há 25 anos**” (SD9).

Sobre a impossibilidade de se desconsiderar a dimensão técnica e de se marginalizar a máquina, ao considerá-la como mero componente extralinguístico e, desse modo, desprezada para analisar o discurso, Paveau (2021) provoca que a especificidade do discurso digital repousa justamente no seu modo de produção, de funcionamento e, principalmente, de circulação, pois os discursos digitais são construídos concomitantemente pelo trabalho da tecnologia e devem nesse enfoque ser analisados. A dimensão técnica, na perspectiva de Paveau (2021), é parte constitutiva do discurso digital, pois, para a autora, não se deve analisar um discurso digital sob as perspectivas de um discurso não digital ou pré-digital.

Nesse aspecto, ao observarmos que, enquanto no *site* do NYT (SD4), nos Estados Unidos, a reportagem é apenas digitalizada, isto é, parte da premissa do jornal oferecer à sua audiência as reportagens de uma época em que não havia essa possibilidade, não há novos sentidos nesse processo de digitalização, a não ser o de apresentá-la ao seu público nesse tempo. O NYT fez isso com todas as suas reportagens, não foi uma particularidade dessa entrevista com Jair Bolsonaro.

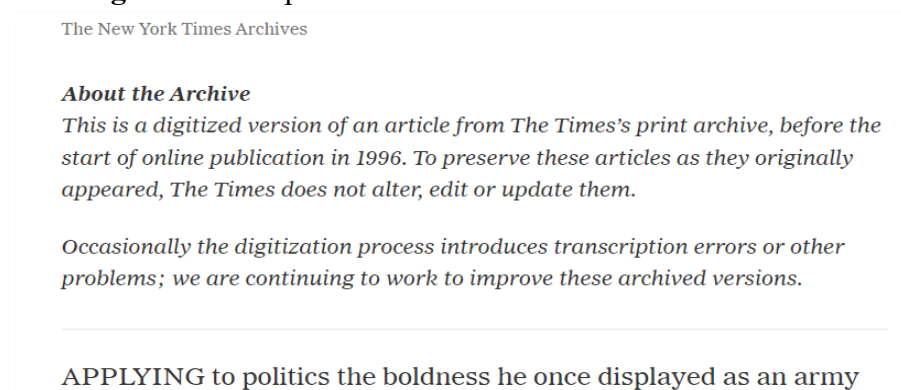
Todavia, no portal de notícias brasileiro Uol (SD5), na conjuntura da proximidade do segundo turno das eleições de 2018, essa entrevista é retomada, publicada em nosso país e ainda traduzida para a língua portuguesa e entregue à população brasileira que acessa o portal e em uma plataforma acessível para quem já é um regular usuário da *internet*. No compartilhamento do *link* no *Facebook* (SD6) e nos *posts* do *X-Twitter*, a mesma reportagem se movimenta pela *Web*, a partir de sua inscrição nessas redes sociais, sob os gestos de compartilhar, divulgar e circular nesses espaços.

Sobre a ambientação dos discursos na rede, Cortes (2022b) considera que a mídia

pode também ser pensada como um palimpsesto digital não somente pela natureza do funcionamento das materialidades digitais que se movimentam e se revezam pelos gestos dos clicks, postagens e deletagens, mas, sobretudo, por ser este um espaço discursivo que se articula aos sujeitos para produzir sentidos (Cortes, 2022b, p. 236).

Esse processo de movimentação pode ser conferido na republicação do próprio *The New York Times*, na SD4. O veículo digitaliza suas edições da época em que não havia publicações *online* e as disponibiliza para sua audiência no *site*. A digitalização ocorre tanto em imagem da matéria original, como apresentamos na figura 4, como de forma transcrita em seu *site*, conforme figura 6. Dessa forma, logo no topo da reportagem digitalizada no *site* do NYT, antes de iniciar o texto da entrevista, é encontrada uma mensagem que explica esse processo, conforme mostramos na figura 12.

**Figura 12** - Captura de tela do *site* do *The New York Times*



Fonte: *The New York Times online* (2018)<sup>57</sup>.

Entretanto, em 2018, o Uol, portal brasileiro de conteúdo digital e notícias, também repercutiu a entrevista em seu *site*, com outras discursividades. Como vemos na SD5, que apresenta uma captura de tela dessa republicação com a tradução para o português da reportagem do *The New York Times*. Na SD6, um internauta usuário do *Facebook*, compartilha em seu perfil pessoal essa mesma entrevista replicada pelo Uol, mas acrescenta uma legenda: **“Apesar de viver da democracia participativa nunca a respeitou. Será um grave problema político, social e econômico ao Brasil se ganhar as eleições. PSL NÃO”** (SD6). O gesto de

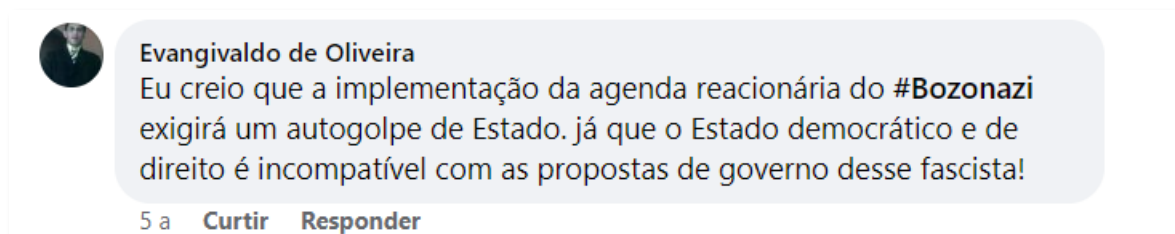
<sup>57</sup> “Sobre o Arquivo: Esta é uma versão digitalizada de um artigo do arquivo impresso do *The Times*, antes do início da publicação on-line em 1996. Para preservar esses artigos como apareceram originalmente, o Times não os altera, edita ou atualiza. Ocasionalmente, o processo de digitalização introduz erros de transcrição ou outros problemas; continuamos trabalhando para melhorar essas versões arquivadas”. Tradução nossa da mensagem na página do jornal.

compartilhamento da matéria do Uol com essa legenda feita pelo usuário da rede social se configura também como um novo gesto de interpretação, com nova discursividade, pois considera a fala do ex-deputado e então candidato à presidência do Brasil (2018), como ameaça à democracia.

Os efeitos de sentido que se inscrevem nesse *post* (SD6) são de alerta e receio à iminente eleição de Jair Bolsonaro à presidência do país. Naquele momento, o deputado era o candidato com a maior intenção de votos entre os presidenciáveis. Havia sofrido um atentado à faca enquanto realizada sua campanha eleitoral e passava pelo processo de recuperação das cirurgias de tratamento realizadas, aguardando o segundo turno das eleições, após já ter vencido o primeiro com 46% dos votos.

Quando o internauta, ao compartilhar esta publicação do Uol, diz que o político nunca respeitou a democracia, são instaurados sentidos de que os ataques ao regime democrático proferidos pelo parlamentar desde à década de 1990 nunca cessaram. Nessa mesma publicação (SD6), outro internauta utiliza-se da ferramenta do comentário para produzir gestos de interpretação, com uma posição-sujeito de repúdio à iminente ameaça democrática presente na eleição de Jair Bolsonaro, vejamos na figura 13.

**Figura 13** - Comentário do *Facebook* no *post* da SD6 sobre a entrevista



Fonte: *Facebook* (2018)<sup>58</sup>

Ao opinar acerca da reportagem do NYT, compartilhada na postagem que constitui a SD6, o indivíduo se desidentifica com os sentidos da FD militarista-ditatorial e ocupa uma posição-sujeito de resistência ao discurso enunciado pelo então deputado e materializado na entrevista. Nessa posição, o sujeito do discurso além de se desidentificar com os ditos antidemocráticos discursivizados pelo parlamentar na década de 1990, e retomados pela republicação e replicação da entrevista, produz sentidos de alerta ao futuro governo de Bolsonaro como presidente do país. Quando este comentário é realizado na rede social

58

Disponível em:  
[https://www.facebook.com/fabio.almeida.rr/posts/pfbid02yRQC3MCsjoBeBwflk4wq22Nxs9zoFWLQpyNrP1jyUTXabGUPrFaQyBum3abEAusGI?\\_rdc=1&\\_rdr](https://www.facebook.com/fabio.almeida.rr/posts/pfbid02yRQC3MCsjoBeBwflk4wq22Nxs9zoFWLQpyNrP1jyUTXabGUPrFaQyBum3abEAusGI?_rdc=1&_rdr) Acesso em: 31 jul. 2023.

*Facebook*, o processo eleitoral no Brasil já está em andamento, como supracitado, e o primeiro turno das eleições já havia sido vencido por Bolsonaro, isso significa que a iminente eleição dele para o cargo mais importante do país era uma questão de tempo.

Nesse sentido, quando analisamos discursivamente o comentário em relação à reportagem, podemos observar o funcionamento desses efeitos de alerta e receio ao que se poderia esperar após a eleição, em relação ao estado democrático brasileiro. Taxando o discurso defendido pelo candidato como reacionário, isto é, uma perspectiva que se opõe a mudanças sociais, políticas ou culturais, e, frequentemente é defensora do retorno a sistemas, valores ou políticas anteriores, os sentidos materializados nesse comentário (figura 13) vão de encontro ao discurso defendido pelo político, que naquele contexto representava a direita política brasileira, e fazia surgir e funcionar uma nova formação discursiva no país, a *FD bolsonarista-direitista*.

Campean (2019) postula que

a formação discursiva bolsonarista é constituída pela ideologia da imposição; da restrição de direitos; da coerção das liberdades; pela aceitação da tortura contra o “inimigo”; do unilateralismo, o que a coloca em confronto com a democracia e seus institutos mais caros, caracterizando-se e inserindo-se no discurso Ur-fascista (Campean, 2019, p. 204)<sup>59</sup>.

Nesse discurso, são produzidos ainda efeitos de sentido que discursivizam a agenda política proposta pelo deputado e candidato como uma política fascista, isso ocorre tanto pelo dito *fascista* como pelo neologismo *bozonazi*<sup>60</sup>, um termo que surgiu a partir da ascensão da figura de Jair Bolsonaro no cenário político nacional em conformidade com os discursos extremistas que ele enuncia<sup>61</sup>. Todos esses saberes fazem parte dos já estabelecidos pré-construídos do fascismo, e pelo discurso constantemente enunciado por Bolsonaro, essa

<sup>59</sup> O termo Ur-Fascismo foi proposto por Umberto Eco, em ensaio de 1995, para se referir à continuidade do fascismo no tempo, por meio de características ideológicas desse movimento histórico que se reconfiguram em diferentes épocas, lugares e em diferentes contextos. O autor não trata este fenômeno como algo isolado na história, mas sim como atemporal. Para essa afirmação, o autor se baseia na análise das características do fascismo, a exemplo, do culto à tradição, o desprezo pelo pensamento crítico, a valorização de teorias da conspiração, a rejeição a opiniões diferentes, entre outros, que se repetem ao longo do tempo.

<sup>60</sup> O termo “bozonazi” é um neologismo que combina o nome do ex-presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, mais precisamente, um dos apelidos (Bozo) com o qual ele é identificado por quem não se simpatiza politicamente com ele, com a palavra “nazista”. O termo é frequentemente usado para descrever indivíduos ou seguidores de Jair Bolsonaro que são vistos como promotores de ideias ou ações consideradas extremistas, autoritárias ou de extrema-direita, muitas vezes relacionando essas atitudes ao nazismo, o movimento político extremista que existiu na Alemanha nas décadas de 1930 e 1940 e é associado a ideias de supremacia racial, totalitarismo e violações dos direitos humanos.

<sup>61</sup> O fascismo se refere a uma ideologia política, historicamente vinculada à extrema-direita, e marcada pelo governo que se originou na Itália sob a liderança de Benito Mussolini na década de 1920. O fascismo é caracterizado por uma série de elementos, que incluem o nacionalismo extremo, o autoritarismo, o totalitarismo, o militarismo, o desprezo pelos direitos humanos.

memória se atualiza com efeitos parafrásticos, que se vinculam à existência de uma FD bolsonarista-direitista.

Indursky (2019), em sua análise, discorre acerca da língua fascista. A autora postula que uma manifestação verbal do ódio, tal qual às manifestações de ódio que a FD bolsonarista-direitista autoriza, quando voltamos nosso olhar às discursividades da materialidade que analisamos aqui, “implica a mobilização de uma forma específica de língua que vou designar de *língua fascista*, a qual é atravessada por um efeito de *memória da ditadura*” (Indursky, 2019, p. 30, grifos da autora). Indursky acrescenta que sentidos como os que vemos funcionar no discurso formulado pelo deputado Bolsonaro na entrevista dada em 1993, e que retoma aos espaços da mídia digital em 2018, pela sua iminente eleição ao cargo de presidente, só estavam autorizados a funcionar na “formação social” da Ditadura Civil-Militar, mas que diante da redemocratização brasileira e de uma democracia em vigor jamais poderiam ser instaurados novamente, “pois trata-se de algo já banido e recalcado no interdiscurso” (Indursky, 2019, p. 31). A circulação desse discurso em nosso tempo, indica, segundo a autora,

que esta língua fascista estava apenas adormecida no interdiscurso e, por um certo tempo, culturalmente interdita. Porém bastou que o ressentimento fosse manipulado para que **esse domínio de memória fosse atualizado**, contaminando parte significativa do corpo social. E isto permite vislumbrar um jogo de contradições históricas porque passa a Formação Social brasileira atual [...] (Indursky, 2019, p. 31, grifo nosso).

O ressentimento, referido pela autora nessa citação, trata-se de um “sintoma social que pode assumir a importância quando associado à política” (Indursky, 2019, p. 29) e, na análise que faz, diz respeito ao que se sucedeu após as declarações dadas pelo candidato derrotado por Dilma Rousseff no segundo turno das eleições de 2014, “*farei o governo sangrar*” (Indursky, 2019, p. 29, grifo da autora), fato que se desdobrou numa conclamação aos eleitores descontentes com o resultado das urnas, tal como o candidato derrotado, a contestá-lo e exigir o *impeachment* da candidata eleita nas manifestações que ocorrem ao final de 2014 e em 2015, ocasionando na efetivação do golpe de 2016. Em nossa análise, esta noção de ressentimento pode ser mobilizada e se materializar no discurso de atualização da memória da Ditadura Civil-Militar nas redes sociais, associada à emergência da nova direita política no Brasil e aos desfechos que isso provocou.

Portanto na SD5 e na SD6, tanto na materialidade do compartilhamento feito por um usuário do *Facebook* da reportagem do NYT replicada pelo Uol, quanto no comentário subscrito a esse *post*, o sujeito discursivo é o mesmo e se desidentifica com o sujeito universal

da formação discursiva dominante que determina os sentidos de apologia à Ditadura Civil-Militar e de anseio ao retorno das Forças Armadas ao comando do país. Sentidos esses que se materializam na mídia desde o período de redemocratização brasileira, no entanto de forma submersa, sem serem efetivamente advertidos ou rechaçados, mas apenas adormecidos, conforme apontou Indursky (2019).

Por outro lado, a partir do novo modo de circulação propiciado pela tecnologia digital e da ascensão da direita política no Brasil, também no espaço da mídia digital, e ainda o surgimento concomitante da FD bolsonarista-direitista, ou conforme Indursky (2019), uma FD fascista – que ecoa uma língua fascista – instaura-se também uma nova discursividade, pelo funcionamento de uma nova posição-sujeito nesse discurso, que somente se constitui a partir dos desdobramentos sociais de nossa atual conjuntura política e institucional, a saber, uma posição-sujeito antibolsonarista, que vai de encontro à FD bolsonarista-direitista e se vincula à formação discursiva da democracia.

A partir da circulação do discurso de apologia à Ditadura Civil-Militar nas redes digitais, logo, em um novo espaço de enunciação e textualidade – a exemplo do *site* do jornal e as demais plataformas que o replicam –, instaura-se o impensável, nas palavras de Indursky, “aquilo que era da ordem da *impensabilidade*, [...] volta a ser dito, fazendo ecoar no discurso político brasileiro contemporâneo a língua fascista da ditadura [...]” (Indursky, 2019, p. 31-32, grifo da autora). Portanto, novas discursividades, com outros efeitos, outros sentidos, a língua fascista.

Nas publicações do *X-Twitter*, nas SDs 7, 8 e 9, os sentidos de alerta se repetem, mas subordinados à conjuntura de nosso tempo, como por exemplo, o *status* político de Jair Bolsonaro, que agora não mais era um deputado e sim um presidente eleito, próximo a tomar posse de seu mandato; a direita como ideologia política, que no momento em que esta entrevista foi discursivizada em 1993, estava escondida pelo constrangimento do apoio à ditadura, na circulação desse mesmo discurso no ambiente digital, retornou, e agora produzindo no discurso efeitos de orgulho e de exaltação ao militarismo, que diante do restabelecimento da democracia isso era tido como inadmissível, mas nessas novas circunstâncias sócio-históricas e sociopolíticas é naturalizado e bem-vindo; toda essa conjuntura integra as condições de produção/circulação dos discursos e afeta a produção de sentidos.

Desse modo, na maneira em que os tuítes funcionam, os sentidos de alerta se instauram com efeito de tentativa de impedir a efetivação das ameaças que Bolsonaro fazia ao regime democrático desde aquela entrevista, com sua eleição, afinal, **“Em 1993 Bolsonaro deu entrevista ao NYT afirmando que seu projeto já era fazer o Brasil voltar à ditadura, ao**

**comando militar**” (SD7). Se este era o projeto do político, a sua eleição, que se aproximava quando essa postagem foi realizada, seria então a efetivação deste projeto?

Na SD8, as duas publicações da reportagem do jornal se juntam num só *post*, por meio da apresentação de dois *links*, um da versão digitalizada do *The New York Times* (SD4) e o outro da tradução também digital e mais próxima dos brasileiros, feita pelo portal Uol (SD5). Por fim, na SD9, os ditos **“Golpista há 25 anos”** produz esse efeito de sentido de repúdio em relação à figura política de Bolsonaro, discursivizado como golpista. Numa democracia, efetivar as práticas defendidas por ele na entrevista, somente seria possível, por meio de um golpe de estado, ou de um autogolpe, como discursivizado no comentário subscrito à SD6.

Para finalizar, retomemos a entrevista em sua primeira publicação impressa no jornal, quando o NYT fecha a reportagem com uma declaração de Jair Bolsonaro acerca do que acredita ser um caminho para o retorno das Forças Armadas no comando do Brasil. O parlamentar assegura que está “arando os campos”. Ora, arar os campos é preparar o terreno para o plantio, mas também é metáfora em distintos e diversos contextos e tem outros sentidos a depender da FD que este dito é formulado. No político, certamente o contexto que o parlamentar se insere quando é entrevistado, e na FD militarista-ditatorial, para Jair Bolsonaro, “arar os campos” diz respeito à preparação e organização necessárias para dar continuidade à sua campanha política, focada no retorno ao militarismo, construir uma base de apoio ou introduzir mudanças significativas na conjuntura social do país. Afinal, desde o início daquela entrevista foram materializados os seguintes dizeres: o **“soldado que virou político quer devolver o Brasil ao mando militar”** (SD1/SD4).

Conforme já discutimos no início deste capítulo e se confirma nas palavras de Goldstein (2019), a seguir, a consolidação de Jair Bolsonaro como representante da extrema-direita já era uma realidade.

Ele se destacou entre os representantes da direita, especialmente na votação pelo impeachment de Dilma Rousseff, quando em abril de 2016, durante a sessão da Câmara dos Deputados, de forma extremamente controversa, votou “em memória” de Carlos Alberto Brilhante Ustra, chefe do centro de repressão ilegal durante a ditadura e responsável por torturar Rousseff naquele período. Ao seu lado, seu filho, o deputado federal Eduardo Bolsonaro, sussurrava o nome do torturador que o pai estava mencionando. Ele também votaria “pelos militares de 64”, referindo-se ao ano do golpe de Estado que encerrou o governo democrático do presidente trabalhista João Goulart (Goldstein, 2019, p. 23, tradução nossa)<sup>62</sup>.

---

<sup>62</sup> No idioma original: “Se destacó entre los representantes de la derecha especialmente en la votación por el impeachment a Dilma Rousseff, cuando en abril de 2016, en la sesión da Cámara de Diputados, de un modo

Com a sua efetivação como representante da direita política, o campo foi arado, a semente plantada, o deputado tornou-se presidente em 2019, e a democracia brasileira sofreu fortes abalos em sua estrutura. No entanto, a semente germinou e, o caule do bolsonarismo, com seus galhos e toda a vegetação que se alastra como ervas daninhas não se vinculam apenas ao político que o batizou com o próprio sobrenome, mas é uma ideologia que se perpetua e encontra disseminação dia após dia, sustentada pela força adubadora que têm as redes sociais e por todas as demais plataformas da *internet*, que mais parecem existir para nutrir esse plantio.

Conforme Campean (2019),

No surgimento do bolsonarismo como terceira via para o espectro político-discursivo brasileiro ocorreu uma ruptura que se deu no nível ideológico. O confronto de décadas entre a esquerda e a direita tradicional vai sendo desgastado por fatores que são externos à linguagem, mas são constituídos e perfurados por ela. A crise econômica; a corrupção; a má administração pública, o descontentamento da população, dentre outros fatores, quer pelo apelo (e aí se dá por práticas linguísticas) da mídia ou das redes sociais [...] Campean, 2019, p. 123).

Tudo isso, acreditamos, se perpetrou em uma nova FD para discursivização de sentidos da extrema-direita, em aliança à FD militarista-ditatorial, como vimos nas análises, a formação discursiva bolsonarista. Essa FD instaura efeitos com sentidos que negam a tortura da ditadura, mas nesse domínio da memória, pela pluralidade contraditória (Courtine, 2016), anseia por ela e defende que a tortura seja praticada na democracia; a FD bolsonarista instaura ainda sentidos que visam a desmoralização da esquerda e de qualquer indivíduo que não se comprometa com os saberes subordinados à essa FD; sentidos de imposição e incentivo à polarização política; de enaltecimento ao militarismo, do exército e da força.

Nesse viés, cabe abrir um parênteses em nosso primeiro bloco analítico para discutir, em particular, como se deu a ascensão da direita política no Brasil e do fenômeno do bolsonarismo, e como as *Jornadas de Junho de 2013* podem ser percebidas como a prefiguração desse processo que entendemos como um acontecimento enunciativo-discursivo.

---

*absolutamente controversial, votó “por la memoria” de Carlos Alberto Brilhante Ustra, jefe del centro de represión ilegal de la dictadura y quien había torturado a Rousseff en ese período. A su lado, su hijo el diputado federal Eduardo Bolsonaro, susurraba con los labios el nombre del torturador que estaba pronunciando el padre. Él también votaría “por los militares del 64”, año del golpe de Estado que terminó con el Gobierno democrático del presidente laborista João Goulart”* (Goldstein, 2019, p. 23).

### ***3.2.1 A prefiguração do acontecimento e a emergência da nova direita no Brasil: efeitos discursivos da mídia digital***

Depois de vinte cinco anos da entrevista que analisamos na seção anterior, já em 2018, Jair Bolsonaro vive o auge de sua história política e figura os noticiários e plataformas *online*, repetidamente, como candidato à presidência do Brasil, representando a nova direita política brasileira. Até aquele momento da história do país, após o regime militar, nenhum partido ou candidato, explicitamente, vinculado à ideologia direitista havia chegado tão longe numa disputa eleitoral. A direita política no Brasil se recolhia ao constrangimento de ter sido fortemente afeiçoada ao regime ditatorial. Esse período de encolha voltava-se ao intuito de se dissociar da visão negativa que a direita carregava por ter sido aliada ao autoritarismo militarista.

No entanto, conforme aponta Luz (2022)

Isso não significa, entretanto, que partidos de direita não tenham ocupado espaço relevante ou que a ideologia de direita não tenha orientado muitas das políticas implementadas desde então. Seja em sua face conservadora ou na roupagem neoliberal, posicionamentos marcadamente de direita continuaram presentes e influentes nos rumos tomados em diferentes esferas (Luz, 2022, p. 146).

Acontece que essas figuras que se firmavam nesses ideais da direita denominavam seu posicionamento como de “centro”<sup>63</sup>. O que se iniciou na década de 1990 e se perpetuou até as eleições presidenciais de 2014. A partir daí se tornou mais marcante o retorno e significativo espaço tomado pelo ideário direitista na política de nosso país. Alguns fatores foram notadamente relevantes à significativa ascensão da direita como uma força política representativa no cenário político brasileiro, especialmente após a reeleição de Dilma Rousseff em 2014. Dentre esses fatores, alguns se destacam pela identificação de Jair Bolsonaro como representante dessa força, e podem ser observados para entendermos a sua ampla aceitação como representante dessa corrente. O aprofundamento da crise econômica enfrentada no país, o aumento das taxas de desemprego, o crescimento da percepção de insegurança devido aos níveis elevados de violência, o descontentamento com a classe política após uma série de escândalos de corrupção recorrentes e a intensificação do pensamento conservador, entre outros aspectos, são alguns deles.

---

<sup>63</sup> A exemplo do ex-presidente Fernando Collor de Mello.

No entanto, é necessário refletir que todos esses fatores não são novidade na realidade histórica do Brasil. Pelo contrário, alguns desses elementos já se confundem com a própria história brasileira, fazendo parte de forma ordinária do cotidiano da nação. No entanto, a forma como parte da população começou a perceber esses problemas no país sofreu uma mudança significativa a partir de 2013, pelo fenômeno que ficou conhecido como as *Jornadas de Junho de 2013*, que entendemos aqui como a prefiguração do acontecimento discursivo, dada a eclosão dos discursos militarista-ditatorial nas redes, aliançados ao discurso direitista.

Assim, na divulgação daquelas mobilizações de 2013, inicialmente pautadas em ideais da esquerda, a exemplo da luta pela diminuição do valor do transporte público nas grandes cidades brasileiras, tanto a mídia hegemônica quanto os espaços de circulações discursivas da *internet* ocuparam de início uma posição-sujeito contrária às manifestações, produzindo um discurso com sentidos de que as ruas estavam repletas por grupos constituídos de “baderneiros” e que esses grupos realizavam nas mobilizações “atos de vandalismo”. Contudo, mais tarde, a mesma mídia passou a produzir um discurso que defendia os movimentos, anteriormente discursivizados como vandalismo. Passava-se a existir um funcionamento para esse discurso com novas configurações de sentido. Isso foi possível, devido à apropriação dessas manifestações pelo discurso midiático, especialmente das pautas antigovernistas que eram suscitadas pela nova direita nas ruas e nas redes sociais, tendo cada vez mais espaço na imprensa tradicional e na *internet*, os grupos de manifestantes declaradamente conservadores e de direita (Nunes, 2019).

Sobre essa mudança de percepção dos brasileiros, discorre Luz (2022),

Essas variações na interpretação dos principais problemas da sociedade ocorreram no desenrolar de importantes movimentos na sociedade brasileira, os quais ensejaram a emergência de uma nova força política, à época denominada por alguns autores como “nova direita” (CODATO, BOLOGNESI e ROEDER, 2015; KAYSEL, 2015). A nomenclatura (que viria a cair em relativo desuso) se fundamentava principalmente em um aspecto que denota o contraste dessa direita com a direita tradicional brasileira: o orgulho direitista. **A novidade reformulou, de certo modo, a dinâmica vigente desde a redemocratização,** (re)inaugurando um movimento no qual ser de direita passou a ser reivindicado como uma forma de identidade política (Luz, 2022, p. 146, grifo nosso).

Segundo a autora, essa mudança representou uma reformulação na dinâmica política que estava em vigor desde o período de redemocratização do Brasil. No novo cenário político, identificar-se como pertencente à direita passou a ser algo reivindicado como parte da identidade política das pessoas. Assim, a política no Brasil sofreu alterações com a emergência

de uma nova força, principalmente por meio da *internet*, que valorizava a identidade de direita de seus membros.

Esses ambientes das redes sociais, foram, portanto, propulsores do retorno do discurso de apologia à Ditadura Civil-Militar que abalou a memória das estruturas democráticas de nosso tempo. Cabe reforçar que a mais proeminente presença nesses ambientes digitais, no que concerne a essa fragilização das instituições democráticas, é a da direita política brasileira ou como tem sido chamada da nova direita ou velha direita com *Wi-Fi* (Salles, 2017)<sup>64</sup>. A direita política no Brasil, regularmente, apresenta um discurso com posicionamentos de sentido conservador, moralista e muitas vezes militarista. Na história mais recente do Brasil, essa vertente tem se destacado de forma ampla nos espaços sociais, digitais e midiáticos, visando à interpelação dos indivíduos em sujeitos do discurso direitista.

Depois do fim do regime militar no Brasil, as mobilizações populares e os protestos de rua eram movimentos que estavam tradicionalmente ligados à esquerda, a exemplo da luta pelas *Diretas Já* ainda em meados da década de 1980, os protestos a favor do *impeachment* do presidente Fernando Collor no início da década de 1990 e as reivindicações dos Movimentos Sem-Terra (MST) e de grupos minoritários, como de gênero, raciais e sexuais nos últimos trinta anos. Isso se deu dessa maneira, porque a direita radical brasileira apoiou os militares durante a ditadura e, de certo modo, se afastou do debate político de forma pública após a derrocada do regime ditatorial. O que converge com o que Reis Filho (2014) afirma sobre o afastamento daqueles que apoiaram ou foram coniventes com a ditadura, a partir de quando ela começa a se desintegrar. Foi isso que ocorreu com os setores da direita política do país, se distanciaram da discussão pública nas ruas, a fim de se eximir e de serem esquecidas a sua aceitação, conivência e participação no regime autoritário.

Todavia, nesse entretempo, devido à visibilidade alcançada pelo uso das novas tecnologias de interatividade social da mídia digital, e pelo amplo espaço obtido nos meios de comunicação populares, a direita política passou a ocupar espaços, exumando pautas e discussões políticas da sociedade, consideradas já sepultadas com o fim da Ditadura Civil-

---

<sup>64</sup> Salles (2017) realiza esta provocação acerca de como definir este grupo que emerge pelas redes sociais e explica que na chamada nova direita, não são encontradas, necessariamente, novas ideologias, mas sim a presença de novos protagonistas cujas trajetórias são diferentes daquelas dos indivíduos tradicionalmente associados à direita, como os que têm ligações diretas com empresários, partidos políticos, forças armadas ou grupos religiosos. Embora, essas novas configurações, que surgem para formular grupos direitistas atualmente, possam ter ligações com alguns dos grupos tradicionais da direita brasileira e, possivelmente, apoiem abertamente alguns desses grupos, emergem de maneira relativamente independente em relação a eles, principalmente, àqueles ligados à *internet* a partir de 2013, conclui o autor.

Militar, rompendo, inclusive, com muitas das premissas constitucionais que velam pelo direito dos cidadãos brasileiros e pela dignidade humana<sup>65</sup>.

A partir das *Jornadas de Junho de 2013*, uma parcela social adepta à direita política brasileira começa a retomar os espaços sociais e a organizar manifestações em todos os estados do país, com reivindicações que englobavam variadas proposições, sempre norteadas pelo proferido combate à corrupção, pela narrativa da decadência moral da sociedade e contra a visível diminuição da hierarquia de classes, existente entre a classe média e os setores mais vulneráveis economicamente do país, diminuição essa que estava sendo alavancada pelos programas de distribuição de renda desenvolvidos pelo poder público<sup>66</sup>.

Isso acabou se efetivando na propagação de ideais direitistas, como o conservadorismo, o neoliberalismo econômico, o militarismo etc. e, dessa maneira, esses discursos ganharam força e têm funcionado, predominantemente, na política do país nesses últimos anos, especialmente, a partir da supracitada vasta ocupação dos espaços midiáticos digitais e redes sociais da *internet*, conforme Cortes (2022a). A autora, com base nas reflexões de Indursky (2015), argumenta que:

[...] a mídia, além de funcionar como um AIE da informação, também pode funcionar como um **AIE da inculcação**. A repetibilidade é, portanto, o *modus operandi* da mídia, em especial, a mídia digital, dadas as condições de produção e de circulação das discursividades midiáticas, que funcionam em uma complexa rede que se move celeremente, entre os compartilhamentos parafrásticos e os confrontos discursivos (Cortes, 2022a, p. 65, grifos da autora).

Assim, os protestos de 2013, que inicialmente estavam pautados por ideais ligadas ao discurso da esquerda, foram tomados pela parcela da sociedade envolvida com as convicções da direita radical brasileira, que se apoderou das ruas e ocupou espaços das redes sociais para divulgar seus posicionamentos ideológicos. Desse modo, esses grupos de indivíduos são então

---

<sup>65</sup> Podemos citar as discussões em favor da redução da maioria penal, assim como o discurso de que há uma “defesa para os bandidos” quando se trata da defesa pelos direitos humanos, além do avanço do discurso da meritocracia, formulado por parte da classe média, em crítica aos programas sociais instituídos pelos governos petistas, que são discursivizados como estimuladores da preguiça de seus beneficiados, os pobres, para não se esforçarem em alcançar as próprias conquistas etc.

<sup>66</sup> A exemplo do *Bolsa Família*, do *Programa Minha Casa Minha Vida*, do *Sisu*, *ProUni* e *Fies*, além da *Política de cotas raciais e sociais*, que ampliou o acesso de negros e pobres nas universidades públicas e privadas do país etc. Programas esses instituídos ao longo dos governos petistas, considerado um governo esquerdista, por ampliar a participação do estado no desenvolvimento social e econômico da população mais pobre. O que desagradava as elites sociais e políticas brasileiras, tradicionalmente, ligadas à direita que, por sua vez, defende o estado mínimo, isto é, que o governo não deve interferir no mercado econômico e em questões sociais.

interpelados ideologicamente em sujeitos do discurso direitista, que foi se fortalecendo no país. Sobre isso, reflete Dieguez (2022):

Era o início do ativismo de direita, que, a partir da força motriz de certas figuras chave que começavam a despontar e davam o tom ideológico da geleia geral, ganharia musculatura e cresceria de maneira avassaladora até o impeachment da presidente Dilma, em 2016. O levante de 2013 marcou o fim da hegemonia da esquerda nos movimentos sociais. A partir dali, a direita, que se mantinha encolhida desde a redemocratização, entrou escancaradamente em cena (Dieguez, 2022, p. 33-34).

Logo, a presença da direita no decorrer daquelas mobilizações foi massiva e os grupos de protestos ligados a essa vertente política predominaram nas manifestações, em comparação com os de esquerda. No discurso materializado nessas manifestações, a posição-sujeito dominante era a de descontentamento em relação à administração do país sob o comando do Partido dos Trabalhadores – PT<sup>67</sup>. O governo petista sofria um desgaste, principalmente por parte da classe média e foi afetado pelas manifestações contrárias à administração de Dilma Rousseff. Por sua vez, o discurso jornalístico também assumiu essa mesma posição-sujeito na continuidade da cobertura dos protestos de 2013, o que possibilitou, por exemplo, as premissas do fortalecimento do antipetismo, um discurso constituído pela mídia e apropriado por parte da sociedade brasileira nesses últimos anos<sup>68</sup>.

Conforme Brito (2016), pouco depois desses protestos, na eleição presidencial de 2014, reemergiu essa divisão do Brasil, agora de modo ainda mais acirrado entre o petismo e o antipetismo. Pelas análises da autora, “o efeito de divisão que já se mostrava em eleições presidenciais anteriores, desde 1989, foi atualizado, reconfigurado e massificado pelas novas mídias [...]” (Brito, 2016, p. 77), a exemplo do *Facebook*, pelas análises da autora. Nesse viés, corrobora Cortes (2022a) ao afirmar que a mídia digital apresenta uma modalidade particular de circulação discursiva, de forma que esse “modo próprio de circulação dos discursos nas redes sociais favorece o trabalho de inculcação, de forma a naturalizar os sentidos determinados pelas formações discursivas” (Cortes, 2022a, p. 71).

Importa aludir que a utilização da denominação *direita*, para essa doutrina política que cresce, fortemente, no Brasil, abarca distintos grupos, que, por vezes, trazem peculiaridades sociais e discursivas. De acordo com Dieguez (2022),

---

<sup>67</sup> Que governava, segundo esse discurso, amparado em princípios considerados de esquerda.

<sup>68</sup> Essa construção discursiva acerca do antipetismo se deu pela constante produção e divulgação de discursos com efeitos de escândalo ligados ao ex-presidente Lula e ao PT. A imagem e a representação na mídia brasileira do petismo e dos governos petistas foram, massivamente, negativas.

[...] a nova direita brasileira [...] colocou sob um mesmo guarda-chuva grupos tão díspares como os conservadores nos costumes, os liberais na economia, os defensores da intervenção militar e os caçadores de corruptos nascidos na Operação Lava Jato (Dieguez, 2022, p. 30).

No entanto, é possível identificar que há um aparato ideológico em consenso que permite a junção de alguns discursos comuns a esses grupos, como os já referidos conservadorismo, liberalismo econômico, o militarismo, além do reacionarismo com fortes críticas ao regime democrático. Há também a apologia à segregação social, com discurso de ódio contra as minorias, aos movimentos sociais, aos sindicatos, com a perseguição aos professores e à sua autonomia em sala de aula etc. Nesse sentido, o discurso de ódio atua “perpetuando relações sócio-históricas de desigualdade-subordinação a partir da face mais intolerante que a dominação ideológica pode assumir” (Cazarin; Souza, 2019, p. 139).

Além disso, alguns desses grupos que compõem a nova direita brasileira estabelecem certa proximidade com ideologias políticas radicais, como o fascismo e o nazismo, por exemplo, e, sistematicamente, o enaltecimento dessas correntes tem passado a ser defendido como suposto direito à liberdade de expressão<sup>69</sup>.

Nessa esteira, Cazarin & Souza discorrem, que

[...] face ao crescente poder e amplitude da internet, o ambiente virtual tornou-se uma das principais plataformas de comunicação e produção discursiva, o que, no nosso ponto de vista, é um fator positivo. Entretanto, as especificidades da comunicação em ambientes virtuais, tal como a sensação de distanciamento entre o real e o virtual, têm possibilitado a produção de mensagens / postagens violentas, que excedem os limites da liberdade de expressão. [...] Isso fica evidenciado em práticas discursivas que incitam a discriminação, intolerância e/ou preconceitos das mais distintas ordens (Cazarin; Souza, 2019, p. 137).

Luz & Fonseca-Silva (2017), na perspectiva acerca da divisão sociopolítica do Brasil, que suscitou essa ascensão da nova direita, tratam das consequências desse radicalismo na sociedade. Em trabalho publicado na *69<sup>o</sup> Reunião Anual da SBPC<sup>70</sup>*, bem como em pesquisas mais recentes, as autoras discutem o funcionamento do discurso de ódio que atravessa os

---

<sup>69</sup> Atualmente, ocorre no Brasil uma distorção em relação ao direito de liberdade de expressão. Essa deturpação tem sido empregada por personagens notadamente ligados à extrema-direita. E essa distorção se dá ao utilizar-se do princípio da liberdade de expressão como justificativa para incitar a violência. Ao promover a noção de que em nome de uma alegada “liberdade” individual é permitido proferir qualquer ofensa, fomentar a violência, desrespeitar a lei e infringir direitos, essas personalidades estão, de fato, contribuindo para a legitimação do discurso de ódio.

<sup>70</sup> Intitulado *Discurso de ódio em manifestações verbais sobre Dilma Rousseff*.

embates em posicionamentos discursivos realizados nas redes sociais no Brasil. Nesse trabalho em especial, o discurso de ódio destinado à ex-presidenta Dilma Rousseff, de 2010 a 2016. Em suas análises, o funcionamento do discurso de ódio é identificado, e esse discurso, “além de incitar violência, ofende, desqualifica, denigre e atinge a dignidade individual e de todo um grupo social” (Luz; Fonseca-Silva, 2017).

Indursky (2019), na esteira dessas reflexões, pontua que os sujeitos do discurso de ódio, que funciona nessa conjuntura sócio-histórica de ressurgimento da direita política no Brasil, são

[...] afetados pela ideologia que, no caso, é de extrema direita, e o fazem a partir de uma posição-sujeito fascista, o que pode ser constatado pela identificação de certos saberes daquele período [ditatorial] que ressoam em seus enunciados. No entanto esses sujeitos, **ao atualizarem a memória da ditadura em seus dizeres**, penetram numa zona [...] de *esquecimento n° 2* [...] em que são formulados os enunciados do sujeito do discurso, [...] E é nesse movimento que o sujeito desliza para a intervenção político-discursiva com base em um funcionamento cínico e perverso da ideologia, trazendo para seu discurso ecos do discurso fascista que se materializa como um discurso político de ódio (Indursky, 2019, p. 33-34, grifos nossos).

Lamentavelmente, apologias e proximidades extremistas, que têm configurado o discurso da nova direita, não só no Brasil, mas também em diversas partes do mundo<sup>71</sup>, não receberam devida repreensão dos setores mais moderados da vertente política direitista. Nesse sentido, assegura Dieguez (2022), é que a “guinada do Brasil para a direita custou a ser compreendida pelos analistas e pela imprensa. Os novos grupos eram vistos como exóticos e radicais e tratados com desdém por jornalistas e acadêmicos” (Dieguez, 2022, p. 39).

Desse modo, o discurso direitista, com efeitos de extremismo, passou a funcionar e circular com força em distintos espaços sociais, mas vigorosamente nos espaços digitais, alicerçados na difusão do pensamento liberal-conservador, no revisionismo histórico e ‘fundamentados’ em falsas informações<sup>72</sup>, que permitem a relativização de discursos de ódio, por exemplo, como constataram Luz & Fonseca-Silva (2017), Indursky (2019) e Cazarin & Souza (2019). Episódios que, após a redemocratização e antes dessa emergência direitista na *internet*, vinham sendo, de certo modo, repudiados.

A subvalorização desses episódios desencadeou ataques rotineiros à democracia, tendo em vista o período que se estende desde a redemocratização até as eleições de 2018 e o governo

<sup>71</sup> A eleição de Donald Trump para presidência dos Estados Unidos em 2016 reitera essa constatação. O uso das plataformas digitais em sua campanha para disseminar distorções da realidade, além de ódio, conspiração e extremismos foi crucial para que ele conseguisse assumir o comando do país. Situação semelhante ocorreu dois anos depois com o Brasil, na eleição de Jair Bolsonaro, como já discutido.

<sup>72</sup> Comumente chamadas pelo termo inglês *fakenews*.

do ex-presidente Jair Bolsonaro (2019-2021). Essa constatação mostra que a incessante tensão latente no cenário político brasileiro não foi devidamente reconhecida. A ideologia militarista-ditatorial, oriunda da ascensão dessa nova direita política e viabilizada pela mídia digital da *internet*, na verdade, sempre esteve em operação, ainda que subestimada pelas instituições administrativas, legislativas, judiciárias, pelos militantes de esquerda e por grande parte da sociedade civil.

A instabilidade na democracia no Brasil que sempre existiu é agora agravada pelos aparelhos de propagandas que são contrárias ao regime democrático e que funcionam, de modo escancarado, nas plataformas *online*. No entanto, o discurso antidemocrático sempre funcionou nos arquivos subterrâneos das mídias convencionais, como estamos demonstrando com as materialidades que constituem o *corpus* deste estudo, só que de forma camuflada, mas em um movimento de incessante tensão, especialmente se considerarmos as circunstâncias de que a democracia é uma concessão das elites superpoderosas que comandam o país, como já afirmava Aristóteles<sup>73</sup>.

Nesse aspecto, cabe reforçar o poder da mídia, sobretudo no que tange à circulação dos discursos nas redes digitais. Isso se deu no funcionamento dos discursos contrários à democracia, cuja circulação foi impulsionada pela *internet*, com movimentos parafrásticos, mas também com o confronto de sentidos. Assim, a polarização política e ideológica em que estamos inseridos hoje é uma consequência direta dos efeitos e modo de funcionamento dos discursos no espaço digital. Uma polarização que, como já discutimos, teve início e ganhou força no país a partir das manifestações de 2013, foi intensificada pelas eleições acirradas de 2014<sup>74</sup> e pela instabilidade político-governamental iniciada nos anos 2015 e 2016.

Com base em uma investigação realizada por Fisher (2023)<sup>75</sup>, nota-se que esse fenômeno da força que têm as redes sociais e demais plataformas digitais na circulação de

---

<sup>73</sup> Vide discussão sobre o conceito de democracia na seção *1.1 Democracia, um processo em contínua construção*, na perspectiva aristotélica.

<sup>74</sup> Neste ano, a disputa eleitoral entre Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB) foi decidida com uma margem mínima dos votos válidos. Dilma venceu no segundo turno com 51,64%. Além disso, o candidato derrotado não reconheceu a vitória e reeleição de Dilma. Episódio que prenunciou a instabilidade institucional que se acirrou a partir daí, pois o reconhecimento da derrota numa eleição democrática equivale ao respeito que se tem pelas urnas e pelo voto, respeito pelo estado democrático de direito. Questionar as eleições gerou ainda mais crise no país. Ainda se acrescenta que esta foi a primeira eleição em que a *internet* superou a importância dos meios de comunicação convencionais, como a TV, o rádio e o jornal. Logo, todos esses cenários listados neste parágrafo como justificativas para o início da acirrada polarização política no Brasil estão intimamente ligados à *internet* e ao fenômeno das redes sociais.

<sup>75</sup> O livro *A máquina do caos: como as redes sociais reprogramaram nossa mente e nosso mundo*, do jornalista investigativo Max Fisher, publicado em 2022 e versão em português em 2023, ilustra a decadência das democracias mundo afora resultante das ideologias extremistas e da cultura de ódio que proliferam nas redes sociais. No texto de mais de 500 páginas e com uma extraordinária fundamentação teórica e de pesquisa de campo, o autor apresenta

discursos é global. Segundo o autor, há uma mão invisível por trás da ascensão do poderio dessas mídias sociais, a exemplo do *Facebook*, que define os limites da participação política e do discurso político de seus usuários. A cada situação ao redor do mundo em que se toma conhecimento de “ocorrências estranhas e excessivas”, todas elas têm relação imediata com o funcionamento das redes sociais. “Uma revolta repentina, um novo grupo extremista, a disseminação da crença em alguma conspiração bizarra... tudo tinha um ponto em comum” (Fisher, 2023, p. 14), a saber, as mídias sociais, segundo exemplifica o autor em sua obra.

A atual divisão quase que binária observada na sociedade brasileira é largamente influenciada pelas redes sociais e pelo seu potencial de disseminação, promoção, divulgação, circulação e amplificação de discursos antidemocráticos e autoritários. Campean (2019) discorre sobre isso, ao dizer que

Em meio à bipolarização discursiva e o discurso do ódio que passa a preponderar a partir de meados de 2015, com ampla mobilização midiática, [...], a cognominada política tradicional é rejeitada. E é nesse cenário que ocorre a busca salvacionista. Por mais vazias, ou nulas que sejam as propostas, elas operam no âmbito simbólico de sua formação ideológica o rechaço ao “velho”, e em meio a grande insatisfação, tudo passa a ser aceito como o “novo”, que passa a ter o condão de realizar seu trabalho no imaginário das produções discursivas ao assumir a sinonímia de redenção; transformação, mudança (Campean, 2019, p. 124).

Fisher (2023), em sua análise jornalística, assegura que a mídia funciona manipulando e reprogramando a mente daqueles que estão imersos neste universo. Trata-se, portanto, segundo o autor, de uma máquina de instalação do caos, isto é, a partir da engrenagem desse maquinário, cria-se um cenário caótico, em vários segmentos da sociedade, que causa transformações na economia, na esfera política, nas dinâmicas sociais, na cultura, na gestão do tempo e nas relações de trabalho. Afinal, nesse processo, são bilhões de pessoas interpeladas ideologicamente por esse funcionamento discursivo da mídia digital. Portanto, as condições “estão totalmente propícias ao discurso de direita. Não o discurso da direita *tradicional*, mas o discurso extremista. O sentido de reconstrução a partir do caos cria um efeito discursivo muito adequado às aventuras e ao alpinismo político” (Campean, 2019, p. 127).

---

uma gama de informações e descobertas acerca de como as grandes empresas do Vale do Silício (*Facebook*, *YouTube* e *X-Twitter* sediadas em São Francisco - Califórnia/EUA) se utilizam de nosso comportamento e vulnerabilidade nas redes, para influenciarem determinados tipos de conteúdo ao invés de outros. Utilizando exemplos de todo o mundo, como Sri Lanka, Myanmar, México, Alemanha e Brasil, o autor apresenta como em todos esses cenários, em que se alavancou o extremismo e os discursos de ódio, as redes sociais estiveram intrinsecamente ligadas aos episódios apresentados como exemplos na obra, e de maneira deliberada. No contexto brasileiro, Fisher pesquisou o impacto das redes sociais no crescimento da extrema-direita e na ascensão de um candidato com inclinações antidemocráticas, como Jair Bolsonaro.

Torna-se, portanto, reconhecido que, com a emergência e ampliação do acesso à *internet*, as mídias digitais e redes sociais têm funcionado como veículo de cibern militância. É o que constatamos com os discursos propagados por grupos sociais que ocupam posicionamentos antidemocráticos nesses espaços, a exemplo dos *sites* que defendem discursos autoritários e a volta da ditadura.

Mittmann (2011) realiza alguns apontamentos sobre a militância digital. A autora afirma que os

discursos de militância passam a circular numa nova ordem geográfica própria do ciberespaço. Por sinais de rádio, telefone, cabo ou satélite, é possível ignorar fronteiras geográficas, seja chegando aos vilarejos mais remotos do país, seja alcançando outros países. E ainda, ultrapassar fronteiras econômicas, já que a acessibilidade ao digital tem se tornado cada vez mais possível e presente para aqueles que, pelo baixo poder aquisitivo, não podem adquirir livros, ou assinaturas de jornais e revistas. Neste sentido, é preciso considerar o ciberespaço sob um ponto de vista histórico, que envolve não apenas os mecanismos da internet (sua base técnica), mas, principalmente, os sujeitos envolvidos e as condições históricas de produção, articulação, determinação e circulação de discursos. E a internet, então, já não pode ser concebida como simples repositório, deve ser observada em seus inconstantes e descontínuos movimentos (Mittmann, 2011, p. 124).

Nessa ótica, com a crescente adesão de grande parte da sociedade à utilização desses ambientes e plataformas<sup>76</sup>, a circulação de sentidos se tornou muito mais potencializada, sobretudo nos funcionamentos discursivos que tomamos como objeto deste estudo, com efeitos de apologia à memória da Ditadura Civil-Militar brasileira, em função da maior articulação midiática digital nesses espaços ser realizada por grupos vinculados à direita política. Conforme assegura Cortes (2019),

[...] nos últimos anos, temos constatado uma proliferação de sites da internet, especialmente de blogs e páginas nas redes sociais, que consistem em movimentos de militância com um forte apelo e convocação a um suposto retorno à direita (Cortes, 2019, p. 135).

Dessa forma, como já sinalizamos, essas relações e as movimentações estabelecidas a partir das *Jornadas de Junho de 2013* podem também constituir-se como prefiguração do acontecimento enunciativo-discursivo que defendemos neste trabalho. Para pensar assim, nos reportamos a Pêcheux (1990) que, ao discorrer sobre o acontecimento histórico da eleição de

---

<sup>76</sup> Como afirmamos, anteriormente neste trabalho, não desconsideramos a persistência da exclusão digital no Brasil, principalmente da população mais pobre, no entanto, o acesso à *internet* no país tem sido maior ano após ano.

François Mitterand, em 10 de maio de 1981 na França, transmitido em todas as TVs francesas, tratou esse episódio, também, como um acontecimento jornalístico dos meios de comunicação em massa, indicando que as reações, os comentários, as declarações e demais análises sobre esse episódio fizeram trabalhar o acontecimento discursivo “em seu contexto de atualidade e no espaço de memória que ele convoca” (Pêcheux, 1990, p. 19) e reorganiza.

Isso significa que a efervescência geradora de novas discursividades<sup>77</sup> é transparente pelas evidências dos resultados das eleições e da euforia que eles causam, e ao mesmo tempo “profundamente opaco” (Pêcheux, 1990, p. 20). Essa opacidade se refere ao fato de que o acontecimento não começou naquele dia da divulgação dos resultados eleitorais pelas emissoras de TV e da euforia com o enunciado “ganhamos”, mas sim, o confronto discursivo desse acontecimento

[...] tinha começado bem antes do dia 10 de maio, por um imenso trabalho de formulações (retomadas, deslocadas, invertidas, de fato um lado a outro do campo político) tendendo a prefigurar discursivamente o acontecimento, a dar-lhe forma e figura, na esperança de apressar sua vinda... ou de impedi-la; todo esse processo vai continuar, marcado pela novidade do dia 10 de maio. Mas essa novidade não tira a opacidade do acontecimento inscrita no jogo oblíquo de suas denominações: os enunciados (Pêcheux, 1990, p. 20).

Os enunciados, nessas postulações acerca do discurso como acontecimento, apontados por Pêcheux, não necessariamente mantêm relações de paráfrase, mas remetem àquele fato mesmo sem sustentarem os mesmos significados e, como confronto discursivo, instauram o acontecimento (Pêcheux, 1990). Considerando a noção de acontecimento discursivo postulada por Pêcheux (1990), em que o autor afirma que o discurso é estrutura, mas também acontecimento; e que a análise discursiva funciona sob a tensão da descrição e da interpretação; considerando ainda, que, para o autor, o acontecimento é prefigurado discursivamente; e que as discursividades geradas pelos enunciados trabalham o acontecimento, seja “entrecruzando proposições de aparência logicamente estável [...] e formulações irremediavelmente equívocas” (Pêcheux, 1990, p. 28), abrindo-se lugares de interpretação; entendemos, portanto, que os pressupostos teóricos de Pêcheux acerca do acontecimento podem respaldar os nossos gestos de interpretação neste estudo. E, desse modo, afirmar que toda essa conjuntura iniciada pelas jornadas, em 2013, prefigurou o acontecimento da circulação, no meio virtual, de arquivos subterrâneos, que emergiram da mídia convencional para “espaços de escrita e com as

---

<sup>77</sup> Sobretudo que orbitam o enunciado “ganhamos” (*on a gagné*), bradado pelos apoiadores que mais se parece com um grito coletivo numa competição esportiva, o que aí seria, para o autor, uma univocidade lógica.

ferramentas propostas pela internet” adquirindo, assim, “funcionamento específico dos discursos nativos da *internet*” (Paveau, 2021, p. 57). E nesses arquivos está a inscrição do discurso de apologia à Ditadura Civil-Militar, produzindo, desse modo, “acontecimentos enunciativos / discursivos” (Gallo, 2011, p. 255) na *internet*.

Esse acontecimento se instaura diante das condições de produção dessa conjuntura, com a ascensão da nova direita política no Brasil, alavancada pela força das redes sociais da *internet*, que permitem o retorno desses arquivos pela republicação de suas materialidades, as quais tomamos como *corpus* analítico. Além disso, a emergência da direita política no país foi responsável pelo processo de metaforização tanto do discurso militarista quanto do discurso direitista, pela FD militarista-ditatorial em aliança com a FD da direita. Dessa forma, as redes sociais se tornaram o lugar da realização dessa metaforização, num modo particular de circulação dos discursos nas tecnologias digitais. Esse processo de metaforização ocorre sob essas novas condições de produção do digital, não mais nas da TV ou dos jornais impressos da mídia convencional.

Nessa esteira, Dias (2016) aponta

para uma mudança na discursividade do mundo, o que hoje chamo digitalização do mundo, ou seja, práticas de linguagem que tendem à metaforização das relações sociais e das práticas dos sujeitos que, por meio do acesso deslocam o campo da “luta” para uma inscrição na forma digital. Em outros termos, a digitalização do mundo é um processo de historicização dos sentidos que desloca o modo de significação, produzindo uma forma material outra, porque inscreve o dizer, o fazer, as práticas dos sujeitos, em outras condições de produção, afetada por outras instituições, como as corporações do tipo Google ou Microsoft, garantindo o funcionamento da máquina ideológica por meio das relações de poder e de produção-reprodução do trabalho. A digitalização do mundo é essa coisa “en-formada” (ORLANDI, 2012, p. 72) pelo digital (Dias, 2016, p. 10-11).

Paveau (2022) entende os discursos vinculados ao universo digital como nativos da *Web*. Para assim considerá-los, a autora concebe que esses discursos precisam ser elaborados em “dispositivos técnicos (os programas de escritura e de publicação) nos quais a dimensão técnica é constitutiva do discurso, não se reduzindo apenas a um simples suporte” (Paveau, 2022, p. 22). Segundo a autora, os discursos nativos da *Web* são denominados como tecnodiscursos, isto é, o “discurso digital nativo é o conjunto das produções verbais elaboradas on-line, quaisquer que sejam os aparelhos, as interfaces, as plataformas ou as ferramentas da escrita” (Paveau, 2021, p. 28). A autora salienta que os tecnodiscursos são “indissociavelmente linguageiros e técnicos, duas faces que de tão imbricadas não permitem que a materialidade

propriamente linguageira seja extraída das funcionalidades técnicas dos espaços conectados, sem que, com isso, as análises sejam prejudicadas” (Paveau, 2022, p. 20).

Ainda acerca do processo de análise dos tecnodiscursos, Paveau (2021) reitera que é preciso se ater a todas as suas características, o que só é possível, quando se considera não somente a dimensão linguística, mas também a dimensão técnica das formulações discursivas. Vejamos:

Os discursos produzidos on-line possuem características linguísticas, nomeadamente morfográficas, lexicais, discursivas e semióticas em geral, das quais **o corpus teórico da análise de discurso em contexto pré-digital**, baseado em uma concepção tradicional das ciências da linguagem, **não é capaz de considerar**: não está, por exemplo, equipada para dar conta do funcionamento de uma hashtag, para categorizar uma URL, para descrever formas digitais do discurso relatado (tecnodiscurso relatado) ou mesmo para analisar as formas de classificação automática dos enunciados online (através dos buscadores, por exemplo) (Paveau, 2021, p. 57, grifos nossos).

Seguindo essa lógica, é possível considerar os discursos que constituem o *corpus* de nossas análises também como tecnodiscursos, pois eles passam a apresentar “propriedades que os distinguem dos discursos pré-digitais ou não digitais<sup>78</sup> e que devem ser descritas a partir dos universos discursivos digitais” (Paveau, 2022, p. 20), nos quais estão inscritos. Afinal, ainda que a formulação dos discursos que integram o referido *corpus* tenha ocorrido fora da *Web*;<sup>79</sup> e que a circulação tenha se dado, primeiramente, também fora da *Web*;<sup>80</sup> somente a partir de sua inscrição em “dispositivos técnicos” (Paveau, 2022, p. 20) nativos da *Web*, é que eles passam a adquirir propriedades que os distinguem de arquivos não vinculados ao universo digital da *internet*<sup>81</sup>. Ou seja, esses arquivos oriundos das mídias convencionais, ao migrarem para a *internet*, são afetados por essas propriedades do digital, a exemplo do modo peculiar de circulação, como já salientado<sup>82</sup>.

Um desses modos, intrínsecos ao ambiente das redes, é a materialização desses discursos numa língua de vento, noção discutida por Pêcheux (2011) que, por sua vez, entende esta língua como própria do discurso da propaganda e da política, por sua facilidade em espalhar, como um vento, os ditos que nela são materializados. Ao revisitar as considerações

<sup>78</sup> Ou ainda, no caso deste *corpus*, de quando não eram discursos digitais.

<sup>79</sup> Ao considerar que há sentidos que funcionam desde a ditadura (1964-1985).

<sup>80</sup> Considerando que a formulação desses discursos se dá primeiramente na mídia convencional pré-*internet* – jornalística televisiva e impressa – (1990, 2000, 2010 e 2020, temos materialidades datadas de todas essas décadas em nosso *corpus* analítico) e só depois que retornam e são publicados na mídia digital.

<sup>81</sup> O que mostraremos em nossas análises.

<sup>82</sup> Como mostramos em nossas nas análises.

de Pêcheux, Cortes (2022b) pensa essa noção como uma língua de vento digital. De acordo com a autora, o discurso materializado na língua de vento digital projeta sentidos que rapidamente se replicam e se multiplicam pelos aspectos particulares dos ambientes das redes digitais, a exemplo do compartilhamento, o que remete a um redemoinho, nas palavras da autora, produzindo um impetuoso vento digital, intensificando, assim, a circulação desse discurso. Em nosso estudo, o discurso de apologia ao militarismo se espalha na atmosfera das redes numa rajada imponente dessa língua de vento digital, que passa a interpelar ideologicamente os indivíduos internautas que ora se identificam com os saberes da FD militarista-ditatorial, ora os refutam, pela contraidentificação e desidentificação em relação a esse discurso, fazendo com que outros sentidos se instaurem nesse processo discursivo.

Afinal, esses discursos passaram a circular novamente em rede e nas redes; só puderam e só podem ser acessados com facilidade, via *Web*; e só produzem novas discursividades com especificidades próprias do ambiente digital devido às condições de produção/circulação das tecnologias digitais, e assim, conforme o nosso entendimento – respaldado nessas discussões teóricas – houve um **(re)nascimento desses discursos na internet**, em se tratando da quase totalidade do *corpus* tomado para este estudo. Esse renascimento se deu, por exemplo, pela republicação dos vídeos nas plataformas digitais, a exemplo do *YouTube*, fazendo, a partir daí, trabalhar o acontecimento da circulação-confronto dos enunciados discursivos sobre a Ditadura Civil-Militar.

Tal acontecimento instaurou perturbações na memória da democracia brasileira, que ainda estava em desenvolvimento. Entendemos que a memória do discurso da Ditadura Civil-Militar se atualiza sob as especificidades do discurso digital e produz efeitos discursivos e sociais, ao ponto de interferir nas decisões políticas do país, a exemplo do fortalecimento e ascensão da extrema-direita no Brasil<sup>83</sup>. Assim, o discurso e sua memória se atualizam com a republicação das materialidades na *internet*, pois a “natureza do discurso é da ordem do repetível, do já-lá do interdiscurso que funciona sob a forma de fluxo e refluxo, pela memória, no intradiscurso” (Mittmann, 2010, p. 86).

Entendemos, com base nessas reflexões e em nossos gestos de análises, que o funcionamento do acontecimento enunciativo e também do discursivo se instaura e atualiza a memória sob as especificidades e condições do discurso digital, sob a conjuntura política do renascimento da direita, este é um fato histórico que deve ser considerado, pois os *sites* que (re)publicaram as materialidades são declaradamente filiados à FD direitista, a exemplo dos

---

<sup>83</sup> A eleição de Jair Bolsonaro como presidente, em 2018, é um desses efeitos sociais.

canais do *YouTube* que republicaram os vídeos com discursos ditatoriais que analisaremos no próximo capítulo.

Convém ressaltar que a memória da Ditadura Civil-Militar nunca deixou de funcionar historicamente, porém funcionava sob os efeitos da obscuridade. Assim como, no período de redemocratização do país, o discurso da direita política também funcionava sob efeito da penumbra, pois havia um certo constrangimento em propagar ideologias direitistas, tendo em vista uma memória de identificação ideológica da direita ao regime ditatorial vivenciado no país e, assim, ela se mantinha numa “existência sombria, discreta e envergonhada” (Cruz; Kaysel; Cudas, 2015, p. 13). Entretanto, após o fenômeno das *Jornadas de Junho de 2013*<sup>84</sup> – que, a nosso ver, prefigurou discursivamente a ascensão da direita no país –, os discursos em defesa da ideologia direitista proliferaram na *internet* (Cortes, 2019; 2022a) com grande poder de circulação, reatualizando a memória da Ditadura Civil-Militar. Conforme mostraremos nas próximas análises, os canais do *YouTube* e perfis de redes sociais que republicaram essas materialidades com discursos de apologia à ditadura, todos defendem a ideologia da direita política que se filiam à FD militarista-ditatorial.

É na mídia digital que se dá o jogo metafórico do acontecimento discursivo que postulamos aqui. Conforme Orlandi (2021), ao analisar a pandemia de covid-19 como acontecimento discursivo<sup>85</sup>, afirma que o acontecimento instaura e domina as discursividades, pelo efeito da intensa circulação (Orlandi, 2021). A partir do pensamento da autora, podemos afirmar que o movimento de ascensão da nova direita com os discursos de apologia ao militarismo-ditatorial, em intensa circulação nas plataformas de mídia da *internet*, também passou a funcionar com domínio e predominância de discursividades de negação e apagamento da ditadura, com a posição-sujeito, também dominante, de defesa ao regime militar, sendo este discursivizado como um período de prosperidade ao país.

Assim, a memória discursiva se atualiza nas redes digitais nos enunciados que compõem o conjunto do *corpus* discursivo que analisamos. Nos ancoramos ainda em Indursky (2019) para realizar esta afirmação, pois a autora salienta que

[...] vozes e sentidos de 1964 ressoam através dele [enunciados analisados]. Trata-se da **atualização da memória discursiva da ditadura militar brasileira**, apresentando-se na forma de um discurso transversal que

<sup>84</sup> Que já discutimos anteriormente nesta seção.

<sup>85</sup> A autora abordou este funcionamento em evento da Abralin, em 2020, e sua fala pode ser conferida no vídeo disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=MjCsJxfiXtg&t=3499s&ab\\_channel=Abralin](https://www.youtube.com/watch?v=MjCsJxfiXtg&t=3499s&ab_channel=Abralin) Acesso em: 20 jul. 2023 e também em ensaio teórico, referenciado no final deste estudo como Orlandi (2021).

materializa o discurso de ódio em nossos dias (Indursky, 2019, p. 31, grifo nosso).

Desse modo, além da atualização da memória, esses discursos também se atualizam, pois não existe discurso sem memória, uma vez que, para Pêcheux (1999), todo discurso é constituído a partir de uma memória e do esquecimento de outros dizeres. Entendemos, conforme o autor, que o processo discursivo que estamos considerando como acontecimento fez deslocar e desregular “os implícitos associados ao sistema de regularização anterior (Pêcheux, 1999, p. 52), isso porque houve uma perturbação na memória discursiva da democracia, dadas as novas condições de produção e de circulação desse discurso sobre as Forças Armadas e o militarismo, na conjuntura da emergência da FD direitista.

Embora a publicação digital dos arquivos subterrâneos mantenha a disputa – já existente – entre duas posições-sujeito no discurso, a saber: uma de apologia à Ditadura Civil-Militar, sendo esta negada, silenciada e ressignificada como uma revolução libertadora do comunismo; e outra posição-sujeito de defesa à democracia e de resistência ao discurso de apologia à Ditadura Civil-Militar, a inscrição desses arquivos na mídia digital, enquanto aparelho de inculcação ideológica de sentidos (Cortes, 2022a), não só potencializa a circulação dos discursos nas redes digitais, como interpela os indivíduos em sujeitos defensores da ideologia da extrema-direita política, a qual impôs efeitos determinantes nas decisões políticas do país, e também produziu efeito de perturbação na memória da democracia brasileira, então em processo de (re)construção.

Portanto, dá-se a atualização da memória discursiva do militarismo como também da memória da direita política nas plataformas digitais da *internet*, sob novas condições de produção específicas desse espaço. Afinal, “todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação” (Pêcheux, 1990, p. 90) de redes de memórias e trajetos sociais.

Conforme Mittmann (2009)

Na produção ou na leitura dos discursos, bem como no gesto de articulação do arquivo, o que funciona é um embate de sentidos, e o que dá sustentação a esses sentidos *é a memória*, como algo pré-existente e exterior, ausente mas presente, funcionando sob a forma de retorno (Mittmann, 2009, p. 7, grifos nossos). [*sic*]

Um dos efeitos sociais mais perceptíveis de todo esse funcionamento se efetua na consolidação do fenômeno do bolsonarismo na política brasileira, que se torna algo muito maior, efeito da ascensão e restabelecimento da direita no país. Afinal, como vimos em nossas

primeiras análises, e ainda mostraremos nas próximas materialidades deste estudo, Jair Bolsonaro atuou no cenário político brasileiro, sendo eleito para cargos de vereador<sup>86</sup> e deputado federal por quase três décadas, até se tornar candidato à presidência e vencer as eleições de 2018. No entanto, o bolsonarismo como fenômeno político só se origina a partir da conexão da imagem do então deputado e candidato à presidência com os ideais proeminentes que surgiram com o discurso de direita, que só se tornou mais evidente a partir de 2016; e, ainda, pela inscrição desse discurso na mídia digital, com amplo uso dessa mídia como aparelho de propaganda para essa ideologia. Conforme analisado em trabalho anterior (Aguilar-Santos, 2020), foi pelas redes sociais, inclusive, que o político Bolsonaro alcançou uma massiva parcela de potenciais eleitores espalhados pelo território nacional e, também, pela sua intensa inclinação à direita política que reemergia socialmente.

Conforme Luz (2022),

Essa vanglória direitista, relativamente recente no cenário político brasileiro pós-redemocratização, é um fenômeno anterior e constitutivo do bolsonarismo. Como o decorrer do tempo revelou, parte expressiva da teia de significados que constituem a *persona* bolsonarista foi forjada na simbiose entre os movimentos de direita que ganharam força no Brasil a partir de 2014. Tendo como um dos principais elementos retóricos a luta contra a corrupção, os protestos que pediam pelo *impeachment* da ex-Presidenta Dilma Rousseff (2015 e 2016) tiveram entre seus organizadores diferentes grupos, os quais, se opondo obstinadamente contra o Partido dos Trabalhadores, serviram como um importante agregador de descontentes (Luz, 2022, p. 128).

Nessa perspectiva, concordamos com o que Luz (2022) conclui acerca do fenômeno do bolsonarismo, associado à ascensão da direita. A autora assegura que o bolsonarismo aproveitou a lacuna criada pelo crescente descrédito na capacidade do Estado em solucionar as questões mais evidentes da sociedade brasileira, conforme percebidas pelo público, como a violência e a corrupção na classe política, para se instalar. Ao resgatar um passado que seria considerado um modelo para sua administração no “resgate do Brasil”, o movimento idealizou uma visão do país durante a Ditadura Civil-Militar. Nessa idealização, esse período é discursivizado como uma era de prosperidade econômica, soberania nacional, alto padrão moral na política e segurança nas ruas, elementos amplamente presentes no discurso bolsonarista.

---

<sup>86</sup> Jair Bolsonaro iniciou sua carreira na política como vereador na cidade do Rio de Janeiro, em 1988, e desde então sempre foi eleito. Posteriormente, já para o cargo de deputado federal, por seis mandatos sucessivos, até ser eleito para presidência do país em 2018. A primeira eleição perdida por Bolsonaro, desde que entrou para a política, foi a de reeleição para presidente em 2022.

Nesse sentido, tendo em vista a iminente passagem para nossa próxima materialidade de análise, cabe retomar o trabalho anterior, no que concerne aos funcionamentos discursivos estabelecidos para as redes sociais, pois o dinamismo dos discursos e posicionamentos ideológicos pode manifestar-se de diversas maneiras nas redes sociais. Nesse contexto, a produção e circulação dos sentidos ocorrem de maneira rápida, facilitando a multiplicação de postagens e de efeitos de sentido que instauram tanto paráfrases quanto polissemias (Aguiar-Santos, 2020), conforme veremos na seção seguinte, que materializa o discurso objeto deste estudo em outras plataformas digitais, oriundos de antigas mídias também impressas, como mostramos neste recorte.

### **3.3 A ideologia militarista no pós-ditadura: de furtiva e despercebida no jornal à exposta e bradada na rede social**

#### *Recorte Analítico 2*

Dando continuidade à análise de materialidades discursivas do **Bloco I**, selecionamos outra publicação impressa da década de 1990 para tecer nossos gestos de leitura discursiva, trata-se de mais uma entrevista do então deputado federal Jair Bolsonaro, concedida, dessa vez, ao jornal brasileiro *O Estado de Minas*, em dezembro de 1998<sup>87</sup>. Essa entrevista foi republicada em edição *on-line* do jornal, em 2018, e no perfil da rede social *Facebook* deste mesmo veículo midiático. O conjunto dos enunciados que foram extraídos dessa entrevista forma o *Recorte Analítico 2* deste capítulo, constituído pela SD10, em sua primeira parte<sup>88</sup>, e pelas SDs 11-15, na segunda segmentação da análise.

Sendo assim, nossas análises neste procedimento verificam o funcionamento da memória discursiva militarista, no processo de interpelação ideológica dos indivíduos que se inscrevem como sujeitos no discurso analisado, sob as relações do interdiscurso com o intradiscurso, lugar da atualização de uma memória por meio de uma nova textualização.

Cabe salientar que quando foi publicada a entrevista que constitui a SD10, o Brasil estava há dez anos sob uma nova e democrática constituição, a Constituição Federal de 1988,

---

<sup>87</sup> Disponível em: <https://link.reportagemestadodeminas>. Acesso em: 30 jun. 2021. Este *link* foi encurtado pela ferramenta de edição de *hyperlink* do editor *Word*, sendo possível seu acesso somente pelo clique, e não por *Ctrl-C* e *Ctrl-V*. Outros *links* neste trabalho também apresentam essa característica, como forma de melhor diagramar esta tese.

<sup>88</sup> Por ser uma reportagem extensa, a primeira parte do recorte analítico desta seção abarca apenas esta SD (10), que além de materializada em seu formato original, numa foto do jornal impresso, também tem trechos transcritos, no formato de citação, para facilitar o processo de análise.

que estabelecia a democracia participativa nos procedimentos de tomada de decisão e de controle do exercício do poder, conforme já abordado neste trabalho.

Nesse sentido, funcionava pela transparência da linguagem, e pelas circunstâncias sócio-históricas desse momento, um domínio de memória que estabilizava os sentidos de regime militar como um acontecimento passado, que deveria ser repudiado, por ter sido um governo ditatorial, que fora derrubado após luta intensa dos cidadãos pelo fim da ditadura implementada naquele período precedente (1964-1985), isto é, uma memória discursiva da democracia. O país caminhava em um processo de consolidação democrática, com eleições presidenciais sendo realizadas a cada quatro anos, e com suas instituições em funcionamento, havendo, assim, uma aparente relação equilibrada entre os três poderes, executivo, legislativo e judiciário.

Entretanto, os sentidos estão na opacidade da linguagem e não em sua transparência. Vejamos as sequências discursivas do nosso segundo recorte, iniciando com a SD10.

### Sequência Discursiva 10

#### SD10

Figura 14 - Entrevista do jornal *Estado de Minas* com Jair Bolsonaro (1998)



Fonte: Facebook (2018)<sup>89</sup>

<sup>89</sup> Disponível em: <https://link.SD10>. Acesso em: 11 jun. 2021.

A publicação dessa entrevista ocorreu no jornal *Estado de Minas*, em dezembro de 1998, exatos trinta anos depois da promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), que, como já discutido nesta tese, inaugurou o período de maior rigidez do regime ditatorial. Essa norma estabeleceu prerrogativas que ampliavam legalmente o poder do governo militar de perseguição aos opositores do regime, basicamente dava jurisprudência à consolidação do autoritarismo e à intimidação de qualquer tentativa de oposição no país, ampliando a repressão a centenas de pessoas que eram contrárias às premissas ditatoriais do regime, embora tudo isso já acontecesse até então, ainda que “ilegalmente”. Dentre as medidas de maior impacto do AI-5 estão o fechamento do Congresso Nacional, a cassação de mandatos e prisão de políticos de oposição, a aposentadoria compulsória de profissionais, como professores universitários, e a instituição de interventores para governar estados e municípios, entre outras<sup>90</sup>.

No momento da entrevista materializada na SD10, o Brasil passava por um momento de superação dos transtornos enfrentados durante a ditadura e estava sob os efeitos da euforia do recente processo de redemocratização, que vinha desde o ano de 1985, com a transição da ditadura para o regime democrático.

Na entrevista em 1998, o jornalista do *Estado de Minas*, tendo em vista o trigésimo aniversário do AI-5, pergunta ao então deputado Jair Bolsonaro se o Brasil estaria melhor, caso não tivesse passado pela promulgação dessa Lei (SD10). Ao responder: **“O que eu acho é que uma reedição do AI-5 seria até bem-vinda agora para cassar os políticos corruptos”** (SD10, grifo nosso), funciona no discurso enunciado pelo entrevistado, determinações da ideologia autoritária, ditatorial, pois o deputado se identifica com a formação discursiva militarista, e assim ocupa uma posição-sujeito de defesa da Ditadura Civil-Militar e do AI-5, sendo o AI-5, uma lei intransigente, discursivizado com sentidos positivos, como o de combate à corrupção.

No entanto, no discurso enunciado pelo deputado, no qual inscreve o efeito de que é necessária uma nova edição do AI-5, os sentidos da memória para a significação histórica do AI-5 são silenciados, a exemplo da cassação e subtração de direitos, das prisões e torturas, do terror e das perseguições legalizados com sua implementação etc., e esse discurso também apaga a luta contra a repressão provocada pelo ato institucional, justamente, por ter dado poderes totalitários aos presidentes militares<sup>91</sup>, visando perseguir e coagir quem resistisse à ditadura.

---

<sup>90</sup> O AI-5 vigorou por dez anos, sendo revogado apenas por uma emenda assinada pelo presidente Ernesto Geisel em 13 de outubro de 1978.

<sup>91</sup> Iniciando pelo governo de Arthur Costa e Silva e indo até o de Ernesto Geisel.

Dessa maneira, quando o significante “**AI-5**” é inscrito na FD da democracia, ele se filia ao domínio da memória discursiva sobre a Ditadura Civil-Militar, atualiza a memória de um regime antidemocrático e retoma pré-construídos - “aquilo que todo mundo sabe” (Pêcheux, 1997, p. 171) – de ameaça, medo e terror. Todavia quando esse mesmo significante “**AI-5**” é inscrito na FD da Ditadura Civil-Militar, ele silencia a história e produz sentidos de combate à corrupção, como observamos na formulação: “[...] **para cassar os políticos corruptos**” (SD10). Podemos perceber a movimentação dos sentidos para AI-5, que mudam de acordo com a FD na qual ele é atrelado na enunciação.

O funcionamento do discurso realiza-se pelo trabalho da memória, que organiza os dizeres do passado que podem ser repetidos e lembrados, no entanto, a memória também é constituída pelo esquecimento e, do mesmo modo, ela delibera aquilo que deve ser apagado e silenciado nos processos discursivos. Portanto, ao retomar o termo AI-5 no discurso, temos uma disputa de sentidos, já que na FD democrática, instaura-se um efeito da memória que restabelece os “implícitos” (Pêcheux, 1999, p. 52), que remetem a todos os transtornos causados durante a vigência dessa lei na ditadura militar brasileira, a exemplo das expatriações de políticos de oposição, intelectuais e artistas, as torturas, prisões, mortes etc. Entretanto, a FD da ditadura determina o que pode e deve ser dito sobre AI-5, e assim instaura-se o silenciamento de sentidos (Orlandi, 2012) em relação a esse ato institucional.

Dando continuidade ao processo analítico, temos a sequência da resposta do deputado entrevistado: “**O Brasil está mergulhado em corrupção. Olha este governo: não pune nenhum ministro envolvido em falcatrua**” (SD10). Nessa fala, o deputado menciona que devido à corrupção e à impunidade, se faz necessário um novo AI-5 para cassar os políticos que cometem esse crime, mas não são punidos. Nesse discurso vemos funcionar, para AI-5, sentidos de que esse ato se trata de uma lei necessária, benéfica, são efeitos de sentido de idoneidade, retidão e assim, mais uma vez, apagam-se todos os sentidos de degradação à condição humana inscritos no interdiscurso dessa norma ditatorial. Desse modo, o discurso que defende a reedição do AI-5 funciona com sentidos antidemocráticos e inconstitucionais, pois lembrando o que diz Pêcheux (1995, p. 160) “[...] as palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam [...]”. Vemos esse funcionamento aqui, já que os sentidos para AI-5 mudam conforme a sua inscrição na FD militarista ou na FD democrática.

E a disputa de sentidos segue na SD10; de um lado o entrevistador assume a posição-sujeito de resgate da memória da ditadura (Indursky, 2015); de outro, o discurso enunciado pelo

então deputado Jair Bolsonaro (SD10) visa a repetição, a estabilização dos sentidos que negam a ditadura.

Vejamos a transcrição da continuidade da entrevista:

**EM - Mas o AI-5 chegou a fechar o Congresso do qual o senhor faz parte.**  
**JB - E daí? [...]** O Congresso está relativamente fechado. O governo consegue aprovar 99% das coisas que ele quer. Só temos Legislativo para dizer que há democracia (Corrêa, 1998, *online/SD10*).

O deputado embora fale a partir do lugar social de político e parlamentar, eleito democraticamente, ocupa uma posição-sujeito de militar antidemocrático, pois defende um novo fechamento do Congresso do qual faz parte, por uma reedição do AI-5, e assim silencia os sentidos da ditadura e de suas mazelas, sendo esse período discursivizado como um bom tempo para o país, com avanços tecnológicos e desenvolvimento. Além disso, ao dizer que o **“Congresso está relativamente fechado”** (SD10), o deputado discursiviza que a atuação dos parlamentares não ocorre como deveria, o que faz funcionar um sentido de irrelevância da Câmara dos Deputados no estado democrático, por sua vez constituído pela harmonia entre os três poderes. Pois se **“O governo consegue aprovar 99% das coisas que ele quer”** (SD10), sem qualquer oposição dos parlamentares, funciona um efeito de sentido de que o Poder Executivo exerce um papel totalitário e não existe democracia, efeito que se confirma nesta formulação: **“Só temos Legislativo para dizer que há democracia”** (SD10). Nessa formulação, o legislativo é de fachada, de mentira.

**EM - Se o senhor descrê tanto no Legislativo, por que tentou seu terceiro mandato?**

**JB -** Para ter menos um picareta aqui. não negocio um voto aqui dentro. Faço a minha parte. Fui reeleito deputado federal com 103 mil votos, praticamente sem gastar (Corrêa, 1998, *online/SD10*). [*sic*]

Com base na resposta dada, o *Estado de Minas* questiona a descrença discursivizada pelo entrevistado em relação ao Poder Legislativo, fundamentando sua argumentação na referência à sucessão de mandatos que o deputado tem na Câmara Federal, no que o parlamentar responde que se reelege, consecutivamente, para que não haja **“[...] um picareta”** (SD10) a mais no Congresso. Ao continuar sua resposta, Jair Bolsonaro discursiviza sentidos de honestidade e cuidado quanto ao uso do dinheiro público, pelos efeitos instaurados nos dizeres que enuncia, afirmando que não negocia votos parlamentares em troca de benefícios pessoais, além do enaltecimento da ampla votação eleitoral que tem do povo, segundo ele, sem investir

grandes montantes em dinheiro nas campanhas: **“Fui reeleito deputado federal com 103 mil votos, praticamente sem gastar”** (SD10).

Nessa entrevista, os sentidos de combate à corrupção e de irrelevância do Congresso são repetidos no discurso inscrito na fala do deputado, quando ele afirma que a reedição do AI-5 precisa ocorrer após os trinta anos da primeira e, por isso, esse discurso produz sentidos antidemocráticos, pois o Congresso Nacional é discursivizado como desnecessário e defende-se que tempo bom era o da ditadura. Vejamos:

**EM - Então o regime militar foi melhor para o País?**

JB - Nos 20 anos de regime militar, criamos estatais, construímos hidrelétricas, cuidamos da energia... Fizemos um punhado de coisas que este governo torrou com a privatização. E torrou barato, porque vendeu para grupos de amigos (Corrêa, 1998, *online*/SD10).

Vemos funcionar para o período de regime militar sentidos de que houve notável progresso no país, a tal ponto que toda a infraestrutura alcançada pelas obras realizadas durante aquele momento seja suficiente para silenciar as adversidades provocadas pelas Forças Armadas contra seus opositores. E ainda funcionam sentidos de que o governo democrático prejudica o país ao privatizar estatais que foram construídas pelos militares, vendendo-as a preço baixo: **“[...] este governo torrou com a privatização”** (SD10), nesse discurso funciona um efeito de transparência de oposição ao liberalismo econômico, no entanto, o posicionamento do deputado é de defesa do regime militar ditatorial, um sentido sempre dominante no discurso.

Para fecharmos a análise da SD10, vejamos o último diálogo da entrevista: **“EM: “Mas o regime foi o responsável pelas torturas, prisões, mortes... J. Bolsonaro: “Isso não é nada. No máximo 300 pessoas desapareceram ou morreram. Eram uns vagabundos que assaltavam banco. Queriam o quê? Tratamento a pão-de-ló? [...]”** (SD10). [*sic*] Ao confrontar o entrevistado com os pré-construídos inscritos no interdiscurso do regime militar, o *Estado de Minas* cita as torturas, prisões e mortes provocadas sobretudo, a partir da promulgação do AI-5, mas o deputado se identifica com os saberes da FD militarista e, assim, insiste com a posição-sujeito de defesa do AI-5; as mortes e torturas são discursivizadas como *nada*: **“Isso não é nada”** (SD10). Nesse discurso, os opositores que lutaram contra a ditadura também são construídos discursivamente como sujeitos “vagabundos” e “assaltantes” e por isso “mereciam” tal destino.

Orlandi (2012) entende que a base constitutiva dos sentidos está na tensão que se estabelece entre os processos parafrástico e polissêmico. Para a autora, dessa tensão decorrem diferentes movimentos que podem ser “contrários, contraditórios, divergentes, partindo em

diferentes direções [...]” (Orlandi, 2012, p. 12). Essa fuga dos sentidos, para a autora, está no efeito da ideologia, do silêncio, no funcionamento do interdiscurso. Na formulação que analisamos, entendemos que os sentidos escapam, com os transtornos da ditadura sendo silenciados e negados no discurso enunciado pelo deputado.

Orlandi não toma o termo fuga em sua concepção advinda do senso comum, mas sim em seu sentido musical, isto é, uma forma complexa, segundo a autora, de composição polifônica, com base em um mesmo tema que é apresentado de *várias formas* (Orlandi, 2012). A autora esclarece que diante da nossa formação social, quando nos deparamos com um enunciado em que funciona uma ambiguidade interpretativa, ambos sentidos são possíveis e ainda “Convivem, se pressionam” (Orlandi, 2012, p. 12), isto é, existem distintas formações discursivas em movimento naquela formulação e a ideologia torna-se prática social, uma práxis, e se projeta nessas formações discursivas com tensões, deslocamentos dos sentidos, como podemos observar no funcionamento discursivo desse excerto da SD10.

Convém, para esta análise, discorrer acerca do funcionamento dos conceitos propostos por Orlandi (2007a) de silêncio e silenciamento. A autora determina o silenciamento como fundamental para a movência dos sentidos e no posicionamento dos sujeitos no discurso, e propõe também outro tipo de silenciamento, que se caracteriza como censura. Nesse aspecto, Orlandi (2007a) ainda distingue a política do silêncio fragmentada sob entendimento de silêncio constitutivo e silêncio local, apontando que

O silêncio constitutivo indica que para dizer é preciso não dizer, e que é a inserção dos sujeitos discursivos nas formações discursivas historicamente determinadas que dão sentidos ao dizer. Ao dizer algo, apagamos outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada. É esse silêncio constitutivo que trabalha os limites e a constituição das formações discursivas (regiões de sentidos), determinando os limites do dizer. Isso mostra que o dizer e o silenciamento são inseparáveis. Se no silêncio constitutivo os sentidos são formados pela inserção do sujeito em determinadas formações discursivas, no silêncio local o sujeito é impedido pela censura de dizer o que pode ser dito, produzindo um enfraquecimento de sentidos. A censura, produzindo efeitos de falar e silenciar, tem materialidade linguística e histórica (Orlandi, 1995, p. 149).

A prática discursiva do silenciamento visa apagar ou ocultar determinadas vozes, pontos de vista ou discursos que são considerados indesejados ou deslegitimados. Na formulação: **“Isso não é nada”** (SD10), o silenciamento nessa ótica torna-se uma forma de dominação e exclusão, sentidos determinados pela FD militarista-ditatorial, que apresenta a morte e a tortura da ditadura como nada, suprimindo esses sentidos. Portanto, aqui podemos perceber o

funcionamento do que Orlandi (2003) denominou de silêncio constitutivo, pois os ditos sobre as mortes e torturas da ditadura, discursivizadas como “nada”, silenciam os abusos cometidos pela promulgação do AI-5.

A entrevista aqui analisada também materializa o contradiscurso, pois o entrevistador do *Estado de Minas* ocupa uma posição-sujeito contrária ao retorno do AI-5, e assim, o discurso materializado nessa formulação filia-se à FD da democracia, instaurando sentidos de resistência à FD militarista-ditatorial, que defende a volta do AI-5.

Desse modo, a posição-sujeito ocupada pelo jornal e filiada à FD democrática, instaura uma desregulação dos sentidos na memória do discurso militarista e produz a equívocidade da língua no dito AI-5, contesta e perturba os implícitos, pelo efeito polissêmico. O contradiscurso do jornal questiona os sentidos silenciados pela ideologia da FD militarista-ditatorial. Esse movimento de contestação, com outra posição-sujeito, inscreve sentidos para o AI-5 como uma legislação autoritária, que retirou direitos e debelou os resquícios da democracia que a ditadura ainda procurava manter até ali, uma vez que, a partir do decreto do AI-5, os efeitos de uma democracia simulada, que o regime ditatorial buscava impor, foram aniquilados.

A seguir, daremos continuidade à análise do terceiro recorte, a partir dessas novas condições de produção. Para formular este recorte, consideramos a republicação dessa matéria no espaço midiático digital, bem como os comentários inscritos na rede social *Facebook* referentes à essa postagem.

### *Sequências Discursivas de 11 a 15*

Vinte anos depois, em 2018, o discurso inscrito na entrevista se repete, migrando do jornal impresso, de circulação regional – um arquivo subterrâneo da mídia – para o *site* e redes sociais desse mesmo veículo de imprensa, produzindo agora outras discursividades, outros sentidos, o que não aconteceu em 1998, a exemplo da repercussão nacional, sob as condições de produção estritas do digital, e também sob as condições de produção, em seu sentido lato, no contexto político-histórico do momento dessa republicação, com Jair Bolsonaro, enunciador nesse discurso, em destaque pela sua campanha e eleição à presidência, conforme já discutimos no recorte anterior, condições que ampliaram muito mais a circulação dos discursos e assim produziram outros efeitos. Para esta análise, estamos considerando a republicação da entrevista no espaço midiático digital, conforme figura 15.

Figura 15 - Republicação da entrevista com Jair Bolsonaro, em formato digital (2018)



Fonte: Facebook (2018)<sup>92</sup>

Observemos no esquema, a seguir, como se movimentou esta materialidade dos arquivos subterrâneos da mídia impressa convencional para os espaços próprios da *internet*, renascendo como um tecnodiscurso da mídia digital.

Figura 16 - A movimentação do arquivo do *Estado de Minas*



Fonte: Esquema elaborado pela autora (2023).

<sup>92</sup> Disponível em: <https://link.facebook.estadodeminas> Acesso em: jun. 2022.

Ao considerar as condições de produção estritas de emersão desse arquivo e, especialmente, de circulação dos discursos no ambiente digital, cabe salientar que neste espaço, sempre haverá embates de sentidos, com regularização e equívocos e, portanto, as análises das discursividades são realizadas a partir de “[...] um ritual aberto a falhas e brechas, que supõe, não um sentido único, cristalizado, mas permite deslizamentos e diversos efeitos de sentidos” (Cortes, 2015, p. 181).

Desse modo, nesta materialidade discursiva, além do jornal *Estado de Minas* ocupar uma posição sujeito filiada à FD da democracia, ainda na primeira edição da entrevista, alguns dos seguidores da página do *Estado de Minas* no *Facebook*, de onde extraímos a materialidade analítica das sequências discursivas que analisaremos a diante, ao serem interpelados ideologicamente, se identificam com os saberes que repudiam o discurso militarista e ditatorial, produzindo mais gestos de resistência a esse discurso, em sua atualização, no ano de 2018.

Entretanto, temos também posições-sujeito antidemocráticas compactuando com os dizeres da formação discursiva militarista-ditatorial, que defende o AI-5 e relativiza a importância da democracia. Vejamos essas distintas configurações de sentidos, a partir das SDs 11-15, que correspondem à segunda parte analítica deste recorte. Essas SDs foram coletadas da rede social *Facebook*, na qual há a possibilidade de “[...] interlocuções constantes entre os internautas na seção de comentários das páginas [...], graças à tecnologia Web 2.0 e Web 3.0 que a mídia digital proporciona, como espaço específico de produção-circulação dessas materialidades discursivas” (Batista, 2019, p. 36-37).

Dessa forma, quando o *Estado de Minas* (re)publica em 2018 a entrevista original de 1998, em sua página da rede social, ocorre o entrecruzamento do discurso da mídia convencional – o jornal impresso – com o discurso da mídia jornalística digital – a página no *Facebook* e o próprio *site* da instituição – produzindo tanto o acontecimento jornalístico (Dela-Silva, 2016), como o acontecimento histórico e o discursivo.

Dela-Silva (2011) define o acontecimento jornalístico da seguinte forma:

Por acontecimento jornalístico, compreende-se, assim, um fato selecionado dentre os diversos que ocorrem em um dado período, considerado de interesse público, e que, por isso, passa a ocupar as edições diárias dos noticiários impressos ou eletrônicos. [...] um acontecimento enquanto um fato que se inscreve na história do dia-a-dia, que o jornal e os jornalistas propõem a escrever (Dela-Silva, 2011, p. 291). [sic]

O acontecimento jornalístico é uma noção intimamente ligada às práticas jornalísticas e “consiste em um discurso, [...] que enquanto tal, se dá no encontro de uma atualidade com uma

memória, no encontro de um eixo da formulação do dizer com aquele da sua constituição, que lhe assegura sentidos” (Dela-Silva, 2016, p. 263). Todavia é também um acontecimento histórico, como entende Le Goff (1992) e, principalmente, um acontecimento discursivo.

Conforme distinguimos anteriormente, quando ocorre um acontecimento empírico, como um fato histórico, pode-se produzir discursividades. Isso acontece nessa materialidade, devido à relação tecnológica entre as duas formas de comunicação, dadas pela rememoração da reportagem antiga em seu aniversário de vinte anos da primeira formulação/publicação. Além de uma movimentação da materialidade do jornal impresso para o *site* e a rede social do mesmo jornal, agora digital. Nessa esteira, Guilhaumou & Maldidier (2016) postulam que

O acontecimento discursivo não se confunde nem com a notícia, nem com o fato designado pelo poder, nem mesmo, às vezes com o acontecimento construído pelo historiador. Ele é apreendido na consistência dos enunciados que formam uma rede em um momento dado (Guilhaumou; Maldidier, 2016, p. 118).

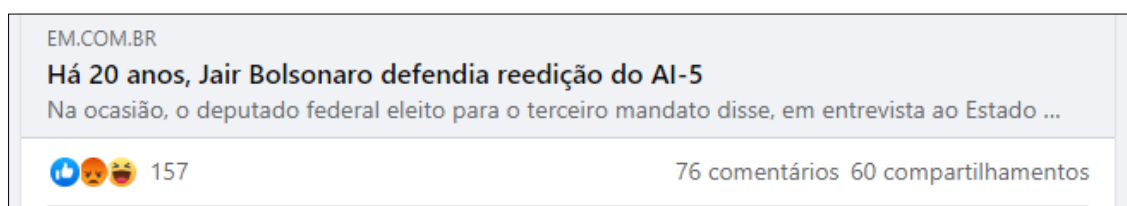
Portanto, o que importa é a consequência do acontecimento empírico, histórico, que em nossa análise se dá nessa movimentação dos arquivos de uma mídia para outra, do passado para o presente, e quais as discursividades que podem funcionar a partir disso, a exemplo da perturbação da estabilidade da memória discursiva da democracia que estava em consolidação naquela conjuntura e das condições de produção em que o discurso que analisamos foi formulado no passado, e das novas circunstâncias sócio-históricas que a estrutura social brasileira está configurada no presente. Esse processo permitiu o encontro da memória de apologia à Ditadura Civil-Militar de 1964 com a atualidade, em uma nova textualidade, bem como, com novas discursividades, nas quais o discurso será trabalhado nessas dadas condições, isto é, configura-se, portanto, o acontecimento discursivo (Pêcheux, 1990).

Explicitando essas condições, apontamos que até a data da coleta da materialidade, somavam-se mais de 150 curtidas, 60 compartilhamentos e mais de 70 comentários na referida postagem, conforme mostra a figura 17<sup>93</sup>.

---


<sup>93</sup> A coleta foi realizada em junho de 2022.

**Figura 17 - Dados da publicação**






Fonte: *Facebook* (2018).

Os gestos de curtir também se dividem de acordo com as opções de reação dadas pela plataforma, por meio dos botões de emoções. De acordo com Batista (2019),

Inicialmente, nas publicações de itens no Facebook, havia apenas um botão com a opção de “curtir”. Esse gesto sinaliza que um leitor gostou de uma publicação (equivale a “like” da versão em inglês). No ano de 2016, foram acrescentados cinco novos botões como opções de reação a uma postagem e ficou assim: com uma opção de  (Batista, 2019, p. 22)<sup>94</sup>.

A fim de detalhar melhor essas reações, convém retomar trabalho anterior, o qual destacamos, que

Nas relações de interatividade do *Facebook*, é possível, por exemplo, reagir a uma publicação ou comentário, apenas com o botão “Curtir”, que, de modo geral, identifica que o indivíduo internauta gostou da postagem ou de um comentário, [...]. Há também [...] o botão “Amei”, que equivale a concordar ou gostar muito daquela postagem. Quando a publicação é humorística ou engraçada, utiliza-se o botão “Haha”, que corresponde a uma gargalhada. [...] existe também o botão de “Uau”, que equivale a se impressionar com o que foi publicado, [...] Quando o assunto da publicação ou comentário daquele que interagiu é de infelicidade ou consternação, [...] é acionada a reação “Triste”. Para finalizar, [...] é possível também discordar da postagem com o botão de “Grr”, que equivale à raiva. [...] Para a AD, essas ferramentas de interação funcionam discursivamente, pois são gestos de interpretação que produzem distintos efeitos-sentido e, por meio deles, diferentes posições-sujeito são assumidas pelos enunciadores presentes na *web* em geral e na rede social *Facebook* (Aguiar-Santos, 2020, p. 27).

Vemos que na publicação, os gestos de *curtir* são realizados em no mínimo três diferentes reações permitidas pelo *Facebook* (figura 16), quais sejam, “curtir” , “grr”  e “haha” , o que também significa tomada de posições no discurso, sendo que cada uma dessas

<sup>94</sup> À época da pesquisa da autora (2017-2019) ainda não tinha sido colocada a reação de “força” nos botões do *Facebook*, que equivale a prestar solidariedade em uma publicação. Na seguinte ilustração, a terceira reação:



reações representa uma interação diferente do internauta em relação ao conteúdo no qual ele reage, seja gostando (curtir), considerando engraçado (haha) ou condenando aquilo que está publicado (grr). Nessa configuração, podemos entender que nessas relações de interação está instaurada a corpografia digital, conforme postulada por Dias (2016).

Nessa esteira das manifestações discursivas de sentidos e sujeitos, realizadas pelos leitores, internautas, nas redes sociais, Dias (2016) afirma que este conceito

[...] está pautado não na representação da língua, mas no simulacro da língua, pensando a escrita na Internet, e propõe em seus traços uma forma corpográfica do pensamento. Isso porque pretende descrever o modo como o corpo se inscreve materialmente na língua, pela composição do impossível do corpo e do impossível da língua. O impossível é, portanto, o lugar de encontro entre língua e corpo, no qual ancoo a concepção de corpografia, tomando a língua como simulacro do corpo e não apenas como representação do pensamento (Dias, 2016, p. 12).

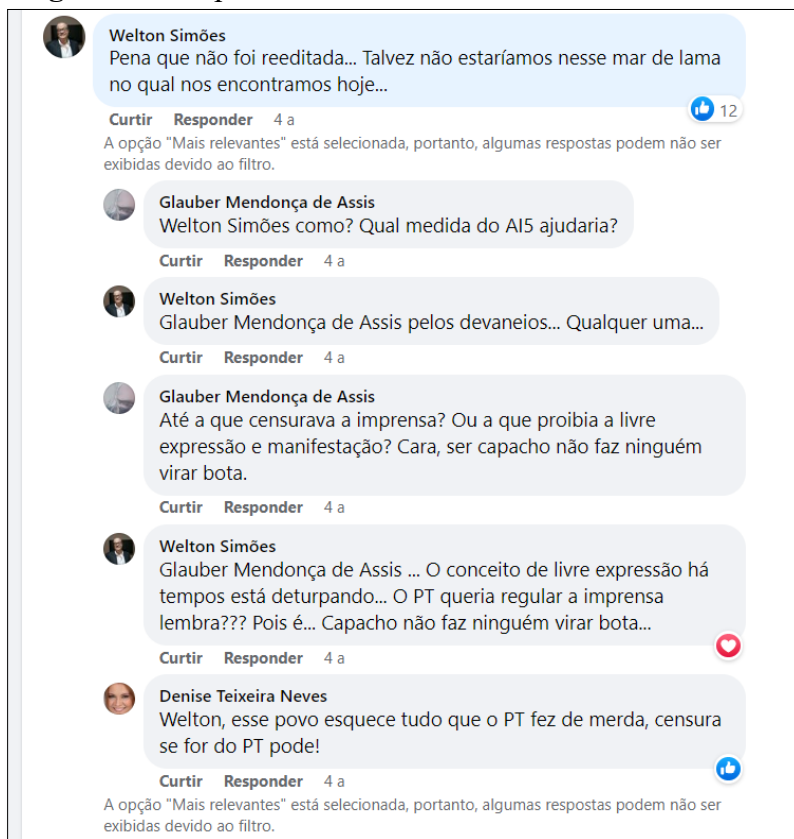
Pereira, P. & Cortes (2020) asseguram que a corpografia também se configura pelos “gestos de retomadas, atualizações, curtidas e compartilhamentos movimentam as discursividades em/na rede e instauram tanto a estabilização quanto as rupturas nas teias interdiscursivas” (Pereira, P.; Cortes, 2020, p. 257).

Ainda considerando as especificidades da rede social *Facebook*, que atravessam as condições de produção e circulação do discurso inscrito no ambiente digital, cabe destacar que é “[...] possível, para o inscrito no *Facebook*, publicar imagens, textos, vídeos e comentários curtos de sua autoria” (Aguiar-Santos, 2020, p. 26), e “[...] o compartilhamento de publicações, a exemplo de imagens, vídeos, textos e outras materialidades [...]” (Batista, 2019, p. 22), ou seja, tanto podem ser criadas novas textualidades por novos conteúdos, como fez o *Estado de Minas* ao republicar a reportagem com a entrevista, quanto pode-se reagir diante dos conteúdos já criados, como fazem os usuários que curtem, comentam e compartilham na postagem do *Facebook*. Pereira, A. & Cortes (2023) ressaltam ainda que

No espaço digital, os internautas também se inscrevem, enquanto sujeitos, por meio dos comentários, através de diferentes formas próprias do meio digital, tais como ícones e curtidas; as quais, de acordo com Dias (2016), consistem em uma inscrição corpográfica (Pereira, A.; Cortes, 2023, p. 163).

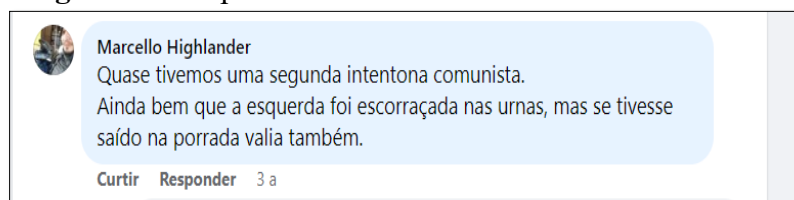
Feitas as discussões necessárias quanto à singularidade do *Facebook*, enquanto espaço digital de circulação de discursividades, retomemos o processo de análise. Vejamos as SDs 11-15:

SD11

**Figura 18 - Captura de tela de comentários sobre a entrevista**

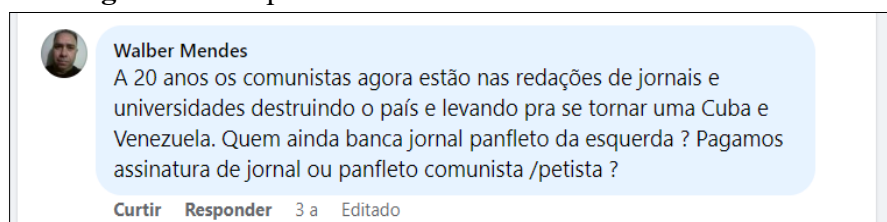
Fonte: Facebook (2018).

SD12

**Figura 19 - Captura de tela de comentário sobre a entrevista**

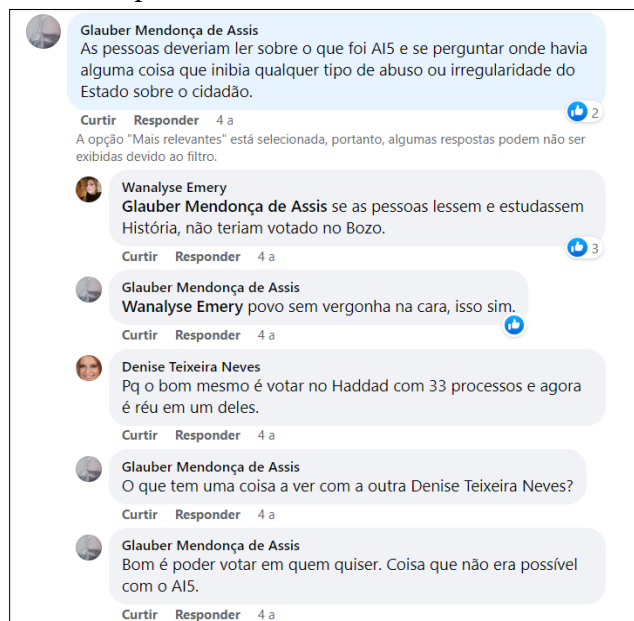
Fonte: Facebook (2018).

SD13

**Figura 20 - Captura de tela de comentário sobre a entrevista**

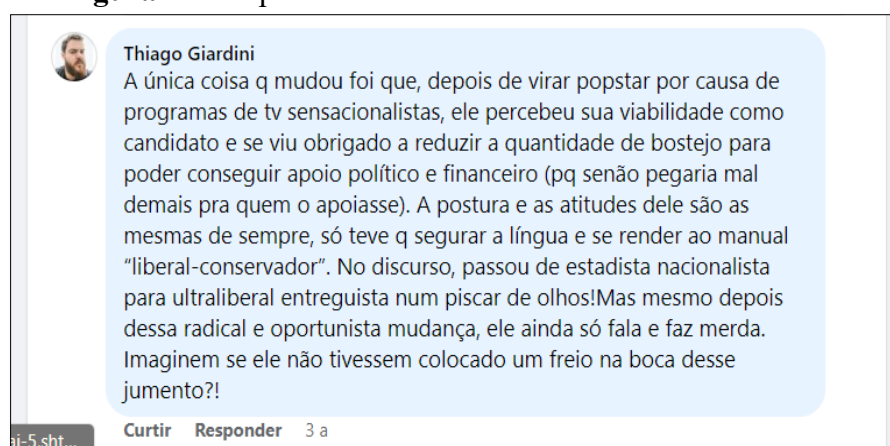
Fonte: Facebook (2018).

SD14

**Figura 21 - Captura de tela de comentários sobre a entrevista**

Fonte: Facebook (2018).

SD15

**Figura 22 - Captura de tela de comentário sobre a entrevista<sup>95</sup>**

Fonte: Facebook – 2018.

Pelo critério da regularidade discursiva, selecionamos para compor a SD11, alguns dos comentários dos internautas e tecemos nossos gestos de interpretação.

<sup>95</sup> Todos esses comentários printados foram feitos em 12 de dezembro de 2018. Disponíveis em: <https://link.SD11>; <https://link.SD12>; <https://link.SD13>; <https://link.SD14>; <https://link.SD15>. Acesso em: jun. 2022.

**Quadro 2** - Transcrição do bloco de comentários que compõem a SD11<sup>96</sup>

<b>C1 - Welton Simões</b> Pena que não foi reeditada... Talvez não estaríamos nesse mar de lama no qual nos encontramos hoje...
<b>C2 - Glauber Mendonça de Assis</b> Welton Simões como? Qual medida do AI5 ajudaria?
<b>C3 - Welton Simões</b> Glauber Mendonça de Assis pelos devaneios... Qualquer uma...
<b>C4 - Glauber Mendonça de Assis</b> Até a que censurava a imprensa? Ou a que proibia a livre expressão e manifestação? Cara, ser capacho não faz ninguém virar bota.
<b>C5 - Welton Simões</b> Glauber Mendonça de Assis ... O conceito de livre expressão há tempos está deturpando... O PT queria regular a imprensa lembra??? Pois é... Capacho não faz ninguém virar bota...
<b>C6 - Denise Teixeira Neves</b> Welton, esse povo esquece tudo que o PT fez de merda, censura se for do PT pode!

Elaboração própria (2023).

Na sequência de comentários que configuram a SD11, temos um intenso jogo de forças da memória e o logicamente estabilizado se configura, uma vez que “toda conversa [...] é suscetível de colocar em jogo uma bipolarização lógica das proposições enunciáveis [...] (Pêcheux, 1990, p. 33). Mas também é estabelecido o funcionamento do acontecimento discursivo na mídia digital pela inscrição de circulações-confronto no discurso, a exemplo dos comentários C2 e C4: “[...] como? Qual medida do AI5 ajudaria? (C2/SD11) e “Até a que censurava a imprensa? Ou a que proibia a livre expressão e manifestação? Cara, ser capacho não faz ninguém virar bota” (C4/SD11).

Retomando o que discorre Pêcheux (1990) trata-se de materialidades linguísticas formuladas por “enunciados que remetem ao mesmo fato, mas eles não constroem as mesmas significações” (Pêcheux, 1990, p. 20). Dessa forma, o discurso de apologia ao retorno do AI-5 pela reedição da lei encontra resistência e efeitos de contestação, com posições-sujeito de contraidentificação e desidentificação que instauram sentidos de rompimento com a memória de apologia ao discurso militarista-ditatorial, em algumas das formulações constituídas de comentários na rede social *Facebook*.

Assim, nos comentários C2 e C4 da SD11, temos esses gestos de resistência. Sobre a resistência, Pêcheux (1995) sublinha que

- não há dominação sem resistência: primado prático da luta de classes, que significa que é preciso “ousar se revoltar”. – ninguém pode pensar do lugar de

<sup>96</sup> Optamos por apresentar além da captura de tela, também a transcrição dos comentários enumerados e em quadros, para facilitar a leitura bem como a retomada da formulação durante a análise, uma vez que as capturas diminuem a resolução da imagem e apresentam a fonte relativamente reduzida, como são veiculadas nas redes sociais, dificultando a identificação correta das palavras. A letra C abrevia comentário.

quem quer que seja: primado prático do inconsciente, que significa que é preciso suportar o que venha a ser pensado, isto é, é preciso “ousar pensar por si mesmo” (Pêcheux, 1995, p. 304).

Nessa reportagem do jornal *Estado de Minas*, há uma particularidade do *Facebook*, qual seja, comentários derivados do comentário principal. Esse fenômeno é um aperfeiçoamento dessa rede social, que de início não possuía este mecanismo, mas atualmente, é algo, relativamente comum e utilizado por todos os usuários. Um internauta, interpelado pela ideologia militarista, inicia comentando diretamente na publicação da reportagem que é uma pena ainda não ter havido uma reedição do AI-5, como defendia o entrevistado Jair Bolsonaro em 1998, isso porque caso essa lei tivesse sido praticada novamente “**Talvez não estaríamos nesse mar de lama no qual nos encontramos hoje**” (C1/SD11), desse modo, o internauta que enuncia no C1 ocupa uma posição-sujeito de saudosismo do AI-5 e de adesão ao discurso da ditadura.

Vale lembrar aqui a análise da SD3, apresentada na primeira seção deste capítulo analítico. Naquela sequência discursiva (SD3), esse mesmo sentido de “lama”, com configurações discursivas que remetem à sujeira, corrupção etc., para o país, é discursivizado. Novamente, funciona o discurso de apologia ao retorno do regime militar como solução para “limpar” o país, tirá-lo da lama, salvá-lo. São sentidos que se repetem e se reforçam, ora enunciado em um entrevista de um deputado a um jornal internacional<sup>97</sup>, ora enunciado por um internauta em sua rede social para justificar o retorno de uma lei pró-tortura.

O mais interessante nesta observação é que a figura política de Jair Bolsonaro é recorrente nas duas materialidades, confirmando a junção do discurso direitista, militarista-ditatorial ao surgimento do bolsonarismo socialmente, e das posições-sujeito bolsonarista e antibolsonarista. Além disso, nas duas ocorrências do funcionamento desse mesmo significante “lama”, há uma discursivização midiática na modalidade impressa da década de 1990<sup>98</sup>, mas a discursividade digital analisada no comentário da SD11 (C1) só é possível na mídia digital de hoje, nesse caso, pela possibilidade de comentar na rede social *Facebook* e de possibilitar conexões entre indivíduos que ocupam as mesmas posições-sujeito.

Cabe discutir sobre o efeito de instantaneidade desse processo, Bittencourt (2016) discorre sobre este fenômeno, vejamos:

Ao longo de décadas, os produtores de conteúdos, editores, repórteres, comentaristas e colunistas foram, quase que exclusivamente, os únicos

<sup>97</sup> O NYT.

<sup>98</sup> Na primeira ocorrência da SD3, no NYT e nessa, no jornal Estado de Minas.

responsáveis por evidenciar e comunicar o novo por meio da produção de vídeos, textos, fotos e conteúdos para um público que iria apreciar essas notícias [...]. Porém, o cenário mudou. Não é mais novidade que os utilizadores de internet possuem poder de publicação e de escolha. A produção de conteúdos e a demanda por assuntos, formas e tipos de apresentação surgem daqueles que eram, em tempos passados, meros telespectadores. Há uma inversão de papéis: quem produzia e pautava as discussões agora passa a ser observador do entorno. Já aqueles que eram apenas receptores, agora pautam os produtores ou criam seus próprios conteúdos (Bittencourt, 2016, p. 170).

Conforme Mittmann (2013, p. 234) a *internet* “também pode ser utilizada para a repetição, sem deslocamentos, dos discursos mais conservadores de nossa sociedade – até porque foi na perspectiva capitalista e imperialista que a internet se desenvolveu” (Mittmann, 2013, p. 234).

Retomando o fio que conduz a análise, o discurso inscrito em C1/SD11 atualiza os sentidos de AI-5 como uma lei benéfica, que só possibilitaria situações positivas ao país, no entanto, ao ser questionado por um segundo usuário (C2/SD11), que não se identifica com os saberes da FD militarista-ditatorial, e que o indaga logo abaixo do C1, e não mais diretamente na publicação principal, ou seja, é um questionamento inscrito num comentário decorrente do primeiro: “**como? Qual medida do AI-5 ajudaria?**” (C2/SD11). Nessa indagação, pelos ditos “como” e “qual”, funcionam efeitos de sentido de que o AI-5 não teria qualquer medida efetiva que pudesse ajudar o país, como discursivizado no comentário anterior (C1) e se tivesse, elas seriam desconhecidas pelo enunciador.

Em seguida, no C3, o internauta que iniciou a discussão responde que devido aos “devaneios”, efeitos de fantasia, de loucura, *qualquer* medida do ato institucional ajudaria o país a não continuar num “**mar de lama**” (C3/SD11). Essa resposta permite observar o funcionamento de sentidos de ignorância quanto ao que foi o AI-5, uma vez que essa lei só trouxe medidas totalmente autoritárias, como já discutimos, e que, inclusive, são citadas e trazidas para a discussão da SD11, por meio do C4, em que ocorre a contestação de não haver qualquer possibilidade de benefício do AI-5, a exemplo da censura à imprensa e à liberdade de expressão e de manifestação: “**Até a que censurava a imprensa? Ou a que proibia a livre expressão e manifestação? [...]**” (C4/2011). Nesse sentido, não haveria hipótese que permitiria entender que *qualquer uma* das medidas dessa lei retiraria o país de um “mar de lama”, quiçá o *afundaria* muito mais, levando em consideração o que tais medidas causaram no país na primeira edição desse ato institucional. Esses sentidos são instaurados na SD11 pelo funcionamento da resistência no C4, resistência que também funcionou durante a entrevista em 1998, pela ocupação dessa mesma posição-sujeito pelo jornalista, conforme análises da SD10.

A discussão se acentua pelo funcionamento do discurso antipetista inscrito no C5: **“O PT queria regular a imprensa lembra???”** (C5/SD11), enunciado pelo mesmo internauta que abriu a discussão com o C1, o discurso se apresenta como um contra-argumento em relação aos sentidos de livre expressão discursivizados no C4, sobre a reedição de qualquer uma das medidas do AI-5 para ajudar o país, assim, o discurso antipetista se instaura nessa formulação. Isso permite entender que no discurso enunciado por este internauta, o mar de lama, referido no início do seu comentário, foi provocado pelo Partido dos Trabalhadores - PT, e a reedição do AI-5 seria o que possibilitaria sequer ter entrado nesse “mar”, ou conseguir sair dele, caso as *medidas* daquela lei fossem novamente tomadas.

No entanto, ocorre uma contradição no discurso inscrito no C5: **“O PT queria regular a imprensa [...]”**, pois ao sugerir que houve a tentativa do PT de regular a imprensa, medida que seria a mesma presente no AI-5 durante a ditadura, caberia então questionar: O Partido dos Trabalhadores seria o causador do “mar de lama” em que estaria imerso o Brasil e somente uma reedição do AI-5 ajudaria a se livrar disso, ou seria o próprio PT quem buscava utilizar-se das medidas do AI-5, a exemplo de regular a imprensa e impedir a livre expressão?

Junta-se à discussão o C6, que também insere o PT e, conseqüentemente, o sentido de antipetismo nesse discurso: **“esse povo esquece tudo que o PT fez de merda, censura se for do PT pode!”** (C6/SD11). Naquele momento (2018), ocorre uma retomada da memória contrária ao Partido dos Trabalhadores no Brasil, com o funcionamento de dizeres antipetistas de forma recorrente e categórica, em que o PT e os políticos filiados à legenda são culpabilizados por qualquer situação negativa existente no país, ainda que não estivessem mais detendo o poder na esfera federal havia mais de dois anos. Em relação ao C6, cabe questionar: se o discurso enunciado nessa formulação assegura que uma censura do PT pode existir e todos aceitam por terem esquecido o que o partido fez, não seria a mesma coisa com a defesa da censura do AI-5? Será que a essência dessa lei foi esquecida e por isso funciona o discurso que defende sua reedição?

Conforme Indursky, no discurso político do ódio, o PT é sempre visado, a autora argumenta que

Esse discurso de ódio revela a forma que a luta de classes assumiu nos nossos dias: de um lado do campo de batalha, encontramos aqueles que sempre detiveram o poder e que se sentira dele espoliados desde a primeira eleição vitoriosa de Lula (INDURSKY, 2003). De outro, os ex-presidentes Lula e Dilma foram responsáveis pela implementação de uma série de projetos sociais referentes à educação, à moradia, a políticas de emprego bem como programas de transferência de renda. Projetos que buscaram pensar nos até

então excluídos da partilha dos bens sociais (RANCIÈRE, 1995). Essa é a luta por traz das manifestações de ódio e do golpe desferido contra o mandato de Dilma Rousseff: uma luta de classes (Indursky, 2019, p. 25). [sic]

Na SD12, a formulação que constitui mais um comentário selecionado para a análise retoma o dito do “temor ao comunismo”, um pré-construído do (inter)discurso militarista, que se atualiza no discurso direitista, seja em faixas e cartazes de manifestações nas ruas, como também nas redes digitais e sociais, intensificando os efeitos de urgência do combate à “ameaça comunista”, comumente difundida no âmbito da FD militarista-ditatorial, como já constatamos anteriormente.

### Quadro 3 - Transcrição do comentário que compõe a SD12

<b>C1 - Marcello Highlander</b>
Quase tivemos uma segunda intentona comunista. Ainda bem que a esquerda foi escorraçada nas urnas, mas se tivesse saído na porrada valia também.

Elaboração própria (2023).

Além dos sentidos anticomunistas presentes na SD12: **“Quase tivemos uma segunda intentona comunista”** (SD12), funcionam uma posição-sujeito antidemocrática e uma posição-sujeito de apologia à violência nesse comentário subscrito à postagem da reportagem: **“Ainda bem que a esquerda foi escorraçada nas urnas [...]”** (SD12). A posição-sujeito antidemocrática funciona porque embora esse discurso traga a questão do voto nas urnas como motivo de a esquerda ter sido “escorraçada” do cenário político nacional, referindo-se à eleição de Jair Bolsonaro contra o candidato petista em 2018, a alternativa de violência é cogitada **“[...] , mas se tivesse saído na porrada valia também”** (SD12). Nesse discurso **“uma segunda intentona comunista”** (SD12) funciona metaforicamente como a continuidade, embora essa sequência tenha sido findada pelo golpe de 2016, com o *impeachment*, dos governos petistas no comando do país, e PT e comunismo funcionam com os mesmos sentidos. Logo, podemos entender que, metaforicamente, o discurso antipetista e o anticomunista na SD12 têm os mesmos sentidos para o sujeito do discurso materializado nos C5 e C6 da SD11.

Na sequência discursiva SD13, esse discurso anticomunista/antipetista volta a ser textualizado e regularizado. Vejamos:

### Quadro 4 - Transcrição do comentário que compõe a SD13

<b>C1 - Walber Mendes</b>
A 20 anos os comunistas agora estão nas redações de jornais e universidades destruindo o país e levando pra se tornar uma Cuba e Venezuela. Quem ainda banca jornal panfleto da esquerda ? Pagamos assinatura de jornal ou panfleto comunista /petista ?

Elaboração própria (2023).

A regularização desse discurso se dá com os mesmos sentidos de anticomunismo e antipetismo, e ainda se acrescentam sentidos contrários ao trabalho da imprensa, discursivizando que os jornais exercem a função de divulgadores do comunismo/petismo: **“Pagamos assinatura de jornal ou panfleto comunista/petista?”** (SD13), a junção de comunista com petista nesta formulação, termos separados apenas por uma barra, indica que nesse discurso há para os dois significantes o mesmo significado, e as duas palavras são tidas como uma metáfora discursiva com efeitos de paráfrase, isto é, têm os mesmos sentidos.

Conforme já abordado, o contradiscurso também é materializado por meio dos comentários dos internautas, e nisso temos as próximas SDs (14 e 15) que trazem a resistência com o funcionamento de sentidos polissêmicos para esse discurso.

Tendo o mesmo mecanismo do comentário constitutivo da SD11, em que a partir de um comentário tem-se outros comentários derivados em sequência, a SD14, no entanto, traz outros funcionamentos quanto aos sentidos do discurso, sobretudo com o fenômeno da polissemia, que segundo Orlandi (2012), ocorre quando há “diferentes movimentos de sentidos para o mesmo objeto simbólico” (Orlandi, 2012, p. 12). Essa movência dos sentidos e dos sujeitos é possibilitada pelo trabalho da memória diante da sua atualização no acontecimento discursivo, agora com as especificidades dos ambientes digitais, permitindo novas configurações de sentido, novos efeitos e uma reorganização da memória militarista-ditatorial.

Vejamos a transcrição da SD14.

#### **Quadro 5 - Transcrição dos comentários que compõem a SD14**

<p><b>C1 - Glauber Mendonça de Assis</b> As pessoas deveriam ler sobre o que foi AI5 e se perguntar onde havia alguma coisa que inibia qualquer tipo de abuso ou irregularidade do Estado sobre o cidadão.</p>
<p><b>C2 - Wanalyse Emery</b> Glauber Mendonça de Assis se as pessoas lessem e estudassem História, não teriam votado no Bozo.</p>
<p><b>C3 - Glauber Mendonça de Assis</b> Wanalyse Emery povo sem vergonha na cara, isso sim.</p>
<p><b>C4 - Denise Teixeira Neves</b> Pq o bom mesmo é votar no Haddad com 33 processos e agora é réu em um deles.</p>
<p><b>C5 - Glauber Mendonça de Assis</b> O que tem uma coisa a ver com a outra Denise Teixeira Neves?</p>
<p><b>C6 - Glauber Mendonça de Assis</b> Bom é poder votar em quem quiser. Coisa que não era possível com o AI5.</p>

Elaboração própria (2023).

No C1 dessa SD14, o internauta sugere: **“As pessoas deveriam ler sobre o que foi AI5 e se perguntar onde havia alguma coisa que inibia qualquer tipo de abuso ou**

**irregularidade do Estado sobre o cidadão.”** (C1/SD14), conforme o discurso materializado nessa formulação, a leitura da letra da lei possibilitaria entender que o AI-5 jamais impediu que o Estado agisse de forma abusiva ou irregular diante do cidadão, uma vez que, conforme já reiteramos, o AI-5 exerceu, justamente, a função de dar poder ao Estado para cometer abusos ou irregularidades de forma legal.

No C1 da SD14, o internauta ocupa uma posição-sujeito de resistência ao discurso ditatorial que discursiviza o AI-5 como um lei necessária e benéfica, conforme vimos em análises anteriores. Os sentidos de resistência são complementados com a inscrição da memória da democracia, pelo C6 da SD14, que restabelece os implícitos do AI-5 como um impedimento à liberdade: **“Bom é poder votar em quem quiser. Coisa que não era possível com o AI-5”** (C6/SD14). O enunciador diz isso ao responder o C4: **“Pq o bom mesmo é votar no Haddad com 33 processos e agora é réu em um deles** (C4/SD14), esse comentário também insere o discurso antipetista nessa discussão, da mesma forma que ocorreu na SD12 e na SD13, pela formulação, com sentidos de ironia, de que **“[...] votar no Haddad”** (C4), candidato do PT, é que era bom, mesmo que ele estivesse sendo processado.

Na SD14, pelas formulações inscritas no C2: **“se as pessoas lessem e estudassem História, não teriam votado no Bozo”** (C2/SD14), também funcionam efeitos de sentido de que o conhecimento histórico sobre o Brasil não permitiria que houvesse sentidos favoráveis ao retorno do AI-5 e conseqüentemente da Ditadura Civil-Militar, ou seja, uma posição de resgate da memória (Indursky, 2015). Essa memória se atualiza na SD14/C2, portanto, com a instauração dos efeitos de que o conhecimento da história brasileira não permitiria ir ao encontro do autoritarismo de uma ditadura. No discurso materializado no C2 da SD14, o *retorno da ditadura* é metaforicamente substituído pela *eleição de Bolsonaro*, que nessa formulação, os ditos que afirmam que – *caso tenha-se lido e estudado história, não se vota no Bozo* – funcionam com o mesmo efeito, já que o político Bolsonaro, na *internet* apelidado de Bozo<sup>99</sup>, ocupa uma posição-sujeito que defende o AI-5 e discursiviza que não houve ditadura durante o regime militar, como mostra o discurso materializado na reportagem (SD10).

Dando prosseguimento à análise, vejamos a transcrição da SD15:

---

<sup>99</sup> Durante o período de campanha eleitoral em 2018, os usuários da *internet*, contrários ao candidato Jair Bolsonaro, utilizavam expressões e apelidos para se referir ao político com o objetivo de “enganar” o algoritmo e não propagar o nome de Bolsonaro, ainda mais, nesses espaços. Termos como: “Biroliro”, “Bolovo”, “Boliro”, “Salnorabo” e “Bozo” eram alguns dos apelidos mais utilizados. O palhaço Bozo foi um apresentador de programa infantil de muita popularidade no Brasil nos anos 1980 e 1990 e mantinha audiência significativa na TV. Desse modo, a expressão Bozo se tornou familiar aos brasileiros em referência a um palhaço atrapalhado, cuja associação ao político Bolsonaro foi realizada pelas pessoas contrárias à sua eleição, além disso, a semelhança sonora do termo bozo com as primeiras sílabas do sobrenome Bolsonaro também facilitaram essa associação.

**Quadro 6 - Transcrição do comentário que compõe a SD15**

<b>C1 - Thiago Giardini</b>
A única coisa q mudou foi que, depois de virar popstar por causa de programas de tv sensacionalistas, ele percebeu sua viabilidade como candidato e se viu obrigado a reduzir a quantidade de bostejo para poder conseguir apoio político e financeiro (pq senão pegaria mal demais pra quem o apoiasse). A postura e as atitudes dele são as mesmas de sempre, só teve q segurar a língua e se render ao manual “liberal-conservador”. No discurso, passou de estadista nacionalista para ultraliberal entreguista num piscar de olhos! Mas mesmo depois dessa radical e oportunista mudança, ele ainda só fala e faz merda. Imaginem se ele não tivessem colocado um freio na boca desse jumento?!

Elaboração própria (2023).

É possível verificar nas SDs 14 e 15, o funcionamento do acontecimento enunciativo-discursivo, pela deriva de sentidos, pois, nesse processo, a memória discursiva que funcionava apenas no jornal impresso e regional é atualizada nas redes sociais e sofre os efeitos da “agitação nas filiações sócio-históricas da identificação” (Pêcheux, 1995, p. 56) com efeitos de perturbação, pois rompe com uma rede de formulações historicamente instituídas. “A memória irrompe na atualidade do acontecimento” (Courtine, 2014, p. 104). Courtine (2014) assegura que “[...] toda produção discursiva que se efetua nas condições determinadas de uma conjuntura movimenta – faz circular – formulações anteriores já enunciadas [...]” (Courtine, 2014, p. 104).

Na quinta sequência discursiva (SD15), as falas materializadas no comentário instauram uma movimentação de posições discursivas, diante do processo de contraidentificação e desidentificação do sujeito. Nesse sentido, o discurso passa a funcionar em outras condições de produção e sobretudo de circulação, considerando o atravessamento do discurso digital que é fundamental e determinante nesse procedimento.

O usuário do *Facebook* ao enunciar pelo comentário na publicação passa a ocupar uma posição-sujeito antagônica ao posicionamento discursivo do deputado Jair Bolsonaro. Essa posição-sujeito estaria filiada à formação discursiva democrática, contrária ao discurso ditatorial e militarista defendido pelo político. Além desse funcionamento, também se inscreve na SD15, um discurso de retomada de uma memória sobre a recente trajetória política do deputado Jair Bolsonaro, assim o internauta-comentador ocupa uma posição-sujeito de denúncia às posturas contraditórias do político.

Ao longo do seu envolvimento na política, Bolsonaro sempre fez declarações consideradas polêmicas e que, no entanto, eram elencadas apenas no discurso humorístico. Tais declarações se davam tanto no jornalismo impresso ou na mídia televisionada, quanto, posteriormente, na mídia digital, conforme veremos nas demais análises deste estudo. Importa lembrar que

Jair Bolsonaro foi, durante anos, objeto de piada da televisão brasileira. O presidente eleito, em sua época como parlamentar, era uma mina de comentários polêmicos e controversos que alguns programas, como o CQC, Pânico e Superpop, tentaram explorar. Em 28 de outubro de 2018, Bolsonaro venceu as eleições brasileiras e se tornou o presidente do país (Cherfan, 2019, p. 41).

O discurso enunciado por Jair Bolsonaro produzia efeitos humorísticos que eram recebidos de forma satírica e inofensiva pela audiência. Entretanto, havia a constante discursivização de ataques ao estado democrático de direito, a exemplo dos discursos em favor da ditadura, em prol da militarização e de apologia à tortura.

Contudo, aqueles que se identificavam e eram interpelados pela ideologia materializada no discurso enunciado pelo deputado e manifestada através desses veículos midiáticos, reproduziam-no e se sentiam representados. Conforme Arbex Júnior (2011), essa parte que se identifica com o político

não merece nem grandes palavras, só reafirma a mentalidade retrógrada de grande parcela da população. Será que não é hora de revermos os valores que colocamos no poder? É realmente este tipo de país intolerante que sempre quisemos construir? (Arbex Júnior, 2011, p. 2)<sup>100</sup>.

A mídia permitiu a proliferação desse discurso, pois se beneficiava pelo sensacionalismo que dá bons índices de audiência, enquanto Bolsonaro alçava-se diante de todo o país como uma possível e simples solução aos desafios políticos e morais da nação brasileira. Afinal o deputado se tornava, conforme aponta o discurso dessa SD, um **“popstar por causa de programas de tv sensacionalistas, ele percebeu sua viabilidade como candidato”** (SD15). No comentário que constitui a SD15, o internauta discursiviza ainda que o político Jair Bolsonaro continua o mesmo de quando defendeu o retorno do AI-5, mudando apenas a quantidade de falas inapropriadas no intuito de receber apoio em sua candidatura à presidência: **“[...] se viu obrigado a reduzir a quantidade de bostejo para poder conseguir apoio político e financeiro [...]”** (SD15).

E neste trabalho em específico, também constatamos o que já assegura Cortes (2022a), a saber, “a ideologia segue com o trabalho incessante de interpelação ideológica dos indivíduos

<sup>100</sup> Este é um trecho do editorial do jornal laboratorial *Contraponto*, da PUC-SP, publicado em abril de 2011, ao tratar da participação do deputado Bolsonaro no programa CQC da TV Band, na qual ele ofendeu a cantora Preta Gil e a “comunidade gay do Brasil”. O editorial aponta que houve apoio de uma parcela da população a Bolsonaro e que esta população realizou marcha em seu favor na Avenida Paulista após a polêmica. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/contraponto/article/view/9749/7248>. Acesso em: 14 abr. 2023.

internautas em sujeitos do discurso militarista” (Cortes, 2022a, p. 72), o que permite múltiplos funcionamentos e efeitos de sentido e, conseqüentemente, de posições-sujeito, pois sujeito e sentido são constituídos de modo simultâneo (Pêcheux, 1995). De acordo as considerações de Cortes (2022a) a mídia também funciona como um aparelho ideológico da inculcação; isso quer dizer que os processos de reiteração, de repetibilidade, ocorridos na mídia digital provocam uma recorrente movimentação das discursividades pelo viés da célere circulação discursiva, ocasionando, portanto, tanto confrontos discursivos quanto a instauração dos efeitos parafrásticos da memória. Nesse cenário, retomando a materialidade que constitui a SD10, percebemos que acontece esse efeito de inculcação ideológica da mídia ao inscrever os sentidos de apologia à ditadura formulados na década de 1990 e difundi-los em seus próprios espaços digitais dos dias atuais, nas SDs constituídas pelos comentários subscritos à SD10.

Dessa forma, as mídias digitais e redes sociais potencializam a repetibilidade com efeitos singulares, pois cada repetibilidade pode também se transformar em réplicas, trélicas... e cada compartilhamento pode vir acompanhado de legendas, instaurando distintas posições de sujeito no discurso (Cortes, 2022a, p. 65).

Isso decorre, principalmente, do trabalho da circulação, que nesse ambiente acontece com rapidez, mas também, a partir da interpelação ideológica dos indivíduos que estão dispostos nesses lugares e participam desse processo. De acordo com o que assegura Cortes (2015),

Isto implica considerar o funcionamento contínuo da ideologia e da memória no espaço/tempo da web; há de se considerar a historicidade, a exterioridade inscrita nos dizeres, no confronto com dizeres já ditos ou não ditos, já lidos, bem como rememorar outros também já esquecidos (Cortes, 2015, p. 179).

Os efeitos que se instauram, por exemplo, em **C2 e C4 da SD11**, nos **C2 e C6 da SD14** e na **SD15** são da ordem da ruptura, pois os sentidos que funcionam nas materialidades que compõem tais comentários dessas sequências discursivas apresentam efeitos de contrariedade ao discurso antidemocrático e à posição-sujeito ditatorial ocupada pelo entrevistado, numa relação de sentido determinada pela FD democrática, produzindo, pelo viés da circulação desse discurso na mídia digital, confrontos discursivos com efeitos de polissemia. Conforme postula Courtine, “um efeito de *memória* na atualidade de um acontecimento, sob a forma de um retorno da contradição nas formas do diálogo” (Courtine, 2014, p. 104). Essa ruptura reorganiza a

memória da ditadura a partir de um efeito de resistência manifestado por exemplo na fala irritada do internauta, pois **“A postura e as atitudes dele são as mesmas de sempre”** (SD15).

O discurso inscrito nesse comentário destaca também que houve mudança em Jair Bolsonaro em relação ao seu pensamento diante da política econômica do país, pois se em 1998 ele era contra as privatizações executadas pelo Governo FHC, conforme apontado na SD10, segundo o discurso materializado no comentário da SD15, em 2018, ele precisou **“[...] se render ao manual ‘liberal-conservador’” / “passou de estadista nacionalista para ultraliberal entreguista num piscar de olhos!”** (SD15). No comentário temos ainda o efeito de denúncia aos sentidos de defesa do liberalismo econômico por Bolsonaro.

O liberalismo consiste na eliminação ou a menos a diminuição da intervenção do Estado na economia, e até a suspensão ou a redução do Estado como entidade reguladora, nesse sentido, o discurso neoliberal vincula políticas sociais à ampliação e interferência do Estado, configurando uma corrente que enfatiza a liberdade individual, os direitos individuais e a limitação do poder estatal. No cenário econômico, o liberalismo legitima, portanto, que haja liberdade de mercado, sem intervenções do Estado no andamento da economia, sendo também favorável a privatizações de empresas do governo, por exemplo.

Funciona ainda na SD15, um discurso de desidentificação com a formação discursiva ditatorial e militarista, instaurando o contradiscurso, pois o internauta embora interpelado pela ideologia, não se identifica com os saberes da formação discursiva da ditadura e, do mesmo modo, também inscreve sentidos de resistência à posição-sujeito antidemocrática, constantemente ocupada por Bolsonaro no discurso, instaurando a polissemia para os sentidos do AI-5, pois ao discursivizar que **“[...] ele [Bolsonaro] só fala e faz merda”** (SD15), o internauta produz sentidos de que a defesa do retorno do AI-5 em uma nova edição é o mesmo que **“falar merda”**. Essa expressão chula é um pré-construído utilizado no senso comum como sinônimo de quando se fala sem exatidão, sem pensar previamente naquilo que está sendo dito, sem nexos, sem razão. Nesse discurso inscrito na SD15, “falar merda” seria aquilo que o político entrevistado disse e diz em suas colocações: **“Imaginem se [...] não tivessem colocado um freio na boca desse jumento?!”** (SD15) [*sic*], questiona o internauta.

Dessa forma, a SD10, analisada neste recorte, integra um conjunto de arquivos subterrâneos da mídia, isto é, manifesta de modo concreto o discurso militarista, cuja lembrança continuou operante, embora encoberta pelos sentimentos de entusiasmo presentes nos discursos da redemocratização brasileira, dez anos após a promulgação de uma constituição democrática (1998). Esses registros ocultos operam em um estado de obscurecimento, uma vez que eram

publicados em mídia impressa e local, resultando em uma circulação bastante restrita, ou seja, não estavam acessíveis a todos.

Quando esses arquivos subterrâneos retomam e migram para as redes sociais e *sites* jornalísticos, com os comentários digitais, como vimos nas SDs de 11 a 15, instaura-se o jogo de forças da memória. Conforme Pêcheux, “há um jogo de força na memória, sob o choque do acontecimento” (Pêcheux, 1999, p. 53), esse processo de embate discursivo tanto estabelece a regularização parafrástica, quanto desregula e perturba os implícitos, provocando a polissemia.

Assim, temos circulação-confronto com os sentidos parafrásticos, que repetem e buscam estabilizar a memória militarista e de apologia à ditadura pela identificação de internautas com a forma-sujeito da FD ditatorial, mas também, nesse jogo de forças, a memória discursiva é atualizada pelo acontecimento discursivo, pelos comentários que materializam sentidos antagônicos ao discurso militarista-ditatorial, isto é, pela inscrição de novas discursividades, com memória própria dos ambientes digitais. Ou seja, instauram-se os sentidos polissêmicos, quando há perturbações nessa memória com as derivas de sentido, no efeito de resistência, sentidos que se filiam à formação discursiva da democracia, como vimos no C4 da SD11, nos C2 e C6 da SD14 e na SD15.

Desse modo, o discurso sofre efeitos do ambiente digital que possibilita a ampla circulação e o acesso de mais pessoas, com uma tensa movimentação de sujeitos e de sentidos, tendo em vista as diversas possibilidades de interlocução entre os internautas, como os compartilhamentos e movimento constante entre as redes, a exemplo da materialidade discursiva publicada na rede social *Facebook*, como vimos nas SD de 11 a 15, constituídas pelos comentários. Todavia, não nos interessam os indivíduos, o jornal, o deputado, ou os internautas, mas os sujeitos discursivos, constituídos pela ideologia e atravessados pelo inconsciente, que são convocados a ocupar diferentes posições nesse discurso.

Ainda nessa esteira, o significante “AI-5” muda de sentido conforme a FD em que é inscrito. Quando filiado à FD democrática, como vimos na posição-sujeito ocupada pelo *Estado de Minas* e pelos internautas nos C4 da SD11; C2 e C6 da SD14; além da SD15, o significante AI-5 se inscreve no domínio da memória discursiva sobre a Ditadura Civil-Militar, portanto atualiza a memória de um regime antidemocrático, retoma pré-construídos de uma lei de ameaça, medo e terror. Quando “AI-5” é inscrito na FD militarista, são produzidos efeitos de silenciamento da história e são discursivizados sentidos antidemocráticos e de bonança para o período do regime militar, como vimos na posição-sujeito ocupada pelo deputado Jair Bolsonaro e pelos internautas do C1 e C5 da SD11, da SD12 e da SD13.

Temos, então, nesse funcionamento discursivo, uma disputa de sentidos que, de um lado busca restabelecer os implícitos da memória do período do governo militar com efeitos de paráfrase, com a negação da ditadura e o seu silenciamento (Orlandi, 2007a) e anseio pelo retorno da legislação ditatorial do AI-5 (FD militarista-ditatorial); e do outro inscreve os sentidos filiados à FD democrática, que discursivizam o período de regime militar como uma ditadura e repudia o autoritarismo do AI-5, instaurando, assim, efeitos de polissemia.

Na próxima seção, passaremos aos últimos recortes analíticos deste primeiro bloco, com os nossos gestos de leitura do próximo conjunto de SDs. Relembramos, que por uma opção metodológica, apresentamos, a seguir, dois recortes, o terceiro e o quarto, sendo o terceiro de materialidades ainda subterrâneas, como fizemos até aqui, a saber, pronunciamentos de décadas atrás feitos no Congresso Nacional e digitalizados pela mídia digital em *sites* institucionais e jornalísticos, e o quarto, constituído por materialidades formuladas já nos espaços digitais de nosso tempo, a saber os sites da revista *Época*, jornal *online Poder360* e redes sociais, como o *X-Twitter*.

### **3.4 A rememoração/comemoração da Ditadura Civil-Militar brasileira: efeitos de apologia ao militarismo e desdém à democracia**

Daremos continuidade ao nosso processo de análise com os últimos recortes deste capítulo. O *Recorte Analítico 3* é constituído de sequências discursivas (SDs) retiradas da página oficial da Câmara dos Deputados, onde está a transcrição de todos os pronunciamentos realizados no plenário durante as sessões da casa<sup>101</sup>. Essas SDs materializam um discurso de rememoração/comemoração da Ditadura Civil-Militar, no período de redemocratização do Brasil, em 2004 e em 2010.

Em seguida, no *Recorte Analítico 4*, apresentaremos outras sequências discursivas com a ocorrência desse discurso de rememoração/comemoração do regime ditatorial, no entanto, diferentemente, das materialidades do terceiro recorte, essas SDs foram todas coletadas já na mídia digital, em 2019, vigência do primeiro ano de mandato de Jair Bolsonaro como presidente do país.

Nesses dois recortes, analisaremos novamente as discursividades que trabalham os acontecimentos enunciativos-discursivos que são produzidos com a emersão do discurso de apologia à ditadura na mídia digital da *internet*.

---

<sup>101</sup> O *site* da Câmara Federal tem um banco de dados com os pronunciamentos dos deputados, feitos no parlamento durante as sessões ordinárias ou extraordinárias.

### *Recorte Analítico 3*

Em relação ao espaço de coleta das materialidades analíticas deste recorte, qual seja, o *site* da Câmara, convém discutir acerca deste ambiente, que em nossa concepção, apesar de abrigar e emergir arquivos que estavam subterrâneos, a exemplo dos pronunciamentos dos parlamentares que tomamos como *corpus* desta seção, mesmo que o *site* esteja vinculado ao ambiente digital, ainda concentra dificuldade de acesso a esses arquivos.

De acordo com Gallo (2011), este *site* é “um espaço discursivo relacionado ao poder legislativo de onde ele se origina” (Gallo, 2011, p. 261). No entanto, a autora pontua que esse espaço é estruturado de maneira extremamente especializada, tornando a leitura dos arquivos que o integra bastante desafiadora para um público leigo. Para Gallo, isso se dá devido à falta de alinhamento entre o leitor ideal concebido pelo *site* e o leitor real, neste caso, alguém sem conhecimento técnico das especificidades desse ambiente digital da instituição legislativa. Nas palavras da autora, “o *site* tem como leitor ideal pessoas que já conhecem em alguma medida, o funcionamento do legislativo e desse discurso jurídico/político” (Gallo, 2011, p. 261-262).

O acesso a esse espaço discursivo da Câmara, que entendemos como um lugar que abriga arquivos subterrâneos, somente nos foi permitido quando o alcançamos a partir de outro espaço discursivo mais próprio da *internet*, mais especificamente, um espaço jornalístico, construído especialmente para figurar no ambiente digital. Gallo (2011) também menciona esse funcionamento quando necessitou acessar o *site* da Câmara, a fim de consultar uma determinada materialidade para análise. No caso da autora, o acesso àquela materialidade só se efetuou por intermédio de um *blog*<sup>102</sup>, em nosso caso, pelo *site* e página do *Facebook* do jornal *O Estado de São Paulo (Estadão)*. Nesse sentido, cabe, antes das análises, explicitar como se deu esse alcance e a coleta dessas materialidades.

O jornal *Estadão* publicou uma reportagem infográfica, em 30 de março de 2019, com o conjunto de todas as menções à Ditadura Civil-Militar feitas por Jair Bolsonaro ao longo dos mandatos parlamentares que ocupou entre 2001 e 2018.

### **Figura 23** - Reportagem infográfica no site de *O Estado de São Paulo*

<sup>102</sup> Trata-se do texto *A Internet como acontecimento*, no qual Gallo (2011) analisou materialidades que inscreviam o discurso de alteração da Lei das Eleições (Lei nº 9.504) em relação à propaganda eleitoral na *internet*, de 2009. Ao buscar o Projeto de Lei 5498/09 que visava as mudanças, a autora se deparou com a dificuldade de acessá-lo pelo *site* institucional da Câmara Federal, somente sendo possível o acesso por intermédio de um determinado *blog* que oferecia o *link* para o texto integral do projeto no *site* da Câmara, bem como apresentava uma análise do conteúdo da referida nova legislação. Nesse mesmo estudo, a autora pôde estabelecer as distinções entre quando a *internet* é instância propulsora de acontecimentos somente enunciativos e de acontecimentos discursivos.



Fonte: Estadão (2019)<sup>103</sup>.

<sup>103</sup> Apresentamos nesta imagem, uma montagem de fotos que mostra o topo da reportagem, com título e olho, e uma ilustração que integra o infográfico feito pelo *Estadão*. Na segunda parte da imagem, está em destaque um dos pronunciamentos de Jair Bolsonaro na Câmara, no qual ele mencionou a ditadura. O pronunciamento destacado foi feito em 17 de abril de 2016, durante a sessão extraordinária que votou o *impeachment* de Dilma Rousseff. No seu voto, o deputado homenageou o torturador da ex-presidenta, Carlos Alberto Brilhante Ustra. Bolsonaro, mais uma vez, não foi punido pelo ato, e sim, como afirmamos anteriormente neste trabalho, foi a partir deste momento que o parlamentar se evidenciou na política nacional, como representante da extrema direita, o que fez emergir na *internet* seus posicionamentos de anos atrás. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/infograficos/politica,bolsonaro-mencionou-a-ditadura-em-14-de-seus-discursos-como-deputado,982285> Acesso em: 14 out. 2020.

Essa reportagem foi publicada na véspera de mais um 31 de março, dia que marca o aniversário da instalação do estado de exceção no Brasil, com o golpe civil-militar de 1964, que deu início à ditadura. Os jornalistas, que produziram a matéria, explicam como fizeram a pesquisa e o acesso aos dados utilizados na produção dos infográficos.

O gráfico acima mostra todos os discursos feitos pelo presidente entre 2001 e 2018, quando ele ainda era deputado federal. Em **preto** estão as falas que mencionam o regime militar. Em **cinza** estão aquelas que não tocam no tema.

Para chegar a esses números, o ‘Estado’ compilou e analisou todos os **discursos cuja transcrição está disponível na seção de Notas Taquigráficas do site da Câmara dos Deputados**.

Nos dados, estão contemplados 18 dos 28 anos em que Bolsonaro ocupou o posto de deputado federal pelo Rio de Janeiro. Das 901 falas catalogadas, 252 (28%) mencionam o período histórico da ditadura.

Ler os pronunciamentos ajuda a entender parte dos valores e simbolismos que a presidência de Jair Bolsonaro carrega. Comparações entre os anos de governo militar e a atualidade são frequentes.

Suas falas quase sempre colocam em oposição o regime – tido como defensor da ordem nacional – e as figuras da esquerda política da época – descritas como delinquentes, terroristas ou marionetes de Cuba e União Soviética.

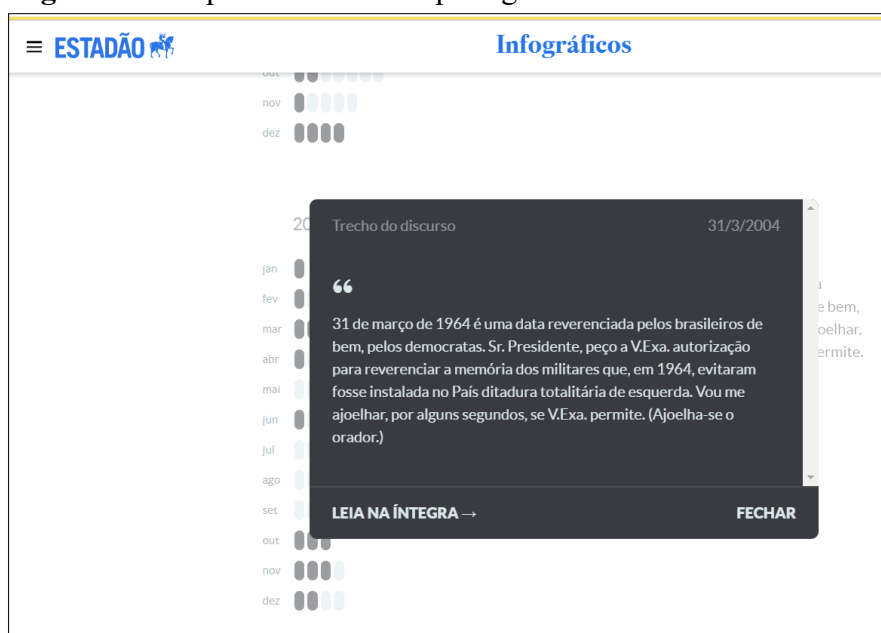
Geralmente em tom elogioso e nostálgico, os discursos ora dão crédito aos militares por “salvar o país do comunismo” e reprimir a oposição de esquerda, ora negam que o regime tenha cometido violações de direitos humanos – o que está em desacordo com o consenso historiográfico atual (Menegat; Sueiro; Conconi, 2019, *online*, grifos nossos)<sup>104</sup>.

Ao acessar o arquivo já compilado pelo jornal, somos direcionados, por meio dos *links* inseridos na matéria jornalística, ao banco de discursos organizado pela Câmara Federal em sua plataforma digital, na qual todos os pronunciamentos dos parlamentares são disponibilizados no *site* para os cidadãos que queiram acessá-los. Na figura 24, a seguir, podemos observar trecho de um desses pronunciamentos<sup>105</sup> e, logo abaixo da citação, está o *link* com os dizeres “Leia na íntegra”.

<sup>104</sup> Disponível em: <https://www.estadao.com.br/infograficos/politica,bolsonaro-mencionou-a-ditadura-em-14-de-seus-discursos-como-deputado,982285> Acesso em: 14 out. 2020.

<sup>105</sup> O qual analisaremos mais adiante como a SD18.

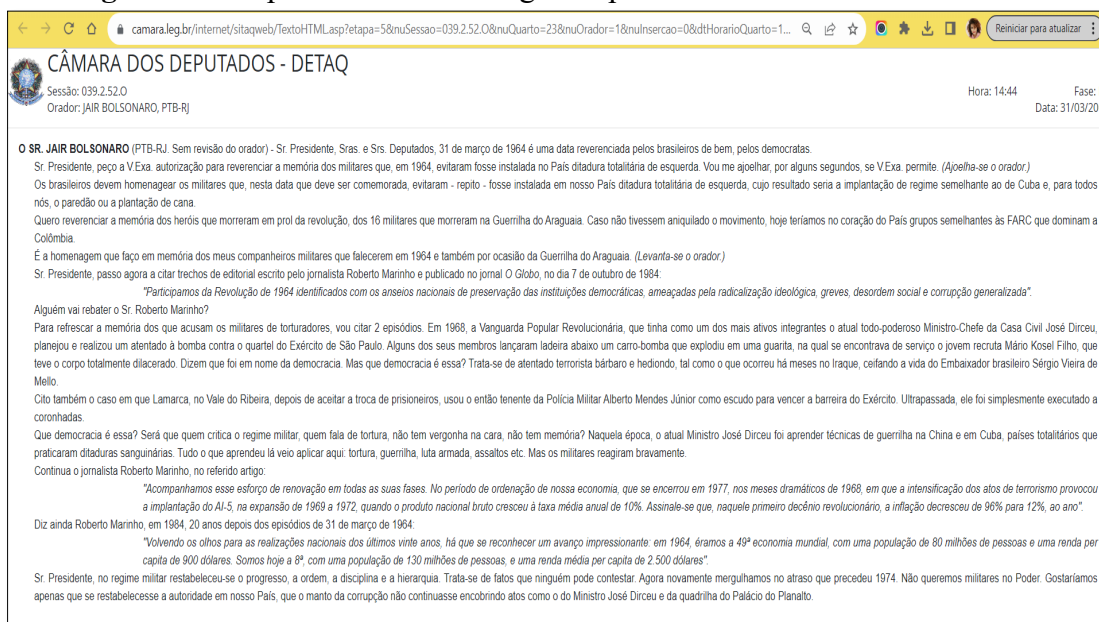
**Figura 24 -** Captura de tela da reportagem de *O Estado de São Paulo*



Fonte: Estadão (2019)<sup>106</sup>.

Ao acessar essa íntegra, somos encaminhados para o *site* da Câmara Federal, especialmente para a transcrição do pronunciamento no banco de dados da instituição legislativa, conforme ilustrado pela figura 25, a seguir.

**Figura 25 -** Captura de tela da íntegra do pronunciamento no site da Câmara



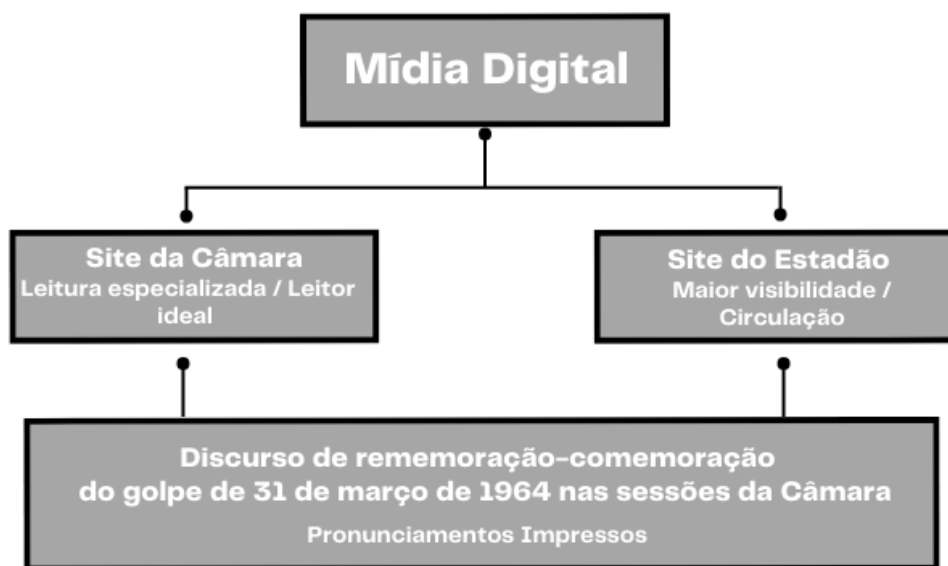
Fonte: Câmara Federal (2004)<sup>107</sup>.

<sup>106</sup> Disponível em: <https://www.estadao.com.br/infograficos/politica,bolsonaro-mencionou-a-ditadura-em-14-de-seus-discursos-como-deputado,982285> Acesso em: 14 out. 2020.

<sup>107</sup> Disponível em: <https://camaralink31032010> Acesso em: 14 out. 2020.

Vale lembrar que antes dos aparatos da tecnologia digital permitirem a disponibilização remota desses pronunciamentos, esses arquivos já eram disponibilizados sob a forma impressa, a quem quisesse ter acesso a esse material, mas somente na sede do Poder Legislativo em Brasília, Distrito Federal, o que se configura como demasiadamente inacessível. Isso muda, a partir da movimentação mostrada no seguinte esquema:

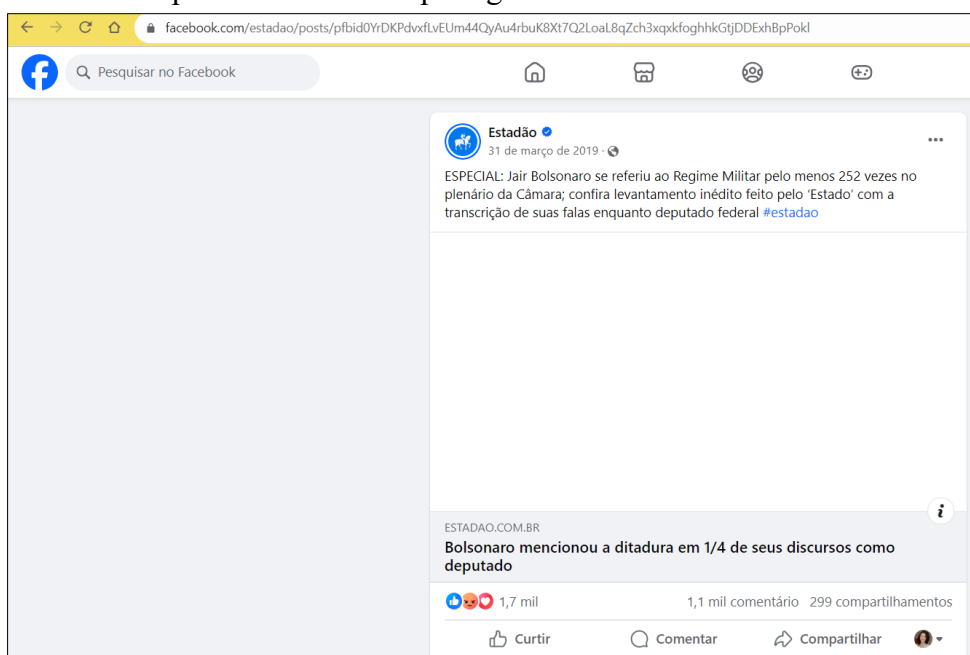
**Figura 26** - Diferença do acesso ao discurso quando subterrâneo/emerso



Fonte: Elaboração própria com base nos pressupostos de Gallo (2011) sobre o *site* da Câmara (2023).

Com a tecnologia, torna-se bem diferente a possibilidade de alcançar esse arquivo após considerarmos as circunstâncias explicitadas quanto à sua emersão na mídia digital, tanto devido à digitalização desses pronunciamentos pela própria Câmara em seu *site*, quanto por sua discursivização feita pela reportagem infográfica do jornal *Estado de São Paulo*, quanto pelo seu compartilhamento e repercussão na rede social *Facebook*.

**Figura 27** - Compartilhamento da reportagem no *Facebook* de *O Estado de São Paulo*



Fonte: *Facebook* (2019)<sup>108</sup>.

Ao alcançar os arquivos subterrâneos do *site* da *Câmara*, já vindos à tona pela reportagem, foi possível encontrar mais materialidades alusivas à data de celebração do golpe civil-militar, que ocorreu em 31 de março de 1964, e reunir o *corpus* do terceiro recorte analítico deste capítulo. Esse material é vasto e inclui pronunciamentos de outros parlamentares, não apenas de Jair Bolsonaro, que era o enfoque da reportagem do *Estadão*. Além disso, não apenas há pronunciamentos que celebram a data com sentidos de comemoração, mas também há os que rechaçam e condenam o dia do aniversário do golpe, marcando um posicionamento discursivo de combate e resistência à Ditadura Civil-Militar brasileira.

No mesmo espaço do *site* do Poder Legislativo, em que o *Estadão* encontrou os pronunciamentos de Jair Bolsonaro para produzir a reportagem, realizamos uma pesquisa, pela data de aniversário da instauração do regime militar (31/03), para encontrar as demais materialidades que analisamos neste terceiro recorte. Encontramos muitos pronunciamentos e, pela regularidade discursiva, tomamos alguns excertos como *corpus* e os analisamos discursivamente. Conforme Orlandi (2011), “Materiais diferentes exigem modos de construção do dispositivo analítico diferentes e esta é uma tarefa do analista” (Orlandi, 2011, p. 56-57).

A seguir, apresentamos trechos de falas de deputados, alusivas às comemorações da data mencionada, das quais foram constituídas as SDS 16, 17 e 18. Iniciemos a análise deste recorte.

<sup>108</sup> Disponível em:

<https://www.facebook.com/estadao/posts/pfbid0YrDKPdvxfLvEUm44QyAu4rbuK8Xt7Q2LoaL8qZch3xqxfoghhkGtjDDExhBpPokl> Acesso em: 20 out. 2020.

*Sequências Discursivas de 16 a 18*

SD16

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Com redação final

Sessão: 039.2.52. O Hora: 15:24 Fase: GE

Orador: ALBERTO FRAGA Data: **31/03/2004**

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Alberto Fraga.

O SR. ALBERTO FRAGA (PTB-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, assomo à tribuna para fazer referência ao transcurso do dia 31 de março. Há 40 anos, o Brasil vivia momento histórico e crucial para a consolidação da sua democracia. O contexto do País era de instabilidade, insatisfação e paralisia do Governo João Goulart. Havia ameaça explícita de golpe comunista, que instalaria ditadura socialista com base no modelo soviético. Numa reação a esse temor, as Forças Armadas se uniram para dar um contragolpe — atentem para a palavra que uso —, fortemente apoiado pela população. Milhares de pessoas foram às ruas apoiar a retomada do Estado Democrático de Direito no Brasil. Será que a imprensa desconhece a marcha realizada no Rio de Janeiro, à qual mais de meio milhão de pessoas compareceram para ratificar e apoiar a ação das Forças Armadas? [...] Não quero falar sobre o que ocorreu após a Revolução de 1964: torturas, prisões, excessos. É bem verdade que isso incomoda as próprias Forças Armadas. No entanto, transformar a contra-revolução num ato insano é demagogia, é hipocrisia, é cretinice e sem-vergonhice da Oposição. Nas escolas contam outra história a nossos jovens. A história precisa ser dita e escrita de maneira fiel ao que ocorreu. Não estou defendendo a ditadura militar, mas o Movimento de 1964 merece o respeito de V.Exas., da sociedade, da mídia e do Congresso Nacional. Referem-se ao dia 31 de março de 1964 como o início da ditadura militar. [...] Fico impressionado quando vejo alguém ocupar a tribuna e se referir a 31 de março como a data do golpe militar. Que golpe foi esse, se não foi disparado um tiro e não foi morta uma pessoa? [...] Não pretendo aqui defender a consequência da ditadura, com que também não comungo. Tenho isenção para falar sobre o Movimento de 1964, porque tinha 5 anos de idade na época. Mas não é justo transformar movimento apoiado pela sociedade e pela Igreja em golpe, meu Deus do céu! [...]

O SR. ALBERTO FRAGA - Agradeço a V.Exa. o aparte.

Como disse, o que defendo é a data e a contra-revolução. Do que se seguiu não vou entrar no mérito: torturas, prisões etc. O dia 31 de março deve ser comemorado e respeitado, porque havia um segmento que queria a presença dos comunistas, e outro lado que não queria. Mostrei a fotografia da maior manifestação já ocorrida no País. Superou inclusive a das Diretas Já. Este movimento ratificou a presença das Forças Armadas.

(Brasil, 2004, grifo nosso)<sup>109</sup>. [sic]

SD17

---

<sup>109</sup> Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD01ABR2004.pdf#page=349> Acesso em: 20 out. 2020.

O SR. CORIOLANO SALES - Deputado Alberto Fraga, diferentemente de V.Exa., acompanhei na condição de estudante o movimento militar de 1964, que ocorreu em 31 de março e causou a mudança do regime constitucional. Creio que essa é a primeira constatação, porque a história não podemos dissolvê-la nem distorcê-la. De tal modo, imaginamos que os fatos não sejam compreendidos de maneira adequada, como eles ocorreram. O que vale agora é usar esses fatos de modo que sirvam de exemplo para a sustentabilidade da democracia. Foi um movimento forte que suprimiu direitos políticos, como sabemos, a partir de atos institucionais; que mudou substancialmente o processo político brasileiro; que mudou as relações na sociedade brasileira. Defendo o direito de V.Exa. de dizer o que quiser, porque penso que na democracia devemos defender as liberdades públicas e individuais de forma intangível. Mas V. Exa. era menino na época: tinha 5 ou 6 anos. Eu tinha um pouco mais, já estava no ensino médio, preparando-me para entrar na universidade, e recebi diretamente os efeitos da ditadura militar que se seguiu. Vivemos um período de ditadura militar. Não podemos inverter os fatos da história. [...] Vivemos um período de ditadura militar em nosso País, o qual felizmente não prosseguiu porque a tese da democracia foi superior e venceu [...] (Brasil, 2004)<sup>110</sup>. [sic]

SD18

## CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Com redação final

Sessão: 059.4.53. O Hora: 10:10 Fase: BC

Orador: **JAIR BOLSONARO** Data: **31/03/2010**

Presidente, saúdo os militares e civis que, em 1964, tiveram a coragem de assumir o comando do País, e o faço em nome do falecido jornalista Roberto Marinho, que, em editorial do jornal O Globo, de 7 de outubro de 1984, intitulado Julgamento da Revolução, disse o seguinte no primeiro parágrafo: “Participamos da Revolução” — democrática — “de 1964, identificados com os anseios nacionais de preservação das instituições democráticas, ameaçados pela radicalização ideológica, greves, desordem social e corrupção generalizada. Há alguma diferença hoje? Não. Os militares assumiram o poder, então, com apoio de toda a imprensa, que exigia que os militares assumissem o poder em 1964; com apoio da classe empresarial, que não admitia a estatização; e, repito, com apoio da Igreja Católica, que, nas missas, impulsionava os militares a terem coragem de assumir o poder juntamente com os civis sérios — o ateísmo era a religião dos comunistas; que impulsionava os produtores rurais, que não queriam ver suas fazendas tomadas pelas ligas camponesas; [...] Assim o Brasil deu início a 20 anos de glória, período em que o povo gozou de plena liberdade e de direitos humanos. Naquela época, o marginal era tratado como marginal. Hoje, ele tem direitos humanos, tem auxílio-reclusão e vota. É o absurdo dos absurdos! Dirijo-me agora aos jovens que estão me ouvindo, dada a impregnação da mídia, para que tenham realmente noção do que foi o regime militar. Procurem os mais velhos, perguntem ao primeiro que estiver passando na frente de sua casa que tiver acima de 60 anos como foi o regime militar e se ele não tem saudades daquela época, época em que todos eram respeitados, até mesmo este Parlamento, que hoje não o é mais. [...] Construimos a Hidrelétrica de Itaipu,

<sup>110</sup> Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD01ABR2004.pdf#page=349> Acesso em: 20 out. 2020.

a Ponte Rio-Niterói, fizemos a duplicação da Dutra, portos, aeroportos, telecomunicações. [...] a roubalheira praticamente não existia. E, quando aparecia, a autoridade era cassada pelo saudoso AI-5, que veio para evitar que o terrorismo se expandisse mais em nosso País. O povo, iludido, lamentavelmente trocou tudo isso por voto. O voto é muito importante, mas quando se tem responsabilidade. Quando não se tem, como acontece hoje em dia, a troca do voto por bolsa família e por projetos assistencialistas. [...] Sr. Presidente, pelo que os militares fizeram em 1964, minha saudação a eles e aos civis de bem que assumiram o timão do Brasil à época” (Brasil, 2010, grifo nosso)<sup>111</sup>. [sic]

A SD16 se constitui de trechos de pronunciamentos de um parlamentar, inscritos numa materialidade linguística disponibilizada no *site* da Câmara Federal, esse banco de dados faz parte de um espaço de enunciação digital e, como propõe Dias (2018), ao circular, esses pronunciamentos continuam produzindo sentidos ainda que tenham sido discursivizados em um momento anterior à sua formulação<sup>112</sup>. Ainda que os arquivos com as falas dos deputados não sejam regularmente acessados pelos cidadãos, o digital tem a particularidade de viabilizar a retomada desses discursos por meio da sua circulação da *internet*.

O deputado Alberto Fraga, ao realizar seu pronunciamento na plenária da Câmara, em 31 de março de 2004, é interpelado pela ideologia do discurso militarista e ocupa uma posição-sujeito de defensor do golpe civil-militar de 1964, por comemorar a data e fazer menção ao acontecimento de 1964 como um ato decisivo para a consolidação da democracia no Brasil e sendo amplamente apoiado pelo povo: **“Milhares de pessoas foram às ruas apoiar a retomada do Estado Democrático de Direito no Brasil”** (SD16). Esse discurso funciona com efeitos de apagamento dos sentidos de ditadura para o acontecimento histórico rememorado, silenciando os sentidos de governo autoritário daquele período, pois nesse discurso a instauração do regime militar passa a funcionar com sentidos de benefício à democracia brasileira, de reação a um suposto golpe do comunismo e não como o estopim de uma ditadura: **“Havia ameaça explícita de golpe comunista [...] Numa reação a esse temor, as Forças Armadas se uniram para dar um contragolpe [...] fortemente apoiado pela população”** (SD16).

No discurso de rememoração desta data em 2004, após quarenta anos do golpe civil-militar, a ditadura passa a significar por meio da memória subordinada ao discurso militarista, isto é, a memória do golpe é apagada, ao tempo em que se instaura uma memória da suposta revolução, que foi efetivada pela vontade dos brasileiros: **“Será que a imprensa desconhece**

<sup>111</sup> Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD01ABR2010.pdf#page=98> Acesso em: 20 out. 2020.

<sup>112</sup> Esses dados ficam disponíveis no *site* da instituição e tem seu acesso livre a todo e qualquer cidadão.

**a marcha realizada no Rio de Janeiro, à qual mais de meio milhão de pessoas compareceram para ratificar e apoiar a ação das Forças Armadas?”** (SD16). [*sic*]

Ocorre, nesse processo, o que Courtine (2014) denomina de ritual discursivo da continuidade, em que o sujeito repete uma formulação inscrita no interdiscurso que diz respeito à continuidade linear de sucessão temporal, a exemplo do que vemos na formulação: “[...] **o Brasil vivia momento histórico e crucial para a consolidação da sua democracia**” (SD16). Funciona nesse discurso um efeito de sentido que Courtine (2014) denomina de anulação imaginária do processo histórico (Courtine, 2014). Desse modo, a ditadura é ressignificada como uma revolução que, segundo esse discurso, marcou historicamente a consolidação da democracia brasileira. No entanto, essas discursividades inscritas na FD do militarismo retomam uma memória com sentidos de apagamento do golpe e de negação da história, pois silenciam os efeitos discursivos da ditadura: **“Não estou defendendo a ditadura militar, mas o Movimento de 1964 merece o respeito de V. Exas., da sociedade, da mídia e do Congresso Nacional”** (SD16).

É necessário retomarmos a noção de silenciamento, discutida em momento anterior deste estudo, que, de acordo com Orlandi (2007a), funciona no discurso de duas maneiras, a saber, como silêncio fundador, “que torna toda significação possível” (Orlandi, 2007a, p. 102), e a que diz respeito à política do silêncio, que funciona de duas formas: o silêncio constitutivo, pois “todo dizer cala algum sentido necessariamente” (Orlandi, 2007a, p. 102); e o silêncio local, que é a censura, segundo a autora, as “relações de poder em uma sociedade como a nossa produzem sempre a censura, de tal modo que há sempre silêncio acompanhando as palavras” (Orlandi, 2003, p. 83).

Desse modo, o silêncio produz sentidos, considerando que no dito há sempre os não-ditos. Assim, em cada solenidade de comemoração do dia 31 de março, os sentidos que discursivizam essa data como a instauração de uma “revolução democrática” são rememorados, sentidos autorizados pela FD militarista-ditatorial; e, ao mesmo tempo, os sentidos de Ditadura Civil-Militar são silenciados. Isto é, atualizam-se dizeres de que a ditadura não existiu: **“Referem-se ao dia 31 de março de 1964 como o início da ditadura militar. [...] Fico impressionado quando vejo alguém ocupar a tribuna e se referir a 31 de março como a data do golpe militar. Que golpe foi esse, se não foi disparado um tiro e não foi morta uma pessoa?”** (SD16).

Ao observar o trabalho realizado por Venturini (2008), que reinscreve as noções de rememoração e comemoração para os domínios da Análise de Discurso, notamos que as duas noções se tornam conceitos fundamentais para esse processo analítico. Vejamos:

As duas noções, nessa perspectiva, funcionam juntas e têm origem na História e na Antropologia, lugares onde se constituem pela passagem do histórico ao rememorativo e do rememorativo ao comemorativo. É nessa passagem que a memória se constitui em história. Na perspectiva discursiva, cujo objeto é o discurso, a rememoração funciona como memória e a comemoração, como atualidade (Venturini, 2008, p. 31).

A autora ainda acrescenta que a rememoração funciona no interdiscurso pelo viés do pré-construído, enquanto a comemoração atualiza uma memória no intradiscurso. Assim, a rememoração equivale ao interdiscurso, pois pelo funcionamento do pré-construído que, segundo Pêcheux (1997), é “aquilo que todo mundo sabe” (Pêcheux, p. 171), legitima e sustenta a comemoração. Já a comemoração se inscreve na atualidade e reatualiza o discurso. Conforme Venturini, quando juntas, a rememoração e a comemoração constituem o intradiscurso, como memória e como texto fundante. Nas palavras da autora, “[...] para rememorar/comemorar é necessário antes institucionalizar determinado nome ou evento e isso ocorre pela repetição, que faz com que o mundo institucional seja experimentado como realidade objetiva” (Venturini, 2008, p. 30).

Entendemos ainda, que como a rememoração, na ordem interdiscursiva, se junta à comemoração, que está no domínio do intradiscurso, esse processo inscreve uma memória na atualidade. Dito de outro modo, há um ponto de encontro de uma atualidade e uma memória, há acontecimento discursivo no funcionamento da rememoração/comemoração do golpe civil-militar de 1964, materializado nesses pronunciamentos que analisamos.

Nessa perspectiva, com o respaldo das discussões propostas por Venturini (2008) acerca das noções de rememoração e comemoração, podemos afirmar que a cada comemoração do aniversário do estabelecimento da Ditadura Civil-Militar brasileira, produz-se também um efeito de memória, pela atualização do interdiscurso no intradiscurso. Vejamos:

Pensadas como processo de estruturação do discurso, a rememoração funciona como memória do saber, como interdiscurso pelo funcionamento do pré-construído e a comemoração como intradiscurso, espaço da linearidade e da sintagmatização da memória (Venturini, 2008, p. 42).

Desse modo, o discurso de comemoração, inscrito nesse pronunciamento feito na Câmara em 2004, que celebra o aniversário de quarenta anos do acontecimento histórico de 31 de março de 1964 (SD16), produz efeitos de memória, pela rememoração do fato como uma revolução – sentidos autorizados pela FD militarista-ditatorial – e, ao mesmo tempo, apaga os sentidos de ditadura para o ocorrido na data então celebrada: “[...] o que defendo é a data e a

**contra-revolução. Do que se seguiu não vou entrar no mérito: torturas, prisões etc. O dia 31 de março deve ser comemorado e respeitado [...]** (SD16). [*sic*]

Quanto à formulação **“Não quero falar sobre o que ocorreu após a Revolução de 1964: torturas, prisões, excessos [...]** (SD16), esses são dizeres que funcionam com sentidos de denegação, que, segundo Courtine (2014), consiste em negar um elemento do saber próprio da FD que afeta o sujeito do discurso. Nesse caso, o sujeito discursivo, além de negar a ditadura pelo significante “Revolução”, também nega outros elementos dos saberes da FD militarista, a exemplo das “torturas, prisões e os excessos” praticados pelos militares; no entanto, a denegação produz um efeito de verdade em relação ao que é negado no discurso, pois incomoda as próprias Forças Armadas, e assim produz efeitos de contradição no discurso, novamente encontramos este funcionamento em nossas análises<sup>113</sup>.

Portanto, a formulação **“Não quero falar sobre”** (SD16), pelo viés da denegação, materializa efeitos de sentido de silenciamento das vozes que denunciavam essas práticas, funciona uma posição-sujeito de omissão e apagamento dos abusos cometidos pela ditadura, ratificada no trecho: **“Não pretendo aqui defender a consequência da ditadura, com que também não comungo [...]. Mas não é justo transformar movimento apoiado pela sociedade e pela Igreja em golpe, meu Deus do céu! [...]** (SD16). [*sic*]

Esses sentidos nos permitem observar um funcionamento discursivo não somente de omissão, mas também de isenção, por parte do deputado, em relação aos “excessos” que ele cita, inclusive com a justificativa da pouca idade à época do acontecimento histórico: **“Tenho isenção para falar sobre o Movimento de 1964, porque tinha 5 anos de idade na época”** (SD16). Aqui podemos recapitular a concepção defendida pelo historiador Reis Filho (2014), discutida no capítulo inicial, de que a sociedade brasileira, que apoiou a tomada de poder pelas Forças Armadas em 1964, decidiu por sua própria autoabsolvição em relação a qualquer afinidade anterior com a ditadura, após perceber que de fato havia um regime autoritário em curso.

Decerto pessoas de cinco anos de idade ainda não tinham a dimensão do que ocorria naquele momento histórico do país, ainda assim, ao vivenciar os vinte e um anos do regime, e os anos posteriores ao seu declínio, esse efeito de sentido de se esquivar do que ocorreu é aqui entendido como um efeito de autoabsolvição em relação à ditadura, materializado nesse discurso, aquela concepção defendida por Reis Filho (2014). Na fala do deputado, percebemos como esse efeito de sentido de isenção/absolvição funciona, sendo que os “excessos” e as

---

<sup>113</sup> No primeiro recorte analítico também observamos esse efeito de contradição.

“consequências” da ditadura não devem ser estigmatizados aos seus apoiadores imediatos, pois já não “comungam” mais com eles.

Utilizando as palavras de Indursky (1990), ocorre que, neste posicionamento discursivo, este “sujeito não reconhece um saber que é próprio de sua FD” (Indursky, 1990, p. 121), uma FD militarista-ditatorial, que é autoritária e, também, violenta. Esses efeitos de silenciamento, omissão, isenção e até mesmo de autoabsolvição são determinações dessa FD, que busca apagar e silenciar a história da Ditadura Civil-Militar brasileira: “[...] **transformar a contrarrevolução num ato insano é demagogia, é hipocrisia, é cretinice e sem-vergonhice da Oposição**” (SD16).

Ainda verificamos no discurso materializado na SD16, determinações ideológicas da FD militarista-ditatorial no discurso pedagógico, com a tentativa de legitimar a imposição do ensino de história. Nesse discurso, o regime militar deve ser ensinado nas escolas como uma revolução, conforme ocorria no período ditatorial, uma memória que também se atualiza na SD16: “**Nas escolas contam outra história a nossos jovens. A história precisa ser dita e escrita de maneira *fiel ao que ocorreu***” (grifo nosso).

Conforme esse discurso, a história deve ser ensinada de maneira “fiel ao que ocorreu” (SD16); parafraseando Pêcheux (1990), podemos afirmar que é um discurso perfeitamente transparente, mas também profundamente opaco, pois afinal essa história deve ser fiel para quem, sob que perspectiva? Como? Para quê? Assim, temos aqui o que Orlandi (2012) denomina de fuga de sentidos. Para a autora, no processo da tensão discursiva, os movimentos podem ser contrários, contraditórios, divergentes e podem tomar várias direções, e assim instaurar sentidos em fuga, pelo efeito do silenciamento. Orlandi (2012) acrescenta ainda, que a fuga de sentidos é efeito da ideologia, instituído pelo interdiscurso. Portanto, a noção de fuga de sentidos pode nos ajudar a explicar o funcionamento do discurso que comemora a data de 31 de março como uma vitória democrática, já que esse discurso impõe a fuga dos sentidos do que foi a Ditadura Civil-Militar vivenciada no país.

Ademais, o dito “**A história precisa ser dita e escrita de maneira *fiel ao que ocorreu***” (SD16, grifo nosso) também busca silenciar o currículo do ensino da história enquanto disciplina do sistema nacional de ensino e apagar os registros de golpe e ditadura. Essa censura funcionou fortemente no período ditatorial. Temos uma memória da censura atualizada na formulação da SD16, com efeitos parafrásticos, que busca regularizar o silenciamento da história pela censura, posto que temos uma posição-sujeito que defende a imposição de outro currículo para o ensino de história, uma história “fiel” às determinações ideológicas da FD militarista, que nega a ditadura e a ressignifica como revolução. Mais uma vez vemos funcionar

o efeito de anulação imaginária do processo histórico (Courtine, 2014) e a tentativa de produzir uma história fictícia em relação ao período ditatorial e, neste caso, a história fictícia se trata também da história enquanto disciplina didática a ser lecionada nas escolas. Com isso, o discurso militarista funciona com efeitos autoritários.

Portanto, funciona nesse processo discursivo, as determinações da FD militarista-ditatorial para o discurso pedagógico, que instaura a fuga de sentidos (Orlandi, 2012) para a história do Brasil, ao impor o currículo que deve ser ensinado nas escolas, de uma história interpretada em conformidade com as determinações ideológicas da FD militarista-ditatorial, ou seja, uma história fictícia (Courtine, 2014). Certamente aqueles que tiveram seus direitos cerceados, familiares violentados, que estiveram sob ameaça de tortura, tiveram pais, filhos ou parentes assassinados pelos carrascos da ditadura, tiveram sua arte censurada e os seus ideais comuns e democráticos combatidos, identificam-se com a forma-sujeito da FD democrática e ocupam posições de resistência ao discurso ditatorial, a exemplo do que está formulado no discurso inscrito na SD17, discursivizada pelo deputado federal Coriolano Salles, que analisaremos, a seguir.

Todavia, no discurso, os sentidos sempre podem ser outros, e na mesma sessão plenária da Câmara, em que coletamos a materialidade que constituiu a SD16, esses sentidos determinados pela FD militarista-ditatorial, que negam a ditadura, também sofrem deslizamentos pelos efeitos de resistência instaurados por uma posição-sujeito que defende a democracia.

O discurso inscrito na SD17, enunciado pelo deputado Coriolano Salles, como uma parte concedida durante o pronunciamento do deputado Alberto Fraga (SD16), instaura sentidos que consideram o estabelecimento do regime militar como uma ditadura no processo histórico do Brasil, “[...] **porque a história não podemos dissolvê-la nem distorcê-la**” (SD17). Esses ditos manifestam sentidos que vão de encontro ao que é discursivizado pelo deputado Alberto Fraga na primeira parte desta análise (SD16). Conforme assegura Courtine (2014), dizeres como aqueles formulados na SD16 podem produzir efeitos de anulação imaginária do processo histórico. É o que vimos funcionar na análise da SD anterior, pelos sentidos de negação à ditadura e à própria história. No discurso de resistência (SD17), temos efeitos de sentido antagônicos que produzem desregulações na memória do discurso militar, que nega a ditadura: **“Vivemos um período de ditadura militar”**. **Não podemos inverter os fatos da história**” (SD17).

Dessa forma, na SD17, na fala do parlamentar Coriolano Salles, temos uma posição-sujeito que reafirma a existência da ditadura e defende a democracia: **“O que vale agora é usar**

esses fatos de modo que sirvam de exemplo para *a sustentabilidade da democracia*” (SD17). “[...] Foi um movimento forte que suprimiu direitos políticos, [...] a partir de atos institucionais; que mudou substancialmente o processo político brasileiro; [...] as relações na sociedade [...]” (SD17). Dessa maneira, o deputado, por meio da posição-sujeito de defesa da democracia, instaura o contradiscurso, ao reafirmar os sentidos de ditadura para o regime militar, e não revolução, conforme discursivizado na FD ditatorial: “[...] Vivemos um período de ditadura militar em nosso País, o qual felizmente não prosseguiu porque a tese da democracia foi superior e venceu” (SD17).

Assim, notamos que o primeiro parlamentar (Alberto Franga – SD16) ocupa uma posição-sujeito de convivência com o regime militar, pois discursivizou em seu pronunciamento que não houve um golpe, mas sim um contragolpe contra o comunismo, uma **“revolução democrática”** (SD16), pois foi um movimento apoiado pela população. Mesmo quando reconhece os excessos provocados no decorrer do regime, essa posição é reafirmada. Retomemos mais um trecho da SD16: **“Havia ameaça explícita de golpe comunista, que instalaria ditadura socialista com base no modelo soviético. Numa reação a esse temor, as Forças Armadas se uniram para dar um contragolpe — atente para a palavra que uso —, fortemente apoiado pela população. Milhares de pessoas foram às ruas apoiar a retomada do Estado Democrático de Direito no Brasil”**. Na SD16, o termo *democrático*, se filia à FD militarista-ditatorial, portanto, muda de sentido e passa a funcionar para justificar o autoritarismo, pois as palavras “[...] *mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam*” (Pêcheux, 1995, p. 146, grifos do autor).

Por outro lado, o segundo deputado a falar (Coriolano Salles na SD17) ocupa uma posição de resistência a esse discurso, uma posição-sujeito democrática, pois contesta os sentidos que distorcem o conhecimento histórico e reconhece o regime militar como uma ditadura (SD17). Todavia, a regularidade discursiva instaurada pelo funcionamento da memória da ditadura como revolução contínua, e é observada anos depois, em 2010, como mostraremos na seguinte análise da SD18.

Assim como as primeiras sequências discursivas deste recorte (SDs 16 e 17), a SD18 faz parte do mesmo banco de dados com os pronunciamentos de deputados da Câmara Federal. Na mesma data, mas em um ano posterior (2010) à fala das duas primeiras SDs, ocorre a regularidade discursiva do discurso com a retomada do funcionamento de rememoração/comemoração do aniversário do golpe de 31 de março. Esse funcionamento é inscrito na fala de outro parlamentar, o então deputado federal Jair Bolsonaro. O funcionamento dessa memória se dá, neste discurso, por meio do trabalho da repetição e, conseqüentemente,

da rememoração e comemoração de um acontecimento histórico, o golpe civil-militar de 1964: “[...] **saúdo os militares e civis que, em 1964, tiveram a coragem de assumir o comando do País [...]**” (SD18).

Segundo Courtine (2014), quando ocorre a inscrição de uma formulação, representada no espaço imaginário, se efetua uma ligação entre o tempo da enunciação ao domínio da memória, temos então, a ocorrência de formulações comemorativas. De acordo com o autor “Essa relação imaginária com o tempo encontra seu recorte no calendário e não conhece nenhuma outra escansão além daquela do *aniversário*” (Courtine, 2014, p. 239, grifo do autor), portanto, o efeito de comemoração na memória discursiva, nesse pronunciamento na Câmara (SD18), é instaurado por meio da repetição de um momento primeiro – o início da ditadura, considerando a contagem dos dias daquele acontecimento, isto é, o aniversário do golpe.

Desse modo, na mesma data de aniversário, no entanto no ano de 2010, temos um pronunciamento de outro deputado federal, ancorado pelo editorial do jornal *O Globo*, à época de Roberto Marinho, reverenciando o golpe de 1964 como uma revolução democrática, com apoio do povo, da imprensa, dos empresários e da Igreja: **“Os militares assumiram o poder, então, com apoio de toda a imprensa, [...]; com apoio da classe empresarial, [...] com apoio da Igreja Católica, [...]”** (SD18). É importante ressaltar que as *Organizações Globo*, historicamente, também ocupam posição-sujeito filiada à FD militarista, que nega o golpe e silencia os sentidos de ditadura para o regime militar, e ainda nessa materialidade funcionam efeitos de sentido de revolução para este período.

Esse deputado ocupa a mesma posição do sujeito discursivo inscrita na SD16, analisada anteriormente, uma posição-sujeito antidemocrática. Ele inicia seu pronunciamento com uma saudação de respeito aos militares e civis que assumiram o poder naquela data. Essa saudação é feita enaltecendo a “coragem” desses militares, o que possibilita observar o efeito de sentido de que houve, então, um ato de bravura em 1964, o que faz parte do imaginário que se preserva em relação às Forças Armadas como instituição, que é uma formação imaginária de força, honra e ordem. Relembramos que Pêcheux (1997, p. 82) propõe que as formações imaginárias “[...] designam o lugar que [os interlocutores] se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro [...]”. Não há uma relação direta entre o mundo e a linguagem, mas são sentidos de representações imaginárias dos sujeitos e dos lugares que eles ocupam.

Nesse pronunciamento (SD18), o deputado, assumindo a posição-sujeito antidemocrática, retoma o discurso do jornal *O Globo*, com efeitos parafrásticos, já que há uma repetição desse discurso. Diante do enfraquecimento da Ditadura Civil-Militar, Roberto

Marinho, naquele momento editor-chefe do veículo jornalístico, lançou um editorial intitulado “Julgamento da Revolução”<sup>114</sup>. Tal formulação que intitula o texto de opinião veiculado no jornal já traz um funcionamento discursivo de que o período que compreende os anos de regime militar não se trata de uma ditadura para a linha editorial de *O Globo*, pois ao propor fazer um julgamento desse período, o editor ocupa uma posição-sujeito de conivência com a ditadura, por chamá-la, inclusive, de revolução.

O discurso da SD18 se alinha ao discurso da SD16 ao apagar os efeitos de ditadura e discursivizar o período como revolucionário. Desse modo, os dois deputados que enunciam esse discurso, e nesta SD18, o deputado que recita o editorial de *O Globo*, é interpelado ideologicamente e se identifica com a forma-sujeito da FD militarista-ditatorial, e assim ocupa a mesma posição-sujeito então assumida pelas *Organizações Globo*, uma posição que silencia os sentidos de ditadura para o regime militar e discursiviza o período como revolução: **“Participamos da Revolução’ — democrática — ‘de 1964, identificados com os anseios nacionais de preservação das instituições democráticas, ameaçados pela radicalização ideológica, greves, desordem social e corrupção generalizada”** (SD18).

O pronunciamento do deputado (SD18), ao repetir trechos da fala do jornalista Roberto Marinho, no editorial do jornal *O Globo*, produz efeitos de verdade ao discurso (Indursky, 2015). O deputado ainda acrescenta no texto original a palavra “democrática”, reforçando, assim, os efeitos de apagamento daquele período como uma ditadura. Desse modo, percebemos as determinações de sentidos da FD militarista-ditatorial, ao discursivizar a ascensão dos militares ao poder em 1964, como crucial para salvar a democracia e o país do comunismo: **“[...] o ateísmo era a religião dos comunistas; [...]. Assim o Brasil deu início a 20 anos de glória, período em que o povo gozou de plena liberdade e de direitos humanos [...]”** (SD18).

Conforme discutido nas primeiras seções deste estudo, segundo Sá Motta (2019), a justificativa de uma ascensão comunista naquela época não se comprova, uma vez que o próprio presidente João Goulart e o partido ao qual ele era filiado (PTB – Partido Trabalhista Brasileiro) não eram comunistas, no entanto, por ter sua base eleitoral composta de trabalhadores e das camadas mais pobres da sociedade e por seus ideais reformistas e de aproximação com os movimentos sociais, despertou o temor anticomunista nos seus opositores políticos, financiados com capital estadunidense. Quando o editorial aborda a **“radicalização ideológica”** (SD18), ocorre o processo de identificação do enunciador do jornal com a forma-sujeito da FD militarista-ditatorial, funciona um efeito de sentido equivocado de que os ares antecedentes ao

---

<sup>114</sup> Disponível em: <https://historia.globo.com/memoria-roberto-marinho/opinioao/noticia/julgamento-da-revolucao.ghtml> Acesso em: 30 set. 2020.

golpe eram efetivamente propícios à instalação do sistema de produção comunista no Brasil. Trata-se de um efeito de sentido de contragolpe a um suposto golpe comunista que estaria em curso naquele momento, segundo esse discurso.

Com base em Dias e Souza (2018), constatamos que os cenários precedentes ao golpe militar de 1964 e os acontecimentos contemporâneos, discutidos ao longo deste estudo, que vão das *Jornadas de Junho de 2013*, passam pelo processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, no golpe de 2016, e culmina com as eleições e governo de Jair Bolsonaro, são parecidos, têm muitos efeitos de sentido convergentes. As discursividades sobre o comunismo, por exemplo, que naquele período histórico produziam efeitos de medo social, de assombro, de uma ameaça terrível ao país voltam a ser repetidos em nossos dias, como justificativas para o retorno das Forças Armadas ao poder. Há uma regularidade desses efeitos de sentido sobre o comunismo, dada a sua recorrência observada nas materialidades que trazem comemorações do golpe de 1964, como por exemplo na formulação: “[...] **os produtores rurais, que não queriam ver suas fazendas tomadas pelas ligas camponesas; [...]**” (SD18). Esses efeitos discursivos anticomunistas também são atualizados no intradiscurso, visto que há o funcionamento do discurso pela defesa da “Intervenção Militar Já”, na atualidade (Aguiar-Santos, 2020), uma nova posição-sujeito desse discurso de apologia à Ditadura Civil-Militar de 1964.

Portanto, a memória do discurso militarista funciona com sentidos de que o período de governo militar não foi uma ditadura, pelo contrário, trouxe progresso e crescimento para a nação, com construção de empreendimentos importantes em grandes obras, e como uma salvação para o Brasil, tendo em vista a ameaça comunista que traria retrocesso e uma ditadura: **“Construímos a Hidrelétrica de Itaipu, a Ponte Rio-Niterói, fizemos a duplicação da Dutra, portos, aeroportos, telecomunicações [...] pelo que os militares fizeram em 1964, minha saudação a eles e aos civis de bem que assumiram o timão do Brasil à época”** (SD18). É interessante a utilização da primeira pessoa do plural, nas primeiras orações da citação da SD18 na fala do deputado, pois esta construção gramatical instaura sentidos de que o deputado seja parte integrante das forças militares que realizaram àquelas ações, como de fato, Bolsonaro já foi ativo no Exército brasileiro.

Esse discurso de progresso econômico também silencia os entraves existentes durante a ditadura, como o cerceamento da liberdade e o desrespeito aos direitos humanos, ocasionados pelas perseguições e torturas aos opositores do regime. Inclusive, com um jogo metafórico que ressignifica esses percalços, silenciando-os e substituindo-os, justamente, com outros sentidos para “liberdade e direitos humanos”, mas apenas para quem merecia: **“Naquela época, o marginal era tratado como marginal. Hoje, ele tem direitos humanos, tem auxílio-reclusão**

**e vota. É o absurdo dos absurdos!”** (SD18), o deputado discursiviza de forma implícita, pois conforme Orlandi (2003) há sempre o não-dito no interior do que é dito, que os criminosos são “bem tratados” no regime democrático, enquanto na ditadura eram tratados como marginais.

Nesse sentido, ao dizer que hoje, essas pessoas têm direitos humanos, o não-dito de que antes “elas” não tinham esses direitos durante a ditadura é inscrito nesse discurso, no entanto, a história comprova que não só aqueles considerados como “marginais” eram tratados de forma desumana pelos ditadores, mas qualquer pessoa que se opusesse ao regime, sejam elas professores, jornalistas, estudantes, religiosos, homens, mulheres ou crianças.

Além disso, a formulação “direitos humanos” é entendida nessa formação discursiva militarista-ditatorial como um direito que não compreende todas as pessoas, a essência do que é ser humano, mas apenas aqueles que “não cometem crimes”. Mais uma vez, vemos o funcionamento de um pré-construído que se insere no interdiscurso da direita política.

Entendemos que os ditos *dignidade e humano* geram os mesmos efeitos de sentido, uma vez que todo ser humano tem direito à dignidade. A voz da memória deve se manifestar na defesa da vida humana para toda a humanidade, sem exceções. Não existe um “fora da dignidade” para a pessoa humana, pois seu rebaixamento impacta a todos.

Acerca desse funcionamento do discurso, sobretudo quando inscrita na Formação Discursiva de extrema-direita, Souza (2017) postula que

A constatação do crescimento da extrema direita na atualidade nos atravessa a partir de discursos que se constroem e hegemonomizam-se por encontrarem espaço abundante em práticas xenofóbicas, homofóbicas, sexistas, opressoras e racistas. Tais discursos – que, no nosso entendimento, configuram-se como práticas – são enfrentados historicamente pelos grupos de defesa dos direitos humanos por compreendê-los como uma barbárie contemporânea (Souza, 2017, p. 1).

Esses enunciados se repetem no interdiscurso recortado pela FDs direitista ou militarista-ditatorial, e como apontamos na seção anterior, na FD bolsonarista, a exemplo de “direitos dos manos”, “fim dos direitos dos manos”, como efeitos metafóricos em relação aos “direitos humanos”, reiteram o funcionamento do discurso de ódio e preconceito arraigados na sociedade brasileira. São formulações que “vinculam a tribo urbana dos Manos e das Minas à autoria de crimes como assaltos, tráfico de drogas e homicídios (Souza, 2017, p. 1). Nessa perspectiva discursiva, aqueles que cometem crimes não precisam ser tratados como humanos, mas como bandidos, indo de encontro ao que prega a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, que não distingue a humanidade de alguém seja qual for sua conduta, pois os direitos

humanos são inerentes a todos os seres humanos, e independem de raça, sexo, idioma, religião, nacionalidade, etnia, ou qualquer outra condição: “Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal [...] Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante” (DUDH, art. 3-5, 1948).

Os dizeres da SD18 também produzem efeitos de contradição e de negação da realidade histórica, quando o deputado discursiviza que os maiores de 60 anos, ao serem consultados pelos mais jovens, poderiam atestar de fato como foi o regime militar: “[...] **aos jovens que estão me ouvindo, [...] Procurem os mais velhos, perguntem [...] ao [...] que [...] tiver acima de 60 anos como foi o regime militar e se ele não tem saudades daquela época, [...] que todos eram respeitados, até mesmo este Parlamento, que hoje não o é mais [...]**” (SD18).

Conforme já discutido neste estudo, durante a ditadura, o parlamento brasileiro foi impedido de atuar, pois o AI-5 impôs o fechamento do Congresso Nacional. Desse modo, como “naquela época” poderia haver mais respeito ao parlamento, como está sendo materializado no discurso da SD18, e a todos, sendo que essa instituição foi fechada? Sequer tinha o parlamento a possibilidade de desempenhar suas funções com liberdade?

Ainda nesse discurso, são novamente produzidos efeitos de defesa da legislação ditatorial como benéfica ao desenvolvimento do Brasil e ao combate à corrupção: “[...] **a roubalheira praticamente não existia. E, quando aparecia, a autoridade era cassada pelo saudoso AI-5, que veio para evitar que o terrorismo se expandisse mais em nosso País. O povo, iludido, lamentavelmente trocou tudo isso por voto**” (SD18). A utilização do adjetivo *saudoso* nessa formulação permite a instauração dos sentidos de que o AI-5 foi bom, e por isso deva se ter saudade desta lei, já que pelos dizeres dessa SD, sua promulgação servia somente a interesses voltados para o bem, que consistia em banir atos de terrorismo no país.

Ao lamentar a troca do AI-5 pelo voto, o deputado ocupa mais uma vez, agora em 2010<sup>115</sup>, a posição-sujeito de defesa desse ato institucional e discursiviza que houve um severo erro na escolha do povo, ou seja, uma lei ditatorial ser substituída pelo voto democrático equivale aos sentidos de que a ditadura era melhor opção à população, do que o ato de escolher seus representantes por meio da votação: “**O voto é muito importante, mas quando se tem responsabilidade. Quando não se tem, como acontece hoje em dia, a troca do voto por bolsa família e por projetos assistencialistas [...]**” (SD18). [*sic*]<sup>116</sup> Desse modo, sentidos

<sup>115</sup> Relembramos que nas análises do segundo recorte deste estudo, o mesmo parlamentar, em 1998, defendia a reedição da mesma legislação ditatorial.

<sup>116</sup> Provavelmente, o deputado deve ter falado que “há troca do voto por bolsa família [...]”, pelo contexto da frase, no entanto, o modo como foi grafado pela nota taquigráfica ou entendido pelo redator que transcreveu o pronunciamento, trocando o verbo *há* pelo artigo *a*, deixou o texto inconclusivo.

positivos ao AI-5 e à ditadura são materializados nesse discurso, enquanto os sentidos de democracia na FD militarista são outros, como o de inutilidade desse sistema, bem como o de discursivizar a destruição e o retrocesso provocados pelo regime militar, como avanços, pois, mais uma vez, é preciso reafirmar que as palavras mudam de sentido conforme as posições ideológicas dos sujeitos filiados a uma dada formação discursiva (Pêcheux, 1995), e isso ocorre nesse funcionamento, afinal, os sentidos permitidos pela FD militarista-ditatorial para a democracia são de depreciação e irrelevância.

Vale salientar, conforme Indursky (2019), que esse discurso é da ordem do impensável para um momento de redemocratização, pois enquanto deputado eleito de forma democrática, representante do Poder Legislativo do Estado, essa posição-sujeito de ataque à democracia jamais deveria ser ocupada pelo parlamentar. Nunes (2019) assegura que

O Estado, em sua plenitude de direitos e prerrogativas constitucionais, juntamente com seus agentes de poder, não pode atuar como adversário ou inimigo da democracia; não pode abrir suas portas, janelas e convicções para legitimar os assombros golpistas, compactuar com as formas de violências, torturas, ou respaldar convicções totalitárias. O Estado, em tempos de crise, deve dispor de seus próprios mecanismos de autorregulação para, enfim, ser capaz de sustar ou desmontar suas próprias armadilhas, defender princípios éticos, atuar com isonomia jurídica e assegurar vida saudável à democracia (Nunes, 2019, p. 20-21).

Considerando os sentidos permitidos pela FD militarista-ditatorial, de depreciação à democracia e ao voto discursivizados em trechos da SD18, essas determinações discursivas e suas práticas sociais tendem a fragilizar a democracia brasileira e a desacreditar o devido funcionamento das instituições. Isto é, como afirmamos na introdução deste estudo, são determinações discursivas que estão em funcionamento desde a transição do regime ditatorial para a democracia, como vemos em nossas análises. Além disso, pelas condições de produção do discurso enunciado nessas SDs (16-18), havia apenas pouco mais de vinte anos de restabelecimento do regime democrático, o que demonstra a sua efemeridade.

A SD18 materializa sentidos de enaltecimento aos militares e ao golpe civil-militar, e assim busca justificar a comemoração da fatídica data, discursivizada como combate, e para que esse combate ocorresse foi necessário **a coragem desses militares**, num processo de tomada de poder para preservar a democracia (SD18). No entanto, conforme Pêcheux (1995), o sentido sempre pode ser outro, então questionamos: que combate foi esse? Combate a que e a quem?

Desse modo, cabe retomar e sinalizar o que Zaverucha (1999)<sup>117</sup> assegura, ao dizer que a sociedade tem a singela impressão de que as Forças Armadas estão sob a subordinação e o controle civil democrático, no entanto, de modo sutil, as forças militares corroem algumas instituições fundamentais para o bom andamento do pacto social, como a Constituição e as polícias e, como interpretamos neste procedimento analítico, corrói também a própria Câmara Federal, por meio de deputados que ocupam posições-sujeito antidemocráticas, sendo discursivizada uma oferta de poder incompatível aos militares, o que se contrapõe ao papel dos deputados que é defender a segurança democrática do país.

No próximo recorte, mostraremos que o discurso de rememoração/comemoração da Ditadura Civil-Militar, enunciado nas datas de aniversário do golpe de 1964, continuou a funcionar. Passemos ao último recorte analítico desse bloco, que também encerra o terceiro capítulo desta tese.

---

<sup>117</sup> O autor reflete essas questões considerando o final da década de 1990, mas que facilmente, podemos associar a esse discurso em análise.

## Recorte Analítico 4

## Sequências Discursivas de 19 a 21

SD19

Figura 28 - Trecho inicial de reportagem da Revista Época

O GLOBO ÉPOCA
BUSCAR
ACESSO
f
t
i

EPOCA

EPOCA • POLÍTICA

## De 1964 aos dias atuais: nos reservados círculos militares, o golpe nunca deixou de ser comemorado

Data saiu do calendário oficial das Forças Armadas em 2011, mas os apoiadores do que chamam de 'revolução' comemoram até hoje o aniversário de 31 de março

Barbara Liborio

27/03/2019 - 19:24 / Atualizado em 28/03/2019 - 11:18

f t | Newsletters

31.03.1975 - ARQUIVO - PA - COMEMORAÇÃO DE 31 DE MARÇO. EDUARDO D'ÁVILA. Foto: Mircio Arnuda / Mircio Arnuda

O aniversário de 31 de março de 1964, data que instalou uma ditadura militar no Brasil, saiu do calendário oficial de comemorações das Forças Armadas apenas em 2011, no governo da ex-presidente Dilma Rousseff — que foi torturada por militares quando foi presa pelo regime, em 1970. Até então, na ordem do dia nos quartéis do país, comandantes costumavam fazer discursos exaltando o que chamam de “revolução”. No próximo dia 31, por ordem do presidente Jair Bolsonaro, as “comemorações devidas” devem voltar a ocorrer oficialmente. Segundo o ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, os eventos serão “intramuros”: leitura da ordem do dia, palestras e formaturas militares.

Discretamente, no entanto, as celebrações nunca deixaram de acontecer. Nas décadas de 1960 e 1970, houve festas públicas. Depois, os discursos exaltados nos quartéis e a publicação de materiais históricos pelo Exército. Nos últimos anos, as comemorações foram discretas, restritas aos clubes militares. Permaneceram, porém, no calendário de oficiais da reserva e de apoiadores do regime.

Fonte: Revista Época (2019)<sup>118</sup>.

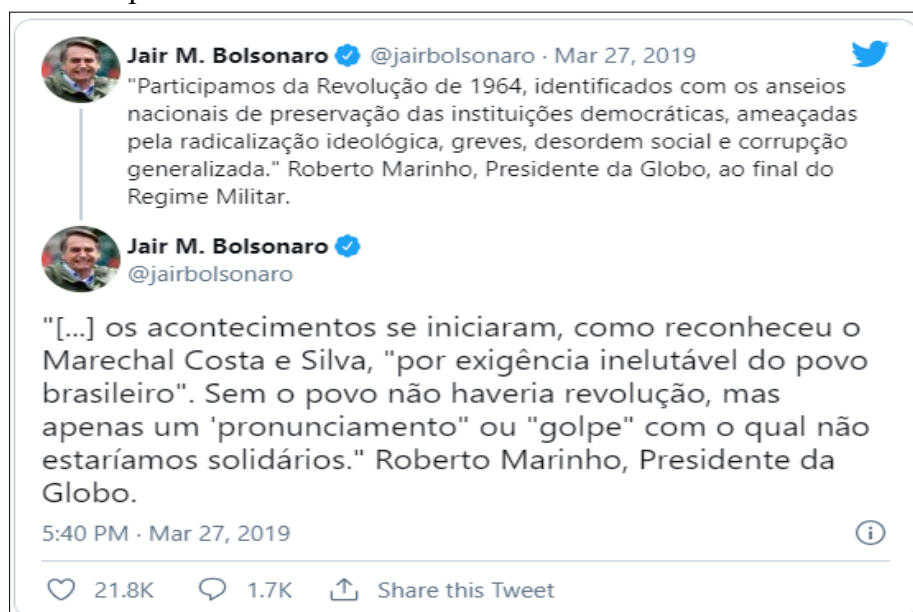
<sup>118</sup> Disponível em: <https://epoca.globo.com/de-1964-aos-dias-atuais-nos-reservados-circulos-militares-golpe-nunca-deixou-de-ser-comemorado-23555401>. Acesso em: 30 ago. 2020.

SD20

**Figura 29** - Captura de tela do trecho inicial da reportagem do *site Poder360*

Foto: Sérgio Lima/Poder360 (2019).

SD21

**Figura 30** - Captura de tela com tuítes de Jair Bolsonaro coletadas no *site Poder360*Fonte: Posts do X-Twitter republicados pelo Poder360 - 2019<sup>119</sup>

<sup>119</sup> Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/rememorar-nao-comemorar-diz-bolsonaro-sobre-aniversario-da-ditadura/> Acesso em: 30 ago. 2020.

A SD19 trata-se da manchete, do *lead* e da parte inicial de uma extensa matéria publicada na *internet* pela revista *Época*. Na reportagem, há um levantamento acerca das comemorações do aniversário do início da ditadura de 1964 ao longo das décadas seguintes à instauração do regime militar. Na foto que ilustra a reportagem, inscrição imagética, está o militar General Ednardo D'Ávila, na comemoração de 1975 do aniversário do golpe, ainda durante a vigência do período ditatorial. Até os dez anos do golpe, as comemorações aconteciam com palestras e reflexões, celebrando a dita importância do acontecimento com efeitos de sentido favoráveis e benéficos à democracia brasileira. Aquele período era apresentado à sociedade civil, e assim discursivizado, como um triunfo da democracia frente ao possível golpe comunista que estava em curso e foi combatido pelos militares.

No entanto a partir de 1975, com as manifestações das vítimas da ditadura, o tom de comemorações começa a ser substituído pelas queixas e ressentimentos para com os militares, formulados pelos combatentes do processo ditatorial. A inscrição linguística materializada no título da reportagem (SD19) mostra que as comemorações “do golpe” sempre ocorreram, e mesmo com o fim da Ditadura Civil-Militar, esses atos comemorativos não se findaram. Ou seja, tais celebrações foram naturalizadas pelo efeito ideológico do discurso militarista.

Na SD19, temos uma posição-sujeito contrária às comemorações do 31 de março, no discurso oficial do governo federal, após a ascensão de Dilma Rousseff à presidência (2011), que proibiu tais comemorações, as quais ainda ocorriam dentro dos quartéis. O discurso estatal, naquele momento, filiava-se à FD antagônica ao militarismo-ditatorial, visto que a própria Dilma Rousseff, então presidenta da República, havia sido uma das vítimas de perseguições na época da Ditadura Civil-Militar. Justamente Dilma, “uma das vítimas da ditadura, que teve a coragem política de instituir a Comissão Nacional da Verdade com o objetivo de apurar os fatos que ocorreram durante a ditadura militar brasileira” (Indursky, 2019, p. 31).

No entanto, as comemorações do dia 31 de março, com sentidos de revolução nunca deixaram de acontecer, como vimos, pois, conforme as determinações ideológicas do militarismo, essa data rememora *um triunfo da democracia, um vitorioso combate ao iminente golpe comunista*, de acordo com os saberes autorizados pela FD militarista-ditatorial.

Assim como a matéria infográfica do *Estadão*, que utilizamos como portal de acesso aos arquivos subterrâneos que guardavam as materialidades analisadas no terceiro recorte, a reportagem da *Época* foi publicada às vésperas (dia 28 de março) do aniversário do golpe militar em 2019, primeiro ano do mandato de Jair Bolsonaro como presidente do Brasil, e ressalta, em seu primeiro parágrafo, que ordenadas pelo presidente, no próximo dia 31, as “comemorações devidas” deveriam acontecer **“No próximo dia 31, por ordem do presidente**

**Jair Bolsonaro, as ‘comemorações devidas’ devem voltar a ocorrer oficialmente” (SD19).** A formulação “**comemorações devidas**” (SD19) produz um efeito de legitimidade para o discurso que naturaliza a comemoração, pois é discursivizado com sentidos de honra, como um dever, que urge em ser cumprido e assim, retomando Venturini (2008), “participa da urgência de uma formação social em comemorar, fornecendo-lhe um modo de funcionamento” (Venturini, 2008, p. 43).

Com ampla divulgação, considerando a facilidade de circulação para as materialidades inscritas nas mídias da *internet*, vemos o trabalho do digital na reprodução dos sentidos que já estavam funcionando por meio da posição-sujeito ocupada por Jair Bolsonaro nesse discurso, quando ainda era deputado, como observamos na SD18, durante sua fala no plenário da Câmara em 2010. Com isso, vemos nessa repetição, o trabalho da atualização da memória do discurso militar e autoritário, que retoma os já-ditos do interdiscurso, os quais circulam na atualidade pelo intradiscurso, com efeitos parafrásticos, pois repetem com os mesmos sentidos o discurso de rememoração/comemoração da ditadura.

Esse discurso traz funcionamentos que rememoram, e pela interpelação ideológica, ordenam que se comemore o ocorrido em 31 de março de 1964. Assim, há uma atualização da memória discursiva militarista, pela rememoração/comemoração da data de aniversário do golpe, seja enquanto o sujeito enunciador está no lugar social de parlamentar, seja enquanto ele está no lugar social de chefe do Executivo, anos depois. Embora mude o lugar social em que está inserido, continua a funcionar a mesma posição-sujeito do discurso<sup>120</sup>.

Temos novamente a comemoração do aniversário do golpe civil-militar de 1964 e, como estamos defendendo, toda comemoração rememora os sentidos (Courtine, 2014; Venturini, 2008). Ao comemorar o 31 de março, conseqüentemente, se comemora os anos posteriores em que vigorou a Ditadura Civil-Militar brasileira, e essa comemoração é legitimada pelo Estado, na pessoa do chefe da nação, oito anos após essas comemorações serem proibidas oficialmente. Vejamos:

Às vésperas do dia 31 de março de 2011, uma palestra com o tema a contrarrevolução que salvou o Brasil” do então diretor do Departamento de Ciência e Tecnologia, o general Augusto Heleno, que seria destinada a militares, foi cancelada por determinação do então ministro da Defesa, Nelson Jobim, acatando decisão da então presidente. Heleno, atualmente, é chefe do Gabinete de Segurança Institucional de Bolsonaro (Adorno, 2019)<sup>121</sup>.

---

<sup>120</sup> Na próxima SD20, esses sentidos serão retomados.

<sup>121</sup> Para mais informações: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/03/26/comemoracao-de-data-do-golpe-militar-no-brasil-durou-ate-o-governo-lula.htm>. Acesso em: 31 ago. 2020.

Conforme já pontuamos nesta tese, no primeiro ano de mandato da então presidenta Dilma Rousseff, as comemorações oficiais do aniversário do 31 de março foram proibidas pela chefe de Estado. Este ato configura o que Indursky (2015) define como uma política do resgate da memória, uma vez que, ao impedir a realização de atos comemorativos, essa ação soa como uma forma de reparação e/ou retratação pelo que vinha sendo comemorado, o golpe civil-militar; e há o resgate da memória que entende o regime como ditadura, que estava sendo silenciada. Nas palavras da autora, podemos ver, no discurso materializado nesse ato de proibição da presidenta, o funcionamento de “[...] um gesto de resistência aos sentidos e silêncios que foram impostos sobre essas vítimas da violência do estado de exceção” (Indursky, 2015, p. 25), por exemplo.

A SD20 trata-se de outra matéria publicada na *internet*, dessa vez pelo *site Poder360*, que traz as falas de Jair Bolsonaro às vésperas do aniversário de 31 de março em 2019 que foram reproduzidas pela *Revista Época* na SD19, no entanto, essa reportagem cita as falas do presidente tanto nas declarações dadas em entrevista durante a comemoração ao 211º aniversário da Justiça Militar da União, no Clube do Exército, em Brasília, quanto nos pronunciamentos do presidente via rede social *X-Twitter*<sup>122</sup>.

A SD20 novamente mostra o trabalho do digital na produção e circulação de discursos. Seja por meio de notícias jornalísticas, que envolvem as ações do presidente da República, ou por meio do uso das redes sociais pelo chefe da nação, o discurso que rememora e comemora o aniversário do golpe de 1964 é amplamente divulgado. Bolsonaro, já como presidente, ocupa a mesma posição dos sujeitos discursivos das SDs 16, 18, analisadas no terceiro recorte, e 19, com sentidos de silenciamento para o período ditatorial e produzindo efeitos de revolução para esse regime. No entanto, devido ao lugar social de Presidente da República, a posição-sujeito que ele ocupa se fortalece com sentidos que legitimam esse discurso de rememoração/comemoração da celebração do golpe de 1964.

Em relação a legitimação que o presidente permite para esse discurso, cabe apresentar as ponderações de Silva & Azevedo, quando os autores afirmam que

O enaltecimento do golpe, que feriu a democracia e os direitos humanos, deriva de um desrespeito à memória alheia, supremacia egóica que abraça os prepotentes; aos que se acham detentores de uma opinião justa, única e verdadeira, uma memória de sobreviventes pelo qual guardam em suas mentes

---

<sup>122</sup> Fonte: *Poder360*. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/rememorar-nao-comemorar-diz-bolsonaro-sobre-aniversario-da-ditadura/> Acesso em: 30 ago. 2020.

vítimas dessa “revolução” — persuadidas, torturadas e mortas. Nesse período sombrio muitos filhos se tornaram órfãos, esposas se tornaram viúvas, amizades foram desfeitas — vítimas que submergiram mediante a um processo de caça aos contrarrevolucionários, marcas traumáticas ultrapassaram o ano do término deste período sombrio (1985), registros em mente duradouros até os dias de hoje. Mediante aos espasmos, comemorar é desrespeitar a dor do sujeito experienciador e vivenciador da situação de desamparo e angústia (Silva; Azevedo, 2019, p. 8).

Apesar da tentativa de desconectar a comemoração da rememoração, como vemos na SD20: **“Rememorar, não comemorar”**, o discurso funciona com sentidos de denegação, que conforme já vimos funcionar em outras formulações, consiste em negar um elemento do saber próprio da FD que afeta o sujeito do discurso (Courtine, 2014), e assim, instaura-se uma regularidade discursiva: **“Rever o que está errado, certo e usar isso para o bem do Brasil”** (SD20); a ditadura é aí discursivizada com o mesmo efeito de sentido de revolução, impondo, também, o silenciamento dos sentidos da Ditadura Civil-Militar. Dessa forma, a formação discursiva militarista, dominante nas SDs analisadas, determina esse funcionamento discursivo como natural e necessário, impõe sentidos de revolução para o evento autoritário de 31 de março e silencia os sentidos da ditadura.

De acordo com Venturini (2008), a “[...] rememoração, enquanto espaço discursivo, constitui-se pela memória discursiva e dá visibilidade, pela formação discursiva, ao sujeito interpelado pela ideologia e atravessado pelo inconsciente” (Venturini, 2008, p. 43). Desse modo, a memória discursiva da ditadura é atualizada, de forma que Bolsonaro no discurso inscrito na SD20 não ocupa a posição-sujeito de presidente democrático do país, mas assume a posição-sujeito de militar e, assim, o discurso produz efeitos de silenciamento do golpe, sendo este renomeado como revolução. Na teoria discursiva, esta substituição é denominada por Pêcheux (1997), como metáfora discursiva, que consiste na substituição de palavras, expressões ou proposições em determinadas formulações, “[...] o efeito metafórico funciona quando há uma substituição contextual [...]” (Pêcheux, 1997, p. 96).

Indursky (2013), ao discorrer sobre o imaginário do sujeito presidencial estabelecido pelo discurso, considerou os militares que presidiram o país durante a ditadura, e identificou, por meio das análises discursivas dos respectivos pronunciamentos desses chefes de Estado<sup>123</sup>, quatro diferentes imagens relacionadas ao lugar social de presidente do Brasil, as quais a autora definiu como *a) presidente democrata, b) presidente militar, c) presidente autoritário e d) presidente injustiçado*. Com base nas análises da autora, é possível observar efeitos do

---

<sup>123</sup> A autora analisa o discurso dos presidentes durante a ditadura no Brasil e identifica essas quatro projeções imaginárias funcionando em seus pronunciamentos.

imaginário de presidente autoritário no discurso inscrito nos pronunciamentos de Jair Bolsonaro, que também materializam um discurso com efeito de simulacro de presidente democrata.

Passando para a análise da SD21, que materializa uma postagem no *X-Twitter* do então presidente Jair Bolsonaro, ainda no próprio *site* do jornal *Poder360*. Devido a isso, vemos mais uma vez as particularidades de circulação de discursos, próprias do ambiente digital. O discurso se movimenta da FD militarista e é retomado por meio da FD jornalística, se movimenta da rede social *X-Twitter* para o *site Poder360*, com novos efeitos de sentido. Não somente com o efeito de apologia à ditadura, mas nesse caso, também com efeitos de divulgação, de comunicação pública acerca do que faz ou fala o chefe da nação, já que a reportagem do *site Poder360* foi publicada para informar o comentário do presidente de convocar uma comemoração/comemoração do dia 31 de março e, conseqüentemente, faz circular o que ele discursiviza como sujeito discursivo.

Esse processo intensifica a forma de divulgação e ainda possibilita uma maior circulação dos sentidos, com efeitos parafrásticos, isto é, os mesmos sentidos presentes na posição-sujeito ocupada pelo presidente, no que se refere ao processo de comemoração/comemoração do golpe militar. A movimentação de um suporte para outro, do *X-Twitter* para o *site* jornalístico *Poder360*, faz esse discurso circular tanto na rede social do presidente, com suas respectivas condições de produção, como também ser reinscrito e repetido na reportagem, por intermédio da atuação da imprensa, ao noticiar aquilo que Bolsonaro, enquanto presidente, discursiviza como sujeito do discurso. Nesse sentido, a força do lugar social de Bolsonaro como presidente é manifestada nessa reprodução discursiva no ambiente digital do veículo jornalístico.

Embora não assuma uma posição categoricamente semelhante àquela ocupada pelo presidente, a matéria jornalística produz sentidos filiados à FD militarista-ditatorial, fazendo funcionar o efeito parafrástico dessa memória discursiva de comemoração do golpe de 1964. Isso é intensificado pela divulgação virtual que possibilita uma maior circulação dos sentidos presentes na posição-sujeito ocupada pelo então presidente e pela organização midiática digital, no que se refere ao processo de comemoração/comemoração do golpe civil-militar.

O efeito parafrástico consiste na repetição de um dizer, nesse caso, o *Poder360* repete o dizer de Bolsonaro como presidente, replicando os saberes desses ditos, funcionando, assim, uma regularidade discursiva e uma estabilização da memória. Quando esse discurso é reinscrito numa nova materialidade, neste caso na reportagem, as relações metafóricas funcionam instaurando efeitos de paráfrase, de acordo com Orlandi (2003), “produzem-se diferentes

formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização [...]” (Orlandi, 2003, p. 36).

Nas publicações da rede social, o ex-presidente mais uma vez retoma trechos do editorial do jornal *O Globo*, que já analisamos na SD18<sup>124</sup>. Bolsonaro, ao tuitar esses trechos do editorial, ocupa a mesma posição-sujeito do discurso jornalístico de *O Globo*, uma posição-sujeito de porta-voz do povo, ao defender o discurso filiado à FD militarista, também defendido na época pelas *Organizações Globo*. O sujeito porta-voz, na definição de Pêcheux (1990), é o sujeito que “se expõe ao olhar do poder que ele afronta, falando em nome daqueles que ele representa, e sob seu olhar. É aquele que se [...] coloca em posição de negociador em potencial, no centro visível de um “nós” em formação [...]” (Pêcheux, 1990, p. 17).

De acordo com Venturini (2009), um indivíduo ao assumir a posição-sujeito de porta-voz no discurso de rememoração/comemoração faz funcionar um efeito de autorização para dizer o que diz. Ele assume o lugar de sujeito que enuncia, vejamos:

O sujeito é responsável pelo dizer institucionalizado, e a partir do lugar de memória, institui um “nós” coletivo que emerge dos lugares que sustentam a rememoração/comemoração como o lugar, que organiza, atualiza e distribui os dizeres e saberes que podem/devem entrar na ordem do discurso (Venturini, 2009, p. 10).

Essa posição-sujeito de porta-voz do povo também inscreve sentidos parafrásticos, quando observamos a citação do que disse o Marechal Costa e Silva, feita pelo jornal *O Globo* e recitada no tuíte do então presidente, em que o militar afirma que só houve o acontecimento de 31 de março de 1964 “**por exigência inelutável do povo**” (SD21). Nesse sentido, a posição-sujeito de porta-voz, ocupada pelo presidente-ditador Marechal Costa e Silva, pelo jornal *O Globo* e pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, concretiza o funcionamento de um efeito de representante do povo brasileiro, com sentido de unanimidade em relação ao apoio popular à tomada de poder pelos militares.

Ainda nessa esteira, podemos observar, na segunda parte dos trechos do editorial, tuitados por Jair Bolsonaro (SD21), esse mesmo funcionamento do sentido de porta-voz do povo e da estabilização parafrástica dando regularidade a esse discurso. Isso se dá na posição-sujeito ocupada pelo ex-presidente, quando afirma, recitando *O Globo*, que a sociedade exigiu que aquele movimento de 1964 acontecesse. Bolsonaro, do lugar social de presidente, e ainda

---

<sup>124</sup> A primeira parte deste tuíte já foi analisada na SD18, do terceiro recorte, pois trata-se das mesmas falas de Jair Bolsonaro enquanto deputado em 2010.

da projeção imaginária de presidente autoritário (Indursky, 2013) que atravessa esse discurso pela FD militarista-ditatorial, assume uma legitimidade de representante da população pela autoridade que detém, devido ao cargo executivo que exerce, e assim ocupa também uma posição-sujeito de militar, produzindo efeitos de sentido de revolução para a ditadura.

Aqui, efetiva-se o funcionamento da repetição que é essencial para o processo de retomada da memória, conforme Achard (1999), “Através da repetibilidade, há uma retomada de uma memória que foi regularizada” (Achard, 1999, p. 11-17), essa relação da regularização pela repetição é explicada por Indursky (2011), vejamos:

[...] se há repetição é porque há retomada/regularização de sentidos, que vão construir uma memória que é social, mesmo que esta se apresente ao sujeito do discurso revestida da ordem do não-sabido. São os discursos em circulação, urdidos em linguagem e tramados pelo tecido sócio-histórico, que são retomados, repetidos, regularizados (Indursky, 2011, p. 71).

Temos nesse sentido de revolução para a ditadura, que já são sentidos determinados pela FD militarista-ditatorial, o efeito de porta-voz da sociedade, pois é discursivizado que a população teria tido sua vontade atendida com a efetivação da ditadura. Essa repetição atualiza a memória do sentido de porta-voz no pronunciamento do Marechal Castelo Branco, primeiro militar a presidir o país na ditadura, quando assumiu o governo afirmou que: “[...] mulheres, civis e militares – ergueram-se num dos mais belos e unânimes impulsos da nossa História” (Indursky, 2013, p. 111) [*sic*], confirmando a regularidade discursiva determinada pela FD militarista-ditatorial por meio do funcionamento metafórico com efeitos parafrásticos, em que ocorre a repetição, citação e recitação no discurso (Courtine, 2014).

De acordo com o discurso em análise, que produz efeitos de confirmação da participação do povo no início do regime militar, não se trata, portanto, de uma ditadura, mas sim vemos funcionar novamente o efeito de configuração de uma revolução: “**sem o povo não haveria revolução**” (SD21). Aqui é necessário dialogar com o que postula Courtine (2014), a partir de suas discussões acerca da noção de repetição no discurso. Para o autor, essa noção “[...] leva a interrogar as modalidades da constituição, no interdiscurso, das redes de formulações; a memória discursiva tomará a forma de repetição” (Courtine, 2014, p. 237). Ao retomar discursivamente a participação popular como conivente e apoiadora da tomada de poder pelos militares, a memória discursiva toma a forma de repetição, por meio das remissões e citações, e das relações que se estabelecem com o texto primeiro, aqui sendo o pronunciamento do Marechal Castelo Branco em 1964, por exemplo.

A repetição do trecho do editorial, na citação feita no tuíte do ex-presidente Jair Bolsonaro, discursiviza que não fosse a participação popular e o apoio dado aos militares na deposição de João Goulart, haveria sim um golpe e uma ditadura comunista no país, funcionando um efeito de sentido de que se tivesse havido o comunismo no Brasil, por iniciativa do presidente que fora deposto, esse sistema, supostamente, não teria sido apoiado pelo editorialista do jornal *O Globo*, Roberto Marinho, o que em contrapartida, confirma o efeito do apoio dado ao regime ditatorial: “[a um golpe] não estaríamos solidários” (SD21). Segundo Courtine (2014), a citação e a recitação “materializam as remissões de superfície discursiva para superfície discursiva, principalmente a *citação*, e a relação ao texto primeiro, às formulações-origem do domínio da memória” (Courtine, 2014, p. 237-238, grifo o autor).

Os efeitos de sentido desse trecho do editorial, materializados na rede social *X-Twitter* e republicados na reportagem do *Poder360*, se inscrevem na FD militarista-ditatorial, pois apesar de passados trinta e cinco anos do momento em que o editorial foi publicado, e de já figurar a história do Brasil que houve transtornos ocasionados pelo que decorreu após o dia 31 de março de 1964, ainda é retomada a memória do discurso militarista de que existiu uma justificativa para a ditadura, tanto quando o editorial foi publicado, no jornal impresso em 1984 (*O Globo*), quanto em uma rede social da *internet*, por meio de um tuíte do então presidente da República, em 2019 (*X-Twitter*), e sua reprodução e circulação em reportagens jornalísticas no mesmo ano (revista *Época* e *Poder360*). Nesse sentido podemos ver o funcionamento da circulação do discurso, por meio dos ambientes digitais da *internet*, sendo determinante para a produção dos efeitos de sentido inscritos nessas materialidades.

Nesse efeito de verdade, quanto às justificativas para a ditadura, funcionam, pois, em ambas as situações, as posições-sujeito ocupadas pelos enunciadores, a saber, a de defesa e de apologia ao regime ditatorial, num primeiro momento, discursivizando tal fato como revolução; num segundo momento, com a defesa do direito a rememará-lo/comemará-lo, silenciando os sentidos de ditadura. Essa atualização ocorre através da rememoração do acontecimento histórico, pelo viés da comemoração, “**comemorações devidas**” (SD19). Courtine (2014) estabelece que “*os rituais verbais da comemoração, [...] produzem um recorte no tempo, ligando o tempo da enunciação ao domínio de memória [...] introduzem em uso performático da remissão [...]*” (Courtine, 2014, p. 239), o que produz um efeito de legitimidade de comemorar, pois é discursivizado como um dever, como observamos na SD19. Dessa forma, a formação discursiva dominante das SDs analisadas é a militarista-ditatorial, que produz um discurso com efeitos de sentido de revolução para o evento autoritário de 31 de março, e silencia os sentidos da ditadura.

Os sujeitos do discurso são interpelados pela ideologia do militarismo, que determinam o funcionamento discursivo de uma revolução para o golpe de 1964, que deve ser comemorado. Como postula Venturini (2008), “Participa da urgência de uma formação social em comemorar, fornecendo-lhe um modo de funcionamento” (Venturini, 2008, p. 43). Esses sujeitos repetem e fazem com que circule um efeito metafórico com estabilização parafrástica da memória discursiva inscrita na FD militarista-ditatorial, regularizando o sentido de revolução para ditadura e silenciando o sentido de ditadura para o regime militar.

Portanto, embora funcione diferentes posições-sujeito nesse discurso que analisamos, a posição-sujeito militarista-ditatorial é preponderante. Mesmo nas enunciações realizadas por Jair Bolsonaro, por exemplo, na condição de presidente eleito democraticamente, funcionam os atravessamentos e efeitos do militarismo. Ou seja, o discurso funciona com sentidos determinados pela FD militarista-ditatorial, e ele assume uma posição-sujeito de presidente autoritário, graças ao funcionamento desse mecanismo imaginário. Sendo assim, podemos compreender com Pêcheux (1997) que não são os lugares físicos ou sociais que importam para o discurso, e sim as projeções imaginárias desses lugares. Como já pontuamos, é pelo imaginário que se dá a passagem das situações empíricas para as posições-sujeito, no processo discursivo (Orlandi, 2003).

Assim não são os sujeitos físicos nem os seus lugares empíricos como tal, isto é, como estão inscritos na sociedade, e que poderiam ser sociologicamente descritos, que funcionam no discurso, mas suas imagens que resultam de projeções. [...] Em toda língua há regras de projeção que permitem ao sujeito passar da situação (empírica) para a posição (discursiva). O que significa no discurso são essas posições. E elas significam em relação ao contexto sócio histórico e à memória (o saber discursivo, o já dito) (Orlandi, 2003, p. 40).

Como vimos nessas análises, pelo efeito da repetição e da circulação no espaço digital, o discurso da rememoração/comemoração do dia 31 de março de 1964 produz efeitos metafóricos com sentidos parafrásticos da memória discursiva da FD militarista-ditatorial, busca ainda regularizar o sentido de revolução para o golpe civil-militar e silenciar os sentidos da ditadura imposta ao país.

Retomando as SDs analisadas no terceiro recorte (SD16 e 18) e essas que analisamos neste quarto (SD19, 20 e 21), as rememorações-comemorações realizadas tanto nos pronunciamentos na Câmara dos Deputados, quanto nas mídias digitais e reportagens da *internet*, e na rede social *X-Twitter*, se filiam à formação discursiva militarista-ditatorial e discursivizam o golpe civil-militar de 1964 com sentidos de contrarrevolução. Os sentidos de

contrarrevolução funcionam pelos efeitos do pré-construído da não existência de uma ditadura e, assim, instauram-se efeitos de uma anulação imaginária do processo histórico (Courtine, 2014) e institui o silenciamento e o apagamento de um período ditatorial na história do Brasil (1964-1985).

Ademais, o discurso militarista, atravessado pela memória do anticomunismo, discursiviza o golpe de 1964 como momento marcante, como uma revolução que trouxe grandes avanços estruturais e conquistas ao país, e por isso, a data de 31 de março deveria ser celebrada. Desse modo, o discurso das comemorações alusivas à data de instauração do golpe civil-militar de 1964 tanto silencia os sentidos de ditadura, como produz efeitos de simulacro para a democracia, pela repetição do significante *revolução democrática*. De acordo com a FD militarista-ditatorial, que determina as comemorações para o ocorrido em 31 de março de 1964, os algozes da ditadura, significados aí como heróis, devem ser reverenciados pela coragem no combate ao comunismo.

Apresentamos, a seguir, alguns dos tuítes subscritos à publicação que analisamos na SD21, para ilustrar como esse discurso se inscreve na mídia digital da *internet*. Como já explicamos, embora a materialidade constitutiva da SD21 seja uma imagem de postagem da rede social *X-Twitter*, ela estava discursivizada na reportagem do *site Poder360*, e foi coletada nesta mídia. Quando se acessa o próprio perfil do ex-presidente na rede social, pelo *link* disponibilizado pelo *Poder360*, outras discursividades são instauradas, por meio da possibilidade da inscrição de comentários, como apresentamos nas seguintes imagens.

**Figura 31** - Captura de tela com comentários no tuíte de Jair Bolsonaro



Fonte: X-Twitter (2019)<sup>125</sup>

**Figura 32** - Captura de tela com comentários no tuíte de Jair Bolsonaro



Fonte: X-Twitter (2019)

<sup>125</sup> Todas esses comentários materializados nas figuras 32, 33 e 34 estão disponíveis em: <https://linkdostweets> Acesso em: 31 ago. 2020.

**Figura 33** - Captura de tela com comentários no tuíte de Jair Bolsonaro



Fonte: X-Twitter (2019).

Nessas imagens, podemos visualizar algumas discursividades inscritas nos vários comentários do *post* de Jair Bolsonaro, materializando o efeito de descontentamento em relação ao discurso formulado pelo então presidente e, também, o descontentamento de tê-lo como presidente do Brasil. Esses efeitos são instaurados na posição-sujeito ocupada por alguns dos internautas que responderam ao tuíte dele. Nessas formulações, os dizeres enunciados por esses usuários do X-Twitter manifestam a política de resgate da memória (Indursky, 2015), que entende o regime militar como uma ditadura e, desse modo, o discurso de apologia à Ditadura Civil-Militar é novamente rechaçado.

Também é formulado um discurso que defende qual deve ser a prioridade para o chefe da nação brasileira, manifestando que essa prioridade precisa estar na ordem da governabilidade democrática do país, exercida pelo presidente, que naquele momento era feita por Bolsonaro havia três meses, e não na ordem da rememoração/comemoração de uma ditadura. Afinal, até mesmo *O Globo*, quem formulou o editorial que o político constantemente recita para comemorar a instauração da ditadura, reconheceu o erro de ter apoiado o golpe de 1964, como está inscrito no primeiro tuíte da figura 32 e no último, da figura 34, nos quais se disponibiliza

o *link* de acesso ao editorial de 2013, em que o jornal *O Globo* reconheceu que “à luz da História, esse apoio foi um erro”<sup>126</sup>.

O ex-presidente Bolsonaro discursiviza contra o grupo *Globo* reiteradamente. Luz (2022) aponta, em apêndice de sua tese, uma síntese dos sentidos que são inscritos no discurso que o político enuncia contra a referida emissora e contra a grande mídia no geral. Compilamos alguns deles e apresentamos na seguinte citação:

A Globo mente  
 A TV Globo deseduca  
 Distorcem suas declarações  
 Ditadura da Rede Globo  
 Não vai mais ter dinheiro público para financiar os programas da Rede Globo que corrompem os jovens  
 O Globo ataca Bolsonaro  
 O Globo recebe muita verba governamental  
 Rede Globo promove a destruição da família  
 Roberto Marinho (Globo) apoiou a revolução de 1964 [...] (Luz, 2022, p. 279).

Com base nesses sentidos apontados pela autora, como prática discursiva corriqueira, pela posição-sujeito ocupada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, o questionamento feito no segundo tuíte, materializado também na figura 31, se torna justo. “**Agora a Globo é amiga?**”. Afinal, para se apoiar no editorial de 1984 e produzir sentidos de revolução para a ditadura, o grupo *Globo* serve a Bolsonaro, mas fora isso, essa organização midiática é sempre discursivizada por ele com sentidos negativos, como aponta Luz (2022).

Portanto, temos ao longo da história de redemocratização brasileira, seja em arquivos subterrâneos, ou nos arquivos emersos na mídia digital, uma intensa disputa de memórias nesse discurso. Enquanto a FD militarista-ditatorial produz sentidos para o acontecimento de 31 de março de 1964 com efeitos de verdade, de revolução e de contragolpe, na FD democrática, a mesma data é rememorada com sentidos de angústia, pavor e aversão, já que nela ocorreu um golpe civil-militar que instaurou uma ditadura.

Conforme Indursky (2015), a intensa repetibilidade da circulação dos discursos na mídia pode produzir efeitos de verdade para um dado discurso; assim, a repetição do discurso militarista nas mídias digitais pode afetar ainda mais a jovem democracia brasileira de hoje, devido ao apagamento dos percalços enfrentados pela sociedade naquele período ditatorial,

---

<sup>126</sup> Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>  
 Acesso em: 20 out. 2023.

quando esse discurso se materializa com efeito de verdade, com os ditos de que nunca houve uma ditadura no país.

No próximo capítulo, traremos mais arquivos subterrâneos que emergiram sob às condições de produção do discurso digital e que materializam discursividades de enaltecimento à Ditadura Civil-Militar de 1964, como também sentidos que sempre podem ser outros nas diferentes formações discursivas.

## 4 DA TELA DA TV AO YOUTUBE: A MEMÓRIA DA DITADURA CIVIL-MILITAR INSCRITA EM ARQUIVOS SUBTERRÂNEOS AUDIOVISUAIS

*Que é esquecimento senão a privação da memória? E como é, então, que o esquecimento pode ser objeto da memória se, quando está presente, não me posso recordar?*

**Santo Agostinho**

Não apenas na mídia impressa que o discurso do militarismo circulou no decorrer da década de 1990, como foi mostrado nas SDs constituídas por reportagens dos jornais *The New York Times* e *O Estado de Minas*, ainda nos dois primeiros recortes do terceiro capítulo. Na TV, a circulação do discurso militarista-ditatorial também foi fomentada e gerou embates de memórias e funcionamentos discursivos com distintos efeitos de sentido.

Devido à recente conjuntura política no Brasil, os arquivos que inscrevem esse discurso são rememorados por meio de sua movimentação da mídia convencional para os espaços dos ambientes digitais, sejam nas redes sociais das mesmas empresas de mídia que também se atualizam e republicam seus produtos para sua audiência atual, ou pelas grandes corporações digitais como o *YouTube*, por exemplo, que, agora, inscreve o discurso militarista e o amplia através dos seus usuários, permitindo que esse discurso adquira novos funcionamentos, devido ao atravessamento das especificidades das tecnologias da comunicação dessas novas mídias.

Passemos ao primeiro recorte de sequências discursivas, deste capítulo, o **Recorte Analítico 5**.

### 4.1 O discurso de apologia à Ditadura Civil-Militar: dos arquivos subterrâneos da TV às mídias digitais

#### *Recorte Analítico 5*

Na mesma conjuntura do fim da década de 1990, o então deputado federal Jair Bolsonaro concedeu duas entrevistas em um programa de TV denominado *Câmera Aberta*, que era exibido em 1999, pela TV Bandeirantes no estado do Rio de Janeiro. As duas entrevistas e o debate foram republicados, atualmente, no *YouTube* e estão disponíveis para acesso irrestrito, conforme as políticas de privacidade da plataforma de compartilhamento de vídeos e as especificidades que possui a *internet*.

Ocorre que com a disponibilização desses arquivos no *YouTube* dá-se um “ponto de encontro de uma atualidade e uma memória” (Pêcheux, 1990, p. 17), ou seja, instaura-se o

acontecimento enunciativo-discursivo, como temos defendido nesse trabalho. Nos ancoramos ainda no que assegura Courtine (2014), quando o autor afirma que “as sequências discursivas agrupadas num domínio de atualidade se inscrevem na *instância do acontecimento* (Courtine, 2014, p. 112, grifos do autor).

Nessa perspectiva, Courtine (2014) defende que “o ‘acontecimento discursivo’ [...] inscreve-se num *tempo curto* ‘proporcional aos indivíduos, à vida quotidiana, às nossas ilusões [...]’” (Courtine, 2014, p. 105). A estrutura do discurso portanto estará no intradiscurso, enquanto o acontecimento será constituído pela atualização intradiscursiva da memória. Nesse encontro de memória com atualidade, se constituem os sujeitos e os sentidos do discurso.

Nesse batimento entre atualidade e memória, o enunciado discursivo, que em nosso *corpus* trata-se da apologia ao discurso militarista-ditatorial, é repetido de múltiplas maneiras, sendo rememorado, ressignificado, com sentidos se regularizando, mas também se rompendo, tudo isso acontecendo pelas determinações do ambiente digital que atravessa essa memória<sup>127</sup>.

Para Pêcheux (1999),

a memória tende a absorver o acontecimento, como uma série matemática prolonga-se conjecturando o termo seguinte em vista do começo da série, mas o acontecimento discursivo, provocando interrupção, pode desmanchar essa “regularização” e produzir retrospectivamente uma outra série sob a primeira, desmascarar o aparecimento de uma nova série que não estava constituída enquanto tal e que é assim o produto do acontecimento; o acontecimento, no caso, desloca e desregula os implícitos associados ao sistema de regularização anterior (Pêcheux, 1999, p. 53).

Nessa ótica, a movimentação de sentidos provocada na memória da Ditadura Civil-Militar produzirá ressignificações e novas possibilidades de os enunciados instaurarem outros significados, interrompendo a continuidade da regularização discursiva presente no interdiscurso, pelo funcionamento da repetição parafrástica, dos deslocamentos de sentido com os processos metafóricos, bem como a multiplicidade dos sentidos pela polissemia.

Segundo Pêcheux (1999), “o acontecimento discursivo novo [...] vem perturbar a memória”, podendo “desmanchar essa ‘regularização’”, porque o acontecimento “desloca e desregula os implícitos associados ao sistema de regularização anterior” (Pêcheux, 1999, p. 52), podendo inaugurar uma nova série de compreensões sobre determinado acontecimento histórico, já estabelecido no senso comum pela memória social. Esse processo ocorre nas análises deste recorte, por meio da retomada do discurso inscrito, primeiramente, na mídia

---

<sup>127</sup> A exemplo da inscrição de determinados comentários e reações contrárias a esse discurso, que, por sua vez, instauram outras posições-sujeito, bem como sentidos de resistência.

televisiva e, posteriormente, o arquivo que inscreve o vídeo da entrevista circula, novamente, mas agora no espaço digital da *internet* e faz o discurso enunciado ecoar nas redes sociais da nova mídia digital.

Nessa ótica, convém retomar o pensamento de Courtine (2014) acerca da constituição do acontecimento. Para o autor, determinadas as condições e conjuntura, todo ressurgimento de formulações discursivas fará circular “formulações anteriores, já anunciadas [...] vindo romper por meio da lembrança de uma fórmula o ritual que persiste à enunciação de um discurso político, como efeito de *memória* na atualidade de um acontecimento, sob a forma de um retorno [...]” (Courtine, 2014, p. 104).

Essa atualização funciona pelo entrecruzamento do presente como intradiscurso, que corresponde à atualização do dizer, que nesta circunstância seria a (re)publicação do discurso na *internet*, com o passado como interdiscurso, ou seja, todos os já-ditos anteriores. Desse modo, a partir dessa retomada, são produzidos outros efeitos, outros funcionamentos discursivos, como a convocação de espaços de memória, pois “toda formulação apresenta [...] outras formulações que ela repete, refuta, transforma, denega..., isto é, em relação às quais ela produz efeitos de memória específicos” (Courtine, 2014, p. 104). Produz, ainda, uma reorganização da memória, tendo em vista as particularidades da circulação do discurso no domínio digital, que também perpassam os sentidos desse discurso.

Courtine (2014) elucida o entrecruzamento desses dois eixos do discurso, identificando que

[...] O *interdiscurso*, enquanto lugar de constituição do pré-construído, fornece os objetos dos quais a enunciação de uma sequência discursiva se apropria, ao mesmo tempo que (ele) atravessa e conecta entre si esses objetos; a partir do qual se realiza a articulação com o que o sujeito enunciator dá coerência “ao fio do seu discurso”: o *intradiscorso* de uma sequência discursiva aparece nessa perspectiva como um efeito do interdiscurso sobre si próprio (Courtine, 2014, p. 75, grifos nossos).

Para o *corpus* discursivo desta análise, coletamos uma materialidade audiovisual, constituída de uma das entrevistas do então deputado federal Jair Bolsonaro ao programa *Câmera Aberta* em 1999<sup>128</sup>, período em que o Brasil já estava sob transição entre a ditadura e a democracia, conforme já discutimos. Dessa materialidade, extraímos duas sequências

---

<sup>128</sup> No primeiro parágrafo desta seção, informamos que este capítulo analisará três materialidades audiovisuais referentes a entrevistas e debate de Jair Bolsonaro no *Câmara Aberta*. A entrevista que constitui o primeiro recorte analítico deste segmento do capítulo é a que foi realizada primeiro, portanto, a mais antiga que está disponível no *YouTube*.

discursivas (SDs) e objetivamos analisar como a democracia é discursivizada nesse processo e que efeitos o discurso militarista produz na atualidade com a retomada da circulação desses sentidos nas plataformas digitais da *internet*.

Para iniciar nossos gestos de análise, apresentamos as condições de produção das duas sequências discursivas (SD22/SD23) que são constituídas de fragmentos do vídeo (re)publicado no *YouTube* com a primeira entrevista do então deputado Jair Bolsonaro (PPB, à época)<sup>129</sup> ao programa. Salientamos que, no primeiro momento de sua veiculação na televisão, o vídeo foi transmitido apenas no estado do Rio de Janeiro, pela emissora de TV Bandeirantes, a Band Rio<sup>130</sup>.

**Figura 34** - Fotograma da entrevista em vídeo



Fonte: *YouTube* (2017)<sup>131</sup>.

Ao intitular as figuras deste trabalho, quando correspondentes a recortes de materialidades audiovisuais, optamos pelo termo fotograma em conformidade com o que apontam Medeiros & Glozman,

entendemos por fotograma uma forma estabilizada mediante um procedimento de “suspensão” momentânea do movimento; um fragmento que emerge da materialidade em movimento por um gesto de leitura que, convocado por algum detalhe, põe nele sua mirada (Medeiros; Glozman, 2020, p. 11).

Nessa entrevista, o deputado Jair Bolsonaro abordou distintos pontos que envolviam suas atividades no Congresso Nacional, no entanto, discorreu com mais ímpeto acerca dos

<sup>129</sup> Hoje, Progressistas.

<sup>130</sup> O objetivo da atração televisiva, em formato de *talkshow*, era abrir espaço aos deputados fluminenses para discutirem suas funções em Brasília, segundo introduz o apresentador nesta reprodução, trata-se da edição transmitida em 23 de maio de 1999.

<sup>131</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=21lQ84pnuwo&t=869s> Acesso em: 16 maio 2021.

temas: tortura, regime militar, ditadura e democracia. Naquele momento, a participação do deputado no *talkshow*<sup>132</sup> não foi bem-vista pelo público, principalmente, alguns dos seus colegas parlamentares ou superiores do Congresso, devido ao teor da entrevista concedida.

Por conta disso, houve especulações acerca de uma possível cassação do seu mandato parlamentar, sendo que alguns políticos se pronunciaram sobre o caso, a exemplo do então presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (ACM), e do então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso (FHC), que reprovaram com afinco as falas de Bolsonaro: “Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)<sup>133</sup> sugeriu sua cassação. ‘Se ele prega isso, deveriam cassar o mandato dele’, disse ACM” (Albuquerque, 1999) e para “Georges Lamazière [portavoz de FHC], as afirmações de Bolsonaro” ‘demonstram que ele não se converteu à democracia’” (Albuquerque, 1999)<sup>134</sup>.

Nessas reações, se instauram sentidos de que havia um clima favorável ao apreço pela democracia e ao repúdio à ditadura naquele momento, o que mostra que a memória da democracia nesse período era uma construção em movimento, na qual, pelos efeitos da transparência da língua, a sociedade era unânime a se colocar contrária a qualquer manifestação que fizesse apologia ao retorno do período ditatorial vivido no país. Como pudemos conferir no discurso inscrito nessas manifestações dos chefes dos Poderes Executivo e Legislativo nacionais, nas posições-sujeito ocupadas por FHC e ACM, ao se referirem à entrevista dada pelo deputado Jair Bolsonaro, que analisaremos em seguida.

Apesar dos pronunciamentos dessas autoridades, nenhuma punição fora sofrida pelo deputado que, posteriormente, apenas se retratou por meio de uma carta, intermediada pelo auxílio do então presidente da Câmara, Michel Temer, e ratificou suas opiniões em retorno ao mesmo programa semanas depois<sup>135</sup>.

A republicação e circulação dessa entrevista em espaços nativos digitais (Paveau, 2021) da *internet* atualiza a memória discursiva, mediante a repetibilidade parafrástica no intradiscurso (textualização do discurso). Assim, o discurso ao circular no espaço digital, veiculado pela plataforma de vídeos do *YouTube*, tanto repete os mesmos sentidos, como

---

<sup>132</sup> A palavra inglesa “*talkshow*” é definida como a emissão de televisão que consiste numa conversação entre um animador e um ou vários convidados sobre um determinado tema. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/talkshow>. Acesso em: 25 jul. 2021.

<sup>133</sup> Hoje, Democratas.

<sup>134</sup> Disponível em: <https://www.senado.gov.br/noticias/opiniaopublica/inc/senamidia/historico/1999/5/zn052550.htm> Acesso em: 16 out. 2021.

<sup>135</sup> Conforme <https://g1.globo.com/politica/blog/octavio-guedes/post/2021/09/09/temer-ja-salvou-bolsonaro-com-uma-carta-em-1999.ghtml> Acesso em: 16 out. 2021. A ratificação está materializada na segunda entrevista que também será analisada posteriormente.

também produz outros efeitos de sentidos, tendo em vista as particularidades da circulação do discurso no domínio digital.

Relembrando o que postula Dias (2018), o digital não se trata de uma mera forma de tecnologia, mas configura a circulação do discurso no âmbito tecnológico. A autora acrescenta que “[...] Olhar o processo de produção dos discursos pela via da circulação tem a ver com o sentido que se produz no efêmero, no agora” (Dias, 2018, p. 25). Além disso, também é preciso retomar as postulações teóricas de Paveau (2021) e Gallo (2011), quando ambas as autoras discutem que na *internet* os discursos adquirem especificidades próprias, que permitem novos saberes.

Enfim, os discursos tomam uma nova amplitude quando inscritos na mídia digital, dadas as especificidades dessa comunicação, a exemplo da participação dos indivíduos com os comentários diretamente no vídeo, algo que não era possível, de forma instantânea, na década de 1990, como já pontuamos e, por isso, são instaurados novos sentidos e uma (in)tensa movimentação de sujeitos nesse discurso, pois, o espaço digital é também lugar de embates e confrontos, de disputas de territorialidade e tensões ideológicas (Cortes, 2015).

As falas dessa entrevista são materializadas em diferentes espaços midiáticos atualmente, seja nas redes sociais<sup>136</sup>, *sites* jornalísticos ou na mídia televisiva, em versão mais completa, com cerca de pouco mais de meia hora de duração, ou apenas trechos específicos de alguns minutos ou até segundos, a depender do teor da publicação realizada por aquele determinado veículo de comunicação, pois há republicações desse vídeo de várias formas, por apoiadores de Jair Bolsonaro, ou por seus opositores, seja para sátira ou enaltecimento dele, bem como para análises políticas etc.

Consideramos a versão da entrevista de que recortamos as SDs desta análise como a mais completa encontrada na *internet* atualmente, tal como foi ao ar em sua primeira distribuição na TV em 1999. Essa entrevista foi publicada no *YouTube*<sup>137</sup>, em 3 de setembro de 2017, sob o título: “*Bolsonaro no Câmera Aberta*”, e continua em circulação<sup>138</sup>. Está vinculada a um canal de propriedade de um internauta identificado como *João Roberto Laque*. O canal conta com pouco mais de 60 inscritos e tem somente este vídeo publicado.

Algumas das especificidades dessa republicação podem ser observadas na figura 35. Percebemos que o vídeo que compõe as SDs que analisaremos neste recorte é o único do canal que o inscreve. Esse canal foi criado em 2016, ano em que o político Jair Bolsonaro ganha

---

<sup>136</sup> Facebook, X-Twitter, Instagram e YouTube.

<sup>137</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=21lQ84pnuwo&t=869s> Acesso em: 16 maio 2021.

<sup>138</sup> Até novembro de 2023 a entrevista ainda estava disponível no *YouTube*.

repercussão em cenário nacional após homenagear, em seu voto pelo *impeachment*, o torturador de Dilma Rousseff durante a ditadura. O vídeo só foi publicado em 2017, ano em que a campanha antecipada à presidência do então deputado Bolsonaro já tomava a redes e até mesmo as ruas. As visualizações do referido vídeo são muitas, da mesma forma que a quantidade de reações em curtidas e comentários, se formos considerar que se trata de um canal sem grande expressão na *internet*, com apenas um vídeo publicado e com menos de cem internautas inscritos para acompanhá-lo.

**Figura 35** - Colagem com os dados do canal que republicou a entrevista

The image is a collage of three screenshots from a YouTube channel page for 'João Roberto Laque'. The left screenshot shows the channel header with a green profile picture, the name 'João Roberto Laque', the handle '@joaorobertolaque3849', and '61 inscritos · Um vídeo'. Below this is a navigation bar with 'Inscriver-se' and tabs for 'Início', 'Vídeos', 'Playlists', 'Canais', and 'Sobre'. A video thumbnail for 'Bolsonaro no Câmara Aberta' is visible. The middle screenshot shows the video description for 'Bolsonaro no Câmara Aberta', listing 575 'Marcações com "Gostei"', 16.863 'Visualizações', and a date of '2017' (3 de set). It also includes a transcription section with a 'Mostrar transcrição' button. The right screenshot shows the 'Mais informações' section, including the channel URL 'http://www.youtube.com/@joaorobertolaque3849', the creation date 'Inscriveu-se em 10 de dez. de 2016', and a total of 16.856 visualizações.

Fonte: *YouTube* (2017)<sup>139</sup>.

No vídeo que inscreve essa entrevista se apresentam algumas manifestações da corpografia digital, proposta por Dias (2016), como, por exemplo, a marca de 318 “*Gostei*”, o que identifica que essa quantidade de pessoas que assistiram ao vídeo concorda com o seu conteúdo, e 16 de “*Não gostei*”<sup>140</sup>, que materializa um efeito de descontentamento desse público específico com o teor da publicação. Já são mais de 16 mil visualizações desse vídeo e há quase 200 comentários diretos e decorrentes dos espectadores, até então<sup>141</sup>.

<sup>139</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=21lQ84pnuwo&t=869s> Acesso em: 16 maio 2021.

<sup>140</sup> Podemos considerar semelhantes esses modos de interatividade da rede social *YouTube*, aos gestos de reação presentes nos botões do *Facebook*, tratados no capítulo anterior, pelas considerações de Batista (2019) e Aguiar-Santos (2020).

<sup>141</sup> Dados de novembro de 2023. As informações sobre conteúdo da *internet* têm uma volatilidade muito alta, mudam constantemente, dadas as especificidades do ciberespaço que tem (o)por (pre)domínio (d)o aqui e (d)o agora. Além disso, as informações sobre o *Não Gostei* foram removidas pelo *YouTube*, permanecendo o botão,

Para a realização dos nossos gestos de interpretação, serão transcritos e analisados apenas trechos da entrevista. Na SD23, a seguir, temos alguns excertos do vídeo, com falas do apresentador do programa televisivo, Jair Marchesini, como também do deputado entrevistado, Jair Bolsonaro. Vejamos:

### *Sequências Discursivas de 22 e 23*

#### SD22

Jair Bolsonaro: [...] Dar porrada no Chico Lopes, eu até sou favorável que na CPI no caso do Chico Lopes, tivesse pau de arara lá, ele merecia isso: pau de arara. Funciona! Eu sou favorável a tortura, tu ‘sabe’ disso. E o povo é favorável a isso também [...]. Pois essa porcaria que a gente vive hoje em dia é que esse pessoal lá de cima chama de democracia.

Jair Marchesini: Você tem saudade do regime militar?

Jair Bolsonaro: Eu... Quem tem é o povo. Não pelo regime em si, se tinha mais dignidade naquela época [...].

Jair Marchesini: Se você fosse, hoje, o presidente da República você fecharia o Congresso?

Jair Bolsonaro: Não há a menor dúvida, daria golpe no mesmo dia. Não funciona! Eu tenho certeza de que pelo menos 90% da população ‘ia’ fazer festa e bater palma, porque não funciona. O Congresso hoje em dia não serve pra nada, xará, só vota o que o presidente quer. Se ele é a pessoa que decide, que manda, que tripudia em cima do Congresso, dê logo o golpe. Parte logo pra ditadura. Agora, não vá falar de ditadura militar aqui, só desapareceram 282, a maioria marginais, assaltantes de banco, sequestradores, só no carnaval de São Paulo, em 20 anos de Regime Militar, só no carnaval de São Paulo, o último, morreram mais de 300 [...] (Bolsonaro..., 2017). [sic]<sup>142</sup>

#### SD23

Jair Marchesini: Deputado, o senhor disse que fecharia o Congresso, que o Congresso não serve pra, absolutamente, nada, eu vou fazer uma pergunta que certamente a população deve ‘tá’ se fazendo e ‘tá’ querendo fazer ao senhor: Por que o senhor ‘tá’ no Congresso Nacional?

Jair Bolsonaro: Eu ‘tô’ no Congresso por quê? Pra não chegar um mau-caráter no meu lugar. Eles podem confiar em mim, podem confiar em mim e o meu voto é de vocês [...] [se referindo ao voto dele como deputado na Câmara].

Jair Marchesini: [...] O senhor tem esperança, o senhor tem futuro? O senhor imagina, o senhor vê o Brasil um lugar melhor? De que maneira você enxerga o futuro do Brasil de todos nós?

Jair Bolsonaro: Só com uma crise seríssima. [...] Me desculpa, né? Mas através do voto você não vai mudar nada nesse país. Nada, absolutamente nada! Você só vai mudar, infelizmente, quando um dia nós partirmos para uma guerra civil

---

mas não é possível visualizar mais quantas reações foram feitas que desaprovam as publicações. A principal razão apresentada pelo *YouTube* para ocultar a contagem de *Não Gostei* dos usuários está relacionada ao fenômeno conhecido como “chuva de dislikes” ou “campanhas de dislikes”. Esse fenômeno ocorre quando vários usuários se unem para realizar avaliações negativas em algum conteúdo, clicando no botão *Não Gostei*.

<sup>142</sup> Transcrição de trecho da entrevista. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=211Q84pnuwo&t=869s>  
Acesso em: 16 maio 2021.

aqui dentro. E fazendo o trabalho que o Regime Militar não fez, matando uns 30 mil, começando por FHC [atual presidente da República] não deixar ir pra fora não, matando. Se ‘vai’ morrer alguns inocentes, tudo bem, toda guerra morre inocente, eu até fico feliz se eu morrer, mas desde que vai 30 mil outros junto comigo, não eu marginal, fora isso, se ficar nhem nhem nhem nhem não vamos chegar a lugar nenhum [...].

Jair Marchesini: O senhor acha que o exercício da democracia é uma besteira?

Jair Bolsonaro: Faliu aqui no Brasil. A democracia é excelente, mas com democratas honestos (Bolsonaro..., 2017, inserção nossa). [*sic*]<sup>143</sup>

Durante a entrevista, surge o assunto da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI que estava em andamento naquele momento no Congresso Nacional<sup>144</sup> e, ao comentar sobre o tema, Jair Bolsonaro defende o uso da tortura nos interrogatórios da referida investigação: “[...] **ele merecia isso: pau de arara. Funciona!**” (SD22); desse modo, ele ocupa uma posição-sujeito favorável a esse tipo de procedimento, como também assume a posição-sujeito de porta-voz do povo: **“E o povo é favorável a isso também”** (SD22).

Retomando a discussão acerca da noção de porta-voz, a sua concepção é definida por Bernard Conein, citado por Pêcheux (1990), a propósito dos acontecimentos da Revolução Francesa e, de acordo com o autor, a figura do porta-voz seria um enunciador que se inclui como membro de um grupo e fala e se constitui em nome dele, o porta-voz é um agente coletivo em movimento desse grupo.

Pêcheux (1990) propõe um deslocamento acerca do conceito e define o porta-voz como ator visível e testemunha ocular do acontecimento histórico, pois, ao falar em nome de alguém, como de um grupo, ou do povo, o porta-voz exerce “[...] um efeito visual, que determina esta conversão do olhar pela qual o invisível do acontecimento se deixa enfim ser visto: o porta voz se expõe ao olhar do poder que ele afronta, falando em nome daqueles que ele representa, e sob o seu olhar” (Pêcheux, 1990, p. 17). Para Pêcheux, a posição-sujeito de porta-voz surge a partir da ocorrência de um acontecimento histórico, o que no discurso seria uma “[...] quebra de ritual” (Pêcheux, 1990, p. 17), a partir de uma problematização dos efeitos da língua em relação a história diante de um processo revolucionário, de uma transgressão, ou do simples questionamento de uma ordem, como uma posição de resistência, que rompe com uma determinada dominação ideológica (Pêcheux, 1990). Dessa forma, Pêcheux (1990) postula que

<sup>143</sup> Transcrição de trecho da entrevista. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=211Q84pnuwo&t=869s> Acesso em: 16 maio 2021.

<sup>144</sup> Trata-se do depoimento à CPI dos Bancos em abril de 1999, do ex-presidente do Banco Central, Chico Lopes, que na época era indiciado pela Polícia Federal e se negou a assinar o termo de compromisso como testemunha, que obriga a falar somente a verdade. Lopes saiu do Senado preso por desacato e desobediência. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/noticias/OpiniaoPublica/inc/senamidia/historico/1999/4/zn042722.htm>. Acesso em: 10 jun. 2021.

a posição do porta-voz indica a possibilidade do novo, isto é, torna o “nós”, que ainda não foi realizado, possível de ser visto.

Venturini (2012) questiona se o sujeito porta-voz é sempre um nós em construção e ressalta que os locutores discursivos ao ocuparem a posição de porta-voz, “[...] ao menos em tese, falam em nome de, e sendo assim, deveriam pertencer à mesma formação discursiva do sujeito em nome do qual falam e estariam construindo um “nós”, compartilhando opiniões, interesses e saberes” (Venturini, 2012, p. 295), no entanto, em convergência com a ideia da autora, entendemos que *não há um “nós” em construção nesse discurso*, pois Bolsonaro se apropria da voz do povo ao ocupar na trama discursiva, essa posição-sujeito, um lugar de representante de toda população. Desse modo, funciona no discurso esse efeito de porta-voz da população, instaurando sentidos de que, assim como ele, todo o povo é favorável ao retorno da tortura e dos transtornos ditatoriais, mesmo em uma conjuntura política de democracia.

Entretanto, essa posição de porta-voz do povo não pode ser legitimada por toda a sociedade, pois todo o povo não a autorizou, não é um posicionamento unânime, mas o deputado se apropria dessa função, a partir do lugar de parlamentar e, assim, instaura-se mais uma vez o efeito da contradição, já que o deputado, eleito para defender os interesses do povo, em nome desse povo, se posiciona contra a liberdade e a favor do autoritarismo. Aqui cabe as postulações de Campean (2019), quando o autor trata das discursividades produzidas no discurso vinculado a Bolsonaro, e que surgem do lugar da insatisfação e da necessidade da mudança, sob às condições de produção discursivas de extrema direita. Para o autor,

O inconsciente coletivo atua sobre a produção de efeito de sentidos desse “desejo”, que aqui é colocado entre aspas por não ser o desejo da população, mas um desejo discursivamente imposto para que determinada ideologia chegue ao poder. Não são, assim, pessoas que chegam ao poder, pessoas apenas preenchem cargos, o poder é ocupado pela ideologia (Campean, 2019, p. 125).

Ainda nessa discursivização, subordinada à formação discursiva militarista-ditatorial, a ditadura não é reconhecida e sim negada, já que o período ditatorial é, novamente agora nessa materialidade, discursivizado como revolução democrática. No discurso, o sujeito se constitui como efeito do processo histórico e da interpelação ideológica e a tomada de uma posição discursiva se dá a partir da inscrição e das relações do sujeito com uma determinada FD, que, de acordo com Pêcheux (1995) “[...] determina o que pode e deve ser dito” (Pêcheux, p. 147).

Desse modo, ao se pronunciar sobre a sua prática parlamentar no programa de TV, na entrevista ao jornalista Jair Marchesini, Bolsonaro é afetado pelo discurso militarista, de forma

que os enunciados não têm um sentido em si mesmo, pois conforme Pêcheux (1995), o sentido do que é dito se realiza na filiação a uma dada FD que, por sua vez, representa na “linguagem” as formações ideológicas correspondentes à determinada formação discursiva e, assim, os sentidos do discurso sofrem determinações ideológicas da FD militarista-ditatorial.

Dessa forma, na entrevista, o deputado, ao ser interpelado ideologicamente, identifica-se com a forma-sujeito da FD militarista-ditatorial e é afetado pela memória discursiva da Ditadura Civil-Militar de 1964, como é possível perceber através da menção à tortura como algo natural e positivo, um pré-construído do interdiscurso da ditadura: “[...] **eu sou favorável a tortura, tu ‘sabe’ disso**” (SD22) [*sic*] e a depreciação do regime democrático, “[...] **essa porcaria que a gente vive hoje em dia é que esse pessoal lá de cima chama de democracia**” (SD22).

Ademais, a prática de tortura é comum às ditaduras, como a que prevaleceu no Brasil (1964-1985). Essa memória ditatorial é atualizada quando o entrevistado assume uma posição-sujeito com sentidos de concordância e permissividade para com o uso de tais métodos autoritários de tormento para obter respostas em interrogatórios. Funciona nessa construção discursiva, sentidos de um discurso militarista que se constitui como legitimador da tortura, pois, conforme Campean (2019), o “[...] discurso bolsonarista não apenas admite a tortura, mas a evoca em simbolização heroica” (Campean, 2019, p. 209).

Nessa trama discursiva, os sentidos para a tortura são naturalizados e funcionam como sendo a vontade de todos. Logo, o deputado se apropria da posição de porta-voz, e defende um discurso autoritário que busca a imposição da “verdade” do discurso militarista, a saber, a defesa à tortura. “[...] **Dar porrada no Chico Lopes, eu até sou favorável que na CPI no caso do Chico Lopes, tivesse pau de arara lá, [...] e o povo é favorável a isso também**” (SD22). Assim, temos um efeito de porta-voz do povo brasileiro, dadas as circunstâncias que uma boa parcela da população acompanha o político nesse posicionamento discursivo. Pois o deputado, interpelado pela ideologia da FD militarista-ditatorial, do lugar social de parlamentar e em um regime democrático, ocupa uma posição-sujeito de defesa do autoritarismo ditatorial, a exemplo da tortura com o pau de arara.

Cabe ainda citar as discussões de Zoppi-Fontana (1997) acerca da figura do porta-voz em diferentes processos discursivos, nos quais a autora afirma que há circunstâncias em que “[...] a palavra enunciada já não pode ser atribuída ao “povo” como enunciador originário da demanda, há nenhuma identidade (embora discursivamente constituída) entre a palavra do porta-voz e certos reclamos ou demandas populares” (Zoppi-Fontana, 1997, p. 11-12). Portanto, na esteira do pensamento da autora, entendemos que o discurso enunciado por Jair Bolsonaro,

na entrevista, não representa a voz de todo o povo brasileiro, o que também seria impossível em qualquer que fosse o discurso, pois nega, veementemente, os sentidos da democracia, que, como observamos, estava em processo de restabelecimento, com efeitos de fortalecimento desse modelo de governo.

Portanto, essa posição de porta-voz ocupada pelo deputado se aplica ao caso de “[...] processos discursivos de diferenciação, que distinguem e destacam o porta-voz do grupo que ele representa” (Zoppi-Fontana, 1997, p. 12). Desse modo, na SD22, ao ocupar, de modo ilegítimo, a posição de porta-voz do povo brasileiro, o deputado também assume a posição-sujeito ditatorial, dominante na FD militarista, ao enfatizar que a população seria favorável à utilização de métodos cruéis para arguir um indivíduo em uma investigação criminal, mesmo em tempos de democracia, como propôs em referência ao interrogatório daquela CPI no Senado.

No decorrer da entrevista, esse discurso vai obtendo efeitos de regularização, pelos sentidos de indiferença para com a democracia e de defesa da ditadura, como também pelo funcionamento da posição-sujeito de porta-voz do povo, ainda que de forma ilegítima, como no trecho seguinte **“Jair Marchesini: Você tem saudade do regime militar? Jair Bolsonaro: Quem tem é o povo [...]”** (SD22). O deputado responde que o povo é que sente falta do regime e, assim, ocupa, novamente, a posição de porta-voz da população brasileira, como também a mesma posição-sujeito de defesa da tortura, como anteriormente analisado. Entendemos, conforme Indursky (2013), que a apropriação dessa posição de porta-voz da população brasileira é realizada pelo deputado federal, a partir do efeito de legitimidade presente no imaginário social, pela autoridade que o parlamentar recebeu para falar em nome do povo. Entretanto, essa autoridade lhe foi conferida pelo povo, através do voto, para a defesa da democracia e não para a defesa da ditadura. Por essa razão, ao falar em nome do povo, contra a democracia, a posição-sujeito de porta-voz se torna ilegítima, já que a função de porta-voz só é possível a alguém amparado em um estatuto que lhe dê este direito (Indursky, 2013).

Ainda funcionam nesse processo discursivo, efeitos de apagamento dos sentidos da ditadura como regime antidemocrático, ou seja, busca-se silenciar um momento histórico do país em que não havia a efetiva participação e representação popular nas decisões políticas, e atribuir outros sentidos a esse processo. De acordo com Orlandi (2007a), relembramos que o silêncio é o efeito de apagamento de sentidos já ditos da memória de um dado discurso, e funciona tanto pela censura, quanto pela negação ou pelo esquecimento; nessa formulação, portanto, o silêncio se manifesta por meio da negação da ditadura. Dessa maneira, questionamos, como todo o povo sentiria falta de um governo no qual ele não tinha como

participar ativamente? Na sequência, o deputado, ainda ocupando uma posição-sujeito afetada pela FD militarista, tenta justificar a preferência pelo período ditatorial, em comparação ao período democrático, e conclui sua resposta afirmando que havia mais “dignidade” na época da ditadura: “[...] **se tinha mais dignidade naquela época [do regime militar]**” (SD22, inserção nossa).

A dignidade é uma das premissas basilares da Constituição Federal de 1988 (CF88), principalmente, no que concerne à consolidação do Estado Democrático de Direito. No primeiro artigo da Carta Magna brasileira, “a dignidade da pessoa humana” é apresentada como um dos fundamentos do estabelecimento da democracia. Quanto ao seu significado jurídico, dignidade é estipulada como “[...] princípio profundamente humanista, baseado na valorização da pessoa e comprometido com a garantia dos seus direitos básicos contra todas as formas de injustiça e opressão” (Sarmiento, 2016, p. 15). Com base nessas discussões, compreendemos que é por meio do respeito à dignidade que se estabelece a coibição do ódio e das práticas de injustiça e de violência a, necessariamente, todas as pessoas, sem qualquer distinção. Além disso, destacamos, novamente, que a dignidade é base fundante de um regime democrático.

Assim, qual seria o efeito de sentido para dignidade nesse discurso? Que dignidade? Dignidade para quem? Como? Seria a dignidade uma qualidade moral atribuída a todos, como estabelece a CF88, ou a apenas alguns? No discurso, enunciado pelo deputado, o regime ditatorial é discursivizado com efeitos de dignidade para todos; ora, haveria uma ditadura digna para a humanidade? Vemos então que esse discurso atualiza sentidos já-ditos inscritos no interdiscurso que compreende a FD militarista-ditatorial e ainda, conforme Campean (2019) na FD bolsonarista, que

é constituída pela ideologia da imposição; da restrição de direitos; da coerção das liberdades; pela aceitação da tortura contra o “inimigo”; do unilateralismo, o que a coloca em confronto com a democracia e seus institutos mais caros, caracterizando-se e inserindo-se no discurso Ur-fascista (Campean, 2019, p. 204).

Como exemplo, relembramos aqueles que se colocavam em oposição ao regime, como estudantes, artistas, religiosos, políticos contrários aos ditadores, e que não eram tratados com nenhuma dignidade pelas Forças Armadas e pelas forças policiais durante a ditadura. Dessa forma, observamos aqui, mais uma vez, que uma mesma palavra ou expressão pode apresentar significados diferentes, conforme sua filiação a uma dada formação discursiva (Pêcheux, 1995). No discurso da SD22, o sentido para “dignidade” sofre determinações ideológicas, tendo em vista a filiação de sentidos do enunciador à FD militarista-ditatorial.

Logo, pelo efeito de transparência da linguagem, a Ditadura Civil-Militar teria trazido dignidade à nação; mas ao questionar as evidências de sentidos, não é possível aceitar o autoritarismo ditatorial como dignidade. Cabe lembrar que antes de se ingressar na política e se tornar deputado, Jair Bolsonaro foi capitão do Exército Brasileiro e, por isso, o discurso que enuncia é afetado pela memória do discurso militarista, portanto, ele enuncia do lugar social de deputado, mas ocupa no discurso uma posição-sujeito de militar autoritário e político antidemocrático.

Prosseguindo a análise, o entrevistador questiona o deputado se ele [Bolsonaro] fecharia o Congresso caso fosse o presidente da República (SD23), e o entrevistado responde de forma imediata, com segurança e firmeza: **“Não há a menor dúvida, daria golpe no mesmo dia”** (SD22). Assim, podemos observar, nesse discurso, a produção de efeitos de apagamento da democracia e de aniquilação do regime democrático, ao mesmo tempo em que funciona uma posição-sujeito favorável a golpe com o fechamento do Congresso. Ou seja, é a memória da ditadura em funcionamento e sendo atualizada na formulação da SD22, já que essas práticas ditatoriais foram efetivadas durante o regime militar.

Temos, ainda, o funcionamento de um efeito de denegação nesse discurso: **“O Congresso hoje em dia não serve pra nada, “[...] dê logo o golpe. Parte logo pra ditadura. Agora, não vá falar de ditadura militar aqui, só desapareceram 282, a maioria marginais, assaltantes de banco, sequestradores [...]”** (SD22, grifos nossos) [*sic*]. Retomando o que postula Courtine (2014), a denegação consiste em negar um elemento do saber próprio da FD que afeta o sujeito do discurso, pois, ao tempo em que insinua que se deva dar um golpe e partir para a ditadura, Bolsonaro nega a ditadura **“Parte logo pra ditadura. Agora, não vá falar de ditadura militar aqui”** (SD22, grifos nossos) [*sic*]. De acordo com Courtine (2014), denegar um saber que é próprio de uma FD é também uma das formas de refutação, uma vez que a refutação em sua forma completa se trata de uma manifestação quase-explicita “[...] da existência de uma contradição ideológica no intradiscurso de uma sequência discursiva” (Courtine, 2014, p. 205).

A consolidação do regime militar também é discursivizada com efeitos de contragolpe ou revolução, nesse caso, podemos observar que há um efeito de contradição nas formas de se referir ao período que corresponde à ditadura e ao Ato Institucional nº 5 (AI-5), que interrompeu de modo autoritário as atividades parlamentares do Congresso Nacional. Nesse discurso, com o efeito de denegação e sentidos de contradição, ora a ditadura é discursivizada como revolução, ora como golpe, e não apenas pelos que ocupam posições-sujeitos vinculadas a FDs antagônicas (contra ou a favor dos militares no poder), mas mesmo no interior da FD militarista é possível

o funcionamento de efeitos de sentido opostos para se referir à Ditadura Civil-Militar (1964-1985).

Nesse discurso, o deputado Jair Bolsonaro, ao ocupar a posição-sujeito de defesa do período ditatorial e de golpes, também se posiciona favoravelmente a um novo golpe, em nome do povo: “[...] **daria golpe no mesmo dia. [...] Eu tenho certeza de que pelo menos 90% da população ‘ia’ fazer festa e bater palma, porque não funciona dessa forma [...]**” (SD22) [*sic*], e assim, volta a ocupar a posição-sujeito de porta-voz do povo, pois o discurso funciona com efeitos de que a população apoiaria a iniciativa e comemoraria o fechamento do Congresso, uma vez que a instituição “**não funciona**” (SD22). O discurso também produz sentidos de irrelevância do Congresso, portanto, a posição-sujeito antidemocrática vai se regularizando, logo, um efeito contraditório de apagamento da democracia. Segundo o discurso enunciado, o Congresso apenas confirma o que o presidente da República decide e, assim, não exerce a harmonia democrática do legislativo, visto que no estado democrático de direito é preciso que os três poderes sejam autônomos, como já pontuamos anteriormente.

A Constituição Federal de 1988 assegura todos os mecanismos para que o Brasil seja, efetivamente, uma democracia representativa, como as eleições diretas, os plebiscitos, os referendos e a proposição de projetos de lei de origem popular. A descentralização dos poderes, com o fortalecimento do Judiciário e do Legislativo também são fatores inerentes à democracia; consolidados pela Carta Magna brasileira. Desse modo, a democracia funciona verdadeiramente, a partir do cumprimento das premissas existentes na Constituição. Entretanto, no discurso em análise, todos esses sentidos são negados, silenciados, e assim temos efeitos de apagamento da democracia no Brasil.

Portanto, na formulação “**não funciona**” (SD22) se instaura um sentido de que não existe democracia, pois a soberania popular se constituiria na relação dos três poderes funcionando de modo independente – Legislativo, Executivo e Judiciário – e ao decidir e ter apenas a confirmação de suas decisões pelo parlamento, estaria o presidente governando de modo autoritário e antidemocrático. Sendo assim, não haveria utilidade na existência do Congresso de acordo com o discurso enunciado pelo deputado, “[...] **dê logo o golpe. Parte logo pra ditadura**” (SD22, grifos nossos) [*sic*]. Aqui vemos o funcionamento metafórico com efeito parafrástico de “golpe” para “ditadura”, ou seja, significantes diferentes, mas com o mesmo efeito de sentido.

Na SD23, mediante a declaração de Jair Bolsonaro acerca da suposta inutilidade do Congresso, mencionada anteriormente (SD22), o entrevistador questiona o deputado sobre o que o motiva a ser um parlamentar, tendo em vista o seu descrédito ao Congresso. Ao responder,

o deputado ocupa uma posição-sujeito de político honesto, digno da confiança da população, que visa o combate à corrupção: “[...] **Pra não chegar um mau-caráter no meu lugar**” (SD24)<sup>145</sup>. No entanto, embora ele tenha sido eleito pelo voto, na sequência da resposta materializada na SD24, o deputado produz sentidos de contradição no discurso, quando diz que o voto não muda nada, vejamos: “[...] **me desculpa, né? Mas através do voto você não vai mudar nada nesse país. Nada, absolutamente nada!**” (SD24). E assim funcionam no discurso os sentidos parafrásticos de negação da democracia, com efeitos de naturalização do autoritarismo.

Retomando a discussão acerca do que postula a Constituição Federal de 1988 para a preservação da democracia no Brasil, em seu parágrafo único do artigo 1º está determinado que todo o poder emana do povo, e esse poder é exercido por meio da eleição direta daqueles que o representa. Sendo assim, o regime de governo do país permite que funcionem instrumentos de exercício do poder advindos da soberania popular pela escolha dos seus representantes, em conformidade com o exercício dos mandatos desses representantes escolhidos pela população, isto é, os legisladores e os que exercem as funções administrativas no Executivo, seja no âmbito federal, estadual ou municipal. Ainda na CF88 está assegurado, em seu artigo 14º, o modo como esse acordo social se dá, efetivamente, com o direito ao sufrágio universal, a se concretizar pelo voto, direto e secreto, e tendo valor igual para todos, em cada eleição, que acontece periodicamente a cada dois anos, alternando-se em gerais e municipais.

Portanto, com base na CF88, o voto obrigatório no Brasil é um importante instrumento da cidadania e, conseqüentemente, para a manutenção da democracia, pois é a partir dele que são escolhidos os representantes do povo para garantir as políticas fundamentais de cada indivíduo e da sociedade como um todo. Ao discursivizar que: “[...] **através do voto você não vai mudar nada nesse país. Nada, absolutamente nada!**” (SD23), o ex-deputado ocupa uma posição-sujeito antidemocrática e produz sentidos de insignificância para o voto e para a Constituição, negando sua relevância e, principalmente, sua legitimidade.

O deputado, interpelado pela ideologia da ditadura, defende que, no lugar do voto como ferramenta de mudanças no processo político do país, se parta para uma guerra civil: “[...] **Você só vai mudar, infelizmente, quando um dia nós partirmos para uma guerra civil aqui dentro**” (SD23). Assim, o entrevistado ocupa uma posição-sujeito bélica e de ditador no discurso, que produz sentidos de apologia a assassinatos de civis, inclusive do presidente da

---

<sup>145</sup> Lembramos que esse funcionamento também ocorreu na análise da SD10, do segundo recorte analítico, referente a entrevista do mesmo deputado ao jornal *Estado de Minas*, distante no tempo somente em alguns meses desta entrevista (SD10).

República que na época (1999) era Fernando Henrique Cardoso (PSDB): “[...] **E fazendo o trabalho que o Regime Militar não fez, matando uns 30 mil, começando por FHC [...] não deixar ir pra fora, não, matando!**” (SD23, grifo nosso) [*sic*], referindo-se a alternativa da morte ao invés do exílio para o presidente FHC.

Nesse discurso, temos, novamente, o funcionamento da fuga de sentidos em relação aos sentidos para a democracia. Segundo Orlandi (2012), a fuga de sentidos diz respeito à desorganização na relação entre os “[...] diferentes movimentos de sentido no mesmo objeto simbólico” (Orlandi, 2012, p. 12). Desse modo, é possível observar esse funcionamento no discurso inscrito na entrevista (SD22 e SD23), pois instaura-se, pelo efeito da ideologia militarista, a fuga para os sentidos de democracia, produzindo efeitos de silenciamento. Tal silenciamento busca regularizar os sentidos de apagamento da constituição e da democracia, pelo efeito de deslegitimação dos seus mecanismos, como o efetivo direito ao voto.

Dessa forma, o entrevistado, a partir de um lugar social inscrito no regime democrático – deputado federal – contraditoriamente, ocupa, no discurso, uma posição-sujeito antidemocrática, que não condiz com as suas funções parlamentares. Essa posição-sujeito é determinada pela formação discursiva militarista-ditatorial, que mobiliza a memória do período do regime militar com sentidos de legitimidade, de forma positiva e necessária, negando, portanto, os sentidos ditatoriais. Ademais, funcionam sentidos de apologia ao crime da tortura, sentidos de ameaça à vida de civis inocentes e do próprio presidente do país à época, pela defesa de guerra civil e de mais mortes. Portanto, o entrevistado se identifica com os saberes da FD militarista contrária à democracia e defende o regime militar e, conseqüentemente, o retorno da ditadura.

As entrevistas que constituem as SDs 22 e 23 indicam que o discurso militarista-ditatorial funcionou nas camadas subterrâneas dos arquivos, nos espaços da mídia televisiva local, que não faziam parte do cotidiano de todos. Ainda no período de redemocratização, sob os efeitos de euforia pelo fim da ditadura, o discurso inscrito nos arquivos subterrâneos da mídia tinha limitação de acesso e circulação. Assim, os sentidos materializados nesses ambientes, como os de defesa da ditadura, de ameaças à democracia e à vida, e de apologia à tortura não ganhavam amplitude.

No entanto, esse discurso retorna (2017) na *internet* de forma ampla e veloz, produzindo diferentes efeitos discursivos. Na atualidade, esse discurso ganha novas formas de circulação, dessa vez com maior alcance, pelo efeito da visibilidade instantânea da era da *internet*, ou seja, sob as condições de produção das mídias digitais, em especial no *YouTube*, que possibilita os gestos de interpretação dos usuários, pela interatividade praticada na plataforma, ao clicarem

nos botões de “*Gostei*” e “*Não gostei*”, além dos comentários digitais. Esses modos de interatividade são para a AD gestos de tomada de posições no discurso e produzem distintos efeitos de sentido. Desse modo, a movimentação de sentidos e de sujeitos é mais (in)tensa nas mídias digitais, sendo que um dos efeitos dessa trama discursiva, na atualidade, é a interpelação dos internautas em sujeitos desse discurso. Assim, pelo efeito da circulação, esse discurso oriundo dos arquivos subterrâneos, agora em funcionamento na mídia digital, produz efeitos nocivos que ameaçam a democracia brasileira.

Abriremos outro parênteses nesse segundo bloco analítico para discorrer acerca da influência do *YouTube*, plataforma que abriga os arquivos, antes subterrâneos, em sua republicação na *internet* em nosso tempo, os quais tomamos como *corpus* nestas análises.

#### ***4.1.1 O YouTube como difusor político das discursividades subterrâneas***

Neste processo analítico, o *YouTube* materializa um discurso que estava sob os efeitos da obscuridade e do esquecimento. Com a republicação, a plataforma retira desse discurso esses efeitos de penumbra e inscreve nele sentidos que fazem reascender<sup>146</sup> à nova direita na política brasileira, pelo funcionamento discursivo de saberes autorizados pela formação discursiva da Ditadura Civil-Militar e de sua memória e, ainda, reacender<sup>147</sup> outros sentidos, pelas particularidades da mídia digital, uma vez que esses discursos estavam sob os efeitos de sombreamento em clivagens subterrâneas da mídia tradicional.

Todavia, quando eles são republicados nos espaços nativos da *internet* (Paveau, 2021) adquirem uma memória própria desse ambiente (Gallo, 2011), pois as redes sociais iluminam esse discurso novamente. Desse modo, novas discursividades são permitidas. Sejam elas identificadas com a forma-sujeito da FD militarista-ditatorial, sejam contraidentificadas ou desidentificadas com essa FD, e são permitidos também os sentidos vinculados à FD da democracia, instaurando efeitos de resistência a esse discurso.

Toda essa movimentação da memória discursiva que se atualiza e sofre perturbações devido a essas republicações, seja ela a ditatorial ou a democrática, ocorreu devido às condições de produção do espaço em que esse discurso circula novamente. Não somente as condições específicas dos ambientes digitais, como a possibilidade de assumir posicionamentos discursivos pelas ferramentas que esse lugar possui, a exemplo da facilidade para criação de um canal no *YouTube*, do ato de disponibilizar vídeos, das curtidas, comentários,

---

<sup>146</sup> Reemergir.

<sup>147</sup> Reativar.

compartilhamentos, disseminação em outras mídias similares, mas também as condições da conjuntura política e institucional em que o Brasil vivenciava desde a tomada das ruas e das redes, com as mobilizações e protestos nas *Jornadas de Junho de 2013*. O que prefigurou o que entendemos como acontecimento enunciativo-discursivo.

Essas plataformas, ferramentas e demais especificidades advindas com a tecnologia e a popularização da *internet* e de seus meios, comprovadamente, impactaram as relações políticas e sociais de nosso tempo, de maneira singular e jamais vista em outras circunstâncias. Gallo (2011) apresenta como materialidade discursiva, em artigo que analisa a produção de acontecimentos discursivos e/ou enunciativos na *internet*, um comentário acerca de uma posição política escrita no jornal *Folha de S. Paulo* em 20 de julho de 2009<sup>148</sup>, feita pelo consultor político João Santana<sup>149</sup>. Esse comentário estava subscrito em um *blog* acessado pela autora, em razão de seus gestos analíticos<sup>150</sup>. Em um artigo jornalístico, o consultor analisa o poder destinado à *internet* nos próximos anos, considerando a Lei Eleitoral que sofreu alterações para as eleições a partir de 2010, sendo mais livre o uso da *internet* para se fazer campanhas e angariar votos para os candidatos. Certamente, esse futuro com que o analista político se preocupava já devemos estar vivenciando, pelo menos há uns dez anos.

Partes do artigo são republicadas no texto analisado por Gallo, as quais apresentaremos algumas, a fim de ilustrar o quanto a *internet*, na visão do consultor político, perturbaria a comunicação e a democracia daquele momento em diante: “*A internet é o meio mais perturbador que já surgiu na comunicação.*”; *Na comunicação política, a internet é rota ainda difícil de navegar. Somos neogrumbetes de Sagres em mares bravios.*”; “*E a mídia potencializa resultados reais ou imaginários*”; “*Foram enormes os pulos causados pela imprensa, pelo rádio, pelo cinema e pela TV na forma e no modo de fazer política. Mas nada perto dos efeitos que trará a internet*” (Santana *apud* Gallo, 2011, p. 266).

Ao ler estes trechos, citados por Gallo (2011, p. 266), em sua análise do funcionamento do acontecimento discursivo na *internet*, podemos realizar um deslocamento desse discurso enunciado pelo articulista, escrito há quase quinze anos na *Folha*, e relacioná-lo com os

---

<sup>148</sup> O artigo pode ser acessado na íntegra no *site* da *Folha*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2007200909.htm> Acesso em: 15 out. de 2023.

<sup>149</sup> João Santana é um jornalista e publicitário brasileiro com uma carreira que engloba experiências nas redações de jornais e revistas, além de incursões nos campos da música e da literatura. Contudo, foi no *marketing* político que João Santana se destacou, sendo amplamente reconhecido como o profissional de sua geração com o maior histórico de eleições bem-sucedidas de presidentes, tendo a maior projeção internacional entre os brasileiros, estabelecendo-se como um dos estrategistas políticos mais conceituados do mundo.

<sup>150</sup> O *blog* acessado por Gallo (2011) continua disponível na *internet* e o *post* referente ao artigo de João Santana se encontra neste endereço eletrônico: <https://blognovo.wordpress.com/2009/07/20/o-labirinto-da-internet/> Acesso em: 15 out. 2023.

resultados que foram obtidos pela extrema-direita no Brasil nesses últimos anos, justamente, por se utilizar dos meios da *internet*, os quais já eram anunciados com sentidos de preocupação por João Santana e discursivizados como perturbadores, ainda em 2009.

A perturbação prenunciada pelo consultor político se materializou no discurso como efeitos de sentido e efeitos de memória. Um efeito de perturbação da memória da democracia que fora atualizada na mídia digital. Em 2009, João Santana dizia:

As cibervias não estão criando só ‘novas ágoras’. Criam também novas urnas. Do tamanho do mundo. Vão ajudar a produzir uma nova democracia tão radicalmente diferente que não poderá ser adjetivada ou definida com termos do nosso presente-passado, tipo “representativa” ou direta. Sendo assim, creio que nossos legisladores não vão querer passar para a história como os que imprimiram um sinete medieval em ondas cibernéticas. Não é só o erro, como já se disse, de encarar um meio novo com modelos de regulação tradicional. É porque a *internet*, no caso da comunicação política, nasceu indomável. E sua força libertadora tem de ser estimulada, e não equivocadamente reprimida (Santana, 2009, *online*).

Ao observarmos essas palavras, praticamente nos deparamos com uma “profecia”. O consultor político delinea o percurso que a *internet* e a política fariam na próxima década. Nessa esteira, cabe relacionar essa opinião de Santana ao conceito desenvolvido por Bittencourt (2016) em sua tese de doutorado, e que se torna muito pertinente para nossos gestos de interpretação neste estudo.

A partir do conceito de “Príncipe” cunhado por Maquiavel em *O Príncipe*, e revisitado por Gramsci em *Moderno Príncipe*, e por Ianni com *O Príncipe Eletrônico*, Bittencourt (2016) desenvolve a tese do *Príncipe Digital*. Para a autora, a existência de um *Príncipe* na era digital não se configura conforme os primeiros pensadores do conceito postularam, pois a figura que detém o poder político atualmente “não é necessariamente um intelectual”, como descrevia Maquiavel; “não nasce das mídias tradicionais de massa (rádio e TV)” como defendeu Ianni; “e não se alinha direta e necessariamente com os grupos econômicos e políticos, hegemônicos”, isto é, aos partidos políticos, como afirmou Gramsci, “mas é tão ou mais influente e eficaz” (Bittencourt, 2016, p. 12) que todos esses modelos cunhados anteriormente.

Bittencourt (2016) acredita que

O conceito de Príncipe Digital ilumina a forma como, na era das redes digitais, estão estruturadas as categorias: poder, hegemonia e liderança – pilares de todos os modelos teóricos de príncipes existentes até então. Essa compreensão pode nos levar a entender melhor os fenômenos deste tempo, como as grandes manifestações sociais e os tipos de relações existentes nas redes sociais (Bittencourt, 2016, p. 12).

A autora revisita e dá continuidade à teoria inaugurada por Maquiavel acerca do funcionamento político da liderança, da hegemonia e da soberania, categorias centrais da obra *O Príncipe*, cujo objetivo é fornecer um manual de instruções e procedência para um governante exercer o poder político. Na concepção de Bittencourt (2016), pensar o *Príncipe* a partir dos modelos teóricos concebidos por Maquiavel, Gramsci e Ianni não é mais adequado para compreender os fenômenos da política de nosso tempo, que têm em vista relações notadamente vinculadas ao funcionamento da mídia digital por meio das redes sociais.

Bittencourt (2016) apresenta, teoricamente, as especificidades de cada modelo de príncipe cunhados pelos autores supracitados e aquele teorizado por ela, pois, no que diz respeito à liderança, enquanto no “Príncipe” estava focalizada na figura do governante, no “Moderno Príncipe” recai sobre o intelectual orgânico. No “Príncipe Eletrônico”, a liderança é atribuída aos porta-vozes dos meios de comunicação, como apresentadores, repórteres e editores. Já no “Príncipe Digital”, a liderança passa a ser desempenhada pelos *Líderes de Opinião*.

Desse forma, a autora indica que para entender melhor esse fenômeno da ascensão de um *Príncipe Digital*, foi necessário observar o que havia de genuinamente novo em relação à organização da sociedade desta época. A percepção resultante da análise foi que a característica mais marcante deste período é a forma como os movimentos populares se desenvolvem e se manifestam. Isto é, como a sociedade está mudando e como as pessoas estão se expressando e se mobilizando no ambiente digital.

Nessa perspectiva, o ativismo como um processo de envolvimento em questões políticas ou sociais através da *internet*, por exemplo, em que as pessoas podem permanecer anônimas e contribuir para causas sem a necessidade de participar fisicamente dos eventos, faz com que esse envolvimento se inicie *online*, assim, os participantes podem cooperar usando dispositivos eletrônicos, como computadores e *smartphones*, antes de considerar ações presenciais em manifestações públicas.

Para a autora, diante da era atual, caracterizada pela rapidez e abundância das informações, seria simplista e superficial considerar a existência de uma liderança única representada como um “Príncipe”. A complexidade das estruturas sociais modernas vai além disso. Não existe mais uma influência direta e unilateral, nem a capacidade de concentração de poder como era descrito nas ideias de Maquiavel. Do mesmo modo, não é mais apropriado atribuir a um único grupo a condição de influenciador da sociedade significativo ou condutor

dos processos de mobilização social, como sugerido por Gramsci e, por fim, não se pode atribuir esse poder a alguns meios de comunicação, conforme argumentava Ianni.

Dessa forma, Bittencourt (2016) depreende que cada momento histórico se distingue em suas características sociais e necessidades específicas. Essas características são influenciadas pela estrutura da sociedade, pelas relações entre as pessoas, pelo modo de vida, pela organização econômica e política, bem como pelos métodos de comunicação. À medida que as estruturas sociais se transformam ao longo do tempo, também ocorrem mudanças nos meios de exercer o poder, nas formas de influenciar as pessoas, nos modelos de liderança e nos padrões de relacionamento entre os indivíduos na sociedade.

Como resultado, a autora enfatiza que em cada época, surge a necessidade de um tipo de líder ou figura de autoridade, referido como um “*Príncipe*”, que seja capaz de obter poder, liderar o povo e, assim, estabelecer a hegemonia e exercer a soberania de acordo com as características e demandas daquele período específico.

Nessa esteira, é que a autora estabelece o conceito de *Príncipe Digital*,

Em tempos de sociedade interconectada pelas Mídias Digitais, em que vimos multidões sendo mobilizadas por líderes, mais ou menos anônimos, que exercem poder por meio de um ambiente midiático que possui controles diversos e sem delimitações precisas do seu funcionamento, cabe pensar que se alteraram também as estruturas que geram poder, hegemonia e soberania. Altera-se assim a base da estrutura de Príncipe. [...] Desse modo, é possível falar da existência de um novo Príncipe, o Príncipe Digital, que nesse novo cenário consegue ocupar o papel que outrora, em outras realidades sociais, foi ocupado pelo “Príncipe”, “Moderno Príncipe” e pelo “Príncipe Eletrônico” (Bittencourt, 2016, p. 100).

Nessa ótica, o conceito de “*Príncipe Digital*” se fundamenta na criação e difusão de conteúdos dinâmicos e disseminados por meio das redes sociais, com o propósito de orquestrar a mobilização social. Em contraposição ao conceito de hegemonia, esse modelo é caracterizado pela coordenação de uma pluralidade de atores que se empenham em um discurso crítico, alternando elementos de humor e entretenimento e incentivando a participação popular. O *Príncipe Digital* é uma entidade influente no contexto digital e nas redes sociais, que lidera movimentos de mobilização de maneira não convencional, desafiando paradigmas tradicionais de poder.

Ao relacionar os pressupostos de Bittencourt (2016) com a obra do jornalista americano Fisher (2023), *A Máquina do Caos*, já citada neste trabalho, notamos que o autor considera que, a partir de 2016, mesmo ano em que Bittencourt publicou sua pesquisa, houve o processo de

estabelecimento de uma “Ditadura da curtida”, um “Presidente YouTube”, e uma “Democracia do algoritmo” no Brasil.

Com base em sua investigação jornalística, Fisher teve acesso a documentos, dados e pessoas que fizeram possível a elaboração de um relatório aprofundado que explicita a força das redes sociais e, em especial do *YouTube*, no retorno do discurso da extrema-direita no Brasil e no fortalecimento do nome de Jair Bolsonaro como representante político de maior influência desses ideais e, em termos do discurso, como um dos mais recorrentes enunciadores das posições-sujeito direitista e militarista-ditatorial, subordinadas à formação discursiva da Ditadura Civil-Militar brasileira, como temos visto em nossas análises.

Em entrevista a Fisher, o cientista Virgílio Almeida, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), relatou os resultados das pesquisas que realizava em seu laboratório, e em especial, as pesquisas referentes à influência da plataforma *YouTube* na ascensão da nova direita, por intermédio das redes sociais. Bem como, no processo de aclamação do nome de Bolsonaro no cenário nacional da política brasileira.

Sobre isso, Fisher constata que a equipe liderada pelo pesquisador

[...] percebeu que podia medir a valência política dos vídeos de política do YouTube a partir das legendas. Eles usaram um software especial para acompanhar tendências no tom e no alinhamento político dos vídeos. Fizeram o mesmo com os comentários logo abaixo desses vídeos. Desde o período da atualização do algoritmo do YouTube, em 2016, descobriram eles, **canais de direita haviam ganhado público muitíssimo mais rápido do que outros**, dominando o conteúdo político do site. **As menções positivas a Bolsonaro dispararam**. Assim como as menções a teorias da conspiração que Bolsonaro fazia circular. Tal como Chaslot descobrira durante a eleição francesa de 2017, **o YouTube tinha uma inclinação acentuadamente pró-Bolsonaro e deu uma guinada à direita durante um período em que os números de Bolsonaro nas pesquisas estavam fracos e estacionados**. A plataforma não estava refletindo tendências do mundo real. Estava criando seu próprio mundo (Fisher, 2023, p. 399, grifos nossos).

Como temos observado em nossas análises, as discursividades que se reconfiguram no espaço midiático da *internet*, após a republicação e atualização do discurso de apologia à Ditadura Civil-Militar e à direita política no Brasil, recebem efeitos provenientes dessa perspectiva política, ao considerarmos o contexto das rachaduras e abalos desencadeados na estrutura político-institucional e democrática do país, a contar das manifestações populares de 2013, bem como toda a efervescência do surgimento dos ideais direitistas nas redes sociais nos anos subsequentes, mas, principalmente, daquilo que se apresenta de específico do mundo das redes sociais, sobretudo do *YouTube*, que, deslocando a concepção de *Príncipe Digital* de

Bittencourt (2016), transforma-se, pelo que demonstra Fisher (2023) em sua obra, em um “Presidente YouTube” (Fisher, 2023, p. 392), ou melhor, em um *Príncipe YouTube*.

[...] não só o YouTube estava orientando o interesse do brasileiro por vídeos alinhados com Bolsonaro, mas mudando o posicionamento político do usuário. A guinada para a direita da plataforma começara com o número de visualizações. Canais que elogiavam Bolsonaro ou usavam palavras-chave de extrema direita tinham picos de visualização — graças ao algoritmo, supõe-se. Depois disso, os comentários também tendiam para a direita, o que sugeria que era o YouTube que estava atraindo usuários para o bolsonarismo, e não o contrário (Fisher, 2023, p. 399-400).

Fisher (2023) elucida ainda que iniciara no Brasil, a partir de 2016, exatamente o início do recorte temporal que inaugura as primeiras republicações das materialidades que constituem o *corpus* deste trabalho, uma proliferação de teorias de conspiração e agendas políticas radicais que parecem se originar no *YouTube*. Conforme o autor,

O ponto zero da nova era de política via YouTube era a sede do Movimento Brasil Livre, em São Paulo. Kim Kataguiri, o líder do grupo, ganhara fama no YouTube quando adolescente ao postar vídeos refutando o que considerava as tendências de esquerda de seus próprios professores. [...] **Em 2016**, ele e outros haviam formado o MBL para **agitar o impeachment da então presidente do Brasil**. O perfil demográfico do grupo tendia para jovens de boa formação, de direita e fortemente conectados — o perfil demográfico do YouTube (Fisher, 2023, p. 406, grifos nossos).

Isso significa que o *YouTube* desempenhou um papel significativo na disseminação dessas ideias extremas e no aumento da interpelação ideológica de indivíduos que se vinculavam a essa mídia pelas formações discursivas inerentes a esse discurso. Conforme podemos observar, ao considerar as condições de republicação e circulação dos discursos que se inscrevem nas SDs que analisamos neste quinto recorte.

Fisher ainda destaca que o Brasil, sendo o segundo maior mercado mundial do *YouTube*, estava servindo como um laboratório de experimento para a crescente influência dessa plataforma na formação de opiniões e no cenário político. Em essência, o autor destaca a importância do *YouTube* como uma fonte de informação e influência no país e como isso afetou sobremaneira a sociedade brasileira. Em relação aos efeitos que esse processo causou, o autor destaca que

As consequências do efeito toca de coelho que o YouTube provocava no mundo real — a distorção imposta a milhões de cidadãos, um naco considerável dos eleitores — estavam por por todos os lugares, a começar pela

política. Bolsonaro instigava o público a assistir ao YouTube em vez do noticiário de boa reputação. Ele trocou tecnocratas do governo por personalidades das mídias sociais, que usavam seu poder para agir conforme conspirações tresloucadas — com relação à educação, à saúde pública e às minorias — que saciavam o algoritmo do Vale do Silício que os fez chegar lá (Fisher, 2023, p. 405).

As implicações do *YouTube* nessa realidade, portanto, são notadamente impressionantes. Ao considerar as distorções causadas pelo impacto dessa plataforma na percepção de milhões de cidadãos, incluindo os eleitores. Utilizando o exemplo do ex-presidente Bolsonaro que encorajou o público a consumir conteúdo do *YouTube* em detrimento das fontes de notícias tradicionais e substituiu especialistas do governo por personalidades das mídias sociais, podemos entender como um dependia do outro para diferentes objetivos. Luz (2022) indica que, “Imprimindo um caráter desonesto à imprensa sempre que sua imagem era de alguma forma atingida pelo enquadramento editorial, Bolsonaro convocou seus apoiadores a buscarem por informações em seus canais online, onde encontrariam ‘a verdade sobre os fatos’” (Luz, 2022, p. 125).

Enquanto o *YouTube*, uma das empresas pertencentes às *Big Techs*<sup>151</sup> superpoderosas do mundo capitalista, a saber, o *Google*, fatura cada vez mais com acessos, engajamento, publicidade e demais possibilidades de rendimentos; os políticos, neste caso Bolsonaro, enunciador do discurso direitista e militarista-ditatorial e representante político dessa ideologia, se consolida neste cenário com efeitos de solução para a governabilidade da nação, como uma espécie de *Príncipe YouTube*.

Não só Bolsonaro, mas outras personalidades políticas se destacaram nessa conjuntura, usaram sua influência para promover teorias de conspiração radicais relacionadas à educação, à saúde pública e às minorias. O resultado disso foi a amplificação do discurso extremista, alimentando o algoritmo das redes sociais e moldando a opinião pública de forma significativa.

Passemos a análise das próximas sequências discursivas do quinto recorte.

#### *Sequências Discursivas de 24 a 27*

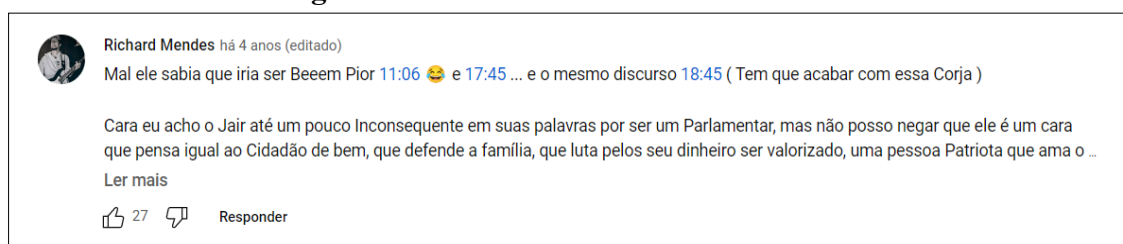
Dadas as considerações supracitadas, apresentamos, a seguir, as SDs constituídas dos comentários na publicação do vídeo no *YouTube*, analisado na seção anterior (4.1). São comentários feitos pelos seguidores do canal no qual foi veiculado o vídeo que materializa a

---

<sup>151</sup> O termo refere-se às grandes empresas de tecnologia e inovação que dominam o mercado econômico. A exemplo da *Google*, *Apple*, *Meta*, *Amazon* e *Microsoft*.

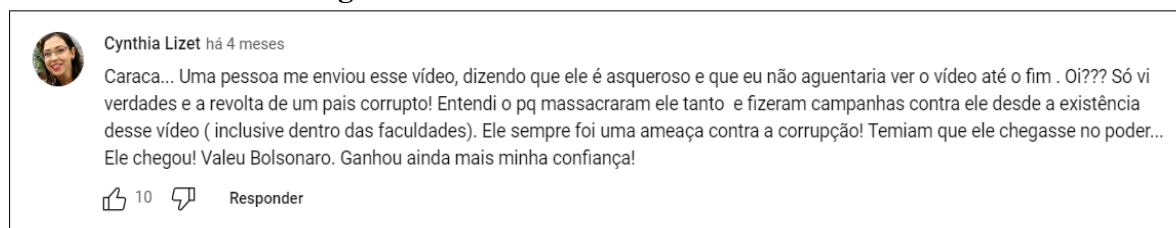
entrevista que estamos analisando neste quinto recorte. Utilizamos comentários referentes aos trechos da entrevista que tomamos como *corpus* analítico para constituir as SDs 22 e 23 como o ponto de encontro da memória com sua atualidade, tendo em vista as novas configurações políticas e midiáticas de nosso tempo, bem como as especificidades das tecnologias digitais da *internet*, superiores à tecnologia televisiva da década de 1990.

SD24

**Figura 36 - Comentário constitutivo da SD24**

Fonte: *YouTube* (2017)<sup>152</sup>.

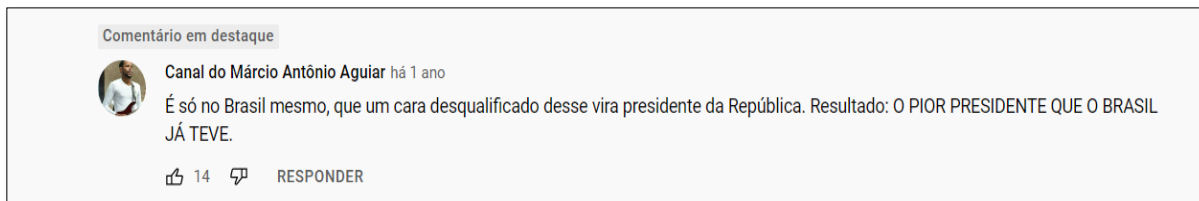
SD25

**Figura 37 - Comentário constitutivo da SD25**

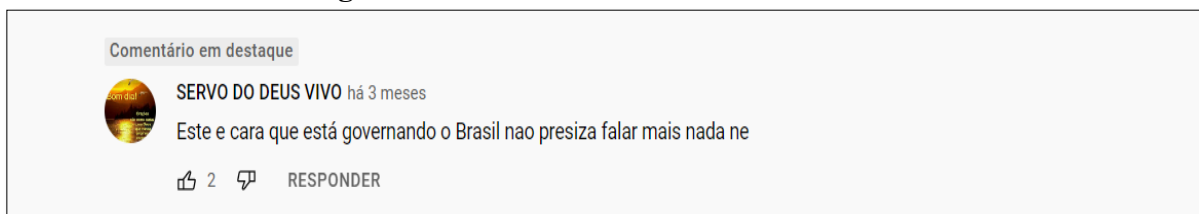
Fonte: *YouTube* (2021).

<sup>152</sup> Todos esses comentários estão disponíveis em: <https://www.youtube.com/watch?v=21IQ84pnuwo&t=869s>  
Acesso em: 31 maio 2021.

SD26

**Figura 38 - Comentário constitutivo da SD26**Fonte: *YouTube* (2021).

SD27

**Figura 39 - Comentário constitutivo da SD27**Fonte: *YouTube* (2021).

Para Courtine (2014), a “inscrição do acontecimento dos enunciados confere a suas relações o efeito de lembrança ou de uma refutação imediata de formulações presentes em sequências discursivas que se respondem” (Courtine, 2014, p. 112). No comentário em destaque, constitutivo da SD24, conforme figura 38, um internauta retoma alguns trechos do vídeo no *YouTube*, por meio da marcação dos minutos e segundos: “**11:06** 😂 e **17:45 [...]** **18:45**” (SD24), esse mecanismo é um funcionamento próprio dessa plataforma, que consiste em gerar um *link* que, ao clicar nessa combinação de minutos e segundos, o usuário é direcionado, exatamente, para o momento no qual o diálogo citado/linkado está ocorrendo. Isso é denominado de *timestamp*<sup>153</sup>, que, basicamente, equivale a um instante único, um ponto específico na linha do tempo do vídeo.

Pelas especificidades do ambiente digital, entendemos que há um efeito de imediaticidade em funcionamento nesse mecanismo do *YouTube*, certamente, pelo modo frenético com que as pessoas vivem, atualmente, o que potencializa as relações para formas mais rápidas e imediatas, num simples clique já se está no trecho que se interessa assistir, facilidade e ganho de tempo, sem que se assista ao vídeo todo, ou se procure deliberadamente o trecho de interesse. Além disso, o *YouTube* ainda apresenta outra configuração que reverbera esse efeito de imediaticidade buscada pelos seus usuários, com o mecanismo de alterar a

<sup>153</sup> Em inglês: *time* – tempo, *stamp* – selo, um selo para o tempo, que marca uma minutagem específica no vídeo.

velocidade dos vídeos publicados na plataforma em oito possibilidades diferentes, sendo apenas três de modo mais lento que o normal e quatro formas mais aceleradas.

Ao clicar nos *timestamps* comentados pelo internauta, o vídeo apresenta as falas de Jair Bolsonaro na entrevista, referentes ao governo do presidente Fernando Henrique Cardoso e a relação estabelecida entre ele e o Congresso Nacional, no qual o deputado menciona existir a maior corrupção da história do país:

**Quadro 7 - Transcrição do trecho *timestamp* 11:06**

<b>SD24</b>	Jair Marchesini: Você acha que o presidente da República tá desgastado perante a população e junto ao Congresso Nacional? Qual análise você faz hoje? [...] Jair Bolsonaro: Nós vivemos sob a égide do governo mais corrupto da história do Brasil [...], a ele [FHC] não interessa que nenhuma CPI seja instalada, que algo seja apurado, porque vai chegar nele [...] [ <i>sic</i> ]
-------------	---

Elaboração própria (2023).

Nessa transcrição do *timestamp* “11:06” (quadro 7), são reafirmados os sentidos de que o governo do presidente Fernando Henrique é corrupto e permissivo. Embora funcione sentidos de aparente combate à corrupção, esses ditos retomam a memória discursiva inscrita na FD militarista-ditatorial, que determinava sentidos de que não havia corrupção durante o estado de exceção dos governos militares, mas diante do governo civil, a corrupção se instala e atinge todas as instâncias da democracia.

O comentário constitutivo da SD24 também direciona ao *timestamp* 17:45 para um momento da entrevista em que Bolsonaro compara o candidato à presidência Lula (1998) ao presidente FHC, sendo Lula, segundo Bolsonaro, uma pessoa honesta, enquanto FHC, embora culto, seria desonesto e corrupto e, por isso, não merecia ser votado, enquanto Lula, apesar da desvantagem de não ser culto, teria a vantagem de ser honesto, merecia o voto:

**Quadro 8 - Transcrição do trecho *timestamp* 17:45**

<b>SD24</b>	Jair Bolsonaro: Eu voltaria no Lula no segundo turno, apesar de que ele é uma pessoa não muito culta, eu o vejo como uma pessoa honesta, não adianta cê botar uma pessoa cultíssima como FHC e desonesta [...], então falta honestidade [...] [ <i>sic</i> ]
-------------	--

Elaboração própria (2023).

Nessa transcrição do *timestamp* “17:45” (quadro 8), o pré-construído que atrela o político Lula à falta de cultura, no sentido da sua pouca escolaridade, é enunciado pelo deputado. Todavia, esse discurso inscreve sentidos que associam as pessoas que não dispõem de meios de atingir essas condições escolares e sociais à desonestidade, pela inscrição

linguística do *apesar*: “**apesar de que ele é uma pessoa não muito culta, eu o vejo como uma pessoa honesta**” (SD24). Em contrapartida, também são discursivizados sentidos de que embora “culto” o presidente Fernando Henrique não se preocupa em combater a corrupção ou em ser honesto.

E, por fim o *timestamp* “**18:45**” (quadro 9) direciona para outro momento do vídeo, no qual o entrevistado trata sobre direitos humanos serem atribuídos apenas às pessoas “marginais e malandras”<sup>154</sup>, como também é mais uma vez ocupada pelo entrevistado a posição-sujeito de político honesto, de combatente da corrupção etc.:

#### Quadro 9 - Transcrição do trecho *timestamp* 18:45

<b>SD24</b>	Jair Bolsonaro: [...] esse pessoal só vê direito de marginais de malandros [...] queriam uma indenização aos 111 mortos do Carandiru, e as centenas ou milhares de viúvas e de órfãos que esses 111 ‘fez’ ao longo de sua vida de criminalidade.”
-------------	---

Elaboração própria (2023).

No entanto, além dos *timestamps*, a materialidade principal dessa SD24 é o discurso enunciado no comentário e é necessário assinalar quais os efeitos em funcionamento discursivizados pelo internauta nesse discurso.

#### Quadro 10 - Transcrição da íntegra do comentário da SD14

<b>SD25</b>	<i>Richard Mendes</i> - há 4 anos (editado) Mal ele sabia que iria ser Beeem Pior 11:06 e 17:45 ... e o mesmo discurso 18:45 ( Tem que acabar com essa Corja ) Cara eu acho o Jair até um pouco Inconsequente em suas palavras por ser um Parlamentar, mas não posso negar que ele é um cara que pensa igual ao Cidadão de bem, que defende a família, que luta pelos seu dinheiro ser valorizado, uma pessoa Patriota que ama o seu País, e que coloca Deus em sua vida ... #Bolsonaro2018
-------------	---

Elaboração própria – 2023.

Ao dizer “**Cara eu acho o Jair até um pouco Inconsequente em suas palavras por ser um Parlamentar, [...]**” (SD25) [*sic*]. Além disso, funciona nessa formulação sentidos de reconhecimento de que aquilo que é dito pelo entrevistado não condiz com o decoro esperado para um deputado, pois se trata de um discurso, segundo o posicionamento materializado nesse comentário, que não visa às consequências que podem ser causadas ao processo democrático. Todavia, na continuidade de sua fala, a saber, “[...], **mas não posso negar que ele é um cara que pensa igual ao Cidadão de bem, [...]**” (SD24), se instauram sentidos de contradição, bem como o efeito da denegação, que conforme já identificamos em outras análises, trata-se da

<sup>154</sup> Este funcionamento também está materializado na análise da SD18, no capítulo anterior.

negação de um elemento do saber próprio da FD que de algum modo afeta o sujeito discursivo (Courtine, 2014). Ora, seria inconsequente para um parlamentar dizer aquilo que o deputado entrevistado diz, mas este é o pensamento de um cidadão de bem? O cidadão de bem seria então naturalmente inconsequente? A inconsequência por si só já não impossibilita que se seja um bom cidadão, obrigado a cumprir as regras sociais, a seguir a lei, e a viver bem em sociedade?

Atualmente, o dito “cidadão de bem” passa a ter diferentes efeitos de sentido no discurso político-partidário brasileiro, quando formulado sob as determinações da formação discursiva direitista e militarista-ditatorial, bem como nas FDs antagônicas a essas. Segundo Batista & Cademartori (2022),

No atual cenário brasileiro, a figura do “cidadão de bem” (CB) diz respeito a um ponto de vista aceito como verdadeiro, magnificado pela opinião pública e disseminado pelo senso comum. Convertida em modelo de conduta, essa representação social passou a estruturar o debate público em torno de temas morais emergentes na sociedade. Seu mecanismo mobiliza de maneira estratégica o conceito de cidadania dentro de um contexto de comunicação digitalizada e batalhas discursivas que desafia a capacidade de resposta das instituições democráticas e do próprio Direito (Batista, Cademartori 2022, p. 4).

Isso ocorre porque o dito “cidadão de bem”, filiado às FDs da direita e militarista, funciona com sentidos de moral conservadora. Esse funcionamento tem respaldo, segundo os autores supracitados, na potencialização da extrema-direita brasileira, que legitima um discurso ultraconservador com “temas ligados a uma agenda moral” (Batista; Cademartori, 2022, p. 5) da sociedade.

Nesse viés, podemos entender, que no comentário que constitui a SD25, o “cidadão de bem”, na posição-sujeito ocupada pelo internauta, corresponde ao sentido determinado pela FD direitista, pois é alguém: **“[...] que defende a família, que luta pelos seu dinheiro ser valorizado, uma pessoa Patriota que ama o seu País, e que coloca Deus em sua vida .... #Bolsonaro2018”** (SD24) [*sic*], os ditos de defesa da família, dos interesses privados sobre o bem comum, bem como do patriotismo ufanista e da inserção da religiosidade em discussões políticas são pré-construídos do interdiscurso da direita política brasileira, principalmente, na atual conjuntura, ideologia que interpela tanto o deputado entrevistado quanto o internauta que comenta no vídeo do *YouTube*. Souza (2022) argumenta que

Desde logo, percebe-se que o topos “cidadão de bem” é uma representação social que possui amplo espectro de atuação. Ela mobiliza o senso comum por meio de um sistema de convencimento historicamente determinado e

moralmente convincente. Em geral, seu emprego é colocado a serviço de uma matriz de pensamento segregadora, que reparte pessoas entre o “nós”: “cidadãos de bem”, os “gente boa” e o “eles”: “anticidadãos”, “bandidos” (Souza, 2022, p. 15).

O processo de interpelação ideológica diz respeito à significação da língua materializada no discurso, em que sentido e sujeito são constituídos a partir de uma identificação determinada ideologicamente. A interpelação, na perspectiva desta análise, manifesta ainda a inculcação ideológica da mídia (Cortes, 2022a), que se refere ao processo de repetibilidade dos discursos, intensificada pela célere movimentação das discursividades que circulam na mídia digital. Nessa mobilidade, instauram-se ainda os pontos de deriva (Pêcheux, 1990), devido à opacidade da língua e sua equívocidade, ocasionando conflitos na subjetividade, desencadeando nas contradições nos processos de contraidentificação e desidentificação, a partir do modo com que determinadas FDs afetarão os indivíduos.

No funcionamento discursivo da SD24, a forma-sujeito de uma formação discursiva direitista de apologia ao combate à corrupção, à tortura e a mortes, de apologia ao descrédito na democracia, do anseio pelo fim dos direitos humanos para “marginais” etc., vai de encontro ao ser “do bem” nos sentidos admitidos pela dignidade e pelo sentido de humanidade. Ou acaso defender a tortura, a morte e o fim da democracia é ser do bem? O que faz com que haja uma contradição discursiva nesse posicionamento. E quanto ao uso da *hashtag* “**#Bolsonaro2018**” (SD24) equivale a identificação do voto do internauta no deputado entrevistado nas eleições presidenciais do ano 2018, momento em que o comentário é feito no vídeo.

Na SD25 ocorre um funcionamento discursivo de identificação do sujeito dessa formulação com o discurso enunciado na entrevista inscrita no vídeo do *YouTube* (SD22/SD23). A internauta que comenta é interpelada pela formação ideológica militarista-ditatorial e se identifica com os saberes da FD correspondente, que é dominante nesse discurso. Ao dizer que assistindo ao vídeo “**só ouviu verdades**” (SD25), a internauta ocupa uma posição-sujeito de adesão ao discurso de apologia à tortura, às mortes e do desdém à democracia. Nesse discurso, essas manifestações discursivas filiadas à FD militarista-ditatorial são tomadas como “**revolta [diante] de um país corrupto**” (SD25) e, por isso, são aceitas e defendidas.

O deputado entrevistado pelo Câmera Aberta em 1998, e que se sobressai nos espaços digitais da *internet* vinte anos depois, recebe nesse discurso sentidos de ser uma notável “**ameaça contra a corrupção**” (SD25). Essa movimentação do arquivo da mídia televisiva para a plataforma digital de vídeos faz evocar discursos de identificação, inscreve a regularidade pró-ditadura, aos militares e a discursos de apologia à tortura e à morte, mas, como a memória

funciona sob um jogo de força no choque do acontecimento (Pêcheux, 1999), também há equívocidade, rupturas e deriva de sentidos, conforme veremos na SD26.

No comentário que constitui a SD26, há uma desregulação da memória discursiva da Ditadura Civil-Militar que vinha sendo regularizada tanto na entrevista (SD22/23) quanto em comentários do vídeo publicado no *YouTube*. Nesta SD, há uma contraidentificação com o discurso enunciado por Bolsonaro, além de funcionar um pré-construído de que no Brasil, as pessoas não sabem votar, pois de acordo com a SD26, foi eleito **“O PIOR PRESIDENTE QUE O BRASIL JÁ TEVE”** (SD26). Sentidos semelhantes também se instauram na SD27. Os dizeres **“Este cara que está governando o brasil não precisa falar mais nada ne”** (SD27) [*sic*], conforme figura 39, indicam um sentido de decadência e falta de credibilidade diante da política brasileira, além do atravessamento do discurso religioso manifestado na identificação do internauta **“SERVO DO DEUS VIVO”** (SD27).

Nessas análises, vimos que o então deputado Jair Bolsonaro, a partir do lugar social de parlamentar, ocupa a posição-sujeito de detentor da voz do povo, no entanto sem autorização de uma unanimidade desse povo, como ele diz, pois não existe o efeito da legitimidade de representar toda uma população para a postura antidemocrática enunciada por ele, que é de apologia à ditadura e de defesa da tortura como sendo uma vontade popular e coletiva. Esse discurso se filia à FD militarista-ditatorial, que desrespeita a dignidade da pessoa humana, produz efeitos de desdém à democracia como modo de governo, além das ameaças de morte e de assassinatos a civis.

É possível perceber as determinações da ideologia ditatorial e autoritária naquele momento histórico de recente início de redemocratização do país (1999); com a instauração do efeito contraditório materializado no discurso enunciado por um político que, mesmo eleito democraticamente, se posiciona favoravelmente à legitimação da prática da tortura, como ato normal em tempos democráticos, como em: **“[...] pau de arara. Funciona!”** (SD23). Assim, o deputado é interpelado pela ideologia militarista e ocupa uma posição-sujeito de apologia à tortura e às práticas ditatoriais, que não considera a dignidade humana e os direitos humanos daqueles que foram submetidos a sessões de tortura em interrogatórios durante a ditadura.

Nas SDs constituídas pelos comentários, quais sejam, as SDs 24 e 25, é instaurada a fuga de sentidos (Orlandi, 2012) para a democracia, que reacende a memória do regime militar com sentidos positivos, a exemplo do combate à corrupção e, por isso, silencia os sentidos da ditadura. Funcionam ainda efeitos de sentido de apoio ao político Jair Bolsonaro, pela identificação dos internautas com esse discurso. Entretanto, os pontos de deriva também se manifestam e a contraidentificação e desidentificação, conforme mostram, respectivamente, as

SDs 26 e 27, são inscritas em posições-sujeito de desaprovação tanto ao deputado entrevistado quanto ao discurso que ele enuncia.

Passemos ao último recorte de sequências discursivas.

## 4.2 A repetibilidade do discurso de apologia à ditadura sob o jogo de força da memória

### *Recorte Analítico 6*

Embora tenha havido repercussão desfavorável ao deputado pelo teor de suas falas durante a primeira entrevista<sup>155</sup>, inclusive com a especulação de uma possível cassação do seu mandato<sup>156</sup>, além de comentários de autoridades, como o presidente do Congresso, Antônio Carlos Magalhães e o da República, Fernando Henrique Cardoso, reprovando as declarações dadas pelo parlamentar, semanas depois, Jair Bolsonaro retorna ao mesmo programa para uma nova participação, na qual ratifica seus posicionamentos e afirma ter sofrido um “massacre” devido às alegações que fez durante sua primeira ida ao programa de TV.

A partir de um *corpus* construído com trechos da segunda entrevista do deputado Jair Bolsonaro ao Câmera Aberta na década de 1990, bem como de um recorte de comentários de internautas que assistiram ao vídeo no *YouTube* em nosso tempo, damos continuidade às análises, indicando quais outros efeitos são instaurados e quais disputas de sentido estão em funcionamento nesse processo discursivo, considerando as especificidades de sua primeira e segunda circulações, analisando tanto as condições de produção midiática e política da época em que esse discurso foi inscrito na TV e circulou de modo local e restrito; quanto as condições de produção de sua atualização, com a circulação digital que acontece atualmente, de forma ampla e veloz, isso, sob as tensões da memória e as determinações das formações discursivas do militarismo e da democracia.

---

<sup>155</sup> Analisada na seção 4.1.

<sup>156</sup> Disponível em:

<https://www.senado.gov.br/noticias/opiniaopublica/inc/senamidia/historico/1999/5/zn052550.htm> Acesso em: 15 out. 2021.

**Figura 40** - Fotograma do vídeo com entrevista do deputado Jair Bolsonaro



Fonte: *YouTube* (2016).

Esta outra entrevista ocorreu em 1999 também no programa *Câmera Aberta*<sup>157</sup>. Antes disso, como apresentado na análise anterior, referentes às SDs 22 e 23, o deputado Jair Bolsonaro já havia sido entrevistado no mesmo programa e feito declarações antidemocráticas, a exemplo de fechar o Congresso Nacional; e extremistas, como fuzilar o presidente do Brasil e iniciar uma guerra civil, “[...] Bolsonaro declarou que, na época da ditadura, os militares deveriam ter fuzilado ‘uns 30 mil corruptos a começar pelo presidente Fernando Henrique Cardoso’” (Lopes; Lana, 1999, *online*)<sup>158</sup>.

Conforme já salientado, a repercussão dessa primeira entrevista foi bastante significativa e gerou debates acerca de uma punição ao deputado, como a cassação do seu mandato defendida pelo presidente do Senado, à época o senador Antônio Carlos Magalhães. Além disso, Bolsonaro também recebeu duras críticas do então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, pelas declarações feitas.

Devido a toda reverberação provocada por essa entrevista, o deputado retorna ao programa na tentativa de contornar os transtornos causados na primeira participação; enquanto tramitava nas instâncias competentes, a possibilidade de perder seu mandato parlamentar. Essa segunda entrevista, portanto, constitui a materialidade que compõe as SDs 28 e 29, constituídas de trechos em que o deputado comenta acerca das declarações dadas durante a primeira entrevista.

### *Sequências Discursivas de 28 e 29*

<sup>157</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=c3Rx-ChIlt0> Acesso em: 20 ago. 2021.

<sup>158</sup> Disponível em: <http://www.senado.leg.br/noticias/OpinioPublica/inc/senamidia/historico/1999/5/zn05257.htm> Acesso em: 20 ago. 2021.

## SD28

Bolsonaro: [...] eu não tenho que me desculpar por aquilo que eu não pequei. Eu tenho certeza que eu não pequei. Eu não dei uma entrevista pra você [referindo-se ao entrevistador, Jair Marchesini], pensando em afrontar deputado ou senador, ou afrontar o Congresso, eu falei aquilo que o povo queria ouvir e hoje em dia eu sou até muito mais reconhecido nas ruas, quando ando por aí e o pessoal acha que eu estou no caminho certo. Agora eu não vou voltar a pregar isso daí, eu dei o meu recado, vão agora no início de agosto, botar em votação essa resolução da mesa, pedindo aí um afastamento, uma cassação temporária por 30 dias do meu mandato, vou ficar sem salário, tudo bem não tem problema, eu sou acostumado viver com poucos recursos como sempre vivi no Exército [...] (Bolsonaro..., 2016, inserção nossa). [sic]

## SD29

O que eu quero dizer pra população é que o regime militar não foi isso que pregam por aí, [...] o regime militar foi brando, então peço para os jovens que procurem seus avós, aqueles que tem cabeça branca, cabelos brancos, e converse com eles como foi o regime militar. Hoje em dia a população diz que no regime militar se vivia muito melhor do que hoje, eu não sei se é bom ou não o regime militar, eu não vou entrar no mérito, não quero problema, ‘tá’? Mas o meu pai sempre dizia que no regime militar se tinha autoridade, se respeitava o próximo, se respeitava a família, e por aí afora, [...] porque a democracia demais também atrapalha, no Brasil perdeu-se a noção do que é um regime democrático, parece que na democracia vale tudo, e não é isso que o povo quer, o povo quer principalmente autoridade, e hoje em dia nós não temos (Bolsonaro..., 2016). [sic]

Na SD28, o deputado Jair Bolsonaro é interpelado pela ideologia ditatorial e se filia à formação discursiva militarista, de forma que vai assumir várias posições-sujeito nessa trama discursiva. Ao proferir que “[...] **não pensou em afrontar o Congresso ou os senadores na entrevista anterior**” (SD28), Bolsonaro, a partir do lugar de deputado, um lugar social democrático, se posiciona pela antidemocracia, como defensor da ditadura em adesão à FD militarista, visto que pediu o fechamento do Congresso, tal como ocorreu pela instituição do AI-5 no regime ditatorial.

No entanto, instaura-se nessa configuração discursiva um sentido de denegação (Courtine, 2014), que nega um elemento do saber próprio da FD e afeta o sujeito do discurso. De acordo com Indursky (1990), ao “[...] incidir sobre um elemento de saber que pode ser dito pelo sujeito de um discurso, mas, que mesmo assim, por ele é negado, tal elemento permanece recalado na FD, manifestando-se em seu discurso, apenas através da modalidade negativa” (Indursky, 1990, p. 120), dessa forma, ao contradizer que o desejo de fechamento do Congresso não é de fato uma afronta aos legisladores, o deputado ocupa uma posição-sujeito que nega os sentidos do discurso que enunciou, instaurando, então, um efeito de denegação.

Além disso, outros sentidos se instauram no funcionamento do discurso, a exemplo do dito: “[...] **eu falei aquilo que o povo queria ouvir e hoje em dia eu sou até muito mais reconhecido nas ruas, quando ando por aí e o pessoal acha que eu estou no caminho certo**” (SD28); nessa fala, mais uma vez, o deputado ocupa uma posição de porta-voz do povo, pois fala em nome do desejo da população, afirma que o povo queria que o Congresso fosse fechado e que a democracia fosse substituída por um regime de governo autoritário. Dessa maneira, dá-se, novamente, a contradição, já que o deputado é eleito pelo povo para defendê-lo e não para se apropriar da vontade do povo para posicionamentos antidemocráticos, como o fechamento do Congresso, o que configura como uma apropriação indevida da posição de porta-voz.

Observamos ainda o não reconhecimento e conseqüente reparação do erro cometido na entrevista anterior, pois ao se esquivar da responsabilidade de suas palavras e dos sentidos antidemocráticos que elas materializaram, o deputado não se redime e, por meio da posição-sujeito de porta-voz, passa ao povo a responsabilidade pelos ditos, vejamos: **“Eu não tenho que me desculpar por aquilo que eu não pequei”** (SD28). Aqui a memória da Ditadura Civil-Militar se inscreve nas falas do deputado, com efeitos parafrásticos, pela repetição desses sentidos de fechamento do Congresso, em nome da população, sendo esta favorável ao retorno dos militares ao poder.

Ao dizer: **“Agora eu não vou voltar a pregar isso daí, eu dei o meu recado, vão agora no início de agosto, botar em votação essa resolução da mesa, pedindo aí um afastamento, uma cassação temporária por 30 dias do meu mandato”** (SD28), o parlamentar recua em seu posicionamento, apenas pelo receio de ser afastado e até mesmo de perder seu mandato, devido ao processo de cassação que corre no Congresso. Apesar dos posicionamentos de medo e de covardia assumidos pelo deputado, conforme vimos na SD28, notamos a ratificação de sentidos antidemocráticos e o funcionamento da posição-sujeito em defesa da Ditadura Civil-Militar em todas as declarações dadas na primeira participação do deputado no programa de TV.

A falta de punição ao deputado pelas declarações que materializavam um discurso antidemocrático produziu efeitos de permissividade de que ele continuasse a se posicionar como sujeito desse discurso anticonstitucional:

O presidente tem certeza e espera que o Congresso tomará as medidas cabíveis”, disse o porta-voz da Presidência, Georges Lamazière. O porta-voz,

entretanto, *descartou a possibilidade de o presidente acionar a Justiça contra o deputado* (Lopes; Lana, 1999, *online*, destaques nossos)<sup>159</sup>.

À época, como já apontado, o deputado foi apenas advertido pelo presidente da Câmara Federal, Michel Temer, após ter apresentado uma carta de retratação pelas afirmações que fez durante o programa, com um pedido de desculpas e, por isso, não houve cassação de seu mandato<sup>160</sup>. Em consequência disso, o discurso produzido na segunda entrevista se configurou com efeitos de continuidade da primeira, pois o entrevistado reafirma a posição-sujeito favorável ao regime militar, com efeitos de apagamento de ditadura.

Conforme já salientado, o vídeo com a entrevista em pauta, circulou primeiramente, em 1999 em um programa de TV com transmissão bastante restrita, apenas nas regiões contempladas pela área de cobertura daquela emissora local. Assim, o discurso circulava em condições bem restritas, de forma a apagar o efeito de ameaça que essas declarações traziam à democracia brasileira. No entanto, a atualização dessa memória de apologia à Ditadura Civil-Militar no *YouTube*, reiteramos, configura-se como um acontecimento enunciativo-discursivo, já que a (re)publicação sob as condições da *internet*, muda o modo de funcionamento desse discurso – a exemplo da circulação, que passa de restrita e regional para circular em/na rede mundial.

Essa publicação registra mais de 18 mil visualizações, sendo que 674 internautas que assistiram ao vídeo marcaram a opção “*Gostei*” e não é possível mais identificar as marcações em “*Não gostei*”, devido a uma mudança realizada pela plataforma, em novembro de 2022, em que apenas os criadores do conteúdo podem ter acesso a esse dado. Essas são, portanto, ferramentas de interatividade da plataforma digital do *YouTube* e, portanto, constitutivas de sentido e de posições-sujeito.

A republicação da entrevista está num canal intitulado *Bolsonaro Jefferson gobi* [*sic*] que tem cerca de 15 mil inscritos. Esse vídeo foi adicionado ao *YouTube* em 4 de abril de 2016, sob a legenda “*BOLSONARO em entrevista de 1999 era profeta e ja mitava muito*” [*sic*], conforme mostra a figura 41:

159

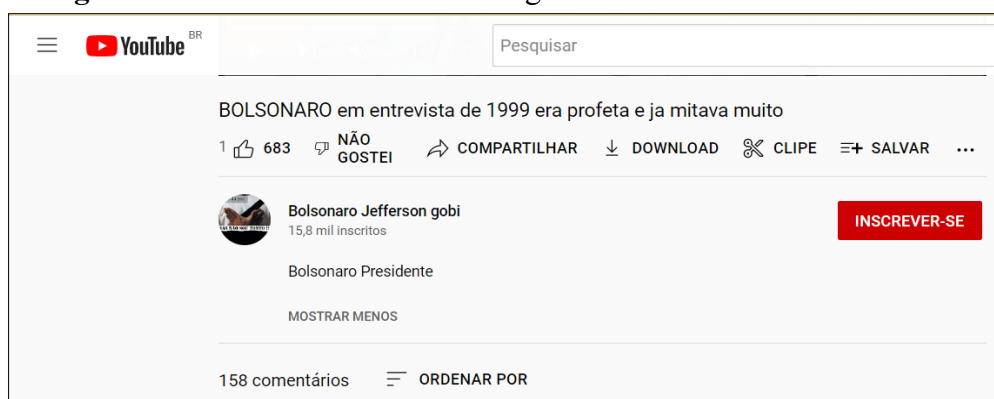
Disponível

em:

<http://www.senado.leg.br/noticias/OpiniaoPublica/inc/senamidia/historico/1999/5/zn05257.htm> Acesso em: 20 ago. 2021.

<sup>160</sup> De acordo com O Globo, essa equivalia a segunda vez que o deputado era apenas advertido pelo Congresso devido o teor antidemocrático de seus posicionamentos. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/blog/octavio-guedes/post/2021/09/09/temer-ja-salvou-bolsonaro-com-uma-carta-em-1999.ghtml> Acesso em: 15 out. 2021; e em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=199019990526> Acesso em: 17 mar. 2022.

**Figura 41** - Dados do vídeo com a segunda entrevista ao *Câmera Aberta*



Fonte: *YouTube* (2016).

Além disso, também existe a possibilidade de comentar sobre o conteúdo do vídeo e desse modo, mais de 150 opiniões de usuários que assistiram ao vídeo estão inscritas acerca da entrevista<sup>161</sup>. Dessas opiniões, selecionamos algumas, considerando a regularização e os deslizamentos de sentido, para constituição das SDs de 30 a 34, mais à frente.

Para Courtine (2014), a memória produz efeitos diante do cruzamento dos dois eixos discursivos, o vertical situado no interdiscurso, e o horizontal, que compreende o intradiscurso, quando “uma formulação-origem retorna na atualidade de uma ‘conjuntura discursiva’” (Courtine, 2014, p. 106). As formulações podem retornar produzindo efeitos de memória parafrásticos, quando não há alterações nos sentidos que funcionam, como também podem produzir deslizamentos e equivocidade dos sentidos, pois “os sentidos são rememorados, atualizados, re-significados” (Indursky, 2003, p. 103).

Assim, a memória do discurso militarista-ditatorial é atualizada pela configuração do acontecimento discursivo, e sofre perturbações e deslizamentos, devido a retomada desse discurso em ambientes virtuais da *internet*, como no canal do *YouTube*. De acordo com Pêcheux (1990), o acontecimento discursivo se dá no ponto de encontro de uma memória com sua atualidade. O autor argumenta que a memória funciona sob um jogo de forças, que tanto pode produzir a estabilidade dos sentidos, como pode instaurar perturbações aos discursos já ditos;

[...] um jogo de força que visa manter uma regularização pré-existente com os implícitos que ela veicula [...], mas também, ao contrário, o jogo de força de uma “desregulação” que vem perturbar a rede dos “implícitos” (Pêcheux, 1999, p. 53).

<sup>161</sup> Dados de maio de 2022, e que podem ter sido ou serem alterados a qualquer momento.

Dessa maneira, a noção de acontecimento articula-se à movimentação da memória discursiva, põe em jogo os pré-construídos presentes no interdiscurso que se atualizam no retorno de uma dada formulação-origem, como afirma Courtine (2014).

Na perspectiva da AD, o enunciador sofre determinações ideológicas e se insere numa dada formação discursiva e se expressa a partir dos saberes que essa FD permite. Dessa maneira, é a FD que “determina o que pode e deve ser dito” (Pêcheux, 1995, p. 147). Bolsonaro, ao ser entrevistado no programa *Câmera Aberta*, se identifica com os sentidos permitidos por uma FD antidemocrática, militarista e ocupa uma posição-sujeito favorável ao discurso ditatorial.

Ao declarar que “[...] **o regime militar não foi isso que pregam por aí, [...] o regime militar foi brando**” (SD29), o deputado, interpelado pela ideologia da Ditadura Civil-Militar, retoma a memória inscrita na FD Militarista, que silencia os sentidos de ditadura para o período em que o Brasil foi governado por militares-ditadores. Esse discurso busca apagar a memória do militarismo e impor a construção de uma nova rede de sentidos, com a reorganização da memória discursiva, contrapondo-se à ciência e à história do país, pelo apagamento dos sentidos de ditadura para o regime militar, sendo aí discursivizado como “brando”. O termo brandura (SD29) instaura sentidos de silenciamentos para as mortes, torturas, perseguições e mordada ocorrida na ditadura e busca, ao mesmo tempo, produzir sentidos de que aquele foi um período agradável e calmo. Entretanto, o que a história do Brasil mostra e confirma cientificamente, é que houve sim um período ditatorial no país (1964 a 1985), com dureza e severidade aos opositores do regime, que se caracterizou como um momento de ruptura democrática, iniciado pela deposição do presidente João Goulart em 1964 e que decorreu em ríspidas adversidades provocadas pelos arbítrios dos generais que presidiram o país nos anos subsequentes.

Cabe salientar que o termo *brando* é repetido no discurso jornalístico, ao se materializar no jornal *Folha de S. Paulo* em um editorial<sup>162</sup> intitulado *Limites a Chávez* publicado em 17 de fevereiro de 2009. O editorial discursivizava que a Ditadura Civil-Militar no Brasil *não foi tão grave*, ao utilizar o neologismo “ditabranda” na tentativa de comparar o regime militar brasileiro de 1964 com a atual (2009), à época, política venezuelana. No entanto, o já-dito *ditabranda* é ainda mais anterior a esse editorial da *Folha* e à entrevista do deputado, uma vez que já foi também utilizado pelo general e ditador chileno Augusto Pinochet em 1983, ao responder as críticas feitas ao seu governo<sup>163</sup> (Lampoglia; *et al*, 2016).

---

<sup>162</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1702200901.htm> Acesso em: 26 jan. 2022.

<sup>163</sup> O termo é usado, seja em espanhol *dictablanda* ou em português, sempre no intuito de minimizar efeitos negativos de governos autoritários, ditatoriais.

Este é o trabalho da memória discursiva que aqui funciona parafrasticamente, pela repetição de formulações, que nesse caso, produz efeitos de regularidade discursiva. A metáfora discursiva consiste na substituição de palavras, expressões ou proposições em determinadas formulações, “[...] o efeito metafórico funciona quando há uma substituição contextual [...]” (Pêcheux, 1997, p. 96). O termo *brando* substitui metaforicamente a expressão *ditabranda*, que conseqüentemente substitui o vocábulo ditadura, no intuito de negá-la e ressignificar essa prática como um processo tranquilo e não-ditatorial.

Há também outros funcionamentos nesse discurso. Quando o deputado indica que se deve conversar com as pessoas que viveram no período militar para saber como era esse tempo, conforme SD29: “[...] **peço para os jovens que procurem seus avós, aqueles que tem cabeça branca, cabelos brancos, e converse com eles como foi o regime militar**”; aqui ele ocupa uma posição-sujeito de negacionista da ciência e da história<sup>164</sup>; o discurso produz sentidos de que o senso comum é mais confiável que o conhecimento científico, que confirma o regime militar como uma ditadura. Ademais, esse discurso também exalta o período ditatorial, discursivizado aí como melhor do que o regime democrático, o que, conseqüentemente, silencia os sentidos de tortura, assassinatos, censura, exílio e perseguição aos opositores, e as prisões arbitrárias e políticas, além dos desaparecimentos que ocorreram durante o estado de exceção, que, por sua vez, são sentidos que identificam o regime militar decerto como uma ditadura.

Na SD29 temos ainda os ditos “[...] **porque a democracia demais também atrapalha, [...] parece que na democracia vale tudo, e não é isso que o povo quer, o povo quer principalmente autoridade, e hoje em dia nós não temos [...]**” (SD29), o discurso enunciado pelo deputado nega a importância da democracia, embora ele tenha sido eleito em um regime democrático. Todavia pela imunidade parlamentar, o deputado consegue se posicionar discursivamente contra a democracia, como podemos conferir no trecho: “[...] **democracia demais também atrapalha, no Brasil perdeu-se a noção do que é um regime democrático [...]**” (SD29).

Nessas formulações (SD29), temos novamente o funcionamento da posição-sujeito porta-voz do povo, alegando que a população “[...] **quer autoridade, e hoje em dia nós não temos**” (SD29); no entanto, o termo “autoridade” aqui substitui autoritarismo, pois essa é a postura vigente em um regime militar ditatorial (SD29). Todavia, a posição-sujeito de porta-voz não pode ser legitimada, como afirmado anteriormente, devido a ruptura que se estabelece, pois ele foi eleito pelo povo para promover a democracia, e não para negá-la; a população que

---

<sup>164</sup> Mesmo funcionamento visto na SD7, do capítulo anterior.

vive sob uma democracia não legitimaria um porta-voz que falasse em nome dela, no entanto, contra sua liberdade e a favor do autoritarismo de uma ditadura.

Mas os sentidos sempre podem ser outros, e assim, na seção de comentários, que constitui as próximas SDs, os internautas se manifestam em distintas posições-sujeito, após assistirem ao vídeo publicado na rede.

### *Sequências Discursivas de 30 a 34*

Segundo o que postula Dias (2004), as discursividades digitais são constituídas do “[...] enredamento dos sujeitos que se conectam e produzem sentido” (Dias, 2004, p. 57) e, para que se possa compreender esses sentidos, é necessário relacionar às relações de historicidade, pelas derivas do sujeito e do sentido. O sujeito-leitor, ao se inscrever no discurso produzido no digital, tanto pode estabilizar os sentidos quanto instaurar equívocos e falhas na língua, pois cada comentador também estabelece relações com a ideologia e pode se identificar ou não com os efeitos ideológicos em funcionamento na trama do discurso.

Foram considerados cinco comentários para este procedimento analítico, referente ao funcionamento do discurso no digital. Desse modo, as SDs de 30 a 34 são formuladas por comentários de internautas que assistiram ao vídeo e se manifestaram comentando por meio da ferramenta fornecida pela plataforma de vídeos<sup>165</sup>.

Nesse recorte de SDs, temos dois funcionamentos discursivos: um com posições-sujeito de concordância em relação as SDs 28 e 29, quais sejam, a SD30 e a SD31; e outro com efeitos de sentido de resistência a essa regularidade discursiva militarista-ditatorial, a saber, as SDs 32, 33 e 34<sup>166</sup>.

#### **Quadro 11 - Transcrição das sequências discursivas 30 a 32**

<b>SD30</b>	<i>Matheus Honorato</i> (há 4 anos): Hahahahahaha. 4 anos desse grande homem na presidência. Brasil acima de tudo Deus acima de todos [sic]
<b>SD31</b>	<i>Nilton Junior Pereira</i> (há 4 anos): Incrível a coerência do Bolsonaro defendendo suas idéias, ontem e hoje [sic]
<b>SD32</b>	<i>Mariana Barreto</i> (há 4 anos): Vim do futuro para dizer que NADA mudou... 🤔🤔🤔

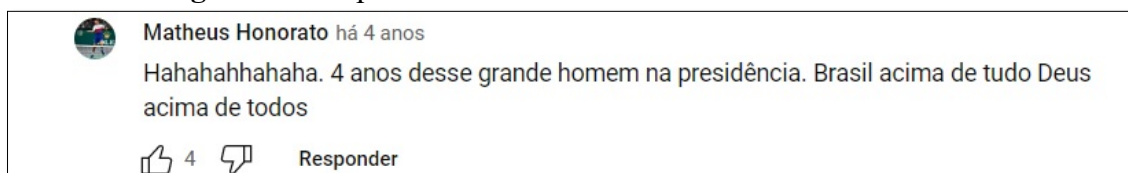
<sup>165</sup> Não houve edição nem alterações nos textos dos comentários. Todos foram transcritos exatamente como estão no vídeo da entrevista publicado no *YouTube*. Devido a possibilidade de se identificar ou comentar anonimamente, e isso ser livre na plataforma, mantivemos as identidades digitais dos internautas do mesmo modo como estão inscritos na rede social.

<sup>166</sup> Os comentários se encontram no mesmo *link* em que está o vídeo com a entrevista. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=c3Rx-ChIlt0> Acesso em: 13 jun. 2022.

Elaboração própria (2023).

Nos comentários que constituem as SDs 30 e 31, realizados em 2019, são produzidos sentidos de apoio a Jair Bolsonaro, com efeitos de comemoração ao início e pelo tempo que duraria o seu mandato, na SD30: “[...] **4 anos desse grande homem na presidência**”,

**Figura 42** - Captura de tela do comentários constitutivo da SD30



Fonte: *YouTube* (2020).

e de admiração quanto à “[...] **coerência do Bolsonaro**”, na SD31, isso, por ele manter e defender, atualmente, a mesma posição-sujeito do vídeo, de acordo com a referida SD.

**Figura 43** - Captura de tela do comentários constitutivo da SD31



Fonte: *YouTube* (2020).

Nessas SDs, o dito “*há 4 anos*” equivale ao primeiro ano (2019) de governo de Bolsonaro como presidente, momentos de efervescência e esperança em relação ao seu mandato.

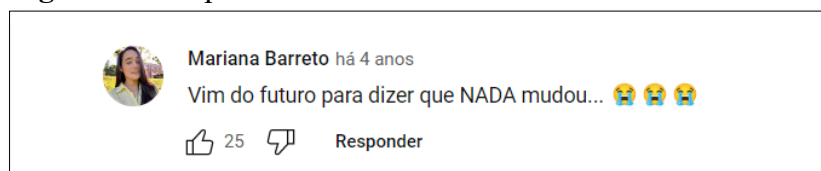
Portanto, os sujeitos-internautas se identificam com os efeitos da ideologia militarista e se posicionam como apoiadores do presidente, bem como do discurso enunciado por ele naquela entrevista veiculada no vídeo que assistiram. Também ocorre o atravessamento do discurso religioso-cristão no dito nacionalista<sup>167</sup>: “[...] **Brasil acima de tudo Deus acima de todos**” (SD30), *slogan* bradado em toda campanha de Jair Bolsonaro e, posteriormente, em seu governo. Esses comentários, constitutivos das SDs 30 e 31, funcionam em adesão à posição-sujeito militarista-ditatorial ocupada por Bolsonaro.

Podemos observar que o efeito de admiração em relação ao presidente ser *coerente*, que funciona pelo vocábulo “*incrível*” na SD31, se movimenta para um sentido de frustração e

<sup>167</sup> E com efeitos parafrásticos à estrofe do hino nazista que diz “Alemanha acima de tudo”.

tristeza, em relação a essa mesma coerência, quando formulado na SD33. “[...] **Vim do futuro para dizer que NADA mudou...** 🤔🤔🤔” (SD32).

**Figura 44** - Captura de tela do comentários constitutivo da SD32



Fonte: *YouTube* (2020).

Nessa SD, constituída de um comentário publicado há quatro anos, a internauta sugere que veio do futuro (2019) para comentar no vídeo (década de 1990) “**que NADA mudou...**” (SD32). De imediato, podemos entender que nesse comentário também funciona um efeito de coerência para Bolsonaro, por manter as ideias de antes, conforme apontava a SD22.

No entanto, pelo funcionamento da corpografia digital, que segundo Dias (2008) “[...] cria essa emoção, nas condições de produção muito específicas do uso do computador” (Dias, 2008, p. 20) e suas especificidades, como os *emojis*<sup>168</sup>, por exemplo, esse funcionamento mostra que nessa SD, os *emojis* presentes no fim do comentário, expressando a emoção do choro “🤔🤔🤔” (SD32), podem produzir sentidos de contraidentificação ao discurso materializado no vídeo comentado, pois o sentido sempre pode ser outro e choro pode instaurar sentidos de tristeza, frustração e lamento por *nada ter mudado*, produzindo desregulação para esse discurso, assim como nas SDs seguintes.

Passemos às próximas SDs, que instauram a resistência ao discurso defendido por Bolsonaro, provocando rupturas de sentido, com a instauração de uma FD democrática.

**Quadro 12** - Transcrição das sequências discursivas 33 e 34

<b>SD33</b>	<i>Edite Teixeira</i> (há 4 meses): Misericórdia, Senhor!!! João 8:44 seria o versículo certo para essa pessoa e não João 8:32 Socorroooooooooooooo 🤔🤔🤔🙏 [sic]
<b>SD34</b>	<i>Verdade seja dita</i> (há 2 meses (editado)): Quem diria, ele era contra as privatizações. E criticava aumento exagerado do preço do combustível. Disse também que as forças armadas tinham que defender a Amazonia da exploração. Sempre foi contraditório. [sic]

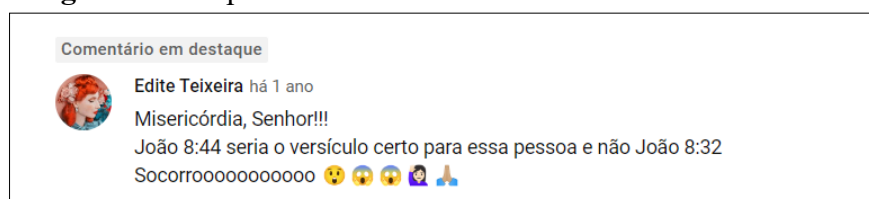
Elaboração própria (2023).

<sup>168</sup> *Emoji* é um termo de origem japonesa que define as figuras que representam uma palavra, emoção etc. nas redes sociais da *internet*, as mais comuns são as que retratam as expressões faciais.

Quanto às SDs 33 e 34, é importante destacar que são constituídas de comentários realizados “há cerca de 4 e 2 meses”<sup>169</sup>, isto é, bem mais recentes do que aqueles constitutivos das SDs anteriores (30, 31 e 32) de quatro anos atrás<sup>170</sup>. Nesses comentários, os internautas ocupam uma posição-sujeito filiada à FD da democracia, antagônica à FD militarista-ditatorial, a qual se inscrevem os dizeres enunciados por Bolsonaro e por seus apoiadores.

Para melhor explicitar esse funcionamento, vejamos a formulação materializada na figura 45:

**Figura 45** - Captura de tela do comentários constitutivo da SD32



Fonte: YouTube (2022).

Cabe lembrar que ao dar entrevista coletiva assim que foi declarado eleito Presidente da República em 2018, Jair Bolsonaro citou o versículo bíblico constante no Evangelho de João 8:32: “E conhecereis a verdade e a verdade vos libertará”; e sempre que julgava necessário durante o seu mandato, recorria à citação desse texto bíblico. No entanto, segundo Ernst, Silva & Vieira (2019), o uso desta passagem da escritura sagrada cristã se constitui como um discurso político-teológico e, para as autoras, o uso do significante *verdade* pelo presidente movimenta dois significados adversos nesse discurso, *ora a verdade é Deus, ora o próprio político Bolsonaro*, e isso tem revelado o que as analistas descrevem como “[...] uma espiritualidade vazia e violenta, à beira de um fundamentalismo cujas demandas têm atuado nos níveis político, ético e moral” (Ernst; Silva; Vieira, 2019, p. 117).

À vista disso, a formulação inscrita na SD33, embora tenha também um atravessamento do discurso religioso: “**Misericórdia, Senhor!!! João 8:44 seria o versículo certo para essa pessoa e não João 8:32 [...]**” (SD33) instaura sentidos de resistência tanto ao discurso materializado no vídeo da entrevista, quanto ao discurso político-teológico (Ernst; Silva; Vieira, 2019) discursivizado por Bolsonaro, constantemente, em seus pronunciamentos enquanto foi presidente. A internauta, em seus gestos de resistência (SD33), também recorre ao discurso religioso, quando usa outra passagem bíblica para se posicionar contra os sentidos antidemocráticos do discurso da entrevista; para ela, o trecho bíblico mais apropriado para uso

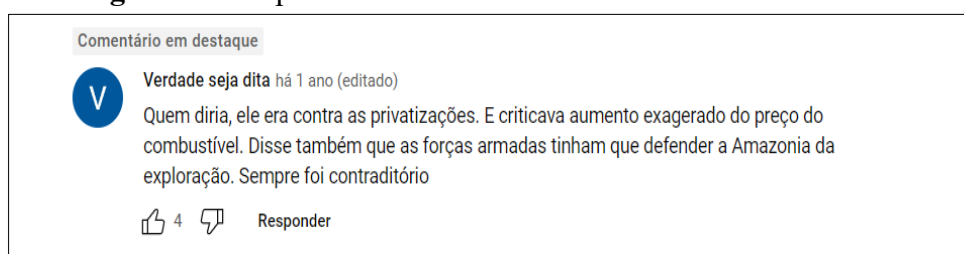
<sup>169</sup> O que corresponde a junho de 2022.

<sup>170</sup> O que corresponde ao ano de 2019.

do político, seria o seguinte: “[...] não se firmou na verdade, porque não há verdade nele. Quando ele profere mentira, fala do que lhe é próprio, porque é mentiroso, e pai da mentira” (João 8:44)<sup>171</sup>. O vocábulo *verdade* é novamente central na passagem abordada pela internauta, mas em um sentido oposto, isto é, à mentira; nesse caso, o termo produz efeitos metafóricos para Bolsonaro “**essa pessoa**” (SD30) em associação ao diabo, conforme o versículo bíblico mencionado.

No comentário da SD34 também se inscrevem sentidos de resistência, ao trazer formulações que demonstram a contradição das falas do entrevistado no decorrer do vídeo, com suas ações como presidente:

**Figura 46** - Captura de tela do comentários constitutivo da SD34



Fonte: *YouTube* – (2022).

O discurso inscrito no comentário funciona com uma posição-sujeito de denúncia à incoerência do político, uma vez que, no governo de Jair Bolsonaro, vendas de estatais; constantes aumentos nos preços dos combustíveis; e diversas denúncias de exploração da Amazônia, sem a devida fiscalização dos órgãos competentes, fazem parte da rotina governamental<sup>172</sup>: “[...]: **Quem diria, ele era contra as privatizações. E criticava aumento exagerado do preço do combustível. Disse também que as forças armadas tinham que defender a Amazonia da exploração. Sempre foi contraditório**” (SD34).

Assim, nas redes sociais, os internautas utilizam as ferramentas dadas pela plataforma, neste caso o *YouTube*, para produzir sentidos e se constituírem como sujeitos. Desse modo, o discurso digital produz outros efeitos, os sentidos tomam amplitude, pela rápida circulação, e instaura uma intensa movimentação de posições-sujeito no ciberespaço. Pelo funcionamento do

<sup>171</sup> Disponível em: <https://www.bibliaonline.com.br/acf/jo/8/44> Acesso em: 17 jul. 2022.

<sup>172</sup> “Bolsonaro já privatizou um terço das estatais” Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/06/14/bolsonaro-ja-privatizou-um-terco-das-estatais> Acesso em: 13 jun. 2022. “Desmatamento na Amazônia cresceu 56,6% sob governo Bolsonaro” Disponível em: <https://ipam.org.br/desmatamento-na-amazonia-cresceu-566-sob-governo-bolsonaro/> Acesso em: 13 jun. 2022. “O governo Jair Bolsonaro (PL) tem o 2º maior aumento acumulado nos preços do diesel e da gasolina, nas refinarias” Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/bolsonaro-tem-a-2a-maior-alta-nos-combustiveis-desde-2002/> Acesso em: 13 jun. 2022.

digital, o discurso antidemocrático ganha adesão de muitos internautas, que se negam a reconhecer uma ditadura como tal, se identificam com os saberes da FD militarista e assumem as mesmas posições discursivas de apoio e de defesa da ditadura, sentidos que produzem efeitos de ameaça ao regime democrático.

Todavia, os sentidos sempre podem ser outros, conforme Pêcheux (1995), e se instaura, nesse processo, o funcionamento da resistência à formação discursiva ditatorial e antidemocrática, produzindo sentidos filiados à FD da democracia, conforme SDs 32, 33 e 34. Nestas SDs, instaura-se, portanto, o acontecimento discursivo, pela reorganização dos sentidos já estabilizados na memória. Retomando o que assegura Pêcheux (1990), o acontecimento funciona pela ruptura com uma rede de formulações já ditas; em se tratando do discurso em pauta, a reinscrição do vídeo na *internet* atualiza a memória do discurso militarista-ditatorial com efeitos de adesão aos sentidos já estabilizados, mas também com a perturbação e desregularização da memória, pelo viés dos comentários digitais, que passam a movimentar os sentidos pela metaforização dos enunciados<sup>173</sup>, e assim instauram-se outros efeitos de memória, com equívocos e deslocamentos, sob os efeitos da materialidade digital e seu funcionamento, sobretudo pela nova forma de circulação dos discursos.

No ambiente digital, como o *YouTube*, as relações de sentido ocorrem pela constituição dos sujeitos, a partir do momento em que os indivíduos se apropriam e participam desses espaços virtuais. Assim, são instauradas identificações com as formações ideológicas e discursivas em funcionamento nas redes, e isso afeta a produção e a circulação dos sentidos no discurso, bem como o processo de constituição das posições discursivas assumidas pelos sujeitos.

A partir das análises realizadas, podemos depreender que o discurso da Ditadura Civil-Militar funcionou mesmo no período de redemocratização brasileira, conforme mostra as primeiras sequências discursivas apresentadas (SDs 28 e 29), com uma posição-sujeito filiada à FD militarista-ditatorial, dominante no discurso inscrito no vídeo, anteriormente exibido nas mídias convencionais, como o programa de TV (1999). No discurso, Jair Bolsonaro também ocupa a posição de porta-voz do povo, mas sem legitimidade da voz de toda a população, pois o deputado fala contra a democracia e, sendo assim, contra o povo. Também funciona a denegação, quando há a negação de um elemento do saber próprio da FD (Courtine, 2014).

---

<sup>173</sup> O enunciado é entendido aqui como discursivo, não como frase gramatical. De acordo com Courtine (2014), o enunciado apresenta uma existência material, conforme Foucault, e está situado numa relação entre o intradiscorso – lugar da enunciação do sujeito e a atualização de uma memória através de uma formulação discursiva – e o interdiscorso, a memória longa, o conjunto dos já-ditos.

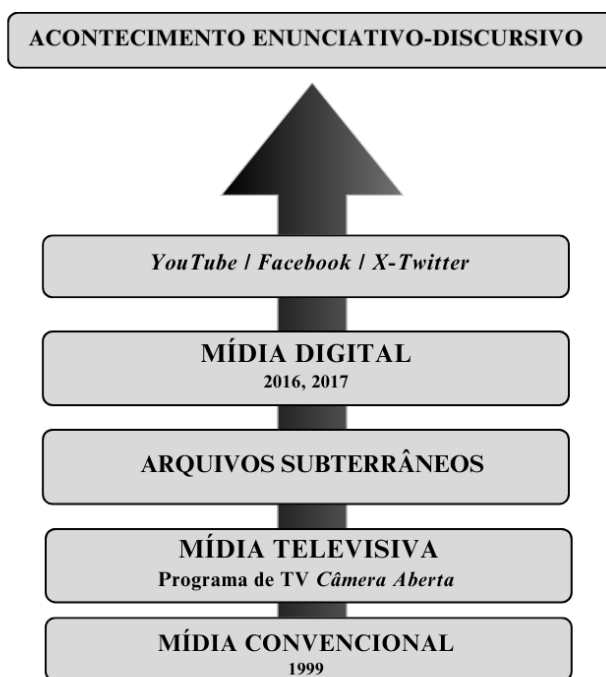
Nessa trama, a Ditadura Civil-Militar de 1964 é silenciada, bem como a história e o conhecimento científico e, assim, também são silenciados os sentidos de tortura, assassinatos, censura, exílio e perseguição aos opositores e as prisões arbitrárias e políticas, além dos desaparecimentos que ocorreram naquele regime; ou seja, tudo isso, de acordo com a história, identifica e configura o regime militar como uma ditadura de fato.

A partir da retomada do discurso, em circulação no *YouTube*, sob os efeitos e atravessamentos do discurso digital (Dias, 2018), instaura-se um jogo metafórico, com embates ideológicos em torno dos sentidos de democracia, revolução e ditadura, um processo que mobiliza diferentes redes de memórias, e uma disputa de sentidos e distintas posições-sujeito.

As últimas sequências discursivas (SDs de 30 a 34), constituídas pelos comentários atuais de usuários do *YouTube*, funcionam tanto com posições-sujeito de adesão ao discurso militarista-ditatorial, como também com posicionamentos de antagonismo a esse discurso. Ou seja, a memória é atualizada com sentidos favoráveis ao discurso enunciado pelo então deputado, Jair Bolsonaro, a exemplo da SD30, mas também temos os confrontos e equívocos de sentidos, conforme exemplos da SD31 até a SD34, nas quais os internautas ocupam uma posição-sujeito filiada à FD da democracia, antagônica à FD militarista-ditatorial.

Dessa forma, a republicação no *YouTube* dos vídeos com as duas entrevistas mencionadas neste capítulo e em especial a inscrição dos seus respectivos comentários instauram um acontecimento enunciativo-discursivo, já que atualiza e reorganiza a memória do discurso ditatorial-militar, com efeitos de perturbação e equívocidade dos implícitos, conforme o esquema.

**Figura 47** - A movimentação dos arquivos do Câmera Aberta na mídia



Fonte: Esquema elaborado pela autora (2023).

Na dinâmica das condições de produção e funcionamento do discurso digital, especialmente em relação ao seu peculiar modo de circulação de discursividades, observamos a atuação da pluralidade contraditória no domínio de memória (Courtine, 2016) da Ditadura Civil-Militar. Isso se manifesta através das complexas relações de antagonismo, aliança e resgate de sentidos, inscritas nas formações discursivas “contraditoriamente ligadas” à FD militarista-ditatorial.

Portanto, nesse funcionamento discursivo, além da disputa de sentidos que já funcionava historicamente, manifesta-se ainda a FD bolsonarista, com sentidos de extrema-direita e ataques à democracia. Todavia, a resistência também funciona nas redes com os contradiscursos, réplicas e confrontos, pelos gestos de leituras dos internautas, em repúdio ao autoritarismo e em defesa da democracia.

A dinâmica dessa disputa de sentidos contribui para a complexidade do cenário discursivo, mostrando as tensões e divergências presentes na interpretação do passado e na construção da memória coletiva.

## 5 CONSIDERAÇÕES (NÃO) FINAIS

Tecendo gestos de arremate em relação a este trabalho, relembramos que o nosso objetivo foi analisar o funcionamento do discurso de apologia à Ditadura-Civil Militar, materializado em arquivos subterrâneos, publicados anteriormente na mídia convencional, durante o período da redemocratização brasileira e, posteriormente, republicados nas mídias digitais de nosso tempo. Buscamos, ao longo das análises, responder à questão-problema que norteou este estudo, a saber, identificar e analisar como funcionou o discurso da/sobre a Ditadura Civil-Militar no período de redemocratização brasileira, pós-ditadura; e ainda, compreender os efeitos discursivos instaurados a partir da republicação dos arquivos subterrâneos do discurso da/sobre a Ditadura Civil-Militar nas redes digitais e se essa republicação/circulação nas redes se configurava como acontecimento.

Assim, vimos que mesmo com os efeitos de euforia pela redemocratização brasileira, após o declínio da Ditadura Civil-Militar, o discurso em defesa do regime ditatorial não deixou de funcionar em espaços de diversos segmentos da sociedade. Inclusive em setores que deveriam estar comprometidos com a democracia, como a imprensa e o Congresso Nacional, por exemplo. Verificamos que o funcionamento e circulação desse discurso se deu em arquivos subterrâneos da mídia convencional, por considerar as condições de produção da conjuntura político-institucional das três décadas seguintes ao fim da ditadura, além da restrição de acesso e circulação imposta pela mídia em que este discurso se materializava, a televisiva e/ou impressa, constituindo, então, este conjunto de arquivos submersos.

Todavia, quando esses arquivos subterrâneos emergiram para os espaços digitais, após mais de vinte anos de sua formulação, sob novas condições de produção e circulação do discurso, sob uma nova conjuntura social e política, instaura-se o acontecimento enunciativo-discursivo no discurso, confirmando nossas hipóteses.

Com base nas postulações de Gallo (2011), entendemos este funcionamento do acontecimento como enunciativo-discursivo, devido ao renascimento dos discursos, que foram formulados num momento anterior ao surgimento das redes sociais e da consolidação da *internet*, mas que retornam em espaços digitais e os utilizam para espalhar e ecoar esse discurso, numa língua de vento digital (Cortes, 2022b). Ao retornar pelas ferramentas da mídia digital, esse discurso passa a funcionar sob condições próprias desse ambiente, renasce digitalmente, e por isso, além de nova textualidade, gera novas discursividades, nova historicidade, com uma memória digital própria (Dias, 2016), uma memória tecnodiscursiva (Paveau, 2021), com novos gestos de interpretação, que ora repetem os sentidos já existentes em sua primeira publicação

(formulação na mídia impressa e televisiva), ora produzem novos sentidos (na mídia digital, redes sociais e *sites* jornalísticos e institucionais).

Por isso, defendemos que essa republicação dos arquivos sob as condições da circulação digital, produz o acontecimento enunciativo – pela nova textualização –, pois é enunciado e circula em novos espaços, próprios da *internet*; mas também temos o funcionamento do acontecimento discursivo, pois essa republicação com um novo modo de circulação faz surgir novas discursividades com efeitos discursivos e, também, sociais.

Nesse percurso, defendemos que as manifestações das *Jornadas de Junho de 2013* funcionaram como a prefiguração do acontecimento no discurso. Esse processo se efetivou pelo fortalecimento dos movimentos da direita, que ascenderam após quase trinta anos na surdina, o que provocou perturbações na memória da democracia brasileira, que estava em processo de fortalecimento, de resgate, enquanto retomou com força a memória militarista-ditatorial, que se manifestava somente de forma velada nas décadas passadas, pós-ditadura.

O acontecimento instaura uma metaforização dos sentidos que se inscrevem nesse discurso, por meio da circulação-confronto entre a memória da Ditadura Civil-Militar e a memória da democracia. Diante da reorganização dessas memórias, instaura-se a pluralidade contraditória (Courtine, 2016) e, desse modo, novas discursividades são propostas e trabalham o acontecimento, numa tensão entre as FDs militarista-ditatorial, em aliança com a FD direitista, a FD democrática e a FD da mídia digital, que produz determinações tecnodiscursivas (Paveau, 2021). A FD midiática digital produziu efeitos determinantes para o funcionamento do acontecimento enunciativo-discursivo e para o surgimento da FD bolsonarista (Campean, 2019).

Um dos efeitos do acontecimento enunciativo-discursivo é o funcionamento da língua fascista (Indursky, 2019), que também é efeito da atualização da memória do discurso militarista-ditatorial. A ideologia direitista e a FD bolsonarista – em funcionamento pelas/nas redes sociais da *internet* – produziu efeitos discursivos de ódio, de desdém aos direitos humanos, em favor da tortura, em detrimento da democracia, causando um “mal-estar na política e na cultura brasileiras, hoje” (Indursky, 2019, p. 27).

Vimos que os discursos oriundos dos arquivos subterrâneos, quando inscritos nas mídias digitais, são “renascidos” na *internet* (Paveau, 2021) e produzem efeitos discursivos e sociais de proporções surpreendentes, pois a mídia funciona como um aparelho ideológico da inculcação (Cortes, 2022a). Isso impactou a sociedade e acentuou a crise na democracia que se perpetua no Brasil, produzindo inúmeros transtornos.

Uma das molas propulsoras desses impactos esteve no poder do *YouTube*, além das outras redes sociais, como *Facebook*, *X-Twitter*, pela ação dos seus algoritmos que agiram, deliberadamente, para ditar os rumos da política brasileira e mover as peças institucionais do nosso regime democrático. Entendemos este fenômeno como a manifestação do *Príncipe Digital* (Bittencourt, 2016), ou do *Presidente YouTube* (Fisher, 2023), que regularam a sociedade brasileira a mando das *Big Techs*.

A mídia digital potencializou de tal forma o discurso militarista-ditatorial que os efeitos de ameaça à democracia deixaram a penumbra e passaram a ser iluminados pelo farol da *internet*, bem como pelas particularidades dessa mídia digital, que espalha os sentidos que nela são inscritos de uma forma instantânea e avassaladora e produz efeitos bem mais que discursivos, mas também institucionais e sociais, acentuando a crise que permeia a história da democracia brasileira, o que perturbou sobremaneira a memória democrática que estava sendo defendida e construída ao longo dos anos pós-ditadura.

Esse processo de acentuação encontrou forças na mudança de pensamento quanto ao constrangimento que a sociedade tinha em ter apoiado o regime militar. O constrangimento deu lugar ao orgulho direitista (Cruz; Kaysel; Cudas, 2015). Essa ideologia que teve como maior representante o político Jair Bolsonaro, sujeito que enunciou a maior parte do discurso materializado em nosso *corpus* de análise. Na figura de Jair Bolsonaro, o discurso de apologia ao retorno das Forças Armadas passou a ditar os rumos políticos do Brasil, sobretudo nas redes digitais da *internet*, mas também nas ruas, nas urnas, na sociedade. E assim, os sentidos discursivizados pelos seus seguidores, apoiadores e eleitores foram determinantes para o surgimento da FD bolsonarista (Campean, 2019), que inscreve ditos do interdiscurso do fascismo e que espalha saberes determinados por essa FD pelas redes e pela sociedade, causando grave instabilidade em nossa democracia.

A FD bolsonarista determina o silenciamento da tortura durante a ditadura, mas, contraditoriamente, defende tal prática, mesmo em um contexto democrático. Além disso, a FD bolsonarista produz sentidos de desmoralização para o segmento político da esquerda e a qualquer indivíduo que não adira aos conhecimentos subordinados a essa formação discursiva.

Esses sentidos incluem a imposição e o estímulo a uma extremista polarização política, o elogio ao militarismo e a apresentação do exército como merecedor da confiança da população. A FD bolsonarista também promove sentidos que rejeitam o novo e cultuam o passado ditatorial.

Entretanto, em relação aos crimes praticados pela ditadura, os sentidos instaurados visam, paradoxalmente, decretar seu esquecimento. Essa ambivalência discursiva revela uma

complexidade intrínseca à FD bolsonarista, na qual os sentidos se entrelaçam de maneira contraditória, refletindo as dinâmicas de poder, memória e ideologia presentes nesse contexto específico.

Desse modo, a rede da *internet* funcionou como uma rede de pescaria, uma tarrafa, que ao mergulhar no mar do discurso militarista, nas suas profundezas submarinas, captura um grande cardume de sentidos com efeitos de apologia à Ditadura Civil-Militar que estavam escondidos sob a penumbra do oceano dos arquivos subterrâneos, onde a luz não alcançava; agora, pelo trabalho das redes, esses sentidos reacendem sob à luz do digital e fazem reascender também as ameaças à democracia que, antes impensáveis de serem ditas, hoje são bradadas na superfície dos mares da *internet*, produzindo uma vasta circulação dos dizeres subordinados à FD militarista-ditatorial, num processo de metaforização dos sentidos.

Observamos, ainda, uma movimentação de circulação-confronto de sentidos parafrásticos, nos quais a repetição e a busca por estabilizar a memória militarista e de apologia à ditadura ocorrem pela identificação dos indivíduos com a forma-sujeito da formação discursiva militarista-ditatorial. No entanto, neste jogo de forças, a memória discursiva é continuamente atualizada pelo acontecimento enunciativo-discursivo, especialmente, pelos comentários, mas também pelas curtidas, “*Não Gostei*”, compartilhamentos com a inscrição de sentidos antagônicos e resistência ao discurso militarista-ditatorial, nas legendas das postagens.

Sabemos que não seria possível esgotar as discussões acerca da temática escolhida para esta pesquisa, nem era essa nossa intenção, pois a própria teoria discursiva deixa incalculáveis possibilidades para buscar sentidos outros que se materializam nos discursos a serem interpretados, afinal, a língua é pluralidade, incompletude, e toda essa dinâmica, analisada neste estudo, vai ainda além da linguagem. No entanto, tentamos, nesse processo, levantar o debate acerca de como essas implicações foram determinantes para que chegássemos como sociedade a perturbações tão imponentes na memória da democracia brasileira. Torcemos para que outras e mais pesquisas se concretizem nesse bojo, para que novas questões sejam levantadas e mais dúvidas, inquietações e respostas surjam para tratar desse fenômeno sob o viés do discurso, pois os sentidos sempre podem ser outros (Pêcheux, 1995).

## REFERÊNCIAS

ACHARD, Pierre. Memória e produção discursiva do sentido. Tradução de José Horta Nunes. In: ACHARD, Pierre *et al.* **Papel da Memória**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 1999.

ADORNO, Luís. Militares lembraram golpe de 64 até fim da era Lula; Dilma vetou cerimônia. In.: **Uol**. 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/03/26/comemoracao-de-data-do-golpe-militar-no-brasil-durou-ate-o-governo-lula.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 3 ago. 2020.

AGUIAR-SANTOS, Rosiene. **A memória discursiva da Ditadura Civil-Militar brasileira nas mídias digitais: dos arquivos subterrâneos ao acontecimento**. Orientadora: Gerenice Ribeiro de Oliveira Cortes. 259f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2023.

AGUIAR-SANTOS, Rosiene; CORTES, Gerenice R. de O. A memória da ditadura no período da redemocratização brasileira: dos arquivos subterrâneos às mídias digitais. **Letras De Hoje**, 57(1), e43504, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7726.2022.1.43504> Acesso em: 30 nov. 2022.

ALBUQUERQUE, Liège. Câmara estuda processo contra Bolsonaro. **Senado**. 1999. Disponível em: <https://www.senado.gov.br/noticias/opiniaopublica/inc/senamidia/historico/1999/5/zn052550.htm> Acesso em: 31 out. 2021.

ALTHUSSER, Louis. **Sobre a reprodução**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1999.

ARBEX JÚNIOR, José. Editorial. **Contraponto**. Jornal Laboratório do Curso de Jornalismo. Edição. n. 71, 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/contraponto/article/view/9749/7248> Acesso em: 28 ago. 2022.

ARISTÓTELES. **Del sentido y lo sensible / De la memória y el recuerdo**. Trad. de Francisco de Samaranch. 1962.

ARISTÓTELES. **Política**. Tradução de Nestor Silveira. (Coleção Folha; v.11). São Paulo: Folha de São Paulo, 2010.

BATISTA, Geisa de A. **A discursivização espetacularizada da política brasileira em memes: metáfora, imaginário e efeitos-sentidos**. Orientadora: Gerenice Ribeiro de Oliveira Cortes. 123f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2019.

BATISTA, Alterlei Cardoso; CADEMARTORI, Sérgio Urquhart de. **A cidadania e o discurso do “cidadão de bem” brasileiro**. Guanambi, UniFG, 2022. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/28627/1/A%20CIDADANIA%20E%20O%20DISCURSO%20DO%20%20E2%80%9CCIDAD%20C3%83O%20DE%20BEM%E2%80%9D%20BRASILEIRO.pdf> Acesso em: 20 set. 2022.

BITTENCOURT, Maíra. **O príncipe digital**. – 1. ed. – Curitiba: Appris, 2016.

BOCCHESE, Pedro Augusto. **Buscador google hummingbird: análise discursiva do processo de individualização a partir do conceito do filtro invisível**. 129 f. Tese (Doutorado) Universidade do Sul de Santa Catarina / Pós-Graduação em Ciência da Linguagem. 2019.

BOLSONARO em entrevista de 1999 era profeta e já mitava muito. [S. l.: s. n.], 1999. 1 vídeo (51 min 21 seg). **Publicado pelo canal Bolsonaro Jefferson gobi**, 2016. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=c3Rx-ChIlt0&ab\\_channel=BolsonaroJeffersongobi](https://www.youtube.com/watch?v=c3Rx-ChIlt0&ab_channel=BolsonaroJeffersongobi). Acesso em: 30 ago. 2021.

BOLSONARO no Câmara Aberta. [S. l.: s. n.], 1999. 1 vídeo (35 min 38 seg). **Publicado pelo canal João Roberto Laque**, 2017. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=211Q84pnuwo&t=869s&ab\\_channel=Jo%C3%A3oRobertoLaque](https://www.youtube.com/watch?v=211Q84pnuwo&t=869s&ab_channel=Jo%C3%A3oRobertoLaque). Acesso em: 12 maio 2021.

BRASIL, República Federativa. do. **Ato Institucional n. 5 (AI-5)**. Acervo, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 394–402, 2014. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/484>. Acesso em: 29 maio. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Congresso Nacional. **Câmara dos Deputados**. Diário da Câmara dos Deputados, Brasília, ano LIX 051, 1 de abril de 2004, p. 13997-13998. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD01ABR2004.pdf#page=349>. Acesso em: 31 out. 2020. Discurso do deputado Alberto Fraga.

BRASIL. Congresso Nacional. **Câmara dos Deputados**. Diário da Câmara dos Deputados, Brasília, ano LXV - Nº 431, 1 de abril de 2010. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD01ABR2010.pdf#page=98>. Acesso em: 31 out. 2020. Discurso do deputado Jair Bolsonaro.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Mortos e desaparecidos políticos / Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014.

BRITO, Eliane de Jesus. **Memória discursiva e efeitos-sentido de divisão do Brasil em processos de eleições presidenciais**. Orientador: Maria da Conceição Fonseca-Silva. 2016. 83 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2016.

BRITO, Antônio Maurício Farias. O movimento estudantil universitário no Brasil: entre a luta pela reforma universitária e a resistência à ditadura (1960-1968). **Contenciosa**, Año VI, n. 8, 2018 - ISSN 2347-0011.

BROKE, James. Conversations/Jair Bolsonaro; A Soldier Turned Politician Wants To Give Brazil Back to Army Rule. **The New York Times**. 1993. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1993/07/25/weekinreview/conversations-jair-bolsonaro-soldier-turned-politician-wants-give-brazil-back.html> Acesso em: 30 jun. 2021.

BRUNI, Leonardo. Elogio da cidade de Florença. Tradução, revisão e notas de Alexander de Carvalho e Fabrina M. Pinto. **Morus - Utopia e Renascimento**, v. 11, n. 2, 2016.

CAMPEAN, Frederico Antonio Pereira. **O discurso bolsonarista e a desconstrução do Brasil**. Orientador: Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP, 2019.

CANTARINO, José Marcos Ferreira; PEREIRA, Danilo Assis. Memória: da filosofia à neurociência. *In.*: 2017. **Universitas Ciência da Saúde**. v. 2 n 2, 2017. pp. 164-199. ISSN 1981-9730. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/cienciasaude/article/view/531/352> Acesso em: 30 jul. 2022.

CAVALCANTI, Laura Jorge Nogueira. A promessa da democratização pela internet e os furos da realidade no virtual: Como o arquivo radicaliza. *In.*: **VII SEAD - A Análise do Discurso e sua história: avanços e perspectivas**. Recife – PE, 2015.

CAZARIN, Ercília Ana; RASIA, Gesualda dos Santos. **Letras**, Santa Maria, v. 24, n. 48, p. 193-210, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/14432/pdf> Acesso em: 20 jun. 2021.

CAZARIN, Ercília Ana; SOUZA, Mariana J. de. A banalização do discurso de ódio na sociedade contemporânea. *In.*: MITTMANN, Solange; JUNG DE CAMPOS, Luciene. (org.) **Análise de discurso: da inquietude ao incômodo lugar**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019.

CHERFAN, Vinícius da Silva. **Protagonismo político: humor jornalístico no CQC**. 2019. 58. Rio de Janeiro, 2019. Monografia (Graduação em Comunicação Social – Jornalismo), Escola de Comunicação – ECO –, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

CORTES, Gerenice R. O. **Do lugar discursivo ao efeito-leitor: a movimentação do sujeito no discurso em blogs de divulgação científica**. Orientador: Evandra Grigoletto. Tese (Doutorado em Letras/Linguística) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2015.

CORTES, Gerenice. R. O. O gigante das diretas está na direção certa? Memória e metáfora no discurso virtual sobre o Brasil. *In.*: GRIGOLETTO, E.; DE NARDI, F. S.; SOBRINHO, H. F. S. (org.). **Silêncio, Memória, Resistência: A política e o político no discurso**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019. p. 135-150.

CORTES, Gerenice Ribeiro de Oliveira. A nova direita e o discurso militarista: tensões da memória no espaço virtual. *In.*: GRIGOLETTO, Evandra; DE NARDI, Fabiele Stockmans; GALLI, Fernanda Correa Silveira; SILVA SOBRINHO, Helson Flávio da (org.). **Tensões entre o urbano e o digital: efeitos contraditórios**. Campinas: Pontes Editores, 2022a. p. 58-74.

CORTES, Gerenice Ribeiro de Oliveira. Efeito-leitor e discurso fake news: a leitura triturada e a língua de vento nas/em redes digitais. **Policromias**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 233-262, set./dez. 2022b. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/view/56203>. Acesso em: 20 set. 2023.

CORRÊA, Eliane. Há 20 anos, Jair Bolsonaro defendia reedição do AI-5. **Estado de Minas**. 2018. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/12/12/interna\\_politica,1012696/ha-20-anos-jair-bolsonaro-defendia-reedicao-do-ai-5.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/12/12/interna_politica,1012696/ha-20-anos-jair-bolsonaro-defendia-reedicao-do-ai-5.shtml) Acesso em: 30 jun. 2020.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. Tradução de Cristina de Campos *et al.* São Carlos: Edufscar, 2014. Edição original: 1981.

COURTINE, Jean-Jacques; MARANDIN, Jean-Marie. Que objeto para a análise de discurso? Tradução de Maria Onice Payer. *In*: CONEIN, Bernard *et al.* **Materialidades discursivas**. Campinas: Editora da Unicamp, 2016. p. 33-54.

CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo. (org.). **Direita, volver!**: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

DAHL, Robert A. **Sobre a democracia** / Robert A. Dahl: tradução de Bcatriz Sidou. - Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2001. 230 p. Tradução de: Gn democracy ISBN: 85-230-0021-4.

DAHL, Robert A. **A democracia e seus críticos**; Robert A. Dahl: tradução Patrícia de Freitas Ribeiro; revisão da tradução Aníbal Mari. - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012. - (Biblioteca jurídica WMF) Título original: Democracy and its critics. ISBN 978-85-7827-486-3

DELA-SILVA, Silmara. A televisão na imprensa brasileira: sujeito e sentidos entre os acontecimentos histórico, jornalístico e discursivo. *In*.: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange (org.). **Memória e história na/da Análise do Discurso**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2011. p. 287-305.

DELA-SIVA, Silmara. Do acontecimento jornalístico e do arquivo: efeitos do/no discurso. *In*. GRIGOLETTO, Evandra; DI NARDI, Fabiele. S. **A Análise de discurso e sua história: avanços e perspectivas**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.

DIAS, Cristiane; COUTO, Olivia Ferreira do. As redes sociais na divulgação e formação do sujeito do conhecimento: compartilhamento e produção através da circulação de ideias. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 11, n. 3, p. 631-648, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ld/v11n3/a09v11n3.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2020.

DIAS, Cristiane. **A discursividade da rede (de sentidos)**: a sala de bate-papo HIV. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, 2004.

DIAS, Cristiane. **Da corpografia**: ensaio sobre a língua/escrita na materialidade digital. Santa Maria: UFSM–PPGL, 2008.

DIAS, Cristiane. A poética do cotidiano da rede. **Signo y Señá**, número 24, diciembre de 2013, pp. 57-70. Facultad de Filosofía y Letras (UBA) ISSN 2314-2189. Disponível em: <http://revistas.filo.uba.ar/index.php/sys/article/view/131> Acesso em: 31 mar. 2022.

DIAS, Cristiane. A análise do discurso digital: um campo de questões. **Redisco**, Vitória da Conquista, v.10, n. 2, p. 8-20, 2016. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/redisco/article/viewFile/6139/5880>. Acesso em: 29 abr. 2019.

DIAS, Cristiane. **Análise do discurso digital: Sujeito, espaço, memória e arquivo**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.

DIAS, Cristiane. O sentido da automatização na análise de discurso: sobre a maquinaria dos sentidos. *In.*: **Líng. e Instrum. Linguíst.**, Campinas, SP, n. 44, p. 198-221, jul./dez. 2019.

DIAS, Cristiane. Ensino e tecnologia: o texto pelo digital. *In.*: **Revista Ecos** vol.28, Ano 17, nº 01, 2020. ISSN: 2316-3933. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/ecos/article/download/4390/3503/15527> Acesso em: 20 jul. 2023.

DIAS, Luiz. A.; SOUSA, Rafael L. de. Golpes e narrativas: a imprensa em 1964 e 2016. *In.*: DIAS, Luiz Antônio; SEGURADO, Rosemary. (org.). **O golpe de 2016: razões, atores e consequências**. São Paulo: Intermeios; PUC-SP-PIPEq, 2018.

DIEGUEZ, Consuelo. **O ovo da serpente: nova direita e bolsonarismo seus bastidores, personagens e a chegada ao poder**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

DUDH. Assembleia Geral da ONU. “**Declaração Universal dos Direitos Humanos**” (217 [III] A) 1948.

ERNST, Aracy; SILVA, Gabriela M.; VIEIRA, Vívian V. “Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará” (João 8:32): efeitos de simulação no discurso político on-line. *In.*: **Cad. Letras UFF**, Niterói, v. 30, n. 59, p. 115-132, 2º número 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/cadernosdeletras/article/view/44070> Acesso em: 30 jun. 2022.

FERNANDES, Carolina; VINHAS, Luciana Iost. Da maquinaria ao dispositivo teórico-analítico: a problemática dos procedimentos metodológicos da análise do discurso. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 19, n. 1, p. 133-151, jan./abr. 2019. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1518-76322019000100133](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-76322019000100133). Acesso em: 10 fev. 2021.

FERNANDES, Jessica Oliveira O. A influência do tecnodiscurso nas análises em linguística. **Revista da ABRALIN**, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 1–4, 2020. DOI: 10.25189/rabralin.v19i2.1570. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1570>. Acesso em: 19 ago. 2023.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05–74, 2017. DOI: 10.5965/2175180309202017005. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180309202017005>. Acesso em: 17 jul. 2021.

FISHER, Max. **A Máquina do Caos: como as redes sociais reprogramaram nossa mente e nosso mundo**. 1 ed. Tradução: Érico Assis. São Paulo: Todavia, 2023.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FURET, François. **Pensando a Revolução Francesa**. 2 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. **A língua inatingível**. Tradução de Bethania Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas: Pontes, 2004.

GALLO, Solange L. A Internet como Acontecimento discursivo. *In*: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange (org.). **Memória e história na/da Análise do Discurso**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2011. p. 255-269.

GOLDSTEIN, Ariel Alejandro. **Bolsonaro**. La democracia de Brasil en peligro / Ariel Alejandro Goldstein; prólogo de Lincoln Secco. -1a ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Marea, 2019.

GRIGOLETTO, Evandra. O discurso nos ambientes virtuais de aprendizagem: entre a interação e a interlocução. *In*: GRIGOLETTO, Evandra.; DE NARDI, Fabiana. S.; SCHONS, Carmen R. (org.). **Discursos em rede: práticas de (re)produção, movimentos de resistência e constituição de subjetividades no ciberespaço**. Recife: Editora Universitária – UFPE, 2011, pp. 47-78.

GRIGOLETTO, Evandra. Embates entre memória e arquivo: modos de dizer e (re)significar a figura do cangaceiro na rede. *In*: GRIGOLETTO, Evandra; GOMES, Inara Ribeiro (org.). **Memória, história, arquivo: fronteiras e intersecções**. Recife: Editora UFPE, 2015. p. 26-37.

GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIDER, Denise. Efeitos do arquivo. A análise do discurso no lado da história. Tradução de Suzi Lagazzi e José Horta Nunes. *In*: ORLANDI, Eni Puccinelli *et al.* **Gestos de leitura: da história no discurso**. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014. p. 169-191.

GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise. Efeitos do arquivo. *In*: GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise; ROBIN, Régine; **Discurso e arquivo: experimentações em análise de discurso**. Tradução: Carolina P. Fedatto, Paula Chiaretti. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

HAGGARD, Stephan; KAUFMAN, Robert R. **Dictators and Democrats: Masses, Elites, and Regime Change**. Princeton: Princeton University Press, 2016.

HOBBSBAWN, Eric J. **A Era das Revoluções: 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

HOLLAND, Tom. **Rubicão: o triunfo e a tragédia da República Romana**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

INDURSKY, Freda. Polêmica e denegação: dois funcionamentos discursivos da negação. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, 19, jul/dez, Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

INDURSKY, Freda. Lula lá: estrutura e acontecimento. **Organon**, Porto Alegre, v. 17, n. 35, p. 101-121, 2003. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/organon/article/view/30020>. Acesso em: jul. 2021.

INDURSKY, Freda. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. *In.*: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília. (org.). **Práticas discursiva e identitárias: Sujeito & Língua**. Porto Alegre: Nova Prova. PPG-Letras/UFRGS, 2008. (Col. Ensaio, 22).

INDURSKY, Freda. Memória na cena do discurso. *In.*: INDURSKY, Freda. MITTMANN, Solange.; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. (org.). **Memória e História na Cena do Discurso**. Campinas, SP, Mercado de Letras, p. 76-90, 2011.

INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis** e as outras vozes. 2. ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

INDURSKY, Freda. Políticas do esquecimento x políticas de resgate da memória. *In.*: FLORES, Giovanna B.; NECKEL, Nádia R. M.; GALLO, Solange M. L. (org.). **Análise do discurso em rede: cultura e mídia**. vol. 1. Campinas, SP: Pontes Editores, p. 11-28, 2015.

INDURSKY, Freda. O mal-estar na política e na cultura brasileiras, hoje. *In.*: MITTMANN, Solange; JUNG DE CAMPOS, Luciene. (org.) **Análise de discurso: da inquietude ao incômodo lugar**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019.

IPC, **Índice de Percepção de Corrupção**, 2022. Berlim: Transparency International, 2022. Disponível em: <https://transparenciainternacional.org.br/ipc/> Acesso em: jul. 2023.

KINZO, Maria D'alva G. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. **São Paulo em perspectiva**, v. 15, nº 4, 2001.

KOZAK, Dalton Vinícius. Conceitos Básicos de Informática. **Princípios da Informática PUCPR**, 2002. Disponível em: <https://www.unicamp.br/~leonardo/CBI2002.PDF> Acesso em: 31 mar. 2022.

LAMPOGLIA, Francis SILVA, *et al.* **Golpe ou revolução?** Um jogo discursivo na mídia. *In.*: Entremeios: revista de estudos do discurso. v.12, jan.- jun./2016 Disponível em <http://www.entremeios.inf.br/published/308.pdf> Acesso em: 30 maio 2022.

LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. O caráter singular da Língua na Análise do Discurso. **Revista Organon**, vol.17, n. 35. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003, p.189-200.

LE GOFF, Jacques. **História e memória** / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão [et al.] - Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

LE GOFF, Jacques. **A civilização do ocidente medieval**. Tradução: José Rivair de Macedo. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

LÉON, Jacqueline; PÊCHEUX, Michel. Análise sintática e paráfrase discursiva. Tradução de Cláudia Pffeifer. In.: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). **Análise de discurso**: Michel Pêcheux. Textos selecionados: Eni Puccinelli Orlandi. 2. ed. Campinas: Pontes, 2011. p. 163-173.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LOPES, Eugênia; LANA, Fabiano. ACM pede cassação de Bolsonaro. **Senado**. Brasília, 1999. Disponível em <https://www.senado.leg.br/noticias/OpiniaoPublica/inc/senamidia/historico/1999/5/zn05257.htm> Acesso em: 30 maio 2022.

LUZ, Michele Diana da. **O povo no caleidoscópio**: o discurso bolsonarista à luz das teorias contemporâneas do populismo. Orientador: Daniel de Mendonça. 2022. 295 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2022.

LUZ, Milca Borges; FONSECA-SILVA, Maria da Conceição. Discurso de ódio em manifestações verbais sobre Dilma Rousseff. In.: **69ª Reunião Anual da SBPC**, UFMG - Belo Horizonte/MG, 16 a 22 de julho de 2017.

LUZ, Milca Borges. **Efeitos-sentido nas justificativas favoráveis à Admissibilidade do Processo de Impeachment de Dilma Rousseff**. Orientador: Maria da Conceição Fonseca-Silva. 2018. 102 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2018.

MAGALHÃES, Livia Diana Rocha; DIAS, José Alves; SANTOS, Cláudio Eduardo Félix dos. [org.] **Memória, ditadura e sociedade: educação e epistemologia da história**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. 301p.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso**: (re)ler Michel Pêcheux hoje. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes Editores, 2017.

MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. **O comunismo imaginário**: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989). 1996. 256 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996. Campinas: UNICAMP, 1996. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalle/115379>. Acesso em: 06 jul. 2021.

MEDEIROS, Vanise; GLOZMAN, Mara. Pregas sobre um título: fotograma das tensões e disputas discursivas na/da atualidade/Pliegues sobre un título: fotograma de las tensiones y disputas discursivas en/de la actualidad. **Fragmentum**, [S. l.], n. 54, p. 9–18, 2020. DOI: 10.5902/2179219441998. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/41998>. Acesso em: 18 set. 2022.

MENEGAT, Rodrigo; SUEIRO, Vinicius; CONCONI, Augusto. Bolsonaro mencionou a ditadura em 1/4 de seus discursos como deputado. In.: **Estadão**, 2019. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/infograficos/politica,bolsonaro-mencionou-a-ditadura-em-14-de-seus-discursos-como-deputado,982285> Acesso em: 20 jun. 2020.

MITTMANN, Solange. Discurso e texto: na pista de uma metodologia de análise. *In.*: II SEAD - Seminário de Estudos em Análise do Discurso – Porto Alegre: UFRGS. **Anais [...]**, Porto Alegre, RS 2005. ISSN 2237-8146. Disponível em: <http://www.analisedodiscurso.ufrgs.br/anaisdosead/sead2.html>. Acesso em: 31 out. 2020.

MITTMANN, Solange. Redes e ressignificações no ciberespaço. *In.*: ROMÃO, L. S.; GASPAR, N. (org.). **Discurso midiático**: sentidos de memória e arquivo. São Carlos: Pedro e João, 2008. p. 113-130.

MITTMANN, Solange. A apropriação do ciberespaço pelos movimentos sociais. *In.*: **III Encontro Nacional sobre Hipertexto**. Belo Horizonte, 2009.

MITTMANN, Solange. Heterogeneidade constitutiva, contradição histórica e sintaxe. *In.*: **Desenredo**, Passo Fundo, v. 6, n. 1, p. 85-101, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rd/article/view/1380>. Acesso em: 02 out. 2022.

MITTMANN, Solange. Alguns apontamentos sobre militância digital. *In.*: GRIGOLETTO, Evandra; NARDI, Fabiele. S. de; SCHONS, Carmen. R. (org.). **Discursos em Rede**: práticas de (re)produção, movimentos de resistência e constituição de subjetividades no ciberespaço. Recife: Ed. Universitária - Ufpe, p. 119-139. 2011.

MITTMANN, Solange. O conservadorismo em comentários na rede: identidade, alteridade e contradição. *In.*: INDURSKY, Freda; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina; MITTMANN, Solange (org.). **O acontecimento do discurso no Brasil**. Campinas: Mercado de Letras, 2013. p. 233-248.

NUNES, Pedro. **Democracia fraturada**: a derrubada de Dilma Rousseff, a prisão de Lula e a Imprensa no Brasil [recurso eletrônico] / Pedro Nunes. - João Pessoa: Editora do CCTA; Aveiro: RIA Editorial, 2019. 162p.

OLIARI, Deivi; GALLO, Solange. Análise do Discurso Publicitário na Internet: as Clivagens Subterrâneas, os cookies e as Memórias Metálicas da Mídia Social Facebook, reforçam o Público e o Sujeito Individuado. **Intercom** – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Rio de Janeiro, RJ – 4 a 7/9/2015. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2015/indiceautor.htm> Acesso em: 29 maio 2023.

OLIVEIRA, Richard Romeiro. Platão e a questão da democracia na *República*. *In.*: **Revista Estudos Filosóficos** – São João del-Rei, nº 12/2014, p. 28 - 47 – versão eletrônica. DFIME – UFSJ, 2014 – ISSN: 2177-2967.

OLIVEIRA, Lucinéia; CORTES, Gerenice Ribeiro de O. As doenças negligenciadas nas mídias digitais: o processo social saúde-doença, imaginário e efeitos-sentidos. *In.*: **Matraga**, Rio de Janeiro, v.27, n.49, p.81-99, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/matraga/article/download/44320/33375> Acesso em: 25 set. 2021.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Recortar ou segmentar? *In.*: **Linguística**: Questões e Controvérsias. Série Estudos. Uberaba: Faculdades Integradas de Uberaba, p. 09-26, 1984.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Nota ao leitor. *In.*: PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento?** Campinas-SP: Pontes, 1990.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso, Imaginário Social e Conhecimento.** Em Aberto, Brasília, ano 14, n.61, jan./mar. 1994.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Exterioridade e ideologia. **Cad. Est. Ling.,** Campinas, (30):27-33, Jan./Jun. 1996.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Maio de 1968: os silêncios da memória. *In.*: ACHARD, Pierre et al. **Papel da Memória.** 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 1999.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A Análise de Discurso e seus entre-meios: notas a sua história no Brasil. **Cad. Est. Ling.,** Campinas, (42): 21-40, jan./jun. 2002a.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Língua e Conhecimento Linguístico:** para uma história das idéias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002b.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso:** princípios & procedimentos. Campinas: Pontes, 2003.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Michel Pêcheux e a Análise de Discurso.** Estudos da Linguagem, n. 1, p. 9-13. Vitória da Conquista, 2005a.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e Texto:** formulação e circulação dos sentidos. Campinas, SP: Pontes, 2 ed. 2005b.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio:** no movimento dos sentidos. 6ª ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007a.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação:** autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 5. ed. Campinas: Pontes Editores, 2007b.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso:** Michel Pêcheux. Textos selecionados: Eni Puccinelli Orlandi – 2ª Edição. Campinas – SP, 2011.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Sentidos em fuga: efeitos da polissemia e do silêncio. *In.*: CARROZA, Guilherme; SANTOS, M. dos; SILVA, T. D. da (org.). **Sujeito, sociedade, sentidos.** Campinas: Pontes Editores, 2012.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Volatilidade da interpretação: política, imaginário e fantasia. **Cadernos de Linguística,** v. 2, n. 1, p. 01-15, 2021.

PAVEAU, Marie-Anne. Título original: *L'analyse du discours numérique: dictionnaire des formes et des pratiques*, Ed. Hermann, 2017. **Análise do discurso digital:** dicionário das formas e das práticas / Marie-Anne Paveau; Organizadores: Julia Lourenço Costa e Roberto Leiser Baronas. 1. ed.– Campinas, SP: Pontes Editores, 2021.

PAVEAU, Marie-Anne. A resignificação na web social. *In.*: PAVEAU, Marie-Anne; COSTA, Julia Lourenço. BARONAS, Roberto Leiser. **Resignificação em contexto digital.** - Documento eletrônico. -- São Carlos: Edufscar, 2022.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso:** estrutura ou acontecimento? Campinas-SP: Pontes, 1990.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso:** Uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução: Eni Pulcinelli Orlandi *et al.* – 2. Ed. – Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 1995. Edição original: 1975;

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. *In:* GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 61-161. Edição original: 1969.

PÊCHEUX, Michel. & FUCHS, Catherine. A propósito da Análise Automática do Discurso. *In:* GADET; HAK (org.). **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Ed. Unicamp, [1975] 1997, p. 163-252.

PÊCHEUX, Michel. O papel da memória. *In.*: ACHARD, Pierre *et al.* **Papel da Memória.** 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 1999.

PÊCHEUX, Michel. Especificidades de uma disciplina de interpretação (a análise de discurso na França). Tradução de Solange Leda Gallo. *In:* ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). **Análise de discurso:** Michel Pêcheux. Textos selecionados: Eni Puccinelli Orlandi. 2. ed. Campinas: Pontes, 2011. p. 227-230. Edição original: 1984.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. *In.* ORLANDI, E. **Gestos de Leitura:** da história e no discurso. 4ª ed. Capinas, SP: Editora da Unicamp, 2014. p. 57-67.

PEQUENO, Vitor. **Nos subsolos de uma rede:** Sobre o ideológico no âmago do técnico. Dissertação de Mestrado apresentada na UNICAMP. São Paulo: Campinas, 2015.

PEREIRA, Aline Maria dos Santos; CORTES, Gerenice Ribeiro de Oliveira. O discurso da BNCC nas mídias digitais: entre o silenciamento de sentidos e a resistência. **Revista Moara**, Belém, n. 58, p. 262-283, jan./ jul. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/10919>. Acesso em: 10 abr. 2023.

PEREIRA, Paula Souza; CORTES, Gerenice Ribeiro de Oliveira. A mídia digital como aparelho ideológico de propaganda do Estado: a “nova” Previdência entre os ditos, não ditos e outros efeitos. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 19, n. 4, p. 8501-8517, out./dez. 2022a. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/84159>. Acesso em: 04 abr. 2023.

REIS, Maria Dulce. Democracia grega: a antiga Atenas (Séc. V a. c.). *In.*: **Sapere aude** – Belo Horizonte, v. 9 – n. 17, p. 45-66, Jan./Jun. 2018 – ISSN: 2177-6342.

RANCIÈRE. Jacques. **O ódio à democracia.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REGINALDO, Sídny Guerra. Democracia em Aristóteles. *In.*: **Revista Opinião Jurídica**. 2 n° 4, 2004. ISSN: 1806-0420.

RENNÓ, Lucio. Bolsonaro e as eleições de 2022. **Estudos Avançados**, 36 (106), 147-163. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2022.36106.009>. Acesso em: 31 jul. 2023.

SÁ MOTTA, Rodrigo P. 1964: “O Brasil não estava à beira do comunismo”, diz historiador. Entrevista concedida a Thiago Domenici. **Pública**. Agência de Jornalismo Investigativo. 1º de abril de 2019. Disponível em: <https://apublica.org/2019/04/1964-o-brasil-nao-estava-a-beira-do-comunismo-diz-historiador/>. Acesso em: 20 ago. 2019.

SALLES, Leonardo G. **Nova Direita ou Velha Direita com Wi-Fi?: Uma interpretação das articulações da “direita” na internet brasileira**. 2017. 169 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

SANTANA, João. O labirinto da internet. *In.*: **Folha de S. Paulo**. 2009. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2007200909.htm> Acesso em: 20 ago. 2023.

SANTOS, Daniel. A militarização da justiça e a defesa da democracia. *In.*: **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social** - vol. 4 - no 1 - JAN/FEV/MAR 2011 - pp. 123-140.

SARMENTO, Daniel. **Dignidade da pessoa humana: conteúdo, trajetórias e metodologia**. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

SILVA, Andrisson Ferreira da; AZEVEDO, Paulo Alves de. Golpe de 1964 e comemoração: memórias e discursos que enaltecem a ditadura civil-militar, causas de ressentimentos e humilhação. *In.*: **Das Amazônias**, Rio Branco – Acre, v.2, n.1, (jan-jul), p. 04-16, 2019.

SILVA NETO, Antonio Sabino. **Militarismo e política no Brasil: um breve resumo** / Antonio Sabino da Silva Neto – Macapá: UNIFAP, 64 p., 2019. ISBN: 978-85-5476-066-3.

SILVA SOBRINHO, Helson Flávio. Redes de sentidos e raciocínios antagonistas: a internet na interface do discurso. *In.*: GRIGOLETTO, Evandra. *et al.* (org.). **Discursos em rede**. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2011.

SOUZA, Fabiana F. N. Os Manos não são humanos direitos? *In.*: **VIII SEAD**, 2017, Recife. O Político na Análise do Discurso: Contradição, silenciamento, Resistência, 2017. p. 01-06.

SOUZA, Daniela M. R. de; DIAS, José A. Apresentação do Dossiê Ditadura Militar no Brasil. *In.*: **Contenciosa**, Ano VI, n. 8, 2018. ISSN 2347-0011.

VENTURINI, Maria Cleci. **Rememoração/comemoração: prática discursiva de constituição de um imaginário urbano** / Maria Cleci Venturini. – 2008. 235 f.: Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, 2008.

VENTURINI, Maria Cleci. Rememoração/Comemoração no Discurso Urbano. **RUA** [online], no. 15. Volume 1, 2009. ISSN 1413-2109/e-ISSN 2179-9911.

VENTURINI, Maria Cleci. O sujeito porta-voz é sempre um nós em construção? *In: Alfa*, São Paulo, 56 (1): 293-308, 2012.

ZAVERUCHA, Jorge. “(Des)controle civil sobre os militares no governo Fernando Henrique Cardoso”, **Lusotopie**, França, v. 3, pp. 399-418, 2003. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/5842> Acesso em out. 2022.

ZAVERUCHA, Jorge. Frágil Democracia e Militarização do Espaço Público no Brasil. **XII Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu, 19-23 outubro 1999, GT No. 21, 1999.

ZOPPY-FONTANA, Monica Graciela. **Cidadãos Modernos**: discurso e representação política. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

ZOPPI-FONTANA, Monica Graciela. **Acontecimento, arquivo, memória**: às margens da lei. *Leitura*, Maceió, n. 30, p.175-205, jul.-dez. 2002.

ZOPPI-FONTANA, Monica Graciela. Lugares de enunciação e discurso. **Boletim da ABRALIN: II Congresso Internacional da Abralín**. Fortaleza, 13 a 16 de março, 2000, n. 26, p.199-20, UFC, 2003.